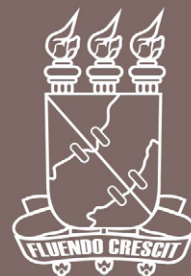


# revec

Revista de Estudos de Cultura



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE SERGIPE

V. 2 | N. 17 | Jul. Dez. de 2021

**PROJEÇÕES  
UTÓPICAS E  
DISTÓPICAS  
NA HISTÓRIA**



**PARCEIRAS ASSOCIADAS**



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
www.uab.pt

Cátedra CIPSH de Estudos Globais  
2020-2025



CÁTEDRA  
**Marquês de Pombal**  
CAMÓLS. IP • ULS



**CLEPUL**  
Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa



**U LISBOA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA  
**FLUL LETRAS LISBOA**



**FCT**  
20 anos | Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

**DOUTORAMENTO  
EM ESTUDOS  
• GLOBAIS**



Universidade Federal de Sergipe

# revec

Revista de Estudos de Cultura



*A revista de Estudos de Cultura da UFS é um periódico do Núcleo de Estudos de Cultura da UFS, Pólo autônomo internacional do CLEPUL: HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO, que foi criado com o intuito de congrega pesquisadores das grandes áreas de Ciências Humanas, de Ciências Sociais e Aplicadas e de Letras, Linguística e Artes, para que, numa relação recíproca e não hierárquica de trocas e empréstimos, possam romper-se as limitações disciplinares que dificultam perspectivas renovadoras de reflexão sobre a cultura moderna e contemporânea, com ênfase no estudo de seus aspectos organizacionais e representacionais.*

## EDITOR CHEFE

Luiz Eduardo Oliveira

## CONSELHO CIENTÍFICO

- Antonio Ponciano Bezerra (Universidade Federal de Sergipe)  
 Anderson Zalewski Vargas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
 Carla Eugenia Caldas Barros (Universidade Federal de Sergipe)  
 Celso João Carminati (Universidade do Estado de Santa Catarina)  
 Claudete Daflon dos Santos (Universidade Federal Fluminense)  
 Delmir José Valentini (Universidade Federal da Fronteira do Sul)  
 Dilton Cândido Santos Maynard (Universidade Federal de Sergipe)  
 Élsio José Corá (Universidade Federal da Fronteira Sul)  
 Enrique Rodrigues-Moura (Universidade de Bamberg)  
 Frank Nilton Marcon (Universidade Federal de Sergipe)  
 Francisco das Neves Alves (CLEPUL / Universidade Federal do Rio Grande/ Biblioteca Rio-Grandense)  
 Gladys Mary Ghizoni Teive (Universidade Federal de Santa Catarina)  
 Hippolyte Brice Sogbossi (Universidade Federal de Sergipe)  
 João Adolfo Hansen (Universidade de São Paulo)  
 João Carlos Relvão Caetano (CLEPUL / Universidade Aberta de Portugal)  
 Jonatas Silva Menezes (Universidade Federal de Sergipe)  
 Jorge Carvalho do Nascimento (Universidade Federal de Sergipe)  
 José Carlos de Araújo Silva (Universidade do Estado da Bahia)  
 José Eduardo Franco (Universidade Aberta/CLEPUL-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)  
 José Rodorval Ramalho (Universidade Federal de Sergipe)  
 Luiz Eduardo Oliveira (CLEPUL / Universidade Federal de Sergipe)  
 Maria Ivonete Santos Silva (Universidade Federal de Uberlândia)  
 Maria Regina Barcelos Bettioli (CLEPUL)  
 Marcus de Martini (Universidade Federal de Santa Maria)  
 Norberto Dallabrida (CLEPUL / Universidade do Estado de Santa Catarina)  
 Paulo de Assunção (CLEPUL / Universidade São Judas Tadeu)  
 Raquel Meister Ko. Freitag (Universidade Federal de Sergipe)  
 Regina Helena Pires de Brito (Universidade Presbiteriana Mackenzie)  
 Sandro Marcio Drumond Alves Marengo (Universidade Federal de Sergipe)  
 Simone Silveira Amorim (Universidade Tiradentes)  
 Valmir Francisco Muraro (CLEPUL / Universidade Federal de Santa Catarina)

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

### REITOR

Reitor: Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli

Vice-reitor: Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho

### EDITOR CHEFE:

Luiz Eduardo Oliveira

### EDITORES DESTE NÚMERO:

Luiz Eduardo Meneses de Oliveira

Elaine Maria Santos

Rodrigo Belfort Gomes

Ana Lúcia Simões Borges Fonseca

### REVISÃO E TRADUÇÃO

Ana Lúcia Simões Borges Fonseca

Carlos Augusto Santos Vieira

Elaine Maria Santos

Elisson Souza de São José

Emmerly Karoline Nascimento Dantas Leite

José Augusto Batista dos Santos

Kate Constantino Oliveira

Luana Inês Alves Santos

Luiz Eduardo Oliveira

Mariana Augusta Conceição de Santana Fonseca

Natália Larizza Sanches de Souza

Nayara Stefanie Mandarino Silva

Rodrigo Belfort Gomes

Roberto Carlos Bastos da Paixão

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo

Soraya Carvalho Souza Biller Teixeira

Thadeu Vinicus Souza Teles

### EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes

Revista de Estudos de Cultura da UFS/Publicação do Núcleo de Estudos de Cultura, Universidade Federal de Sergipe. - v. 2 n. 17, (jan./jul. 2021) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015-.

ISSN. 2446-7189

Quadrimestral

1. Cultura 2. Cultura brasileira 3. Periódico 3. Núcleo de Estudos de Cultura.

CDU 008 (050)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"  
CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.

# SUMÁRIO

- 7** EDITORIAL  
Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe
- 11** AFTER CONSUMERISM: UTOPIANISM FOR A DYING PLANET  
Depois do Consumismo: Utopianismo para um Planeta Moribundo  
Después del consumismo: utopismo para un planeta moribundo  
Gregory Claeys
- 23** SOBRE HISTÓRIA E TEORIA DA FICÇÃO DISTÓPICA  
On Dystopian Fiction's History And Theory  
Sobre Historia Y Teoría De La Ficción DistópicA  
Amanda Berchez
- 39** DO CONTEMPORÂNEO SURGE UMA NOVA DISTOPIA: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO COM BASE EM QUATRO TRILOGIAS  
From the contemporary a new dystopia emerges: An analysis of the main characteristics of the genre based on four trilogies  
De lo contemporáneo emerge una nueva distopía: un análisis de las principales características del género a partir de cuatro trilogías  
Anderson Martins Pereira
- 51** OS LIMITES E AS LIMITAÇÕES DA CAVERNA: O MITO PLATÔNICO EM PLANOLÂNDIA, DE EDWIN A. ABBOTT  
The Cave's Limits And Limitations: The Platonic Myth In Flatland, By Edwin A. Abbott  
Los Límites Y Limitaciones de La Cueva: El Mito Platónico En Planolândia, Por Edwin A. Abbott  
Evanir Pavloski
- 67** O GIGANTE ADORMECIDO: A UTOPIA REPUBLICANA NA IMPRENSA LIBERAL DO FINAL DO SÉCULO XIX  
The sleeping Giant: the republican utopia in the liberal press of the late 19th century  
El gigante dormido: la utopia republicana em la prensa liberal de finales del siglo XIX  
Caroline Baron Marach
- 81** 1984 REVISITADO  
1984 Revisited  
1984 Revisitado  
Jean Pierre Chauvin

- 93** “DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO (1950)”: DISTOPIA, UCRONIA E UTOPIA EM AIMÉ CÉSAIRE  
“Discourse On Colonialism (1950)”: Dystopia, Ucrony And Utopia In Aimé Césaire  
“Discurso Sobre Colonialismo (1950)”: Distopía, Ucronía Y Utopía En Aimé Césair  
Mariana Affonso Penna  
Marcos Rafael Andrade de Melo
- 109** FAHRENHEIT 451, DE RAY BRADBURY E A ESCRITA DE UMA LITERATURA DISTÓPICA – UMA INTERCESSÃO COM GILLES DELEUZE E FÉLIX GUATTARI  
Ray Bradbury’s Fahrenheit 451, And The Writing Of Dystopian Literature – An Intercession With Gilles Deleuze And Félix Guattari  
Fahrenheit 451 De Ray Bradbury Y La Escritura De Literatura Distópica: Una Intercesión Con Gilles Deleuze Y Félix Guattari  
Alex Fabiano Correia Jardim  
Warley Kelber Gusmão Andrade
- 121** MANIFESTAÇÕES DA INCONFIABILIDADE NA NARRATIVA DE LARANJA MECÂNICA  
Manifestations Of Untrustworthiness In The Narrative Of A Clockwork Orange  
Manifestaciones De La Inconfiabilidad En La Narrativa De La Naranja Mecanica  
Charles Albuquerque Ponte  
Francisca Naiane Costa da Silva  
Francisco Renato da Silva Santos
- 135** PROJEÇÕES UTÓPICAS DE UM BRASIL LIBERTÁRIO: A MILITÂNCIA DE EDGAR LEUENROTH NOS ANOS INICIAIS DA DITADURA MILITAR  
Utopian projections of a libertarian Brazil: Edgar Leuenroth’s militancy in the early years of the military dictatorship  
Proyecciones utópicas de un Brasil libertario: la militancia de Edgar Leuenroth en los primeros años de la dictadura militar  
Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe
- 149** PRESSÁGIO DISTÓPICO: OS SERIADOS TELEVISIVOS ENQUANTO ORÁCULOS ELETRÔNICOS  
Dystopian omen: television serials as electronic oracles  
Presagio distópico: las series de televisión como oráculos electrónicos  
Ed Porto Bezerra  
Hélder Paulo Cordeiro da Nóbrega  
Vlamir Marques Duarte
- 163** ‘DO AFROFUTURISMO AO DISTÓPICO: O CARÁTER POLÍTICO-RELIGIOSO DE A PARÁBOLA DO SEMEADOR, DE OCTAVIA BUTLER  
From Afrofuturism To The Dystopic: The Political And Religious Theme Of Octavia Butler’s Parable Of The Sower  
Del Afrofuturismo Al Distópico: La Temática Política-Religiosa De La Parábola Del Sembrador, De Octavia Butler  
Eduardo Marks de Marques  
Anderson Luis Brum de Freitas
- 179** PROJETO DE VIDA: DA UTOPIA DA FORMAÇÃO INTEGRAL À ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
Life Project: From the utopia of comprehensive training to literacy in Youth and Adult Education  
Proyecto de Vida: Desde la utopia de la formación integral hasta el letramiento en la Educación de Jóvenes y Adultos  
Renato de Oliveira Brito  
Cláudia Chesini  
Maria Cristina Mesquita da Silva

## RESENHA

- 197** MIL: PROJEÇÕES DE UM UNIVERSO DISTÓPICO  
Mil: projections of a dystopian universe  
Mil: proyecciones de un universo distópico  
Cleber Vinicius do Amaral Felipe

## EDITORIAL

**P**oluição, consumismo, crise da democracia, colapso ambiental, desigualdade social, pandemia... a conjunção destes e de outros aspectos críticos da contemporaneidade proporcionam um quadro alarmante no qual proliferam utopias e distopias, cada gênero comportando fundamentos e características próprias e, não raras vezes, comuns. Isso porque a pluralidade dos sujeitos sociais alimenta diferentes proposições e prioridades. O conceito de utopia, como se sabe, foi cunhado por Thomas Morus em 1516. Desde então, tornou-se uma categoria polissêmica, capaz de abarcar muitos sentidos e expectativas. Diante dessa diversidade, como definir o gênero utópico?

Gregory Clayes (2017) associa à utopia a ambição de traçar uma sociedade que possa suplantar as inadequações do presente. O gênero distópico, por sua vez, corresponde a um ataque direto contra o *status quo*, amplificando os traços autoritários e as dificuldades de confrontar o poder em vigor. Carlos Eduardo Berriel (2005), por sua vez, lembra que a distopia nasce da utopia: “há em toda utopia um elemento distópico, expresso ou tácito, e vice-versa. A utopia pode ser distópica se não forem compartilhados os pressupostos essenciais, ou utópica a distopia, se a deformação caricatural da realidade não for aceita”.

É possível divisar, na *Utopia* de Morus, duas partes: na primeira, o leitor se depara com uma dimensão crítica, voltada para as instituições e costumes ingleses do século XVI; a segunda formula um projeto, desenvolvido em um espaço insular. A ilha e a Inglaterra de Morus, segundo Corin Braga (2006), indicam aspectos positivos a serem almejados e elementos negativos a serem extirpados: é a partir do confronto entre as duas dimensões, uma censurável e a outra, ansiada e projetual, que se institui os contornos de



um lugar capaz de estimular a virtude e a convivência harmônica entre os cidadãos. Como recorda Cosimo Quarta (2006), a obra de Morus nasce “da aguda consciência, que é ao mesmo tempo crítica e ética, dos males sociais e da vontade de superá-los”.

Parece razoável concluir que o gênero utópico trabalha com uma dicotomia interna, tensionando aspectos positivos e negativos. Braga (2006) adverte que o mecanismo reversivo está no cerne da utopia, uma vez que toda construção utópica adota uma posição polêmica em relação a outro universo de referência (seja ele real ou imaginário). Sendo assim, a utopia se constitui em comparação a algo: “uma variante, positiva ou negativa, uma *lateral possível* do que podemos chamar de um *real central*.” O “em outro lugar” possui sempre uma relação implícita com o “aqui”. A narrativa utópica é constituída pela síntese de duas imagens opostas e, ao mesmo tempo, complementares. O mesmo pode ser afirmado em relação às distopias.

No presente dossiê, reunimos reflexões que versam sobre projeções utópicas e distópicas ao longo da história. O primeiro artigo, escrito por Gregory Claeys, oferece, em primeira mão, reflexões que constam no próximo livro do autor: *Utopianism for a Dying Planet* (2022). Seu texto propõe uma análise incontornável sobre a necessidade de se pensar respostas utópicas em face do colapso ambiental. A crise decorrente do consumismo, encarada pelo autor como uma doença social sem precedentes, exige uma resposta radical e imediata, sob risco de agravar o problema e torná-lo irremediável.

No texto “Sobre história e teoria da ficção distópica”, Amanda Berchez retoma, de forma minuciosa e consistente, a história e teoria a respeito da literatura distópica, ressaltando sua multiplicidade, indicando as bases sobre as quais se consolidou este gênero e destacando categorias em torno das quais ele se desenvolveu, como ciência e tecnologia. Já em “Do contemporâneo surge uma nova distopia: Uma análise das principais características do gênero com base em quatro trilógicas”, Anderson Martins Pereira demonstra em que medida algumas obras distópicas contemporâneas, especial-

mente as transumas e pós-humanas, inovam ou priorizam outro enfoque em relação às distopias tradicionais. No artigo “Os limites e as limitações da caverna: o mito platônico em Planolândia, de Edwin A. Abbott”, Evanir Pavloski estuda *Planolândia*, publicada em 1884, não sem, antes, discorrer sobre a consolidação do gênero utópico e sobre o Mito da Caverna, referido em *A República*, de Platão. Em “O gigante adormecido: a utopia republicana na imprensa liberal do final do século XIX”, Caroline Baron Marach, a partir de dois periódicos que circularam em Curitiba entre o final do século XIX e início do XX, busca analisar alguns pilares do ideário republicano brasileiro, concebido como projeto utópico por meio do qual alguns escritores vislumbravam a possibilidade de investir na educação da população e na economia nacional, de modo a superar a crise que antecedeu e marcou os primeiros anos da República.

No artigo “1984 Revisitado”, Jean Pierre Chauvin analisa a trama do romance *1984*, escrito por George Orwell em 1949. Depois de retomar parte da fortuna crítica sobre a obra, o autor investiga algumas das tópicas que caracterizam a distopia em análise, demonstrando em que medida Orwell inovou, mas também imitou elementos do gênero. Em “Discurso sobre o colonialismo (1950): distopia, ucronia e utopia em Aimé Césaire”, Mariana Affonso Penna e Marcos Rafael Andrade de Melo analisam a maneira como uma das obras do poeta martinicano desconstrói o projeto civilizatório da modernidade, supostamente utópico, cunhada pela Europa Ocidental. Ao confrontar as experiências coloniais e precisar seus desdobramentos distópicos, a utopia de Césaire não prescinde das potencialidades pretéritas, base de uma ucronia bem-sucedida, muito embora as adote tão somente como forma de inspirar um novo porvir que não seja atravessado pela escravidão e por outros resíduos coloniais.

No texto “Fahrenheit 451, de Ray Bradbury e a escrita de uma literatura distópica – uma intercessão com Gilles Deleuze e Félix Guattari”, Alex Fabiano Correia Jardim e Warley Kelber Gusmão analisam a distopia de Ray Bradbury, escrita em 1953 e marcada por uma sociedade autoritária pautada no controle, na vigilân-



cia e na violência. Ao longo da investigação, retomase o aparato conceitual forjado por Deleuze e Guattari como forma de indicar os mecanismos de subjetivação adotados ao longo da ficção e avaliar a atuação do protagonista, o bombeiro Guy Montag, que começa a questionar o status quo e cogitar outro modelo social. Em “Manifestações da inconfiabilidade na narrativa de Laranja Mecânica”, Francisca Naiane Costa da Silva, Charles Ponte e Renato Santos estudam o romance de Anthony Burgess, escrito em 1962 e voltado para uma Inglaterra distópica situada no futuro. Depois de descrever o comportamento do protagonista, Alex, o artigo analisa a linguagem adotada, o uso da ironia e do humor, a banalização de atos vis etc. como parte dos expedientes formuladores da distopia.

O texto “Projeções utópicas de um Brasil libertário: a militância de Edgar Leuenroth nos anos iniciais da ditadura militar”, de Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe, investiga a participação do militante anarquista Edgar Leuenroth junto ao jornal *Dealbar* (1965-1968) e no seu projeto político utópico *Qual a solução para o Brasil?*, se detendo em duas categorias centrais: solidariedade e universalismo. Já no artigo “Presságio distópico: os seriados televisivos enquanto oráculos eletrônicos”, Vlamir Duarte, Ed Porto Bezerra e Hélder Nóbrega analisam como a animação *Os Simpsons* (1989) e a distopia *The Handmaid’s Tale* (2017) são recepcionados, por certa audiência, como obras ficcionais detentoras de traços divinatórios, o que corresponde a uma forma de se ler, criticamente, a atualidade.

O artigo “Do afrofuturismo ao distópico: o caráter político-religioso de *A parábola do sementeiro*, de Octavia Butler”, de Eduardo Marks de Marques e Anderson Luis Brum de Freitas, retoma o conceito de afrofuturismo, recapitula o gênero distópico e estuda *A parábola do sementeiro*, lançada em 1993, cuja trama, narrada em primeira pessoa por uma adolescente negra de quinze anos e situada no futuro, é marcada por desordens políticas, polêmicas religiosas, fascismos e por negacionismos associados às mudanças climáticas. Em “Projeto de vida: Da utopia da formação integral à alfabetização na Educação de Jovens e Adultos”, Cláudia Chesini,

Maria Cristina Mesquita da Silva e Renato de Oliveira Brito, depois de recapitularem o percurso histórico da EJA (Educação de Jovens e Adultos), investigam o “projeto de vida” e sua repercussão a partir da proposta de uma formação/alfabetização integral que pretende estimular o autoconhecimento e a solidariedade, ou seja, que concebe a formação individual sem negligenciar o imperativo do bem comum.

Por fim, Cleber Vinicius do Amaral Felipe apresenta uma resenha do livro de Jean Pierre Chauvin intitulado *Mil*, ficção publicada em 2021 pela Luva Editora.

## REFERÊNCIAS

- BERRIEL, Carlos Ornelas. Utopia, distopia e História. In: MORUS - utopia e renascimento, Campinas, n. 2, p. 4-10, 2005.
- BRAGA, Corin di. Utopie, eutopie, dystopie et anti-utopie. In: *Metabasis – filosofia e comunicazione*, Varese, ano I, n. 2, 2006, p. 1-34.
- CLAEYS, Gregory. *Dystopia: a natural history*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- QUARTA, Cosmio. Utopia: gênese de uma palavra-chave. In: MORUS - utopia e renascimento, n. 3, 2006.



## AFTER CONSUMERISM: UTOPIANISM FOR A DYING PLANET\*

### abstract

This article, written by Gregory Claeys, anticipates some questions that will appear in his book *Utopianism for a Dying Planet* (2022). The text proposes an analysis of the need to think about utopian responses to environmental collapse. The crisis resulting from consumerism, as an unprecedented social disease, requires a radical and immediate response, at the risk of aggravating the problem and making it irremediable.

**Keywords:** Utopia. Consumerism. Environmental Disaster.

\* A draft drawn from my forthcoming book of the same title, Princeton University Press, 2022.

## RESUMO

### DEPOIS DO CONSUMISMO: UTOPIANISMO PARA UM PLANETA MORIBUNDO

Este artigo, escrito por Gregory Claeys, antecipa algumas questões que constarão no seu livro *Utopianism for a Dying Planet* (2022). O texto propõe uma análise sobre a necessidade de se pensar respostas utópicas em face do colapso ambiental. A crise decorrente do consumismo, doença social sem precedentes, exige uma resposta radical e imediata, sob risco de agravar o problema e torná-lo irremediável. **Palavras-chave:** Utopia. Consumismo. Catástrofe Ambiental.

## RESUMEN

### DESPUÉS DEL CONSUMISMO: UTOPIISMO PARA UN PLANETA MORIBUNDO

Este artículo, escrito por Gregory Claeys, aborda algunas cuestiones que aparecerán en su libro *Utopianism for a Dying Planet* (2022). El texto propone un análisis de la necesidad de pensar en respuestas utópicas al colapso ambiental. La crisis derivada del consumismo, una enfermedad social sin precedentes, requiere una respuesta radical e inmediata, a riesgo de agravar el problema y hacerlo irremediable. **Palabras clave:** Utopía. Consumismo. Catástrofe Ambiental.

## I. Introduction

Most of us have probably reflected that the prospect of rescuing utopia from the all-engulfing vortex of consumer society seemed well-nigh exhausted by the end of the last century. Moreover, if we were not aware then, we certainly are now, that reviving utopia in the face of the spectre of catastrophic environmental breakdown is even more challenging. For humanity finds itself in a unique position unparalleled in its history: its possible extinction as a species now looms, transforming the remote apocalypse of theology and literature into a real-time burgeoning nightmare.

The reasons for this are simple. The so-called climate change or global warming estimates of the past decade are almost daily being revised in terms of both likely temperatures in the near future and their possible consequences. A discourse which for the first decade of this century focussed on a 2°C. ceiling has now been revised. 1.5° is now often touted as a goal. But at the current warming rate of 1.25C. (but 1.48C on land) the Arctic (up to 20m. thick, and shrunken by 40% since 1980) and Antarctic (up to 5km deep) polar icecaps are melting, along with the world's glaciers, and the Siberian permafrost. Sea temperatures are rising, spelling the probable end of coral reefs. As temperatures rise forests burn, and the degradation of agricultural land, species loss and water shortages proceed apace. The more extreme current forecasts - and the worst-case scenarios are the ones to watch - indicate a possible global rise in temperature of around 4°C. by the mid to late 21st-century. This would mean summer temperatures in Europe of some 50-60°C, and sharply rising sea levels which will displace hundreds of millions. This will spell catastrophe to humanity, as Mark Lynas and others have clearly pointed out, and the elimination of most if not all of humanity.<sup>1</sup> This means the key and nearly universal public discourse of attaining 1.5C is wrong, and needs to be set aside in favour of a much lower goal. The earth is not a thermostat which can simply be set at an arbitrary temperature. The planet's degradation is much worse than the goal of 1.5C. implies. Hence a slogan to bear in mind: #onedegreeistoomuch.

How did we reach this apocalyptic state? This dystopian outcome results from the utopia of plenitude or abundance, the land of milk and honey ideal which lies at the heart of the dominant ideology of modernity. Fuelled by ideas of progress based on scientific and technological innovation, the creation of a market or commercial society in the 18th century produced an ideal of unlimited trade, consumption, and production. By the late 20th century this secularised version of paradise dangled the tantalising vision of an American standard of living, with its fast food, fast cars, and unending consumption, before an eager world. After the fall of the USSR the old egalitarian utopias seemed outmoded. In the new egalitarian utopia, everyone gets to eat at McDonalds. The capitalist cornucopia seemed to have surpassed all other competitors. Intoxicated by both consumption and the whirling lights and seductive sounds of its signifiers, we embarked on a colossal feast to end all feasts.

Can we escape the mentality which consumerism has produced? We might today entertain two broad responses to this question. The first is extremely pessimistic. Not only our societies, but our very personalities, have become so commodified and "liquefied" that the wealthiest cannot imagine a world in which constant consumption of the full range of goods from necessities to luxuries and a constantly rising standard of living are not the norm. Self- and collective restraint seem well-nigh unthinkable, and even if they were mooted, they would be quickly negated by our corporate puppet-masters. So we will hurtle recklessly towards the cliff edge of the future, heedless of the consequences, certain of our destiny but incapable of preventing its realisation.

A second possibility is revealed by the utopian tradition, which offers a unique vantage point for conceiving alternatives to late capitalism. It too has flirted with images of the Land of Cockaigne, the peasants' cornucopia, as well as the Baconian emphasis on conquering nature. But utopians have often understood that a balanced approach to using natural resources

and to population growth can alone provide sustainable peace and plenty. Here I introduce a few examples of this kind, and query their contemporary applicability. I will conclude by asking whether there is a cure for the disease now often termed Affluenza, where our vulnerability to emotional distress is increased by “placing a high value on acquiring money and possessions, looking good in the eyes of others and wanting to be famous.”<sup>2</sup>

## II. Some Utopian Solutions

Let’s now consider some utopian solutions to these problems. The utopian tradition has generally envisioned more equal as well as more virtuous societies. By the early modern period it was becoming widely evident that such goals could not be attained if the cycle of introducing luxury goods being followed by increased social emulation of the wealthy was not broken. Community could not be attained, in other words, if desire was not mastered, and needs accordingly restrained.<sup>3</sup> The lust for luxury in particular was seen as socially destabilising because of the cycle of emulation, with the middling orders and even the poor (it was supposed) dressing like the rich, causing a great confusion in social ranks, and depriving the wealthy of key status symbols. Sumptuary laws were passed in Europe throughout the medieval and early modern period to suppress this process. For us the danger of emulation, keeping up with the Jones’s - or the Kardashians - remains, as we will see, but it is the overall pattern of consumption which is more dangerous. So fashion has always been suspect to utopians, and simplicity of dress and adornment dominates the literary texts and communal experiments alike.

To counter these trends, four models of virtuous restraint dominate 18th and 19th-century debates: the idea of an arcadian state of nature, often without private property, where luxury has not yet been invented; the primitive Christian community, often with a uniformity of dress and consumption, and a virtual prohibition of frivolity and luxury; the classical republican ideal, where property and often trade too are limited;

and, in Britain, a Tory or Country Party ideal, where corruption is associated with the growing predominance of a Whiggish commercial interest, by contrast with a virtuous landed interest and patriot-king.<sup>4</sup> These models were concerned to break the cycle of emulation, and to redirect the passions which evidently underpinned it.

In the seventeenth and eighteenth centuries the utopian tradition offered a number of proposals for exiting societies which had degenerated owing to corruption through luxury. One of the most influential such attempts was Archbishop Fénelon’s *The Adventures of Telemachus* (1699). In *Telemachus* Lycurgan Sparta is a clear precedent, with the Saint/King Louis IX (1214-70), who lived “without ostentation or luxury”, being one later model.<sup>5</sup> The plot centres on the lawgiver Mentor’s reform of the corrupt state of Salentum, with the aim of “reducing everything to a noble simplicity and frugality”. Mentor divides the society into seven classes, giving each an appropriate costume distinguished by colour, and regulating the furniture and ornaments of their houses, the use of gold and silver therein being prohibited, and all furniture being plain and long-lasting. Those engaged in luxury trades are returned to the countryside as cultivators, and an agrarian law restricts property holdings. All “arts subservient to pomp and luxury” are banished. Even the diet of the upper ranks is rendered modest by renouncing “high sauces”. Manufacturing and trade are confined to “useful” commodities. Music which is “soft and effeminate ... that tended to corrupt the manners of youth” is confined to “festivals in temples, there to celebrate the praises of the gods and heroes”. Sculptors and painters are restricted to the same themes, and wine-drinking limited to sacrifices and high festivals. Commerce excludes luxurious or superfluous goods. Wants are thus reduced “to the real exigencies of nature”. Self-love is mitigated in part by a devotion to the “pure love of order”, the “source of all political virtues”. But while the inhabitants of the new order were to be “obedient without being slaves”, absolute power would be required to introduce it. The moral is simple: luxury corrupts manners, and

by contagious imitation leads even “those in low life” to “affect to pass for people of fashion”. Thus “all live above their rank and income, some from vanity and ostentation, and to display their wealth; others from a false shame, and to hide their poverty.” Even “those who are poor will affect to appear wealthy; and spend as if they really were so.” But “it is the pride and luxury of certain individuals that involve so many of their fellow-creatures in all the horrors of indigence.” Because some were luxurious and idle, others were poor and wretched. Only “by changing the taste, manners, and constitution of a whole nation” could these processes be reversed.<sup>6</sup>

A second extremely important work was the 1771 text Reinhard Koselleck terms the “first futuristic novel”. This is Louis-Sébastien Mercier’s famous *L’An 2440, rêve s’il en fut jamais* (“The Year 2440: A Dream if ever There was One”; confusingly translated into English as *Memoirs of the Year Two Thousand Five Hundred*).<sup>7</sup> One of the great best-sellers of the epoch, it reached eleven editions by 1793, with translations into English, Dutch and German, and sold at least 63,000 copies by 1814. Here Mercier’s principal target was luxury, as destructive of virtue, and he later acknowledged Rousseau as a source of his antagonism to the “insolent luxury” of Versailles.<sup>8</sup> In the Paris of 2440 the “horrid inequality” of “extreme opulence and excessive misery” has disappeared. External commerce has ceased, and its linkage with imperialism acknowledged and extinguished. “Just sumptuary laws have suppressed that barbarous luxury” which blighted the *ancien régime*. Since there are “no monks, nor priests, nor numerous domestics, nor useless valets, nor workmen employed in childish luxuries, a few hours of labour are sufficient for the public wants”. Offensive weapons are banned. Women are demure and wear no makeup. Coffee, tea and other “poisons” are prohibited. Everyone dresses in a “simple modest manner”, though those who have saved someone’s life or performed other acts of public utility wear an embroidered hat. Only “useful and necessary luxury”, unmixed with “pride and ostentation”, which instead “promotes industry... creates new commodities [and] adds to our conveniences” exists. Cosmopolitanism is the norm: “We regard all men as our friends and bre-

thren. The Indian and the Chinese are our countrymen, when they once set foot on our land.” The pleasures of conversation and open sincerity have been restored, and the imprudence and hypocrisy of past interchange are gone. The “most affable people in the world” regard a “happy mediocrity” as the ideal of “sovereign wealth”. Since “Foreign traffic was the real father of that destructive luxury, which produced in its turn, that horrid inequality of fortunes, which caused all the wealth of the nation to pass into a few hands”, the new regime commences by “destroying those great companies that absorbed all the fortunes of individuals, annihilated the generous boldness of a nation, and gave as deadly a blow to morality as to the state.” Thus “We cultivate an interior commerce only, of which we find the good effects; founded principally on agriculture, it distributes the most necessary aliments; it satisfies the wants of man, but not his pride.” So

All that promotes ease and convenience, that directly tends to assist nature, is cultivated with the greatest care. All that belongs to pomp, to ostentation and vanity, to a puerile desire of an exclusive possession of what is merely the work of fancy, is severely prohibited.

Mercier’s condemnation of the moderns is savage:

You thought yourselves highly ingenious in the refinements of luxury, but your pursuits were merely after superfluities, after the shadow of greatness; you were not even voluptuous. Your futile and miserable inventions were confined to a day. You were nothing more than children fond of glaring objects, incapable of satisfying your real wants. Ignorant of the art of happiness, you fatigued yourselves, far from the object of your pursuits, and mistook, at every step, the image for the reality.<sup>9</sup>

The moral of the story is clear: the worst effects of trade and commerce could be reversed, at least in the imagination. Reforming great corporations was the starting-point. Simplicity of manners was the end.



The threat of luxury was also integral to mainstream social and political thinking in this period, with Jean-Jacques Rousseau, sometimes called “the first philosopher of the Greens”, emphatically reminding the moderns of the threat to civic and private virtue posed by luxury.<sup>10</sup> Thus the image of the simpler society became central to some socialists, like Robert Owen, Charles Fourier and William Morris; and to the anarchism of William Godwin, Peter Kropotkin, and Mohandas Gandhi. Few liberals took up these themes, though John Stuart Mill, most notably, hinted at the advantages of a “stationary state” in his *Principles of Political Economy* (1848), which declared that the increase of wealth was not boundless, and that stagnation might be “a very considerable improvement on our present condition”, since the most disagreeable aspects of competition might be phased out, much inequality could be eliminated, and population growth ended.<sup>11</sup>

In all these instances, both wise legislation and voluntary restraint make an ideal condition possible. The success of such proposals is always contingent, moreover, on the existence of social equality, the quintessential utopian theme from Thomas More onwards. Tacitly, too, the presumption seems evident that the other goods which utopia provides, notably a sense of “community” and personal warmth lacking in the outside competitive society, as well as the provision of “public luxury”, directly compensate psychologically for being deprived of private accumulation and consumption and being removed from the cycle of emulation. Human warmth, empathy and solidarity, along with public luxury can replace private consumerism. This compensatory sociability may provide a vital clue to saving ourselves.

It is worth introducing the most important utopian solution to the problem of mass consumerism, that proposed in the greatest such experiment ever attempted, in the USSR. Here a tension existed from the outset between a more ascetic image of the revolutionary and the at least tacit promise that the revolution would bring plenty to all. Certainly at the outset of the revolution there were those who regarded the model prole-

tarian as a “paragon of virtue ... a hero of virtue, who did not indulge in the imminent gratification of his needs.”<sup>12</sup> Many of the early revolutionaries adopted, in Hans Jonas’s terms, “a credo of public morality” which involved “a spirit of frugality, alien to capitalist society”, but commensurate with the aim of living “for the whole” and thus involving asceticism and self-denial.<sup>13</sup> Yet the suspicion always existed that such asceticism was always temporary, required until the revolution had been won and plenty achieved, and then dispensable. At the very least its status was ambiguous. And the presence of a cult of technology within Bolshevism, with the promise of electrification and ever-expanding machinery, railways, tractors, tanks and spaceships, belies any belief that growth would in principle be limited under socialism.

The most substantial alteration in these ideals came about in the mid 1930s, when Stalin acknowledged that the surge in demand for consumer goods during the NEP period (1921-8) remained powerful. Soon “the public’s interest in material goods was immense”.<sup>14</sup> After 1935 Stakhanovites, exceedingly productive “shock workers”, were offered luxuries like cars as inducements to labour - they were rarely available otherwise for anything other than official use, and were highly prized, despite the great cost of maintaining them.<sup>15</sup> They were also given costly clothing at workers’ congresses; one woman who earned nine times the average wage vowed to spend her surplus entirely on clothing, including ivory-coloured shoes and a crêpe de chine dress.<sup>16</sup> Variation in clothing in particular was widely desired, though the mass production of clothing also accompanied a desire to see ethnic groups like the Uzbeks dress like “cultured” Muscovites, as A. I. Mikoian put it in 1936.<sup>17</sup> When Stalin proclaimed in 1936 that “life has become more joyous”, he meant that abundance had been achieved, and Soviet papers proclaimed: “We endorse beauty, smart clothes, chic coiffures, manicures ... Girls should be attractive. Perfume and make-up belong to the ‘must’ of a good Comsomol girl... Clean shaving is mandatory for a Comsomol boy.” A magazine named *Fashion* opened, and dancing became all the rage. Then came a backlash against “promiscuity”,

and arrests of young women for having an “immoral appearance” for flaunting the new fashions.<sup>18</sup> The more puritanical and the more libertine aspects of the revolution, once again, danced together in a dialectic.

From this time onwards the USSR engaged in a contest with the US to provide a potentially endless array of consumer goods. The retreat from asceticism was largely a post-war and Cold War phenomenon. By the 1950s socialist fashion began to emerge, though a taste for things American (especially cars, music and dance styles) also intensified. (Snack bars were called *amerikanki*, and ice-cream bars were also regarded as “American”).<sup>19</sup> This was notably evident during the 1957 Festival of Youth and Students, when some 30,000 foreigners descended on Moscow. Many must have gone home clothed only in roubles, for a roaring trade developed in their apparel, many of the buyers being Young Communists or *Komsomols*.<sup>20</sup> The resulting gap between promise and reality meant that “the inability to fulfil the needs of consumers would become a major factor in destroying the Soviet regime, perhaps even the chief one.”<sup>21</sup> This implies that the Soviet paradigm mirrored that of the West in assuming that mass consumption was an inevitable by-product of industrial society, no less applicable to socialism than to capitalism. A similar process can be traced in the eastern European states incorporated into the Soviet bloc from 1945-89. Though there was here also an evident desire to promote a socialist ideal of restrained needs, the manifest desire to attain a constantly tantalising western standard of living, particularly as viewed through American commodities, made competition with the West in this area inevitable. The possibility of a systematic restraint of needs was therefore virtually ruled out from the outset. Here, as in the case of the USSR, competition with the American utopia made the construction of Soviet utopia well-nigh impossible.

### III. Our Dilemmas

Let us turn now to consider how far such examples remain relevant today, in a vastly different cultural, social, political and economic context? Several objec-

tions are evident. Firstly, the earth’s population is now mostly urban: by 2100 70% of humanity will live in cities. This removes the possibility of the rural utopian community as the antidote to commercial urbanism, the option preferred by most pre-Marxian socialists. So we either remake our cities or we relinquish any hopes of utopian progress. Secondly, the religious prerequisites of hostility to luxury consumption are mostly now gone, as Puritanism and Catholic guilt alike are displaced by hedonism. Thirdly, modern individualism inhibits the power of collective restraint on behaviour. More people live alone, fewer are marrying or staying married, more live in the surreal worlds of gaming or YouTube videos. Though powerful countervailing trends towards conformity exist, collective pressure is lessened just as we need it to help limit consumption. Finally, the threat posed to civic virtue by luxury goods is not a recognised issue in public discourse today. Overpowered by neoliberal ideology, we generally feel little obligation to others. Thousands complain even when asked to wear masks to protect others, and themselves, in a pandemic. We demand our rights, without presuming that commensurate duties follow such claims. Indeed in plutocracies the reverse is the case, as the billionaires who control our media and often buy our elections and governments set the standard in excessive personal acquisition of planes and yachts, and generally dictate fashion down the social ladder. Some even offer their own utopia of space colonisation in order to displace any focus on the existing social and economic order.

Yet we have also witnessed some revivals of ideas of personal simplicity. The latest, and perhaps a serviceable model for the 21st century, was the countercultural ethos of 1968. This was rooted in rejecting the commodification of everyday life, the subordination of being to having, and the eternally nagging insistence on instant gratification and conspicuous consumption designed to make our neighbours envious rather than to satisfy true needs. Under the banner of human liberation, a romantic, sensualist, anti-materialistic ideal emerged which stressed communalism, egalitarianism, and oneness with a non-exploited “organic” nature. The counterculture condemned both the soulless, alienating

capitalist work-ethic and the elevation of shopping into a religion whose main attraction, as Zygmunt Bauman has noted, is “the offer of plentiful new starts and resurrections (chances of being ‘born again’)”.<sup>22</sup> This involves a cycle of constantly satisfying needs and creating new needs, and prioritising luxury and brand identity, and packaging over substance. Work under capitalism had become a means to an end, but equally a soul-destroying process which brought little else but what Richard Sennett calls the “corrosion of character”.<sup>23</sup>

We may query the idea that the retreat to a “real self” represented anything other than a variant on ever-mutating commodified self, where the point of consumption is constant renewal.<sup>24</sup> But the counterculture did present an ideal of simplified life, of “authentic” and direct personal communication, which gave greater recognition to the value of the emotions and of the erotic. Through writers like Jacques Ellul, Jean Meynaud and Lewis Mumford it challenged the claims of technologically-centred society. To the passive mesmerising experience epitomised in the 1950s image of the suburban family sitting in front of the TV, it posed a creative, active celebration of activity, or at least the alternative mesmerising experience provided by music. Bombarded by TV advertising, which dominated most of their spare time, and thus constantly urged to consume, and to work harder in order to consume more, the moderns had become mere stimulus-response puppets. The engineers of their souls were advertising executives. But to the ideal of a clean, efficient technocracy paid for by subservience to the machine the ‘67-68 cultural revolution juxtaposed a luddite and humanist cry of resistance to automating mind and body alike. Although it was in turn soon commodified as a style worth buying into, this represents the possibility of a renewed ideal of ecological balance.

#### IV. Towards a Post-Capitalist Society

Let me turn now to consider whether we can again envision a post-capitalist society where we have broken the cycle of emulation, decommodified our selves, and reined in consumption. The need to abolish capitalism on

the basis of its impact on nature now supersedes Marx’s emphasis on capitalism’s promotion of exploitation as a rationale for constructing a new system. Obviously we must abandon carbon-based energy, move rapidly to 100% renewable energy, and begin the painful process of population restraint and eventually reduction. These are not insoluble problems. More difficult, perhaps, is curing ourselves of two forms of the addiction called Affluenza which chiefly result from consumerism: one focussed on commodities, the other on the people we use consumption to try to surpass or excel.

The first of these two components is easier to disentangle. Since the 19th century Europeans, North Americans and increasingly the rest of the world have become devoted to a lifestyle based on consumerism. The scientific and technological revolutions of this period gave us the steam engine, rapid transport, telegraphy, electricity, refrigeration, radiation, the car, and much more. In the home, by the second half of the 20th century, our domestic burdens were notionally lightened by refrigerators, microwaves, vacuum-cleaners, air conditioning, central heating, and by the entertainment which radio, movies, television and then the internet provided. Where incomes have risen with the pace of technological advancement, we have insisted on newer goods at an increasing rate: cars, phones and so on. Luxuries become conveniences, then necessities. Our primary identity has become that of consumers, with none of the obligations imposed by citizenship or friendship. An addiction to constant stimulation in leisure activities, driven most recently and intensely by smartphones, distracts us from the more nefarious social consequences of the love of technology. These are physical addictions: shopping heightens the intensity of our sensations, while withdrawal from smartphone clicking, swiping and checking generates nervous anxiety. We are creatures, even slaves, of our commodities, unable to stem our relentless desire for novelty, for being “with it” and “up to date”, and for affirming ourselves through constant renewal. And so the saying goes, *we don’t have stuff: stuff has us.*

The second element in Affluenza is that we desire many

goods less for their utility and our vanity and narcissism than because of their associated social status. You proudly acquire a new Porsche and park it in your driveway, so I, your neighbour, buy a Maserati and park it next to your Porsche. You are crestfallen, but determined to work harder to buy a still more prestigious car. This holds for virtually all the commodities branded as luxury goods, and even many mere comforts. Not only do we value and define ourselves by possessing and consuming such goods. We are inescapably trapped in the rat-race, constantly bombarded by increasingly individually-targeted advertising which hints at our lack of worth if we fail to participate. When we are unworthy, others do not like us, and our self-esteem plummets. Yet we all recognise, of course, that few are actually made happy as a result of this system. It stimulates depression, anxiety, and narcissism in all its participants. And the poor are of course increasingly still more miserable than the rest. The greatest of all of the paradoxes of modern progress is that ultimately it produces a miserable populace unless steps are taken to remedy its deficiencies. In the United States, the number of those describing themselves as “very satisfied” peaked in the 1950s, and the far greater range of commodities available today has not increased satisfaction or happiness.<sup>25</sup>

In considering how to solve these problems, one underlying theme in both solutions is equality: more equal societies are not only happier, but also consume less per capita than more unequal societies. Globally the richest 10% generate 50% of global greenhouse gas emissions, and the richest 1%, 80% of that total. This is where utopianism provides excellent guidance in our current position.<sup>26</sup> It does so also, as we have seen, by proposing to end growth as such.

Reducing consumerism requires at least twelve strategies. Firstly, we need to end planned obsolescence, or the deliberate design of goods to have the shortest viable shelf-life. Our attitude must be, to paraphrase Aldous Huxley, that mending is better than ending.<sup>27</sup> Secondly, we need to curtail certain forms of advertising - it has recently been proposed that the use of attractive young

men and women to sell anything should be abolished.<sup>28</sup> This will not release us from the tyranny of branding, nor will it end the emulation of social ideal types, but it is a step in the right direction. Thirdly, we need to reduce the impact of fashion on consumption, again perhaps by legislating against advertising, impossible though this sounds. Fourthly, we need to shift towards a concept of public luxury, shared by all in museums, festivals, including free public transport and the like, and away from private luxury, and at the same time shift our values towards “consuming” experience shared with others (or alone, as in some computer games) and away from consuming unsustainable commodities. This will require remodelling cities to give a feeling of neighbourhood and “belongingness”, a sense of place with which we can identify, and which is in my view also a central goal of utopianism historically. Fifthly, restraining population growth will suppress demand for commodities. Sixthly, we must reduce our sense of self-identity as a reliance on having a choice of consumer goods. Social solidarity can only grow where an attachment to objects diminishes. Seventhly, we must begin to displace techno-centred personal encounters, like sitting at a café with our friends, all of us staring at our phones, with human encounters in which technology is sidelined if not banned. Eighthly, we can reduce our working hours, particularly as new machines are introduced, once demand for output is reduced. (But we need to avoid simply displacing greater demand to commodity-centred leisure activities.) Ninthly, we require a vibrant feminism which results in equalising gender opportunities across society. Women, who possess considerably more power than men in disposing of household budgets, need full choice over their reproductive capacities, which will reduce family sizes. Tenthly, expanded state action can publicise and sustain these goals. Decentralisation has its place, but small state ideals are not suitable to the complexity of a world-wide solution which must be forged and implemented in a few generations. Eleventh, we must eliminate the expectation that speed of delivery and the volume of the product are the ultimate goals in consumption. This process, sometimes termed the McDonaldization of society,<sup>29</sup> places a premium on quantity over quality,

and haste (“fast food”) and instant gratification over sociability and delayed satisfaction. It also encourages indebtedness (“buy now, pay later”), and the downward spiral of shopping-to-compensate for the depression we feel from being indebted as a result of shopping too much. Slower is often better. Twelfth, and perhaps most obviously, we must drastically restrict carbon consumption to reduce CO<sub>2</sub> and other emissions. This will entail an immediate move to renewable forms of energy, reforestation, a drastic reduction in the most dangerous forms of consumption, and many other measures.

Turning to the second problem, the psychology of consumption, and interpersonal competition as a driver of consumption, the benefits of a more equal society are obvious.<sup>30</sup> I will feel less anxious if you do not possess substantially more than I do. I will be more prone to measure and evaluate you by your human qualities, your warmth, kindness and capacity for friendship, than by what you own and how you flaunt it. Where leaders live modestly, this process will be accelerated. Disconnecting our self-identity from commodities and postulating a “sustainable sociability” will not be easy. The self-recognition we gain through consumption is moreover in some respects superior to that accorded us by others, which may be more contingent, fragile, transient and conditional. Goods we can always buy: friends are often not to be had at any price. Equality requires limits on wealth and on income and inheritance. My own view is that a cap should be placed on individual wealth of \$10 million per person. Billionaires must cease to exist as a class.

This equality moreover needs to be sustained by a utopian form of sociability in which our human interactions minimise the instrumental and utilitarian and maximise interaction as such. This will involve slowing life down with a great deal more small talk with everyone we encounter. A smile can be a subversive act, a wedge inserted into the system of exploitation and alienation. This process will be eased when the pay differential between classes is reduced substantially, for friendship, as Aristotle recognised, is only possible amongst equals. The more we value people

for what they are rather than what they possess, the less they will want to lock themselves into the cycle of consumption. And if it is true that we shop in part to compensate for the loss of earlier forms of association, notably religion and the family, then we need in particular to shore up our sociability rather than accepting this exchange. In sum, we need to exchange psychological satisfactions for material ones, and realise that contact with nature, creative activities, and human relationships are of higher value and greater satisfaction than consuming goods.

## V. Conclusion

To conclude. A striking feature of much of the environmentalist literature produced between the late 20th century and about five years ago is that it now seems outmoded. Few texts confront the prospect of real catastrophe, and that in the short- and medium-term rather than some distant dystopian future. The two great politico-economic paradigms of the modern epoch, liberalism and Marxism, now appear equally wedded to an ideal of growth and consequently seem useless today. Marxism was never able to attain a fully environmentalist vision, and Marx singularly failed to anticipate that the working classes might succumb to a pattern of fixation upon luxury, conspicuous consumption, and an incessant pattern of the satisfaction of one need being succeeded by the demand to satisfy the next.<sup>31</sup> It is clear, however, that egalitarianism reduces consumption, as does the types of solidarity Marx sought to promote.

Environmental destruction has become the single most important argument for ending capitalism. This is the most fundamental shift in political argument since the early 19th century. It means striking out into the unknown, and producing an entirely new paradigm of how society must be organised, and a great new counter-cultural movement to implement it. We now recognise that overconsumption is a disease, and that the cost of failing to cure it is the complete destruction and the end of humanity. We should be clear that the crisis we face is completely unprecedented. Its magnitude remains

unacknowledged. It calls for measures more complex and more radical than those yet in public discourse. It calls for us to set aside every other issue which divides us. It calls for common dedication and energy of a type never before mustered, beginning with massive civil disobedience to alert the public to the magnitude of the problem. If we act in time the apocalypse can be averted.

## NOTAS

- 1 Mark Lynas. *Six Degrees. Our Future on a Hotter Planet* (Harper Perennial, 2008).
- 2 Oliver James. *Affluenza. How to Be Successful and Stay Sane* (Vermillion, 2007), p. vii. A slightly different definition is offered by another similar title: *Affluenza* is “a painful, contagious, socially transmitted condition of overload, debt anxiety and waste resulting from the dogged pursuit of more”: John de Graaf, David Wann, Thomas H. Naylor. *Affluenza. How Overconsumption is Killings Us - and How to Fight Back* [2001](3rd edn, BK Currents Books, 2014), p. 1.
- 3 I draw here on my introduction to Claeys, ed., *Modern British Utopias* (8 vols, Pickering & Chatto).
- 4 See *Modern British Utopias*, c. 1750-1850, vol. 1, pp. xxviii-xxxii, which gives examples of each type.
- 5 François Fénelon. *Letters*, ed. John McEwen (Harvill Press, 1964), pp. 140-1.
- 6 François de Salignac de la Mothe-Fénelon. *The Adventures of Telemachus* (University of Georgia Press, 1987), pp. 137-55, 266-75.
- 7 R. Koselleck. *The Practice of Conceptual History* (Stanford University Press, 2002), pp. 85, 88. Just why English-language readers required sixty years more to reach the ideal future is unclear. On the later development of the future-oriented fantasy see I. F. Clarke. *The Pattern of Expectation 1644-2001*. A modern French edition is Louis Sebastien Mercier. *L'An 2440. Reve s'il en fut Jamais*, Introduction and notes by Christophe Cave et Christine Marcandier-Colard (La Découverte, 1999).
- 8 M. Mercier. *De J. J. Rousseau Considéré Comme L'Un des Premier Auteurs de la Révolution* (2 vols, Buisson, 1791), vol. 1, pp. 10, 197.
- 9 [Louis-Sébastien Mercier]. *Memoirs of the Year Two Thousand Five Hundred*, vol. 1, pp. 5, 20, 29, 32, 35, 56, 183, 208; vol. 2, pp. 2, 47, 161, 186-9, 190, 238.
- 10 Maurice Cranston, *The Noble Savage. Jean-Jacques Rousseau 1754-1762* (University of Chicago Press, 1991), p. ix.
- 11 J.S. Mill. *Principles of Political Economy* (2 vols, 1848), vol. 2, pp. 310, 312.
- 12 Timo Vihavainen. “Consumerism and the Soviet Project”, in Timo Vihavainen and Elena Bogdanova, eds. *Communism and Consumerism. The Soviet Alternative to the Affluent Society* (Leiden: Brill, 2016), p. 29.
- 13 Hans Jonas. *The Imperative of Responsibility. In Search of an Ethics for the Technological Age* (Chicago: University of Chicago Press, 1984), p. 147.
- 14 Timo Vihavainen. “The Spirit of Consumerism in Russia and the West”, in Timo Vihavainen and Elena Bogdanova, eds. *Communism and Consumerism*, p. 4.
- 15 Even as late as 1980, only 15% of Soviet citizens owned cars.
- 16 Djurdja Bartlett. *Fashion East. The Spectre That Haunted Communism* (Boston: MIT Press, 2010), p. 68.
- 17 Amy E. Randall. *The Soviet Dream World of Retail Trade and Consumption*, pp. 42-3.
- 18 Nicholas Timasheff. *The Great Retreat. The Growth and Decline of Communism in Russia* (E.P. Dutton, 1946), pp. 317-20.
- 19 Jukka Gronow. *Caviar with Champagne. Common Luxury and the Ideals of the Good Life in Stalin's Russia* (Oxford: Berg, 2003), p. 116.
- 20 Larissa Zakharova. “How and What to Consume: Patterns of Soviet Clothing Consumption in the 1950s and 1960s”, in Timo Vihavainen and Elena Bogdanova, eds. *Communism and Consumerism*, pp. 104-5.
- 21 Timo Vihavainen and Elena Bogdanova, eds. *Communism and Consumerism*, pp. xviii, xi.
- 22 Zygmunt Bauman. *Consuming Life* (Polity Press, 2007), p. 49.
- 23 Richard Sennett. *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism* (W.W. Norton, 1998).
- 24 See Bauman. *Consuming Life*, p. 113.
- 25 Kim Humphery. *Excess. Anti-Consumerism in the West* (Polity, 2010), p. 43.
- 26 For the most recent statement of this case, see Richard Wilkinson and Kate Pickett. *The Inner Level. How More Equal Societies Reduce Stress, Restore Sanity and Improve Everyone's Well-being* (Allen Lane, 2018).
- 27 Paraphrasing Aldous Huxley. *Brave New World* (Penguin Books, 1955), p. 49.
- 28 Oliver James. *Affluenza*, p. 333.
- 29 George Ritzer. *The McDonaldization of Society* (9th edn, Sage Publications, 2019).
- 30 A starting-point here is Peter K. Lunt and Sonia M. Livingstone. *Mass Consumption and Personal Identity* (Open University Press, 1992).
- 31 Edmund Wilson argues that Marx did not in fact want the proletariat to want what the bourgeoisie wanted (quoted in Rosalind H. Williams. *Dream Worlds. Mass Consumption in Late Nineteenth-Century France*, University of California Press, 1982, p. 313). There is little evidence for this assertion

## O AUTOR

Gregory Claeys é Professor emérito de História do Pensamento Político na Royal Holloway da Universidade de Londres.  
E-mail: g.claeys@rhul.ac.uk





## **SOBRE HISTÓRIA E TEORIA DA FICÇÃO DISTÓPICA**

### **Resumo**

Neste artigo, o leitor encontrará, *in nuce*, um trabalho de revisão, de caráter bibliográfico, de história e teoria da forma literária distópica, sendo ponderadas questões a ela inerentes, sem deixar de apurar as relações por ela mantidas com demais tradições e movimentos literários. Essa recuperação (sobretudo, no relativo ao prisma teórico) é feita mediante mobilização de certos operadores conceituais como especulação sobre o futuro, radicalização e prognóstico de tendências nocivas das sociedades contemporâneas. Até mesmo por isso, intentamos demonstrar como a ficção distópica maneja a crítica social, retomando o modo discursivo de determinados romances à luz de contextos diversos, bem como sua sugestão de caminhos alternativos em antecipação a possíveis catástrofes. Para tanto, realizamos um exercício de mapeamento e investigação da produção intelectual dos pensadores mais influentes e atuais do distopismo, a fim de – tendo em conta que não há uma única estratégia própria para a análise de distopias – levantar considerações teórico-metodológicas substanciais ao estudo dessa literatura, de modo a perceber quando e como se dá o estabelecimento de um imaginário distópico ora mais circunscrito, ora universal.

**Palavras-chave:** Distopia; Utopia; Ficção distópica; História literária; Teoria da literatura.

## ABSTRACT

### ON DYSTOPIAN FICTION'S HISTORY AND THEORY

In this paper, the reader will be faced, in nuce, with a review work, from a bibliographic approach, of history and theory of the dystopian literary form, taking into account issues inherent to it, but also verifying the relations it maintains with other literary traditions and movements. This recovery (regarding, above all, to the theoretical prism) is done resorting to the mobilization of certain conceptual operators such as speculation on the future, radicalization and prognosis of harmful trends in contemporary societies. Even due to this, we intend to demonstrate how dystopian fiction works social criticism, verifying the discursive mode of certain novels in the light of different contexts, as well as its suggestions of alternative paths in anticipation of possible catastrophes. To this end, we develop an exercise of mapping and investigating the intellectual production of the most influential and current thinkers of dystopism, in order – bearing in mind that there is not only one strategy for the analysis of dystopias – to raise substantial theoretical and methodological considerations to the study of this literature, in order to understand when and how a dystopian imagery is established, sometimes more circumscribedly, sometimes universally.

**Keywords:** Dystopia; Utopia; Dystopian fiction; Literary history; Theory of literature.

## RESUMEN

### SOBRE HISTORIA Y TEORÍA DE LA FICCIÓN DISTÓPICA

En este artículo, el lector se enfrentará, in nuce, a un trabajo de revisión, de enfoque bibliográfico, de historia y teoría de la forma literaria distópica, teniendo en vista cuestiones inherentes a ella, pero verificando igualmente las relaciones que mantiene con tradiciones y movimientos literarios otros. Esta recuperación (especialmente en relación al prisma teórico) se realiza mediante la movilización de ciertos operadores conceptuales como especulación sobre el futuro, radicalización y pronóstico de tendencias nocivas en las sociedades contemporáneas. De esta forma, pretendemos demostrar cómo la ficción distópica trabaja la crítica social, verificando el modo discursivo de algunas obras a la luz de diferentes contextos, así como su sugerencia de caminos alternativos en previsión de posibles catástrofes. Para tanto, mapeamos e investigamos la producción intelectual de los pensadores más influyentes y actuales del distopismo, con el fin de – sabiendo que no existe una estrategia única para analizar distopías – catalogar consideraciones teóricas y metodológicas sustanciales a el estudio de esta literatura y comprender cuándo y cómo se establece un imaginario distópico a veces más circunscrito, a veces universal.

**Palabras Clave:** Distopía; Utopía; Ficción distópica; Historia literaria; Teoría de la literatura.

## INTRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA: O OTIMISMO COM A CIÊNCIA, O PENSAMENTO UTÓPICO E SUA FORMALIZAÇÃO MODERNA

“[...] *it is not so easy to find states that are well and wisely governed.*”

— THOMAS MORUS  
(*Utopia*)

A história é testemunha do persistente sonho com o ideal; sonho este que se deu em períodos diferentes, para homens diferentes, de jeitos diferentes. Bastante antigos, os esforços de conceber sociedades ideais já podiam ser verificados na Grécia Clássica, em obras como *A República* e *As Leis* de Platão: naquela, além de declarar sua resolução pela sofocracia, sua convicção de que se dissipariam os problemas do Estado e da humanidade uma vez que se tornassem reis os filósofos, ele defendeu – e de formas que nitidamente antecipam o advento e o estatuto da tecnologia moderna – a importância da especialização das habilidades e das divisões de trabalho<sup>1</sup>; nesta, vemos advertências não tanto eufóricas sobre as inovações trazidas com o desenvolvimento da *techné*, iminentemente disruptivas e desconcertantes.

Enquanto os filósofos não forem reis nas cidades, ou aqueles que hoje denominamos reis e soberanos não forem verdadeira e seriamente filósofos, enquanto o poder político e a filosofia não convergirem num mesmo indivíduo, enquanto os muitos caracteres que atualmente perseguem um ou outro destes objetivos de modo exclusivo não forem impedidos de agir assim, não terão fim [...] os males das cidades nem [...] os do gênero humano, e jamais a cidade que nós descrevemos será edificada. [...] De fato, é difícil conceber que não haja felicidade possível de outra maneira, para o Estado e para os cidadãos. (PLATÃO, 1997, pp. 180-181)

Não obstante, diversas religiões também se mostraram, no decorrer dos tempos, inabalavelmente otimistas

com as questões humanas, prestando-se à crença e a promessas de felicidade tanto em vida, como o nirvana budista, quanto após a morte, como o paraíso cristão. Foi mais especificamente no Renascentismo que a idealização de uma sociedade abundante em valores coletivamente positivos (bem-estar, felicidade, justiça, harmonia estabilidade *etc.*) ganhou, de Thomas More, um nome (que, aliás, coube a seu respectivo gênero ficcional): *utopia*. Aproveito para chamar a atenção – e o porquê ficará nítido em instantes – para as ciências naturais entre os principais escopos vislumbrados por ele com vistas à prosperidade moral e cultural de seus cidadãos ideais. Sendo óbvio que as noções de ciência variam historicamente, a de More se volta para o conhecimento – adquirido via contemplação, aprendizagem e disciplina – do que é próprio da Natureza:

*The pleasures of the mind lie in knowledge, and in that delight which the contemplation of truth carries with it; to which they add the joyful reflections on a well-spent life, and the assured hopes of a future happiness.* (MORE, 1997, p. 92)

[...] for though there is no nation in the world that needs physic so little as they do, yet there is not any that honours it so much; *they reckon* the knowledge of it one of the pleasantest and most profitable parts of philosophy, *by which, as they search into the secrets of nature, so they not only find this study highly agreeable, but think that such inquiries are very acceptable to the Author of nature; and imagine, that as He, like the inventors of curious engines amongst mankind, has exposed this great machine of the universe to the view of the only creatures capable of contemplating it, so an exact and curious observer, who mires His workmanship, is much more acceptable to Him than one of the herd, who, like a beast incapable of reason, looks on this glorious scene with the eyes of a dull and unconcerned spectator.* (MORE, 1997, pp. 99-100, grifo meu)

A ciência, com efeito, esteve associada ao pensamento utópico desde a formulação moderna deste, que

remonta ao Iluminismo e se firma como corolário da capacidade do emprego judicioso da razão e da racionalidade de implicar a otimização, em essência, sem limites das sociedades. A saber, o utopismo moderno compartilha da fé no potencial da ciência e da racionalidade para a construção de lugares cada vez melhores atestada, por exemplo, na concepção marxista; vejamos:

As *ciências naturais* desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material sempre crescente. [...] A *indústria* é a relação histórica *efetiva* da natureza e, portanto, da ciência natural com o homem; por isso, se ela é apreendida como revelação exotérica das *forças essenciais* humanas, então também a essência *humana* da natureza ou a essência *natural* do homem é compreendida dessa forma, e por isso a ciência natural perde a sua orientação abstratamente material, ou antes idealista, tornando-se a base da ciência *humana*, como agora já se tornou – ainda que em figura estranhada – a base da vida efetivamente humana [...]. (MARX, 2004, p. 111);

Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito: basta-lhes dar conta do que se passa ante seus olhos e se tornarem porta-vozes disto. Enquanto procuram a ciência e apenas formulam sistemas, enquanto se situam nos inícios da luta, eles vêem na miséria somente a miséria, sem observarem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir dessa observação, a ciência produzida pelo movimento histórico, e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária. (MARX, 1989, p. 119)

Pois não sendo Marx, evidentemente, o único pensador a depositar sua confiança na ciência, reporto-me,

em termos mais atuais, a Habermas, para o qual a própria ideia de ‘moderno’ acompanhou o alvorecer, no século XVII, da ciência moderna, a qual, é certo, abriu margem tanto para novas possibilidades quanto para a crença “no progresso infinito do conhecimento e no avanço infinito em direção ao aperfeiçoamento social e moral” (1983, p. 86).

## IMPACTOS NADA EUFÓRICOS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Já na extensão do século XIX, as conquistas tecnológicas vinham se cumprindo segundo o antevisto por cientistas como Sir Francis Bacon – não à toa ser a este conferida a célebre expressão “*scientia potentia est*” –; no entanto, muitas delas já davam indícios de que os desdobramentos da aplicação da ciência não seriam plenamente emancipatórios, como queria Marx, aos homens, pois os mesmos esforços seus de compreensão, domínio, controle da natureza acabaram os dominando e controlando também. Aconteceu que tais conquistas promovidas pela evolução da ciência concorreram para fatos históricos, como as Revoluções Industriais (destaque à Segunda, na Europa Ocidental, nos EUA e no Japão, e o Imperialismo Mundial ensejado por ela), entre cujos efeitos não se provou a libertação das massas operárias exploradas; pelo contrário, estas se viram ainda mais acorrentadas às máquinas a serviço da indústria. E, ao mesmo tempo, descobertas científicas, como a Segunda Lei da Termodinâmica<sup>2</sup> e as do Darwinismo, minaram a projeção iluminista de progresso e poder irrestritos da mente e dos empreendimentos dos homens, de que seria possível superar quaisquer entraves já impostos à humanidade. Aristóteles bem já havia expresso, em sua *Política*, que, apesar de a civilização e seus avanços terem permitido ao homem se tornar *o melhor dos animais*, ele, ao se desligar de virtudes como a justiça, usar da natureza para tyrannizar aqueles ao seu redor, sufocando-lhes a liberdade, se encaminhar aos extremos e tomar o excesso por perfeição, mostra-se *o pior de todos eles*.

Aldous Huxley (2000, p. 59) argumenta que a humanidade, por mais que (in)tente, não consegue com-

por um organismo social – aquele, para citar H. G. Wells (2017, p. 65), “da educação universal e da cooperação geral” –, chegando só aos limites da organização; ao insistir na empresa do *ideal*, dela não obtém senão um “despotismo totalitário”. Assim como o nazismo<sup>3</sup> (AGAMBEN, 2020), seu romance *Admirável mundo novo* ilustra, aliás, os perigos de se confiar decisões ético-políticas a cientistas. Retomando, propriamente, a questão da utopia, observamos que a sugestão de sua impraticabilidade estava contida em seu nome mesmo: vindo do grego, utopia significa, precisamente, um *não lugar*, portanto, um lugar inexistente. Além das atrocidades cometidas no nazismo com alegação de nobre motivo (o qual: o conhecimento científico), como a despreocupação com o custo humano e a utilização de mão de obra escrava na fabricação de mísseis nas condições insalubres de Mittelwerk, o projeto eugênico de “limpeza racial”, enraizado no Darwinismo Social, legitimou que médicos e cientistas alemães, com aqueles segmentos populacionais cujas vidas desprezavam – sob o rótulo individual “*lebensunwerten lebens*” –, levassem a cabo experimentos antiéticos que transgrediam a dignidade humana e levaram milhões à morte, tais como amputações desnecessárias, indução de hipotermia e colonização microbiana, envenenamento, queimaduras, baixa pressurização *etc.*

E, de fato, a despeito dos supraditos avanços científico-tecnológicos e da enorme expectativa que os acompanhou, o *lugar ideal* – até em função dos múltiplos problemas que a noção e a própria possibilidade de que ele exista levantam; um exemplo muito óbvio disso é que as pessoas não compartilham, *in totum*, das mesmas estimativas sobre o que é socialmente desejável – não se concretizou. Deu-se, na verdade, o inverso: nos últimos tempos, ficou nítido que aquele antigo sonho de que falamos não se converteu senão num pesadelo de opressão. O *lugar ideal* (em suas várias modulações, como os *loci amoeni* e a utopia iluminista) cedeu espaço ao *lugar ruim*; passamos da visão utópica à distópica, uma virada na qual a ciência e a tecnologia tiveram papéis fundamentais.

## A GUINADA DISTÓPICA NO SÉCULO XX

“*Oppression tries to defend itself by its utility.*”

— SIMONE DE BEAUVOIR

(*The ethics of ambiguity*)

Mas como isso pôde acontecer? Como tudo deu tão errado assim? Assombrador, o outro lado da moeda, nomeadamente do século XX para cá, começou a vir à tona: como indicamos, a tecnologia industrial contribuiu para agigantar a riqueza dos ricos, isso em detrimento da integridade e da liberdade de seus subordinados; ao passo que a tecnologia biomédica rompeu com muitas barreiras impostas pela natureza, mas em detrimento da dignidade e da ética humanas. Foi nesse contexto marcado, principalmente, por novidades e interrogações que uma sorte de movimentos políticos aproveitou para se alçar ao poder, alguns, por exemplo, se comprometendo a erradicar irregularidades político-econômicas, outros incitando eugênicos combates a impurezas sociais. A tecnologia comunicacional, ao viabilizar a transmissão praticamente instantânea de informação, revelou-se uma aliada e tanto ao setor militar, fazendo com que *cenários de terror* se tornassem cada vez mais reais. E tudo, é claro, assistido de perto pelas instâncias político-estatais, sempre ágeis em reprimir com eficiência aqueles que delas ousavam destoar.

Para Claeys (2010), o movimento distópico do século XX é precedido por outros de origens mais distantes. O filosófico, por exemplo, remonta às objeções implicadas pelo conceito de utopia desde a célebre *República* platônica. A frequência cada vez mais alta de descompassos entre esfera social e pensamento utópico, intensificados em episódios como a Revolução Francesa, ensejou o advento do que Claeys (2010, p. 109) identifica como “*the first dystopian turn*”. Já o que ele denomina “*the second dystopian turn*” (2010, p. 111) começou a germinar com as sátiras, por exemplo, que contestavam movimentos nutridos pelo pensamento utópico, como Saint-Simonismo, Owenismo e Fourierismo; foi, porém, aproximadamente na década de

1880, com as promessas de melhora individual e social trazidas pelo entrelaçamento dos projetos eugênico e socialista e retratadas de modo tanto positivo quanto, sobretudo, negativo, que atingiu seu auge, ao passo que indícios do pensamento distópico também passaram a ser reconhecidos em discussões variadas, como a biológica de Darwin e a psicológica de Freud. Anos depois, veio a ficção de H. G. Wells, que epitoma não só o que Claeys (2010, p. 113) entende por “*the second dystopian turn*” na literatura como “*the outpouring of late nineteenth-century utopian sentiment, often in taking up the very same themes, notably authority, leadership and the advancement (or threat) of science and technology*”.

### **DYSTOPOI: LUGARES-COMUNS RETÓRICOS NOS LUGARES RUINS LITERÁRIOS**

“*There are still faint glimmers of civilization left in this barbaric slaughterhouse that was once known as humanity.*”  
— *The Grand Budapest Hotel*

Pois, nas mãos de indivíduos de talento (na condição de vítimas, testemunhas, bons observadores, profetas culturais *etc.*), as ansiedades brotadas desta *era do caos* tornaram-se matéria-prima para um novo tipo de arte. Foi assim que, em contraste com a perspectiva (ou a esperança) popular de um futuro de ordem e evolução da humanidade, despontou a arte do *lugar ruim*. Enquanto forma de literatura, a ficção distópica radicaliza e, com isso, critica tendências perniciosas das sociedades contemporâneas factuais (BOOKER, 1994; BACCOLINI & MOYLAN, 2003). Em sentido mais amplo, ela questiona o pensamento utópico e, ofertando variantes muito menos otimistas dele, faz advertências do que pode vir a acontecer se levada às últimas consequências a certeza de muitos de que é possível, à base de fórmulas do ideal, modelar a humanidade. Às custas de que, afinal, seriam esses modelos postos em prática? Insistimos em que, principalmente, da *liberdade*: liberdade de *escolher*, *sentir*, *pensar*, enfim, de *ser*, e de se *ser* verdadeiramente *humano*, e de se *ser* verdadeiramente *um humano*. No entanto e felizmente, existem brechas nestes rígidos sistemas políticos, fiadores de estabilidade e

felicidade pelo preço [de, no mínimo, alguma modulação] da liberdade, que permitem ao homem recobrar a posse de sua humanidade, dali, suprimida. Pois, sem liberdade, o homem não é, com efeito, *humano*. Podemos dizer, tendo tudo isso em mente, que as distopias mostram, então, em que, como e por que, em se tratando do estatuto (e sua manutenção) do *humano*, fracassam distintas configurações de sociedades e mundos idealizados.

### **PANORAMA HISTÓRICO-CONTEXTUAL DA FICÇÃO DISTÓPICA**

Enquadrar a distopia como gênero literário é uma empreitada que, um tanto quanto delicada, já rendeu juízos – em questão de gênese, autenticidade, características, limites *etc.* – bastante díspares e, por vezes, até controversos na história e na teoria literárias. Não existem definições únicas para a distopia. Podemos indicar, a título de ilustração, que há quem defenda: como Moylan (2000), que a distopia, descendente da sátira menipeia, do movimento realista e dos romances oitocentistas antiutópicos, consiste em um subgênero “invertido” da utopia; como Araújo (2018), que a distopia consiste em um subgênero da ficção científica; como Berriel (2005; *apud* KASSAB, 2018), que a distopia, nascida da utopia, já figura, desde *Frankenstein* (1818) de Mary Shelley, como um *gênero literário* por si mesma. Para efeitos de discussão, estabeleço dois parâmetros, um *histórico* e outro *teórico*, por meio dos quais, passando por essa confusão, esboçarei, pela apresentação dos argumentos mais aceitos e consolidados entre pensadores que já se ocuparam da mesma matéria, os termos das concepções “distopia” e “distópico” no campo literário.

Primeiramente, para iniciar a contextualização histórica, uma nota etimológica: de acordo com Vieira (*apud* CLAEYS, 2010, p. 16), a expressão “distopia” – “*dystopia*”, em inglês) – foi improvisada de raízes gregas e denota *lugar ruim*: “*dys comes from the Greek dus, and means bad, abnormal, diseased*”, compreendendo tudo aquilo que é “*too bad to be practicable*”. Apesar de já existir e ser empregado intermitentemente noutras

ocasiões (tendo sido originalmente usado pelo filósofo John Stuart Mill num debate parlamentarista em 1868), tal conceito só se estabiliza a partir do século XX. Pois é este o século em que, juntamente com essa intensificação de seu uso, se verificam a irrupção e a legitimação da distopia enquanto forma literária. Pois é este o século de cujos horrores – o homem sendo abusado mediante procedimentos cotidianos de compra e venda, a destruição biológica e ecológica, as guerras mundiais, doenças, fome, opressão, repressão, violência estatal *etc.* – a distopia, nomeadamente, se faz produto (MOYLAN, 2000).

A ficção distópica veio se instituindo e progredindo de múltiplas e inconstantes formas no catálogo narrativo ocidental contemporâneo, formas que podem, *grosso modo*, ser assim classificadas, nos termos de Claeys (2010, p. 109): “*the socialist engineering of human behaviour via the reconstitution of society*” e “*the eugenic engineering of human behaviour via biological manipulation*”. Ainda que suas obras não sejam terminantemente distópicas, H. G. Wells foi, nesta “*age of confusion*” – a forma como ele assimilava e se referia a esse íterim de ebulições culturais, históricas, ideológicas, políticas, econômicas, religiosas, científicas, tecnológicas *etc.* –, um dos primeiros a cartografar *lugares ruins* literários propriamente ditos. Na esteira (ou, se quisermos, recusa<sup>4</sup>) das visões expostas por ele em sua prolífica ficção científica, surgiram os clássicos distópicos: *Nós* (1920), de Ievguêni Zamiátin; *Admirável mundo novo*, (1932) de Aldous Huxley; e *1984* (1949) de George Orwell: “*Together, these three novels are the great defining texts of the genre of dystopian fiction, both in the vividness of their engagement with real-world social and political issues and in the scope of their critique of the societies on which they focus.*” (BOOKER, 1994, pp. 20-21). (BERCHEZ, 2020)

Paradigmáticas, figurando no cânone (e) da ficção distópica, essas obras legaram, para os próximos, significativa matéria em que se inspirar na medida de suas críticas ao panorama cultural, histórico, político *etc.* de sociedades reais às quais se reportavam pela configuração de outras futurísticas. Mais difusa e margi-

nalmente, surgiram composições, como *Convite para uma decapitação* (1935) de Vladimir Nabokov e *Mes-siah* (1954) de Gore Vidal, que captaram, da atmosfera cultural, inquietações de matiz indiscutivelmente distópico, muitas vezes, seguindo direções realistas e modernistas, bem como assumindo feitiços ambíguos e irônicos. Já em termo popular, notadamente após a Segunda Guerra, a ficção científica veio a incorporar, de acordo com Baccolini e Moylan (2003), a essência da distopia de modo que, com ela, pavimentou caminhos os quais, quando contemplados em conjunto, provaram constituir precisamente o que Kingsley Amis chamou como “*new maps of hell*”, tendo por exemplares as obras *Piano mecânico* (1952) de Kurt Vonnegut e *Fahrenheit 451* (1953) de Ray Bradbury.

Décadas mais tarde, após um interlúdio literário de utopias críticas que, sobretudo nas sociedades anglo-americanas, se deu pelas décadas de 1960 e 1970<sup>5</sup> e se enfraqueceu abruptamente devido a reformulações econômicas, à retomada de políticas direitistas e à intensificação de impulsos fundamentalistas e mercantilistas também no âmbito cultural, a ficção distópica, juntamente à científica, se remodelou e se fortaleceu a partir de novos movimentos criativos, como o *cyberpunk*, que fizeram por instaurar, face às repercussões dessa então onda conservadora, um imaginário negativo, quiçá até niilista (BACCOLINI & MOYLAN, 2003). Essa guinada distópica dos anos 1980 – que, tendo por base obras como *Não verás país nenhum* (1981), de I. de L. Brandão, confluente, via de regra, nos coeficientes “uso de mitos nacionais” e “temas de desertos e cidades desertas” (ARAÚJO, 2018, p. 181), não passou incólume em solo sul-americano – ganha ainda mais vigor com as celebrações, em 1984, do *1984* orwelliano, exortando novas possibilidades de criação na literatura distópica. *O conto da aia* (1985), de Margaret Atwood, por exemplo, apesar de orientada pelas diretivas das distopias clássicas, entre cujas mais notáveis conquistas está deslindar os modos como o sistema age na produção dos próprios excessos, expande os domínios, os limites, as alternativas delas; assinalo a perspectiva feminina e as questões que lhe são próprias, tais como a maternidade e a terceirização de seu



sistema reprodutivo, entre seus elementos narrativos de inovação à ficção distópica. Ainda pelos anos 1980, eclode (basicamente, pela escrita de autoria feminina) a segunda tomada do movimento *cyberpunk*, garantindo, em matéria tanto poética quanto política, uma nova consciência crítica para as distopias, e de exemplo trago as obras de Pat Cadigan, como *Mindplayers* (1987).

Embora, com frequência, vista como partidária do conservadorismo, a posição da ficção distópica para com as sociedades (sobre) as quais reflete é, ao contrário, de crítica e subversão. Notemos que uma possível decorrência da abordagem de qualquer produto intelectual é a deturpação de sua significação. Trata-se de um fenômeno que manifesta várias facetas, podendo ser indicativo, por exemplo, de uma má interpretação ou de um ato deliberado; logo, não ocorre exclusivamente no referente à ficção distópica, mas esta repetidamente se vê dele uma vítima. Acontece que, quando nas mãos de extremistas em geral (ou seja, de diferentes orientações ideológicas), ela pode ter seu sentido parcial ou integralmente subvertido a fim de se encaixar e servir às suas causas, de modo que seu valor crítico e prognóstico se dissipa e as partes envolvidas acreditam estar lidando com a prova não só do triunfo daqueles modelos de mundo tal como eles lhe são apresentados pelas obras como também da necessidade de afirmá-los (maior parte dos casos) ou negá-los.

Localizamos um exemplo disso em Anthony Burgess, o qual não pôde escapar das queixas de que tanto teria feito arte literária da violência da cultura juvenil quanto tê-la-ia glamourizado, confirmado, incentivado *etc.* em sua *Laranja mecânica*. No texto *Geleia mecânica*, publicado em uma revista em 1972, ele, sentindo-se ultrajado, defende-se das acusações de inspirar crimes, a princípio, na Inglaterra dos anos 70, que imitavam os dos *drugis*, ao exemplo do estupro coletivo de uma jovem de 17 anos ao som de *Singin' in the Rain*, a reprodução exata de uma cena da famosíssima adaptação cinematográfica (de Stanley Kubrick, em 1971) de sua obra. Isso sem contar os inúmeros relatos de pessoas que viram grupos de jovens mundo afora insuflados, caracterizados, agindo como eles. Por fatos dessa ordem

que, inclusive, romance e adaptação foram severamente criticados, reprovados, condenados e, até mesmo, retirados de circulação (ou seja, censurados) em muitas localidades, como o Brasil. Burgess argumenta que, desde o fim dos anos 1950, a juventude, desgostosa com a conjuntura pós-guerra, se mostrava turbulenta e delinquente, o que contribuiu para a criminalidade estar, realmente, em ascensão. À vista disso, o que ele alega ter feito, na verdade, foi se aplicar nos motivos já existentes da extrema violência e da obscenidade dessa juventude para compor uma obra de intenção homilética, ou seja, de sermão, de convencimento moral de que os princípios de bem e mal não são relativos. Assim, os excessos, as caricaturas e até o vocabulário *nadsat* foram pensados para tornar a violência menos realista – donde cai por terra o argumento dos que a detratam – do que simbólica. Até porque Anthony Burgess, cuja esposa foi vítima de um estupro coletivo durante um blecaute em Londres, certamente, não se regozijaria em fazer-se duplo (isto é, na personagem de F. Alexander, autor de *Laranja mecânica*, cuja esposa foi estuprada pelos *drugis*) via escrita de violência – muito embora tenha alcançado com ela catarse e indulgência – se não tivesse preocupação alguma com os desdobramentos da realidade em que vive.

Também em função disso é que, fundamentalmente, dos anos 1990 para cá, veio sendo reforçado, nas distopias literárias, o emprego de artifícios retórico-literários (entre os quais, *símile*, *motife* e *antecipação* – noção esta que se combina com a de *iluminação antecipatória*, crucial para determinar seu valor social, e se reporta ao vocábulo alemão “*vorschein*” [“pré-anúncio”, em tradução livre], de que o filósofo Ernst Bloch se serviu na apreciação das literaturas utópica e distópica [ZIPES *apud* OLANDER *et alia*, 1983] –), com vistas, ao remar contra marés políticas, culturais, econômicas *etc.* assustadoramente ominosas, a interagir ainda mais, e de diferentes maneiras, com as realidades sociais em contínua transformação.

Vale também apontar que o imaginário do século XX que se arraigou na ficção distópica é, segundo Marques (*apud* KASSAB, 2018), tributário de elementos

pessimistas descendentes de tradições como a escatológica judaico-cristã, o que contribuiu para suas perspectivas de “futuros fracassados” e “*unhappy endings*”, as quais têm sido amparadas, nos últimos decênios, também no meio científico. O uso de arma atômica nas cidades de Hiroshima e Nagasaki em 1945 decorrente da apropriação antiética da ciência nuclear para propósitos bélicos é um exemplo de fato histórico<sup>6</sup> cujos desdobramentos pesquisas acadêmicas recentes têm provado que são e serão, ainda em longo prazo, infaustos: além das consequências biológicas aos seres humanos – em se tratando tanto daqueles a elas expostos, como câncer radioinduzido, quanto de seus descendentes, como possíveis danos genéticos –, pode ser mencionada, entre eles, a destruição social e ecológica dos lugares ambientalmente contaminados por resíduos radioativos. Indicativo cada vez mais incisivo e menos refutável de um pessimismo generalizado, emergem, na contemporaneidade, romances distópicos como *Cadáver exquisito*, de Agustina Bazterrica, *Desta terra nada vai sobrar a não ser o vento que sopra sobre ela*, também de Ignácio Brandão, e *A Nova Ordem*, de Bernardo Kucinski, ao passo que configurações distópicas vêm se instalando também por toda a cultura popular. São miríades de amostras indústria-culturais atingindo audiências em massa, dentre as quais tiro de exemplo: filmes como *V de vingança* (2005) e o infanto-juvenil *Wall-E*, séries como *Uma noite de crime (The purge)* (2018-2019) e jogos eletrônicos como *Far cry 5* (2018).

## DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE O LUGAR RUIM

*“These are only hints and guesses, hints followed by guesses; and the rest is prayer, observance, discipline, thought and action.”*

— T. S. ELIOT

Procederemos, agora, com a conceitualização teórica de “distopia” e “distópico”, a fim de examinar e desenvolver pontos de que, sendo necessários e impreteríveis, viemos tratando. Devemos, em primeira instância, destacar o basilar: “distopia” costuma vir ao lado de

“antiutopia” e “utopia negativa” e de encontro a “utopia” e “eutopia”. Nos termos de B. F. Skinner, esses *lugares ruins* são “*ways of life we must be sure to avoid*”, tendo já recebido etiquetas como “face sombria da utopia” (BACCOLINI & MOYLAN, 2003). Isso porque é tido como um consenso entre os pensadores da distopia o seguinte: implícita ou explicitamente, toda distopia encerra elementos utópicos, da mesma forma que toda utopia encerra elementos distópicos. Tendo estreito vínculo e não sendo diametralmente contrárias, uma e outra, conforme Booker (1994) e Berriel (2005), fazem parte do mesmo projeto – o qual: o engajamento para a construção de *lugares legitimamente melhores* – e compartilham de bastantes atributos. Já Howe e Beauchamp (*apud* OLANDER *et alia*, 1983) entendem o distópico como sendo uma ‘falha’ na “perfeição do perfeito”, noutras palavras, *o lado sombrio da utopia*.

Na literatura, ela presta-se tanto a satirizar anseios utópicos, cujas falácias propõe desmistificar, quanto a representar sociedades em seqüências de pesadelo, em condições e padrões de vida insustentáveis, disparadamente piores do que aqueles que conhecemos, sendo geralmente marcada pelo desenrolar negativo (e “factível”) dos campos político e social. Por “factível” – tradução livre do inglês: “*feasible*” –, Claeys (2010) admite que, na ficção distópica, não devem existir pontos extraordinários ou absolutamente irrealistas, uma resolução que a desconecta da maior parte do escopo da ficção científica. Em acordo com Booker (1994), ressaltamos que é precisamente no sentido da *preocupação política e social* que a ficção distópica demonstra que, em geral, ela se afasta da científica, embora disponham de várias feições em comum e sejam associadas com frequência. Ainda assim, muitas obras literárias acabam conferindo com uma e outra, o que (como que) justifica as repetidas oscilações – algumas delas já até registradas anteriormente – de natureza tanto terminológica quanto teórico-metodológica das quais são alvos. E, por falar nisso, a essa altura, já é bem sabido que, dessa forma, a ficção distópica circunscreve, reflete e denuncia deficiências e inclinações de sistemas político-sociais da realidade concreto-material, com a qual se encontra em forte sintonia.

Aproveitando o debate, vale lembrar que, no século XX, essas estruturas puderam ser vastamente organizadas por duas ordens, a do capitalismo burguês e a do comunismo, cada qual subjugando, a seu modo, sociedades a cadências de sérios abusos. Os fantasmas, por exemplo, da Alemanha nazista e da Rússia stalinista continuam alertando quanto às ameaças e aos riscos contidos em qualquer modulação de *autoridade incontestável*, capaz de potencialmente culminar em desastres para ambos sistemas. Booker (1994) acredita que a verdadeira oposição, de cunho político, nas sociedades do século XX, sugerida pelas muitas semelhanças entre os regimes de Hitler e Stalin, é, com efeito, entre a democracia e o totalitarismo. Inclusive, várias obras distópicas, como *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* de Brandão, sinalizam que até mesmo as sociedades consideradas democráticas podem, sim, se entranhar por *veredas de horror*. São exemplos de episódios históricos de distopias reais, com milhares de vítimas reais, e seus excessos não fazem senão por ainda fomentar as advertências e as antecipações da ficção distópica.

A comparação e o contraste de uma sociedade imaginária para com outra objetiva compreendem exatamente as propriedades básicas das formas distópica e utópica, sendo que os fracassos e os sucessos de uma servem para frisar as falhas ou as virtudes de outra, pelo que devem existir, conforme Knepper (*apud* OLANDER *et alia*, 1983), relações de compensação e compromisso entre elas. Para Booker (1994, p. 15), “*dystopian critiques of existing systems would be pointless unless a better system appeared conceivable*”, um dos motivos pelos quais a distopia literária opera tão bem como crítica social.

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteados pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo.

Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*. (CANDIDO, 2011, pp. 13-14)

Ainda, a ficção distópica distingue-se pela expressão, além da condição humana, do potencial humano. “*E se?*”: é certo que ela comporta, sim, altos graus de especulação, (ABRASH *apud* OLANDER *et alia*, 1983), mas a dilatação<sup>7</sup> das configurações do hoje no território da fantasia também comporta elevados graus de plausibilidade em termos de contingências futuras. Por isso, em se tratando de distopias, a crença na realidade *jamaiz* deve ser suspensa (ZIPES *apud* OLANDER *et alia*, 1983). Quando observados padrões no decurso de um pouco mais de um século de história evolutiva/desenvolutiva da ficção distópica, fica nítido como seus autores, impelidos por apreensões ético-políticas, acabam fazendo dela, em menor ou maior medida, um canal de ordem profética, “*the canary in a cage*” (BACCOLINI & MOYLAN, 2003), em cujo cantarolar estão contidas advertências sobre tendências iminentemente nocivas e catastróficas das sociedades contemporâneas, pois acreditam que a mudança social, além de possível, é demasiadamente necessária.

*The tendency in dystopian literature is to combine arguments from a philosophical, political, and/or ethical debate with the format of a parable to create a work of fiction that is engaging and has the potential to motivate its readers to take political or social action. Inherent in dystopian fiction is the kernel of hope that the society depicted can be prevented. Thus, [...] it serves didactic and admonitory functions.* (PALARDY, 2018, p. 8)

“*The critique of contemporary society expressed in the dystopia implies (or asserts) the need for change*”, o que, para Peter Fitting (*apud* CLAEYS, p. 141), discrepa da forma antiutópica, compreendida como “*explicitly or implicitly a defence of the status quo*”.

Exemplo disso tudo é que Ievguêni Zamiátin, em *Nós*, faz o retrato, anos antes da ascensão de Josef Stalin, dos possíveis rumos e consequências da revolução comunista de pretensões utópicas, mas o fez de um jeito tão profético que o regime soviético baniu tal romance da Rússia, onde não foi sequer publicado até 1988. A composição desse romance foi concluída por ele em 1920, quase uma década antes do advento do stalinismo (de 1927 a 1953), isto é, época em que a Rússia ainda engatinhava para um futuro de extremismo totalitário. Mas isso não impediu a tirania política de se realizar logo que foi profetizada pelo romance. Adotando, nele, o método *reductio ad finem* (do latim, *recondução ao fim*), conforme atestado na vigésima anotação de D-503, o autor generalizou, quer dizer, levou até o extremo, até o *fim* (!), sintomas e tendências da sociedade do século XX, em especial no tangente ao governo comunista russo que o envolvia, lançando mão de uma desgostosa e irônica imagem do futuro no qual se empenhava e ao qual se encaminhava ansiosamente seu país.

Esse romance configura-se como uma ácida e profética sátira às facetas políticas desumanizantes, que puderam ser verificadas em realidade na emergência e na extensão do totalitarismo russo. Zamiátin acertou assustadoramente ao prever a formação de um monólito político, que foi a União Soviética, na esteira do Estado Único de *Nós*, que supôs sua revolução como a última e com propósitos últimos. Seus números submissos (como a primeira versão de D-503) e seus hereges políticos (como I-330) ficcionais encontraram seus correspondentes reais, respectivamente, nos autômatos que resultavam das lavagens cerebrais ideológicas e nos hipócritas que precisavam dissimular(-se) a fim de sobreviver. Equivalentes à figura de seu Benfeitor, à exigência de seu culto irrestrito, à opressão do Estado Único, houve Stalin e a ditadura soviética, responsáveis por eliminar qualquer um que levantasse a mínima suspeita de dissidência ou oposição. Por exemplo, estima-se que, no Grande Expurgo de Stalin, referente a episódios históricos de terror que se deram entre os anos de 1936 e 1938, houve aproximadamente um milhão de mortes. E, assim como o Departamento dos Guardiões da ficção, houve várias

agências secretamente destinadas, na União Soviética, à vigilância policial generalizada, sempre à espreita de especuladores, contrarrevolucionários, sabotadores *etc.*, como o NKVD (em português, Comissariado do Povo para Assuntos Internos). Tamanha era a desconfiança de Stalin, que nem mesmo os membros das organizações da polícia secreta soviética a ele subordinados escapavam de sua repressão, muitas vezes, acabando acusados e executados sob o pretexto de cometer crimes políticos como conspirações.

Enfim, nesse clássico distópico, já estavam adiantados esses aspectos de terror do stalinismo, a saber: a impiedade com aqueles (tanto confirmada quanto supostamente) em contraste com a ordem imposta, a violação da liberdade, a inspeção de pensamento e ação e a onipresença do inspetor. Zamiátin também presumiu a supressão da criatividade do espírito humano, ainda mais levando em conta fatores tais como a servidão das artes aos desígnios estatais. A União Soviética realmente contava com órgãos oficiais encarregados de controle e censura, em termos político-ideológicos, da literatura, ao exemplo da Glavit (em português, Direção-Geral de Assuntos Literários e Editoriais) e do Goskomizdat (em português, Comitê Estadual de Edição, Impressão e Comércio de Livros). A sensibilidade político-cultural acurada de Zamiátin o levou a tecer, em *Nós*, uma importante mensagem sobre a ameaça ao direito do homem de ser quem apaixonadamente deseja ser, isso com a esperança de reverter, enquanto ainda era possível (muito embora não tenha sido, como sabemos, possível), os catastróficos desdobramentos, principalmente, da Rússia e do povo soviético:

Vocês, leitores destas notas, quem quer que sejam, o sol está sobre vocês. [...] Pode acontecer de em uma hora tudo isso desaparecer, em uma hora o sangue rosado se esvaír, mas por enquanto estamos vivos. [...] vejo a 'Integral' pensando no seu grandioso e terrível futuro, no fardo pesado da felicidade inevitável que ela levará para cima, a vocês desconhecidos, a vocês que a buscam eternamente e nunca a encontram.

Vocês a encontrarão e serão felizes, vocês são obrigados a ser felizes e já não precisam esperar muito tempo. (2017, pp. 117-8)

O que queremos deixar claro, com isso, é que, inseparável de qualquer distopia, o componente da precaução é urdido para ser levado a sério. Logo, na ficção distópica, duas operações são verificadas: uma reativa, como cada obra se conforma às pressões exercidas por múltiplos contextos; e outra propositiva, como cada obra responde e, assim, intervém nos arranjos da realidade da qual parte, manejando para exceder, com a moção de outro modelo de mundo contra o qual aquele a que se refere/volta possa ser testado, um trabalho literário puramente estético, isto é, de arte pela arte<sup>8</sup> (WOODWARD *apud* OLANDER *et alia*, 1983). Pois, quando o assunto é distopia, estamos lidando com uma noção funcional da arte, pensada e defendida, sim, como instrumento de modificação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ATUALIDADE, A NECESSIDADE E A FORÇA DA DISTOPIA NA CONTEMPORANEIDADE

*“The explicit subjects of fiction are not the only subjects of fiction.”*

— ELAINE FREEDGOOD  
(*The ideas in things*)

Nem mesmo Thomas More, em sua célebre *Utopia*, fez segredo acerca do fato de ser um tanto quanto difícil encontrar estados bem e sabiamente administrados. A vontade de poder propuliona as ações dos homens. Essa vontade, unida à impetuosidade presente no âmago do ser humano, fez surgir a necessidade de instâncias capazes não só de conter como de controlar as paixões individuais, visando a um, senão bom, ao menos aceitável desempenho das coletividades. Neste sentido, um dos raciocínios comumente admitidos é o de que, quanto melhor forem governados e, até, condicionados os homens de agora, serão também mais organizadas, aprimoradas, providas com senso de equidade, portanto, mais eutópicas e felizes as vidas da raça humana do *porvir*. No entanto, sendo também homens

aqueles que compõem as entidades socialmente prescritoras, acontece, muitas vezes, e por esse fator mesmo (isto é, o fator do *humano* e do ímpeto que o acompanha), de a autoridade, o poder insaciável que exercem sobre as coisas humanas e outros homens adquirirem proporções colossais, desequilibrando a organização social como um todo. É o triunfo de alguns poucos, noutras palavras, em detrimento da humanidade de outros. E é justamente na assimetria dessas relações dos homens para com outros homens que se encontram assentadas as distopias literárias, donde a imprescindibilidade do emprego e da manutenção do controle social. Isso porque o poder e seu exercício, na ficção distópica, dão vez a realidades em que mecanismos como a produção, a aplicação e a circulação dos discursos determinam o funcionamento das sociedades, tendo *homens subjugados* como produtos (pois já sem traços verdadeiramente humanos), que orientam seus pensamentos, seus sentimentos, suas ações por noções enrijecidamente impostas sobre o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o aceitável e o condenável.

*Alerta simulado de incêndio.* Nesta empreitada conjugada de literatura comparada, história, teoria e crítica literárias que levamos a cabo, tencionamos, sobretudo, sinalizar, com o amparo crítico-teórico de consagrados estudiosos do distopismo, o funcionamento universal coerente da estrutura literária distópica, fazendo sempre questão de sublinhar o manejo dessa forma (para não dizer gênero) na crítica político-social do agora, isto é, na reflexão que as obras a ela associadas fazem sobre questões correntes (de modo acentuado e desastroso, não necessariamente único) nos séculos XX e XXI, como o totalitarismo, a tecnologização e o transumanismo, legitimadas e, por conseguinte, configuradas por elas mediante prognóstico do amanhã, noutras palavras, mediante sua conclusão radicalizada no futuro. E, se aceitarmos que [o *revertério*, a saber,] a reviravolta literária para visões do *porvir-enquanto-pesadelo* se apresenta como “*one of the most revealing indexes to the anxieties of our age*” (HILLEGAS *apud* BOOKER, 1994, p. 16), far-se-á, então, evidente e inequívoca a capacidade da ficção distópica de jorrar luz, com segurança e propriedade, em estruturas, forças,

fundamentos *etc.* com base nos quais a Contemporaneidade tem se construído, deixando comprovada tamanha relevância que ela tem para os dias de hoje, como também tamanha relevância que, de maneira geral, a literatura, as interrogações que alça e as investigações sobre ela têm para os dias de hoje, donde cremos estar firmemente justificada a substancialidade desse estudo que, enfim, arrematamos.

## NOTAS

- 1 Proclamação do “dever de ajustar os cidadãos à função social para que os destinou a natureza”, de modo que “cada um deverá desempenhar a sua [...] para toda a comunidade” (PLATÃO, 1997, pp. 84; 71).
- 2 Conduzida a partir da obra de Sadi Carnot e desenvolvida por Rudolf Clausius, em 1850, e Lorde Kelvin, em 1851, trata-se da lei segundo a qual, falando mais simplistamente, é impossível que todo calor se transforme em trabalho. Logo, o rendimento (ou a eficiência) de qualquer máquina será menor que 100%. (NUSSENZVEIG, 2018)
- 3 Para mais informações, ver, por exemplo, Fraser & Müller-Hill (1988), Cornwell (2003), Spitz (2005).
- 4 H. G. Wells foi uma figura importante para autores utópicos e distópicos posteriores por ter forjado um truque que viria a ser deveras empregado por muitos deles, que é o de especular de uma forma plausível e dispor sociedades extravagantes com personagens, motivos, preocupações, conjunturas *etc.* que aparentam ser familiares. Além disso, Davis (apud GREENBERG, OLANDER & RABKIN, p. 132) sustenta também que Wells é o verdadeiro fundador/fomentador do movimento distópico do século XX, posto que suas obras literárias de natureza utópica ofertaram moldes contra os quais reagiram intensamente autores ao exemplo de Zamiátin, Huxley e Orwell.
- 5 Nessas décadas, ocorreu, por força da cultura política de oposição, norteadas pelos pensamentos ecológico, feminista e da nova esquerda, o avivamento da escrita eutópica – tomada como utopia positiva, eutopia é a concepção, em termos imaginários ou hipotéticos, de sociedades ideais, lugares bons e felizes (CLAEYS, 2010) –, que, em latência desde o fim do século XIX, adquiriu uma nova forma nas utopias críticas, então conscientes das limitações da tradição utópica – sendo o pensamento utópico tradicional rejeitado enquanto modelo, preservado enquanto sonho social e constantemente questionado em parâmetros formais e políticos (MOYLAN, 2000) – e insufladas, quando na dinâmica de busca e exploração de lugares e futuros melhores, pelas atitudes pós-modernas de autorreflexividade e comprometimento político (BACCOLINI & MOYLAN, 2003). Entre os exemplares, *The female man* (1975) de Joana Russ e *Ecotopia* (1975) de Ernest Callenbach.
- 6 Para mais informações, ver, por exemplo, Beresford et alia (2005), Ferreira (2013), Práválie (2014).
- 7 Liam Knight para a Universidade de Birmingham (2020): “Oceania. The World State. Gilead. The worlds of literary dystopias are nightmarish, alarmingly plausible, and deeply fascinating. [...] authors extrapolate contemporary trends to produce projected futures, perturbed by how within-reach they are, and comforted by the fact that

we have not reached peak dystopia, not yet, at least.” Disponível em: [birmingham.ac.uk/schools/edacs/departments/english/news/2020/covid-dystopia.aspx](http://birmingham.ac.uk/schools/edacs/departments/english/news/2020/covid-dystopia.aspx). Acesso em 27/11/2020.

- 8 O movimento *l'art pour l'art* e sua concentração no plano da estética foram fortificados na literatura, por exemplo, pelas notáveis vozes oitocentistas de Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire e Stéphane Mallarmé.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Soviet heretic: Essays by Yevgeny Zamyatin*. Edited and translated by Mirra Ginsburg. Chicago: Chicago University Press, 1970.
- ADAMS, John Joseph. *Wastelands: stories of the apocalypse*. 1<sup>st</sup> edition. London: Titan Books, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *Una domanda*. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-una-domanda>. Acesso em 20/10/2020.
- ARAÚJO, Naiara. Ficção científica e distopia: considerações acerca da cidade e do corpo em *Umbra* (1977) e *Asilo nas torres* (1979). *Afluente*, v. 3, n. 7, pp. 172-183, 2018. Disponível em: <http://bit.do/eLTLc>. Acesso em 10/3/2020.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Torriero Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2018.
- ATWOOD, Margaret. *O conto da aia*. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BAKER, Robert. *Brave New World: History, Science, and Dystopia*. Twayne Publishers, 1990.
- BAZTERRICA, Agustina. *Cadáver exquísito*. Buenos Aires: Alfabeta, 2018.
- BERCHEZ, Amanda. Prognóstico do amanhã, crítica social do hoje: Distopias brasileiras do século XXI. IN: GONTIJO ROSA, Carlos. *Aproximar-se das literaturas de Língua Portuguesa: traçando leituras*. São Paulo: Na Raiz, 2020, pp. 56-75.
- \_\_\_\_\_. Doenças e distopias, doenças nas distopias, distopias nas doenças. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão (SE), v. 6, n. 17, pp. 93-106, 2020.
- BERESFORD, Nick; MOBERG, Leif; SHAW, George; SMITH, Jim. Radioactivity in terrestrial ecosystems. In: \_\_\_\_\_. *Chernobyl (Catastrophe and consequences)*. Heidelberg, Alemanha: Springer, 2005, pp. 81-137.
- BERRIEL, Carlos. Editorial. *MORUS – Utopia e Renascimento*, n. 2, pp. 4-10, 2005.
- BOOKER, M. Keith. *Dystopian literature: a theory and research guide*. Westport: Greenwood Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. *The dystopian impulse in modern literature (fiction as social criticism)*. Westport: Greenwood Press, 1994.

- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2012.
- BRANDÃO, Ignácio de L. *Esta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*. São Paulo: Global, 2018.
- BURGESS, Anthony. *Laranja mecânica*. Tradução de Fábio Fernandes. São Paulo: Aleph, 2012.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CALDER, Jenni. *Huxley and Orwell: Brave new world and Nineteen eighty-four*. London: Edward Arnold, 1976.
- CLAEYS, Gregory. *The Cambridge Companion to utopian literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Dystopia: a natural history*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- CORNWELL, John. *Os cientistas de Hitler: ciência, guerra e o pacto com o demônio*. Imago, 2003.
- DALRYMPLE, Theodore. A prophetic and violent masterpiece. *City Journal*, v. 16, n. 1, 2006.
- DOUPLE, E.; MABUCHI, K.; CULLINGS, H.; PRESTON, D.; KODAMA, K.; SHIMIZU, Y.; SHORE, R. Long-term radiation-related health effects in a unique human population: Lessons learned from the atomic bomb survivors of Hiroshima and Nagasaki. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, 2011.
- FAHNESTOCK, Jeanne; SECOR, Marie. The rhetoric of literary criticism. In: BAZERMAN, Charles; PARADIS, James. *Textual dynamics of the professions*. Madison: University of Wisconsin Press, pp. 74-96, 1991.
- FEATHERSTON, Mark. *Planet utopia: utopia, dystopia, and globalisation*. New York: Routledge, 2017.
- FERREIRA, Mário. O efeito das radiações ionizantes em doses baixas: cinco décadas de disputa. *ComCiência*, n. 152, 2013.
- FRASER, George; MÜLLER-HILL, Benno. *Murderous science: elimination by scientific selection of Jews, Gypsies and others in Germany (1933-1945)*. Oxford University Press, 1988.
- GOTTLIEB, Erika. *Dystopian fiction, East and West: universe of terror and trial*. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2001.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Tradução de Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Brave New World Revisited*. Rosetta Books, 2000.
- KASSAB, Álvaro. Sobre distopias, autoengano e a perspectiva de um futuro fracassado. *Jornal da UNICAMP*, 2018. Disponível em: <http://bit.do/eHeEq>. Acesso em: 31/1/2020.
- KUCINSKI, Bernardo. *A nova ordem*. São Paulo: Alameda, 2019.
- LACAPRA, Dominick. *History, literature and critical theory*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MORE, Thomas. *Utopia*. London: Wordsworth Editions, 1997.
- MOYLAN, Tom. *Scraps of the untainted sky: science fiction, utopia, dystopia*. Boulder: Westview Press, 2000.
- \_\_\_\_\_; BACCOLINI, Raffaella. *Dark horizons: science fiction and the utopian imagination*. New York: Routledge, 2003.
- NUSSENZVEIG, Herch Moysés. *Curso de física básica: fluidos, oscilações e ondas, calor*. São Paulo: Blucher, 2018.
- OLANDER, Joseph et alia. *No place else: explorations in utopian and dystopian fiction*. Carbondale: SIU Press, 1983.
- ORWELL, George. 1984. Tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PALARDY, Diana. *The dystopian imagination in contemporary Spanish literature and film*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- PLATÃO, *A República*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- PRĀVĀLIE, Remus. Nuclear weapons tests and environmental consequences: a global perspective. *Ambio*, v. 43, n. 6, p. 729-744, 2014.
- PRESLAR, R. Mark. YEVGENY ZAMYATIN'S "WE": Forbidden knowledge and coercion in utopia. *Soundings: An interdisciplinary journal*, v. 91, n. 1/2, pp. 33-61, 2008.
- RUSSELL, Robert. *Zamiatin's We*. Bristol: Bristol Classical Press, 1999.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOVIET TO PUBLISH 'WE'. *New York Times*, New York, June 25, 1987, Section C, Page 25. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1987/06/25/books/soviet-to-publish-we.html>. Acesso em 14/07/2020.
- SPITZ, Vivien. *Doctors from hell: the horrific account of Nazi experiments on humans*. Sentient Publications, 2005.
- STEPHENS, Piers. The Green Wall: nature, liberty and Yevgeny Zamyatin's dystopian frame. *Western Political Science Association (Annual Meeting Paper)*, 2010.

VONNEGUT, Kurt. *Piano mecânico*. Tradução de Daniel Pellizari. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

WELLS, H. G. *A máquina do tempo*. Tradução de Marina Petroff. São Paulo: Via Leitura, 2017.

ZAMIÁTIN, Ievguêni. *Nós*. Tradução de Gabriela Soares. São Paulo: Aleph, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do Reall: 5 ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2003.

## A AUTORA

Amanda Berchez é Mestra em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), graduada pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutorado em Estudos Literários em andamento pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL/Ar) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, com pesquisa sobre teoria da Ficção Distópica. Compõe atualmente o corpo docente da UNIFAL-MG, atuando em ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Literatura Clássica, Língua Latina e Literatura Distópica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2137-8024>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7770382882528645>. E-mail: [amanda.berchez@unesp.br](mailto:amanda.berchez@unesp.br)





## DO CONTEMPORÂNEO SURGE UMA NOVA DISTOPIA: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO COM BASE EM QUATRO TRILOGIAS

### Resumo

As distopias contemporâneas têm sido largamente estudadas, pois muitos teóricos as consideram uma atualização ao gênero distopia como era concebido tradicionalmente. Sob este prisma, este trabalho busca analisar alguns aspectos que diferenciam a atual forma do gênero de seus antecessores. Analisar-se-á a ocorrência do pós-humano e transumano, bem como as implicações sociais em ambos na criação de sociedades distópicas. Além disso, buscar-se-á demonstrar as diferentes características resultantes da troca de foco das narrativas, que vai da ênfase no social nas distopias tradicionais para o corpo e a essência do humano nas distopias contemporâneas. Para tal, este trabalho utiliza-se das contribuições de Gregory Claeys (2010), Raffaella Baccolini (2004), Eduardo Marks de Marques (2014) e Cary Wolfe (2010).

**Palavras-chave:** Distopias contemporâneas; transumanidade; pós-humanidade; utopia.

## ABSTRACT

### FROM THE CONTEMPORARY A NEW DYSTOPIA EMERGES: AN ANALYSIS OF THE MAIN CHARACTERISTICS OF THE GENRE BASED ON FOUR TRILOGIES

Contemporary dystopias have been extensively studied since many theorists consider them an update to the genre dystopia as it was traditionally conceived. In this light, this paper seeks to analyze some aspects that differentiate the current form of the genre from its predecessors. The occurrence of posthuman and transhuman will be analyzed, as well as the social implications in both in the creation of such societies. In addition, this paper will try to demonstrate the different characteristics resulting from the shift in the narrative perspective that goes from the social emphasis on traditional dystopias to body and human essence in contemporary dystopias. For such purpose, this work uses the contributions of Claeys, Baccolini, Marks de Marques and Wolfe.

**Keywords:** Contemporary dystopia; Transhumanity; Posthumanity; Utopia.

## RESUMEN

### DE LO CONTEMPORÁNEO EMERGE UNA NUEVA DISTOPÍA: UN ANÁLISIS DE LAS PRINCIPALES CARACTERÍSTICAS DEL GÉNERO A PARTIR DE CUATRO TRILOGÍAS

Las distopías contemporáneas han sido ampliamente estudiadas, ya que muchos teóricos las consideran una actualización del género de la distopía tal como se concibió tradicionalmente. Desde esta perspectiva, este trabajo busca analizar algunos aspectos que diferencian la forma actual del género de sus predecesores. Se analizará la ocurrencia de lo poshumano y lo transhumano, así como las implicaciones sociales de ambos en la creación de sociedades distópicas. Además, se buscará demostrar las distintas características resultantes del cambio de enfoque de las narrativas, que va desde el énfasis en lo social en las distopías tradicionales hasta el cuerpo y la esencia humana en las distopías contemporáneas. Para ello, este trabajo utiliza los aportes de Gregory Claeys (2010), Raffaella Baccolini (2004), Eduardo Marks de Marques (2014) y Cary Wolfe (2010).

**Palabras clave:** Distopías contemporáneas; transhumanidad; post-humanidad; Utopía.

## INTRODUÇÃO

As distopias contemporâneas representam uma atualização no gênero distopia; muitos são os teóricos e os termos utilizados para lidar com estas novas manifestações do gênero. Conceitos como “distopia crítica”, “terceira virada distópica” ou “contínuo distópico-utópico” sinalizam a especificidade de tais textos e a necessidade de destacar esta nova fase do gênero. Várias características ligam a distopia contemporânea à linhagem tradicional que a precedeu; este artigo, porém, tem por objeto explicitar características que fazem com que os textos produzidos na atualidade se inscrevam em uma nova problemática.

O termo distopia foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo John Stuart Mill em uma de suas falas no parlamento inglês para descrever uma realidade que ele considerava atroz no ano de 1868; o conceito, porém, só ganhou certo destaque no século XX. A distopia representa um gênero essencialmente arraigado na sociedade; dentre suas características mais marcantes estão a discussão de valores éticos ou morais e a denúncia de suas possíveis deturpações. Para este efeito, as distopias criam uma sociedade atroz, na qual os indivíduos que ali coexistem carecem de direitos básicos e, no universo da obra ficcional, estas prerrogativas são consideradas essenciais para o que se entende por condição humana. Vários textos teóricos têm buscado estabelecer padrões e lidar com as manifestações propostas pelo gênero desde seu surgimento. Tal origem, segundo Gregory Claeys (2010, p.110), estaria localizada em meados de 1756 com a publicação da obra *Vindication of Natural Society*, de Edmund Burke. Desde então, reflexões acerca de valores morais e éticos têm sido debatidas e atualizadas nestes textos e, por conseguinte, pelas teorias que buscam dar conta de tais narrativas. Existe uma tendência notável da distopia a possuir padrões temporais, a qual encontra-se no fato de tais textos refletirem as sociedades das quais são produto. Neste sentido, em um mundo dito globalizado, pode-se inferir que é esperado que a distopia seja reformatada mais pelo tempo do que pelo espaço. Pode-se observar que, na contemporaneidade, as fronteiras espaciais têm sido obscure-

cidas; porém, as mudanças tecnológicas constantes têm feito do tempo um fator de mudança social mais premente do que o espaço.

Chris Ferns<sup>1</sup>(1999) vincula a distopia à utopia, pois o ideal pessimista, marca da distopia, apareceria após as decepções com promessas sociais utópicas que não foram concretizadas. Contudo, autores como Raffaella Baccolini(2004) denotam a persistência da esperança nas distopias contemporâneas, as quais romperiam com o ideal anti-utópico das distopias tradicionais. A atualização das distopias, que se convencionará chamar distopias contemporâneas, traz uma nova relação com a utopia, uma afinidade tênue com o pós-apocalíptico, perpassado principalmente por correntes trans e pós-humanas e também tem por foco uma discussão mais centrada no humano do que na sociedade *per se*.

Claeys(2010) divide o gênero distopia em dois momentos distintos, em um ensaio nominado “The Origins of Dystopia: Wells, Huxley and Orwell”. O autor redimensiona a famosa tríade do lugar de textos fundadores para a categoria de segundo momento do gênero, um período no qual a ênfase do não-lugar distópico era o cenário político e social. Contudo, as distopias deixaram de abordar essa temática como elemento central, e, ao invés disso, começaram a focalizar o componente humano e a refletir, em seus universos atroz, um futuro em que a humanidade não perdeu os seus direitos sociais ou “humanos” básicos, mas deixou de adequar-se ao próprio conceito de humano.

Compreendendo este novo momento do gênero, Eduardo Marks de Marques (2014) se apropria das divisões sinalizadas por Claeys e conceitua um terceiro momento no gênero distopia, o qual denomina terceira virada distópica. Para o autor, o elemento central de tais distopias não está focado no social ou no político, mas sim no corpo transfigurado pelo capitalismo tecnológico, permeado por sistemas pós e transumanos.

Marks de Marques sinaliza a tecnologia atrelada ao capitalismo e as correntes filosóficas pós-humanistas e transumanistas - conceitos que serão melhor abordados

na próxima seção - decorrentes deste processo como indutoras de um pensamento distópico contemporâneo (terceira virada). O sistema econômico é muito abordado em distopias tradicionais, como no caso de *We* de Yevgeny Zamyatin publicada em 1924 e de outras distopias da primeira metade do século XX. Porém, como se pode observar, a problemática do capitalismo na forma atual do gênero não se faz sentir apenas socialmente, mas invade e transfigura os corpos dos indivíduos. A ética com relação à instituição corpórea não se restringe à vida ou à morte do corpo, mas transpassa a sua forma e modifica até mesmo sua essência ou a relação entre esses seres com outros diferentes de si.

Assim, buscar-se-á versar sobre a especificidade dos romances distópicos contemporâneos e, para tal, utilizar-se-á as trilologias: *Feios* (2005-2007) de Scott Westerfeld, *Jogos Vorazes* (2008-2010) de Suzanne Collins, *Maze Runner* (2009-2011) de James Dashner e *A 5ª Onda* (2013-2016) de Rick Yancey. Propor-se-á, nas próximas três seções a discussão de peculiaridades do texto na atualidade, traçando um paralelo com os textos anteriores aos quais se nominarão distopias tradicionais.

### **SUBTEXTO UTÓPICO: ENTRE O PÓS E O TRANSUMANO.**

Ao referenciarem-se no humanismo, o pensamento filosófico pós-humanista e o transumanista, dentro do recorte teórico utilizado neste trabalho, são movimentos opostos entre si. Segundo N. Katherine Hayles (1999, p.22), o pós-humanismo posiciona-se contra o movimento humanista, admitindo não que o homem é o âmago do universo, mas que várias formas inteligentes podem existir. Sendo assim, o centro que teria o discernimento e a racionalidade como prerrogativas e seria sinônimo de humanidade passa a não existir, pois outros seres poderiam subsistir e compartilhar de uma racionalidade similar ou mesmo mais elevada. Cary Wolfe (2010) acredita que o movimento pós-humanista emancipa ao mesmo patamar seres como animais, robôs ou alienígenas. A consciência não é mais humana, mas pós-humana. Portanto, esta corrente

trata de uma descentralização e, segundo o autor, não necessita recuperar traços humanistas ou se constituir como anti-humana.

Já o transumanismo não se opõe ou descentraliza o humanismo, mas, ao contrário, o intensifica. No humanismo o ser humano retira a divindade do centro do universo e da representação de beleza, e no transumanismo ele destitui do divino a incumbência da evolução de sua espécie. O homem seria então capaz de evoluir a si mesmo através da tecnologia, e a evolução estaria a cargo de seu desejo e não de uma ordem divina ou de processos naturais aleatórios.

A partir do exposto, pode-se observar que transumanismo e pós-humanismo ressignificam o componente humano e, como dito, analisar-se-á suas ocorrências a em distopias contemporâneas. Para tal discussão, buscar-se-á cotejar duas trilologias perpassadas por estas correntes filosóficas. Neste cenário, a trilogia *Feios* é representativa de uma realidade enfaticamente transumana e *A 5ª Onda* é concebida a partir de um ambiente agudamente pós-humano.

Os conceitos filosóficos aqui abordados são temporalmente sincrônicos. Logo, a questão social e a visão contemporânea para tais correntes são extremamente relevantes no universo das obras. Ambas as trilologias aqui analisadas questionam a fragilidade da organização social humana, bem como da centralidade humana da espécie como detentora de logos e, pois, superior as demais espécies do planeta. Desta forma, ambas projetam futuros em que a unicidade<sup>1</sup>.

Na trilogia *Feios*, existe uma sociedade que se mostra descontente com a singularidade e “fragilidade” do corpo humano e acredita em uma certa equidade de corpos. Esta padronização se dará por meio de uma cirurgia que não apenas deixará todos os indivíduos atrativos, mas também melhorará suas visões, adições, longevidades, capacidades de resistência, etc. Neste processo, a sociedade divide-se, superficialmente, em seres que não fizeram a cirurgia (*Feios*) e os que já fizeram (*Perfeitos*).

Até aquele momento, Tally não havia se dado conta da importância da conversa, a primeira vez que Shay tinha expressado seu desejo de permanecer Feia. Se tivesse percebido na hora, talvez pudesse ter convencido Shay a desistir da fuga. E, agora, as duas estariam numa torre de festa, juntas e perfeitas. ( WESTERFELD, 2016, p.218)

No excerto pertencente à trilogia *Feios*, pode-se observar a questão do humano frente a este futuro transumano que a protagonista Tally deseja. No contexto da passagem, ela é tolhida da cirurgia que a transformaria em uma Perfeita; essa operação corrigiria as imperfeições normais do humano e levaria os ditos Feios a um estágio transumano. A protagonista não entende a fuga da amiga e acredita que a está ajudando quando tenta entregá-la juntamente com os demais “rebeldes” para o governo. Todavia, após uma saga que leva ao seu esclarecimento, ela passa a descobrir coisas que a ressignificarão enquanto ser e que mudarão até mesmo seu conceito de humanidade. O corpo é sintomático neste caso, pois, como visto na passagem acima, as duas poderiam ter uma vida perfeita cheia de festas e diversões apenas se fossem Perfeitas. Enquanto Feias, as personagens são proibidas de ter um convívio social pleno, pois têm seu espaço em muito restringido.

A realidade futurística pós-humana não traz menos dificuldades para o humano normal. Na trilogia de Yancey, a humanidade entra em guerra com alienígenas racionais que tomam corpos humanos de maneira a extinguir a raça humana. Em várias incursões alienígenas, denominadas ondas, estes seres buscam retirar tecnologias e armamentos da espécie humana na mesma medida em que recorrem a pragas para reduzir consideravelmente a população. O cenário pós-apocalíptico da série demonstra a luta de poucos humanos sobreviventes contra estes seres para manter-se vivos e não cair nas armadilhas alienígenas que os levarão a extinção. Cassi, a protagonista da narrativa, em vários momentos da obra, descreve sua vida pregressa de modo lacônico. Ademais, ela narra a incapacidade da sua geração de prever a realidade atroz que estava por vir; uma socie-

dade que se torna pós-humana e que não tem mais o humano como centro da racionalidade e do universo.

É impossível ter certeza, mas aposto que os Outros sabiam dos alienígenas que imaginávamos. E aposto que eles acharam tudo muito engraçado. Eles devem ter rolado os traseiros no chão de tanto rir. Se é que têm senso de humor... ou traseiros. Eles devem ter rido como nós rimos quando um cão faz algo especialmente bonitinho e idiota, “Ah, esses humanos, tão bonitinhos e idiotas! Eles acham que gostamos do que fazem! Não é lindo?” (YANCEY, 2013, p. 13)

Na passagem acima, pode-se observar ainda um momento de transição, no qual existe uma busca de pertencimento a um ideal de humanidade, o qual é caracterizado pelo uso de “nós” enquanto oposição aos “outros”. Há, também, uma luta para retomar a antiga ordem social, visto que a sociedade atroz é uma realidade que retira o humano como centro. O problema para a personagem é o fato de que o humano é tratado como tratava outros animais, logo percebe-se em sua fala o quanto a personagem é perpassada por um ideal de sociedade antropocêntrico.

É importante pontuar que em ambas as trilogias, aqui analisadas, os movimentos transumano e pós-humano são pontos centrais na criação do universo distópico; logo, a ideia central das distopias contemporâneas é demonstrar como a tecnologia pode levar a espécie humana para um futuro distópico, seja ele permeado por uma temática trans ou pós-humana.

Outra aproximação entre as duas obras está no ideal utópico das mesmas, o que é sinalizado por Dunja M. Mohr (2007) em seu texto intitulado “Transgressive Utopian Dystopias: The Postmodern Reappearance of Utopia in the Disguise of Dystopia”. A autora afirma a existência de um subtexto utópico dentro das distopias modernas e até mesmo uma mescla entre utopia e distopia no gênero que chamará de “distopias transgressivas utópicas”, nas quais as narrativas poderiam ser vistas ora como distopia, ora como utopia, dependendo

do ponto de vista. Neste sentido, ao se analisar *Feios* ou *A 5ª Onda* é inegável um subtexto utópico muito similar em ambas as narrativas. Nelas, há uma noção de que o componente humano deveria ser intocado pela tecnologia. Tal hipótese estaria na retomada de elementos que deixariam o indivíduo em sintonia com um ideal humano, imutável e intrínseco a nossa espécie desde seus primórdios. Essa revisitação à essência humana na busca de um ideal utópico danificado pela sociedade e pela tecnologia está presente em todas as distopias contemporâneas e é paralela à imputação dos conceitos de pós-humano ou transumano.

A existência de um ideal utópico dentro das distopias contemporâneas é facilmente inferível nas obras aqui analisadas. No caso de *A 5ª Onda*, a personagem central é batizada de Cassiopeia, mas é comumente chamada de Cassie. A pronúncia de Cassiopeia em inglês se assemelha à junção do nome Cassie e utopia [kæsiou'pi:ə], sendo possível ler tal nome como uma referência a utopia de Cassie. Esta aproximação é significativa, pois a protagonista personifica de forma pungente o subtexto utópico dentro da obra. Ela se questiona sempre sobre o conceito do humano, para distinguir-se dos outros seres aos quais ela nomeia sintomaticamente como “Outros”, fazendo com isso uma clara oposição entre eles e os humanos. Na fala da personagem pode-se depreender uma necessidade de assimilar para si uma ideia de humanidade e a partir dela estabelecer o inimigo no campo de batalha: “Porque, se eu for a última, então eu sou a Humanidade. E se essa for a última guerra da Humanidade, então eu sou o campo de batalha.” (YANCEY, 2013, p. 167)

A busca de uma essência humana parece natural em uma sociedade pós-humanista como a de *A 5ª Onda*; porém, este mesmo questionamento ocorre na sociedade transumana de *Feios*. No terceiro romance da trilogia, Tally descobre que pertencia a um experimento que objetivava o controle dos danos genéticos.

Havia um tipo de beleza, um encanto que todos viam. Olhos grandes e lábios grossos, como crianças; pele sedosa e brilhante;

traços simétricos; e milhares de outras pistas. Em algum lugar no fundo de suas mentes, as pessoas buscavam esses sinais permanentemente. Ninguém podia evitar notá-los, qualquer que fosse sua criação. Um milhão de anos de evolução haviam tornado aquilo parte do cérebro humano. Os grandes olhos e lábios diziam: sou jovem e vulnerável, não posso machucá-lo e você quer me proteger. O resto dizia: sou saudável, não vou deixá-lo doente. E, não importava como se sentia em relação a um Perfeito, uma parte de você sempre pensava: Se tivermos filhos juntos, eles também serão saudáveis. (WESTERFELD, 2016, p.24)

Como é possível observar, Tally considera o fato de tornar-se Perfeita como parte de uma evolução biológica, a qual leva o humano para uma fase de perfeição que o auxilia, dentre outras coisas, em suas relações interpessoais. O corpo transfigurado traz uma aura quase mágica, na medida em que, dentro do universo da narrativa, é impossível nutrir sentimentos negativos por ele; essa premissa se ancoraria em algo biológico e primitivo, contra o qual nada poderia ser feito. A crítica da passagem acima se dá também na ideia de culpar a genética e buscar uma evolução do corpo.

Neste sentido, o lado distópico da distopia contemporânea objetiva o corpo como algo que departe de uma materialidade genética. No lado utópico temos o oposto, a visão de que o ser humano é necessita deixar de considerar seu entorno como produto, precisa inserir-se em uma relação harmônica com o planeta para além da racionalidade. A divisão ocidental entre corpo e logos proposta por René Descartes (1996 [1637]) afirma que o homem só existe quando pensa, logo exclui outros seres de um “merecimento” e os relega à inexistência e ao estatuto de coisa ou produto.

No que tange a relação entre homem e animal, Friedrich Nietzsche considera o homem como animal, mas o coloca como ser dotado de memória e esta diferença estaria potencialmente ligada à sua incapacidade de

atingir a felicidade. Nesta seção, temos discutido a ideia de Dunja M. Mohr (2007), que acredita na existência das utopias dentro das distopias modernas; pode-se aventar que, ao problematizarem a tecnologia em realidades horríveis, as distopias criam como efeito colateral uma ideia de utopia relacionada a essência humanista ou até mesmo naturalista. Neste sentido, o utopismo de um estado mais anterior relembra a busca utópica pela felicidade proposta por Frederic Nietzsche (2003 [1876]), no livro *Segunda consideração intempestiva*.

Considera o rebanho que passa ao teu lado pastando: ele não sabe o que é ontem e o que é hoje; ele saltita de lá para cá, come, descansa, digere, saltita de novo; e assim de manhã até a noite, dia após dia; ligado de maneira fugaz por isto, nem melancólico nem enfadado. Ver isto desgosta duramente o homem porque ele vangloria-se da sua humanidade frente ao animal, embora olhe invejoso para a sua felicidade - pois o homem quer apenas isso, viver como animal, sem melancolia, sem dor; e o que quer entretanto em vão, porque não quer como o animal. O homem pergunta mesmo um dia ao animal: por que não falas sobre a tua felicidade e apenas me observas?(p.07)

No parágrafo acima, Nietzsche questiona a memória, colocando-a como fator que impede o ser humano de encontrar a felicidade. Neste sentido, o filósofo coloca todos os avanços tecnológicos e todas as ferramentas que nos distinguem dos animais como fatores que nos distanciam da felicidade e, portanto, da possibilidade da utopia. A memória é atribuída ao passado e ao futuro, já que para Nietzsche ela organiza a noção de tempo. O ser humano, sendo supra histórico, traz consigo o peso do tempo; ao rever o passado ele restringe o futuro, o peso do futuro, e a reflexão acerca das próprias ações em decorrência do mesmo estariam nos afastando de um ideal.

Pode-se dizer que um desapareço à esperança para com o futuro e a vivência real no presente nos aproximaria

do caminho da felicidade. Entretanto, a esperança é um conceito frequentemente relacionado à humanidade. Ernest Bloch (1995), no livro *The principles of hope*, busca conceituar a utopia em um contexto no qual, segundo ele, é impossível não ter esperança. Para o autor, a realidade é a expectativa da própria realização. Neste sentido, a esperança ganha uma nova conotação e torna-se, também, o nome dado ao ato de esperar. Assim, nada existiria se não possuísse intrínseco a si uma expectativa; por exemplo, um olho pode existir materialmente, mas de fato funcionalmente não o é se não houver nele a expectativa de enxergar. Seria orgânico a mente humana ter esperança. Contudo, o que anos de história têm mostrado à humanidade é que nem sempre essa esperança é positiva, e isso não se dá só pela nossa constituição, como visto por Bloch, mas também pelo então vivenciado.

## ACHÁVAMOS QUE ÉRAMOS HUMANOS

Assim como em muitas distopias tradicionais os indivíduos geralmente não sabiam que pertenciam à uma realidade atroz, a distopia contemporânea busca majoritariamente omitir as características transumanas ou pós-humanas dos seus cidadãos, os quais creem estarem imersos em uma sociedade humana. O grau de alienação vai desde a mentira sobre a ausência de tais características à simples adesão destas características em um sistema normativamente humano.

Observando-se os sistemas distópicos tradicionais, pode-se verificar que os regimes totalitários geralmente apregoam suas lideranças e seus sistemas sociais como salvadores, mas não como ditaduras atroz. Neste mesmo sentido, parece que existe determinado componente ético que não permite às sociedades distópicas contemporâneas vincularem-se às plataformas pós-humanistas ou transumanistas, preferindo divulgarem-se como humanistas, movimento que possui uma base ética mais sólida.

Neste caso, pode-se citar primeiramente a trilogia *Maze Runner*, pois esta característica é pungente nas obras. Os indivíduos, além de serem colocados em um labi-



rinto sem contato algum com o mundo exterior, têm suas memórias apagadas e começam então a reinventar uma sociedade com base no entorno e em algumas memórias funcionais que foram mantidas.

Ele ouviu o ressonar suave dela enquanto dormia, mas sabia que para ele seria impossível dormir. Ainda assim era melhor do que o vazio insensível em que se encontrara antes. Só podia ficar ali sentado e olhar pela janela para a chuva e a escuridão, ponderando sobre palavras como “Fulgor”, “doença”, “experimento”, “Cáustico” e “CRUEL”. Só podia ficar sentado e esperar que as coisas pudessem ser melhores agora do que tinham sido quando estavam no Labirinto. (DASHNER, 2010, p.368)

O trecho acima é extraído do primeiro volume da trilogia e demonstra o quanto os personagens são salvaguardados das reais intenções do sistema e do entorno pós e transumano. Todavia, ainda que estes seres tenham como uma de suas poucas certezas o fato de possuírem intocada sua essência humana, tal pureza é inexistente, já que estes são experiências. Em *Maze Runner*, todos os indivíduos sabem que perderam as memórias, que algo está lhes sendo ocultado, porém eles preferem prestar atenção na rotina diária e evitar grandes reflexões sobre o que fazem dentro do labirinto e qual é a grande intenção por trás de quem os colocou ali.

A sociedade narrada na obra é pós-apocalíptica e a humanidade na obra precisa evoluir para um novo estágio para que não pereça. Como parte de um experimento, indivíduos foram sendo constantemente alterados e colocados no labirinto; tal iniciativa se dava na luta contra o “fulgor”, doença causada pelo sol e cujos sintomas incluem a loucura e a eventual morte. Para serem melhor controlados, estes indivíduos são levados a acreditar que são humanos destituídos de suas memórias, mas na verdade pode-se considerá-los alternativas evolutivas que são mantidas até que uma, por fim, se torne resistente às novas condições do ambiente.

As explosões solares não puderam ser previstas. As explosões solares são normais, mas aquelas foram sem precedentes, imensas, tornando-se cada vez mais intensas... e, quando perceberam, foi apenas alguns minutos antes que o seu calor se abatesse sobre a Terra. Primeiro os nossos satélites se queimaram, e milhares de pessoas morreram instantaneamente, milhões em alguns dias, incontáveis quilômetros de terra tornaram-se terras devastadas. Então veio a doença. - Ela fez uma pausa, recobrou o fôlego. - Quando o ecossistema foi destruído, tornou-se impossível controlar a doença... até mesmo mantê-la na América do Sul. As selvas desapareceram, mas os insetos não. As pessoas agora chamam a doença de Fulgor. É uma coisa horrível, horrível. Só os mais ricos podem se tratar, ninguém é curado. A menos que os rumores que chegam dos Andes se confirmem. (DASHNER, 2010, p.366)

Como pode-se observar, a obra traz um ambiente que evoluiu e que pede ao humano que faça o mesmo. A discussão da evolução natural humana perde lugar frente a uma catástrofe que força a humanidade a rapidamente evoluir, sendo impossível esperar milhares de anos, visto que pessoas estão morrendo. O limite da ética é posto de lado frente ao número de mortos. É no apagamento e nos silêncios que a falta de ética se torna mais premente, pois estes seres não podem saber o que são ou representam. Nessa negativa de definição, há o reconhecimento da quebra do componente ético ligado à figura humana e ao ideal humano enquanto materialidade criada por Deus.

A característica da alienação é vista também em sociedades distópicas pós-humanistas. A distopia *A 5ª Onda* trata de uma sociedade que está sendo invadida por alienígenas e discute a confluência dessas duas consciências. No quesito da negação de quem se é, a distopia joga com uma percepção “natural” do ser humano,

pois os indivíduos entendiam a consciência humana enquanto central ao universo, pensamento que ainda é largamente difundido em nossa sociedade. Contudo, o que essa sociedade problematizará é a possibilidade de engano e de outras consciências e racionalidades tão ou mais perspicazes que a humana.

— Isso acaba comigo — soluço. — A confiança dele. Como o jeito que nós confiávamos antes de eles chegarem e explodirem todo o maldito mundo. Confiamos que, quando a noite chegasse, haveria luz. Confiamos que, quando quiséssemos a droga de um frappuccino de morango, era só botar o traseiro no carro, sair dirigindo pela rua e comprar o maldito frappuccino de morango! Confiamos... (YANCEY, 2015, p.247)

Como é possível observar na passagem acima, a distopia de Yancey frisa a ideia de confiança na alienação, e como resultado disso, a humanidade não pode preparar-se adequadamente para o caos que estaria por vir. Em *Maze Runner* o governo mantém os indivíduos ignorantes sobre sua condição e confiantes da identidade que o regime lhes atribui. No mesmo sentido, a distopia de *A 5ª Onda* estabelece muitos pontos de contato com a sociedade atual e brinca com um temor entranhado à ela, a possibilidade de nos ser negado o conhecimento da existência de outros seres e de que isso se dá para que melhor possamos ser manejados. Em ambas as sociedades, movimentos pós e transumanistas são negados em prol de um melhor controle e manutenção das massas.

## A EVOLUÇÃO DO CORPO COMO MECANISMO DE EXCLUSÃO.

Em distopias tradicionais como *1984* de George Orwell, *We* de Yevgeny Zamyatin ou *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley existe uma pequena parcela que detém poderes e conhecimentos inacessíveis às demais partes da população. Contudo, a distopia contemporânea, em geral, marca o pertencimento ou a exclusão no corpo desses indivíduos. Assim, o objetivo desta divisão é

trabalhar com a setorização dos corpos e as diferenças estabelecidas com e a partir destas materialidades.

Foram escolhidas para análise duas trilogias que destacam muito a corporificação de similitudes e disparidades e a exclusão decorrentes destes processos. A primeira obra é a trilogia *Feios*, distopia escrita por Scott Westerfeld, narrativa que retrata uma realidade onde todas as pessoas se submetem a cirurgias plásticas e transformam o corpo adequando-se e pertencendo a outros grupos. O corpo então torna-se modelo de identificação destas comunidades e a partir de suas aparências é que são atribuídos outros valores a estes indivíduos.

Na obra *Feios* pode-se observar a restrição desses corpos a espaços específicos. No início do primeiro romance, somos apresentados aos espaços de Vila Feia e Ilha dos Perfeitos. Os Perfeitos têm o direito de transitar na Vila Feia ainda que em geral não o façam, pois consideram os corpos que lá habitam nojentos. Os poucos Perfeitos que adentram nesse espaço são professores e outras autoridades; em sua maioria, os Perfeitos entendem os Feios como seres inferiores, incompletos e desinteressantes.

Embora tivesse decorado o mapa, se entrasse numa rua errada, Tally estaria perdida. Sem seu anel de interface, era invisível aos veículos. Seria atropelada como se nem existisse. De certa forma, Tally não existia por lá. Pior do que isso: ela era feia. Mas tinha esperança de que Peris não visse as coisas daquele jeito. Ou pelos menos, não a visse daquele jeito. (WESTERFELD, 2016, p. 15)

A partir do excerto acima, pode-se depreender a delimitação de espaço para cada corpo e a proibição de alguns ditos inferiores de adentrar no espaço de outros. O corpo na narrativa demonstra concepções de valores atrelados a si. Na distopia de Westerfeld, existe a migração dos Feios para o grupo dos Perfeitos; esta não se dá apenas espacialmente, mas a partir de uma mudança do corpo. Os Feios são levados a crer que o

corpo com o qual nasceram é imperfeito; na passagem acima observa-se na fala da protagonista Tally que ela não gostaria que o amigo a visse “daquele jeito” e pode-se inferir que neste sentido ela não se considera feia enquanto representante de um grupo, mas sim no sentido denotativo do termo.

Ela levou os dedos ao próprio rosto e sentiu o nariz largo, os lábios finos, a testa grande demais e o volume dos cabelos crespos. Bastaria botar um pé fora do mato para ser notada imediatamente. Seu rosto parecia queimar sob a luz. O que estava fazendo ali? Devia ter ficado nas sombras de Vila Feia, à espera da sua vez. (WESTERFELD, 2016, p. 17)

Tally não se sente feia ou inferior dentro de seu grupo Feio e “humano”, mas se considera aquém do seu potencial que será atingido cirurgicamente; logo imagina que tornar-se Perfeitas, fará de sua existência atual insignificante. Este raciocínio é socialmente motivado, já que Tally aprende a detestar sua condição e a agradecer por essa ser transitória, já que ao completar 16 anos tornar-se-á perfeita e começará a ter valor e ser feliz.

Shay, eu nunca me acostumaria à ideia. Não quero ser uma feia para o resto da vida. Quero aqueles olhos e lábios Perfeitos, quero que todos me vejam e fiquem impressionados. E que todos que me virem perguntem “quem é ela?” e queiram me conhecer e queiram ouvir o que tenho a dizer. (WESTERFELD, 2016, p. 122)

Percebe-se na passagem acima o embate do ideal vendido pela sociedade frente à resistência de Shay de aceitar tais dogmas sociais. Assim, pode-se observar que a noção de cultura atrelada ao poder ganha os contornos do corpo no formato contemporâneo do gênero distopia. Tally, enquanto feia, é oprimida, mas é seduzida pela ideia de se tornar opressora aceitando essa relação como natural, visto que a relação opressor/oprimido é naturalizada por uma estrutura social que ecoa na aparência destes indivíduos.

O corpo também marca e é marcado como fator distintivo na distopia de Suzanne Collins, *Jogos Vorazes*; porém, diferentemente da narrativa de Westerfeld, a sociedade criada pela autora não possibilita a ascensão corpórea e social a todos os indivíduos deste sistema. Os cidadãos que residem nos distritos têm seu corpo marcado pela atividade física que exercem. Já os cidadãos da Capital possuem corpos que transcendem a estrutura básica humana. Estes corpos são transfigurados na aparência exagerada, já que a Capital possui tecnologia e poder para tal.

As câmeras não tinham mentido sobre sua grandeza. De fato, eles não tinham capturado o bastante de toda a magnificência dos edifícios cintilantes em um arco-íris de cores que se erguem ao ar, os carros reluzentes que andam nas largas ruas pavimentadas, as pessoas vestidas de forma estranha com cabelos bizarros e faces pintadas que nunca perderam uma refeição. Todas as cores parecem artificiais, o rosa muito profundo, o verde muito brilhante, o amarelo doloroso aos olhos, como os discos redondos de um doce duro que nós nunca podemos bancar na minúscula loja de doces no Distrito 12. (COLLINS, 2008, p.90)

Na descrição feita pela protagonista, observa-se seu estranhamento em relação aos corpos tão diferentes dos quais estava habituada em seu distrito de origem. Destaca-se o corpo enquanto produto e representante do modo de vida de cada grupo e isto é facilmente apreensível na descrição de Katniss quando esta qualifica estes corpos como aqueles “que nunca perderam uma refeição”. Essa qualificação define tanto o grupo da Capital como o grupo da própria personagem e a relação entre esses corpos.

A protagonista de *Jogos Vorazes* tem acesso a estes outros corpos por estar inclusa nos jogos. A jornada da personagem de seu distrito em direção à arena demonstra uma inclusão processual desse corpo, antes excluído ao espaço e ao convívio com os habitantes da

Capital e que aos poucos começa a se transformar para ser consumido por ela.

Então eles me puxam da mesa, removendo o fino robe que eu fora permitida a usar dentro e fora. Eu fico parada lá, completamente nua, enquanto os três me circulam, empunhando pinças para remover todos os últimos pedacinhos de pelo. Eu sei que deveria estar embaraçada, mas eles são tão diferentes de pessoas que eu não estou mais auto-consciente do que se um trio de pássaros estranhamente coloridos estivesse bicando ao redor do meu pé. (COLLINS, 2008, p.93)

É interessante notar que a personagem não define os corpos dos habitantes da Capital como pessoas. Pode-se denotar aí uma diferença tão atenuada entre esses corpos que os mesmos não se reconhecem como iguais. Outra questão é o processo de metamorfose sofrido pela personagem, já que o espaço dos *Jogos Vorazes* é um espaço midiático, onde esses indivíduos serão consumidos por um mercado e para um fim específico. Há uma adequação do corpo para que este seja incluído e consumido. Neste sentido, a noção de mercado é pungente, já que existe a compra e a vinculação do corpo a um ideal elegido pelas estruturas de poder da sociedade.

Em ambas as obras analisadas, o corpo é a instância que materializa a identidade do indivíduo. É possível dizer que a dicotomia corpo-mente se dilui na distopia contemporânea, já que para Tally ter um corpo “feio” reflete em sua própria autoimagem enquanto Ser. No mesmo sentido, Katniss busca manter traços corpóreos compatíveis com seu passado no distrito 12. Sua ojeriza por elementos vinculados a corpos da Capital representa sua resistência à identidade e ao modo de vida destes indivíduos.

## CONCLUSÃO

A partir do exposto, pode-se depreender a importância dos movimentos trans e pós-humano aqui explicitados

e as mudanças na visão do humano decorrentes de tais correntes. Neste cenário, a distopia contemporânea desempenha um papel singular, pois debate as possibilidades de insucesso, os impasses éticos, políticos e sociais de uma forma distinta. O foco das distopias contemporâneas não é a ruína futurística do humano enquanto ser social, mas a ruína do humano enquanto conceito.

Este cenário produz distopias muito singulares; porém, ainda que a ênfase no corpo seja um elemento de renovação do gênero, o ideal de pesadelo é frequentemente perpassado por distopias já há muito enraizadas. Neste sentido, na dualidade distopias contemporâneas e tradicionais do gênero, remontam textos que não apenas se relacionam com a sociedade, mas também com o próprio imaginário de pesadelo, estabelecendo dessa forma uma meta-reflexão. Assim como nos utilizamos do passado para montar o futuro, o “não-lugar” criado pelos temores humanos e inscrito no gênero distopia se inspira e reage a si mesmo. Neste sentido, padrões de coerção e de massificação se tornam recorrentes, em uma longa linhagem de textos que trabalham com as possibilidades do caos. Pode-se inferir que, da mesma maneira que a sociedade se atualiza e dialoga com sua história, esse “não-lugar” sofre o paradoxo de atualizar-se e de lembrar e estes dois processos são intrínsecos a ele, sendo também presentes neste terceiro momento do gênero.

O que existe tanto nas distopias transumanas quanto nas pós-humanas é um temor a ambos os sistemas e às ressignificações sociais que podem corroborar com a extirpação de componentes humanos. Pode-se aventar que seja esse o motivo por trás da discussão e do foco na essência que define a humanidade frente a realidades e modelos sociais que exacerbam esta reflexão. Na discussão do humano, questões como consciência e corpo emergem naturalmente, pois são intrínsecas ao questionamento acerca do homem enquanto ser pensante e enquanto corpo que performatiza e dá vazão a essa consciência. A questão da divisão de mente e corpo já problematizada por René Descartes no *Discurso do método*, publicada originalmente em 1637, parece

ainda se refletir na forma como a narrativa concebe essas ambas as estruturas. Ademais, a problemática da separação ou aglutinação da dicotomia corpo/mente se atualiza na medida que problemáticas filosóficas, como o transumanismo e o pós-humanismo, questionam o que é ser humano. Entretanto, esta é uma discussão que não é finda e nem passível de conformidade geral, mas vem sendo atualizada pela filosofia e também pela literatura, como é o caso da distopia contemporânea. A relação desmedia entre corpo e mente é denunciada pelas distopias atuais, na medida em que acreditam que a mente se tornou tão central que tem por objetivo dar nova forma ao corpo que a ela parece ineficiente.

## NOTA

- 1 Sabe-se que existe um mito de unicidade humana, que se prova irreal na medida em que muitos indivíduos da espécie não são contemplados no ideal de humano. A face deste humano é masculina, cisgênera, branca e pertence a certos seguimentos da esfera social. Para maiores leituras sobre o mito da unicidade humana ver Stacy Alaimo (2016).

## REFERÊNCIAS

- BACCOLINI, Raffaella. The Persistence of Hope in Dystopian Science Fiction, *PMLA*, Florianópolis, vol. 119, No. 3, p. 518-521, 2004.
- BLOCH, Ernst. *The Principle of Hope*. Tradução de: Neville Plaice. Massachusetts: The MIT Press, 1995.
- COLLINS, Suzanne. *Jogos Vorazes*. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010 [2008].
- \_\_\_\_\_. *Em chamas*. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2011 [2009].
- \_\_\_\_\_. *A esperança*. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2011 [2010].
- CLAEYS, Gregory. The origins of dystopia: Wells, Huxley and Orwell. In: CLAEYS, Gregory (Ed.). *The Cambridge Companion to Utopian Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 107-131.
- DASHNER, James. *Maze Runner: Correr ou morrer*. Tradução de: Henrique Monteiro. Cotia: Vergara & Riba Editora, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Maze Runner 2: A prova de fogo*. Tradução de: Henrique Monteiro. Cotia: Vergara & Riba Editora, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Maze Runner 3: A cura Mortal*. Tradução de: Henrique Monteiro. Cotia: Vergara & Riba Editora, 2010.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de: Marian Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1637].
- FERNS, Chris. *Narrating Utopia: Ideology, Gender, Form in Utopian Literature*. Liverpool: Liverpool University Press, 1999.
- HAYLES, N. Katherine. *How We Became Posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics*. Chicago: The university of Chicago Press, 1999.
- MARKS DE MARQUES, Eduardo. Da centralidade política à centralidade do corpo transumano: movimentos da terceira virada distópica na literatura. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, vol. 19, No. 1, p. 10-29, 2014.
- MOHR, Dunja M. Transgressive Utopian Dystopias: The Postmodern Reappearance of Utopia in the Disguise of Dystopia. *Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik*, De Gruyter, vol.55, No.1, p.5-24, 2007.
- NIETZSCHE, Frederic. *Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução de: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003 [1876].
- TURNER, Bryan. J. *The Body and Society: Explorations in Social Theory*. 3.ed. Los Angeles: Sage, 2008.
- WESTERFELD, Scott. *Feios*. Tradução de: Rodrigo Chia. Rio de Janeiro: Galera, 2016.
- WESTERFELD, Scott. *Perfeitos*. Tradução de: Rodrigo Chia. Rio de Janeiro: Galera, 2010.
- WESTERFELD, Scott. *Especiais*. Tradução de: Rodrigo Chia. Rio de Janeiro: Galera, 2011.
- WOLFE, Cary. *What is Posthumanism?*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.
- YANCEY, Rick. *A 5ª Onda*. Curitiba: Fundamento, 2013.
- YANCEY, Rick. *O Mar Infinito*. Curitiba: Fundamento, 2015.
- YANCEY, Rick. *A Última Estrela*. Curitiba: Fundamento, 2016.

## O AUTOR

Anderson Martins Pereira é Doutorando em Letras com ênfase em Estudos Literários, na linha de Sociedade, (inter)textos literários e tradução nas Literaturas Estrangeiras Modernas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2667-8891>. E-mail: [andersonmartinsp@gmail.com](mailto:andersonmartinsp@gmail.com)

## OS LIMITES E AS LIMITAÇÕES DA CAVERNA: O MITO PLATÔNICO EM PLANOLÂNDIA, DE EDWIN A. ABBOTT

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo uma análise de aspectos da literatura utópica/distópica em geral, e da obra Planolândia, de Edwin A. Abbot, em específico, a partir de aproximações de ambas perspectivas com o Mito da Caverna, descrito por Sócrates, na obra A república, de Platão. Ao longo da análise, discutiremos as semelhanças das reações dos prisioneiros da narrativa platônica com as formas pelas quais o utopismo e as utopias literárias são, muitas vezes, criticadas e hostilizadas justamente pelo público que pretendem conscientizar. Com isso, pretendemos demonstrar que a recusa do ideal utópico ou mesmo de possibilidades alternativas de organização societária escondem discursos conservadores e autoritários que possibilitam a manutenção do status quo em uma determinada época ou sociedade.

**Palavras-chave:** literatura, utopia, conservadorismo, distopia

## ABSTRACT

### THE CAVE'S LIMITS AND LIMITATIONS: THE PLATONIC MYTH IN FLATLAND, BY EDWIN A. ABBOTT

This article aims to present an analysis of some aspects of utopian and dystopian literature in general and of the work Flatland, written by Edwin A. Abbott, in specific, through approximations of both perspectives to the Cave Myth, described by Socrates, in The Republic, by Plato. As we proceed, we will discuss the similarities between the reactions of the prisoners in platonic narrative and the ways utopianism and literary utopias are at times criticized and harassed by the same public whose awareness they intend to raise. Hence, we mean to demonstrate that the refusal of the utopian ideal or even of alternative possibilities of social organization conceal conservative and authoritarian discourses that make possible the preservation of the status quo in a certain period and society.

**Keywords:** literature, utopia, conservatism, dystopia

## RESUMEN

### LOS LÍMITES Y LIMITACIONES DE LA CUEVA: EL MITO PLATÓNICO EN PLANOLÂNDIA, POR EDWIN A. ABBOTT

Este artículo tiene como objetivo analizar aspectos de la literatura utópica / distópica en general, y de la obra Planolândia, de Edwin A. Abbot, en particular, desde las aproximaciones de ambas perspectivas con el Mito de la Cueva, descrito por Sócrates, en la obra La República, de Platón. A lo largo del análisis, discutiremos las similitudes de las reacciones de los prisioneros de la narrativa platónica con las formas en que el utopismo y las utopías literarias suelen ser criticados y acosados precisamente por el público al que pretenden concienciar. Con esto, pretendemos demostrar que el rechazo del ideal utópico o incluso de posibilidades alternativas de organización social esconde discursos conservadores y autoritarios que permiten el mantenimiento del statu quo en una época o sociedad determinada.

Palabras clave: literatura, utopia, conservatismo, distopia

Escrita na década 370 a.C., *A República* de Platão é uma das referências imediatas quando se aborda o desenvolvimento histórico do utopismo da Antiguidade até os dias atuais. Ainda que exemplos anteriores da imaginação utópica possam ser encontrados em narrativas míticas - de caráter religioso ou não - ou em obras como, por exemplo, *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo e *Metamorfoses*, de Ovídio, ambas do século VIII a.C., a proeminência do texto platônico se deve a diferentes motivos, dentre o quais dois são de nosso específico interesse.

Primeiramente, as projeções utópicas precedentes se misturavam de forma quase indistinguível dos preceitos místicos que as orientavam, apontando ora para um passado idealizado, mas irre recuperável; ora para uma esfera paradisíaca reservada para os adeptos de determinados credos. Como salienta Teixeira Coelho,

E entre as sociedades históricas, como as de que se originou esta civilização, as formas do pensamento religioso encarregam-se de servir como veículos primeiros para a imaginação utópica. A ideia de um paraíso a alcançar, depois, mais tarde, ao fim de alguma coisa - em todo caso, no futuro - ou a intuição de um paraíso perdido, esquecido lá para trás e do qual o homem teria saído ou sido expulso, são as formas mais comuns de manifestação religiosa da vontade utópica. (COELHO, 1981, p. 15)

Não obstante a sua importância como formas de propagação do utopismo no imaginário humano, os discursos religiosos localizam o “melhor estado das coisas” em regiões inalcançáveis empiricamente, exortando apenas indiretamente a transformação da realidade social de seus seguidores, o que se dava justamente pelo estímulo de uma conduta individual considerada adequada. Ainda assim, a salvação que garantiria ingresso na utopia celeste não podia jamais ser plenamente assegurada.

Em contrapartida, a obra de Platão é um tratado filosófico que, por meio dos diálogos de Sócrates, discute

e descreve uma estrutura social baseada na justiça e na ordem. A “cidade bela” (*Kallipólis*) idealizada por Platão tem, dentre outros preceitos fundamentais, a racionalidade como guia para as ações tanto dos sujeitos quanto do Estado, o que redundaria em uma comunidade harmoniosa e saudável. *A república*, portanto, detalha as características de um meio social não apenas concreto e verossímil, do ponto de vista de coerência interna, mas também passível de ser buscado e erigido pelos indivíduos em sua realidade histórica, ainda que o próprio filósofo admita inerente dessa proposta. Dessa forma, mesmo resguardadas as diferenças em termos estruturais e retóricos, o texto platônico é mais próximo dos textos utópicos posteriores. Fernando Maurício da Silva enfatiza que *A república* é um

Texto que descreve a própria experiência de buscar um modelo, a um só tempo individual e político, pedagógico e estético, metafísico e gnosiológico, matemático-astronômico e dialético, numa articulação dos liames originários entre as principais dimensões da vida humana. Texto que descreve o exercício de entrar no país da filosofia. (SILVA, 2017, p. 14)

E é justamente nessa relação intertextual com a literatura utópica que encontramos o segundo motivo que nos propusemos a apresentar. A influência d'*A república* pode ser percebida desde a obra que não apenas cunha o termo utopia e define a sua significação, mas também inaugura um gênero literário específico, cuja dimensão retórica se volta justamente para a caracterização de uma sociedade considerada modelar. Publicada em 1516, a obra *Utopia*, de Thomas More, formaliza, em um arquétipo ficcional, problematizações do tempo presente e aspirações por melhores condições de vida já presentes como modalidade utópica<sup>1</sup> em obras da Antiguidade, nas projeções idílicas medievais como a *Cocanha* e em narrativas como *O livro da cidade das senhoras* (1405), de Cristina de Pisano.

A herança do pensamento platônico, contudo, destaca-se não apenas no que se refere ao plano geral da obra de More em termos estruturais e teleológicos, mas



também em relação a aspectos específicos na descrição da sociedade idealizada como, por exemplo, o caráter essencial dos princípios de justiça e de virtude. Além disso, ambos os pensadores utilizaram a ficção para refletir sobre suas respectivas realidades históricas. Não obstante, há também significativas diferenças na forma como esse recurso foi mobilizado por cada um deles. Como salienta Fátima Vieira,

Eles [*Platão e More*] se diferenciam, entretanto, no modo como eles apresentaram essa ficção; e não poderia ser de outra forma, uma vez que More criou a palavra utopia porque ele precisa designar algo novo, que incluísse o esquema narrativo que ele inventou. Em relação a isso, a palavra é usada atualmente para se referir a textos que foram escritos antes do tempo de More, assim como para aludir a uma tradição do pensamento que é fundada na consideração, por meio da fantasia, de soluções alternativas para a realidade<sup>2</sup> (VIEIRA In CLAEYS, 2010, p. 05, *tradução nossa*)

O gênero literário fundado por More figura, portanto, um espaço social alternativo, cuja organização, presumidamente superior, exporia de maneira enfática as imperfeições do tempo presente. “Utopia é a expressão do desejo por uma melhor forma de ser<sup>3</sup>” (LEVITAS, 2010, p. 9, *tradução nossa*).

No que se refere aos processos hermenêuticos de sua recepção, as utopias literárias foram muitas vezes lidas como projetos acabados reforma sociopolítica, o que resultou em críticas inflamadas ao seu status autocrático, homogeneizador e opressivo. As sátiras utópicas, as antiutopias e as distopias<sup>4</sup> são produtos dessa reação ao universalismo redentor dos utopistas.

Entretanto, consideramos que as projeções utópicas na literatura não têm como finalidade a prescrição de um plano objetivo e detalhado para a solução das iniquidades do mundo empírico. De certa forma, a própria essência ficcional desses textos já indica um efeito de contraste com a realidade que, em alguns casos, chega

a tangenciar o modo de expressão alegórico. Afinal, em seu diálogo com a sociedade modelar, o leitor visita “lugar nenhum”, significado etimológico do próprio vocábulo utopia.

Para criar o seu neologismo, More recorreu a duas palavras gregas – *ouk* (que significa não e foi reduzida para *u*) e *topos* (lugar), a qual ela acrescentou o sufixo *ia*, indicando um lugar. Etimologicamente, utopia é, conseqüentemente, um não-lugar, simultaneamente constituído por um movimento de afirmação e de negação<sup>5</sup> (VIEIRA In CLAEYS, 2010, p. 04)

Nessa perspectiva, a reflexão sobre as imperfeições da realidade a partir da comparação com outra organização societária – mesmo que permeada por radicalismos e impossibilidades práticas – se destaca como inerente à dimensão simbólica das utopias. Em outras palavras, esses textos exortam a percepção dos problemas sociais de seus períodos de produção e sugerem caminhos para seu enfrentamento, mas não necessariamente impõem um conjunto fechado de soluções.

Tal exortação é emblemática do momento no qual o texto de More foi escrito, uma vez que, com o enfraquecimento do teocentrismo medieval e o advento do Humanismo, os indivíduos passam a serem vistos como agentes históricos capazes de transformar/recriar suas próprias condições sociais por meio de decisões alicerçadas no pensamento racional.

A valorização da razão como instrumento de mudança é outro aspecto fundamental do pensamento platônico que se revela indelével em *Utopia* e nas obras que lhe são tributárias. Sejam os escritos utópicos vistos como programa delineado ou como figuração de contraposição ao real, o racionalismo é o preceito que orienta suas estruturas. Se, inicialmente, esse processo está ainda em diálogo com convicções religiosas – como podemos perceber em produções como *O mundo sábio e louco* (1552), de Anton Francesco Doni, *A cidade do sol* (1605), de Tommaso Campanella, e *Cristianópo-*

lis (1619), de Johannes Andreae -, paulatinamente, o saber científico assume função essencial na articulação das utopias, consolidando-se como símbolo das potencialidades criativas e racionais dos seres humanos. *Nova Atlântida* (1626), de Francis Bacon, destaca-se como obra exemplar dessa transição entre misticismo e cientificismo, principalmente quando consideramos a importância da instituição denominada de Casa de Salomão no texto.

Devemos questionar, todavia, como dá a apreciação de uma utopia literária em seu primeiro contexto de recepção? Tendo em vista sua retórica crítica, muitas vezes mordaz, do tempo presente, como os leitores podem reagir aos espaços alternativos descritos pelos utopistas?

O fato de o texto de More ter sido publicado na Inglaterra apenas dezesseis anos após a sua execução pode servir como um exemplo esclarecedor para essas questões. Ainda que de certa forma protegidos pela ficcionalidade de seus universos diegéticos, os escritores foram recorrentemente alvos de críticas e mesmo perseguições por causa de suas ideias e de seus idealismos. A contestação do *status quo* teve que recorrentemente enfrentar arroubos conservadores e movimentos reacionários.

Na obra *Planolândia*, de autoria de Edwin A. Abbott e publicada em 1884, encontramos na própria diegese a figuração desse conflito entre o desejo por transformações e as barreiras impostas por aqueles que defendem a estagnação, embate que reproduz uma face da própria história da literatura utópica. O primeiro público leitor de *Planolândia*, por exemplo, não demonstrou grande entusiasmo pelo texto, interpretando-o basicamente como uma criativa fábula matemática.

Nos círculos da matemática e da ciência, Edwin Abbott é conhecido por uma coisa e uma única coisa: a sua fantasia matemática *Planolândia*. Para os seus contemporâneos, entretanto, ele era conhecido como professor, escritor, teólogo, estudioso de Shakespeare e do Classicismo. A seção dedicada a ele no

*Dicionário nacional de biografias* ocupa mais de duas páginas de colunas duplas, ainda assim *Planolândia* não é mencionada<sup>6</sup> (STEWART In ABBOTT, 2002, p. 09, tradução nossa)

Dessa forma, a recuperação do mito da caverna, descrito no Livro VII de *A república*, parece-nos produtivo como metodologia de estudo da narrativa de Abbott e dos impactos do utopismo no imaginário de certos grupos.

Resumidamente, a famosa passagem platônica narra a trajetória de um prisioneiro mantido, juntamente com outros pares, acorrentado desde o seu nascimento em uma caverna sem a possibilidade de se mover ou mesmo mexer livremente o pescoço. Da entrada iluminada da caverna são projetadas sombras que os condenados acreditam ser todo o mundo natural. Depois de conseguir se libertar, o prisioneiro, não sem dificuldades, contempla o mundo externo e percebe, ao mesmo tempo, a sua amplitude e a limitação do senso de realidade que ele mantinha no cativeiro. Condoído por seus companheiros, ele retorna para a caverna a fim de apresentar aos demais suas descobertas e os libertar física e mentalmente. Entretanto, ele é desacreditado, tratado como louco e, finalmente, assassinado.

Sócrates – E se tiver de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que seus olhos tenham se recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo. (PLATÃO, 2000, p. 228)

No mito, a caverna pode ser entendida como o mundo sensível habitado por todos os seres humanos, que, dada as limitações dos seus próprios sentidos, compreendem

as sombras como elementos concretos de toda a realidade a que têm acesso. Os grilhões, por sua vez, podem ser associados ao senso comum, à ignorância e ao medo que previnem a busca por horizontes mais amplos de pensamento e de existência. O prisioneiro liberto que tenta ajudar seus companheiros pode ser tomado com a personificação do filósofo que, tendo entrado em contato com o universo superior das ideias, busca a emancipação de seus semelhantes por meio da retórica. Esse plano de libertação se relaciona diretamente com as duas formas de conhecimento reconhecidas por Platão, de forma que afastar os prisioneiros de um saber puramente sensível seria fundamental para aproximá-los do ideal da Verdade. Marilena Chauí comenta que

Platão diferencia e separa radicalmente duas formas de conhecimento: o conhecimento sensível (crença e opinião) e o conhecimento intelectual (raciocínio e intuição) afirmando que somente o segundo alcança o Ser e a verdade. O conhecimento sensível alcança a mera aparência das coisas, o conhecimento intelectual alcança a essência das coisas, as ideias. (CHAUÍ, 2000, p. 140)

É apreensível o caráter utópico desse espaço para além da entrada da caverna, no qual o saber intelectual permitiria o contato com a substância essencial do mundo. Ao aplicar o mesmo princípio na organização da *Pai-deia* filosófica, Platão substancia de forma ainda enfática a importância da razão como ferramenta social para o afastamento das sombras da ignorância construída pela primazia do sensorial.

Isso não significa, porém, que o filósofo rejeite toda e qualquer experiência sensível. A visão, por exemplo, é uma faculdade positiva quando não é deturpada pelo obscurantismo ou desvinculada do raciocínio. Neste assunto, Platão valoriza, inclusive, a geometria como uma das ciências que podem contribuir para a ampliação do olhar dos sujeitos sobre si mesmos e sobre a realidade.

A narrativa sobre os homens acorrentados na caverna continua explicitando que eles

não viam a si mesmos e das outras coisas viam apenas “sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna”. Portanto, a visão em si mesma não possui sentido negativo, senão quando se trata da visão de “sombras sobre”. Se Platão admite a geometria como uma das ciências que auxiliam a formação da alma é porque a visão das Ideias se dá em termos de focalização ou projeção de luz, tal como alude aqui a imagem do fogo sobre a parede. (SILVA, 2017, p. 269-270)

*Planolândia* figura um universo ficcional no qual todas as personagens são figuras geométricas planas, o que caracterizaria o seu mundo de maneira semelhante a uma folha de papel, na qual os sujeitos habitam e coexistem. Nesse meio social, a visão como forma de reconhecimento pessoal e espacial é prejudicada, sendo necessária a utilização de outros sentidos, como o tato e audição, para esses fins. Percebemos, assim, que, similarmente aos prisioneiros da caverna de Platão, as personagens de Abbott estão restritas à esfera do sensível, ainda que, ironicamente, sejam constituídas e definidas pela ciência que permitiria a contemplação do mundo das Ideias. Como notamos na passagem abaixo, noções de restrição de movimento e o próprio termo sombra são utilizados para descrever a esfera diegética do texto.

Chamo nosso mundo de Planolândia não por ser assim que o chamamos, mas para deixar sua natureza mais clara a vocês, meus ditos leitores, que têm o privilégio de viver no espaço. Imagine uma grande folha de papel sobre a qual linhas retas, triângulos, quadrados, pentágonos, hexágonos e outras figuras, em vez de ficarem fixos em seus lugares, movem-se livremente em uma superfície, mas sem o poder de se elevarem sobre ela ou de mergulharem abaixo dela, assim como as sombras - só que com bordas firmes e luminosas. Assim você terá uma noção bem correta de meu país e de meus compatriotas. (ABBOTT, 2019, p. 53)

Dessa forma, deparamo-nos com uma estrutura social peculiar na obra, uma vez que as personagens têm seus movimentos fortemente limitados, mas habitam um *ethos* formatado pela área do pensamento que mais diretamente exprime o raciocínio lógico, isto é, a matemática. Nesse aspecto, encontramos mais um ponto de convergência entre a narrativa de Abbott e a filosofia platônica. Como esclarece Chauí,

O raciocínio treina e exercita nosso pensamento, preparando-o para uma purificação intelectual que lhe permitirá alcançar uma intuição das ideias ou das essências que formam a realidade ou que constituem o Ser. Para Platão, o primeiro exemplo do conhecimento puramente intelectual e perfeito encontra-se na matemática, cujas ideias nada devem aos órgãos dos sentidos e não se reduzem a meras opiniões subjetivas. O conhecimento matemático seria a melhor preparação do pensamento para chegar à intuição intelectual das ideias verdadeiras, que constituem a verdadeira realidade. (CHAUÍ, 2010, p. 140)

A figuração paradoxal desse espaço, ao mesmo tempo limitador e racional em *Planolândia*, pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas.

Inicialmente, é importante reconhecer as condições histórico-sociais nas quais a obra foi produzida, assim como certas teorias e tendências que marcaram o século XIX.

Diferentes abordagens do texto de Abbott privilegiam o seu olhar crítico sobre a Era Vitoriana britânica (1837 – 1901), especialmente no que se refere à rígida hierarquia social e ao tratamento discriminatório e opressivo das mulheres na época. Assim, um período considerado de paz e de relativa prosperidade, em grande medida atribuído aos ideais racionalistas e progressistas, apresentava uma faceta marcada pela desigualdade e pela estigmatização.

Complementarmente, podemos associar a criticidade da obra à influência do positivismo de Augusto Comte (1798 – 1857) sobre as teorias sociológicas oitocentistas. A valorização das ciências como forma de promover o desenvolvimento das nações não se desvincula de um impulso utópico, que ao mesmo tempo em que reconstrói idealismos e racionalismos do passado, projeta um futuro melhor.

Diante disso, consideramos que Abbott problematiza a real possibilidade de o pensamento racional promover, por meio do raciocínio lógico, a edificação de uma sociedade perfeita. Se essa percepção é visível na relação com o período Vitoriano, ela também o é na própria constituição de *Planolândia*.

À guisa de exemplificação, as figuras geométricas que habitam o espaço ficcional são hierarquicamente divididas em classes de acordo com o número de lados que possuem e com a perfeição de seus ângulos.

Nossos soldados e as classes mais baixas de trabalhadores são triângulos com dois lados iguais, de uns 28 centímetros de extensão, e uma base ou terceiro lado tão curto (frequentemente não excede um centímetro e meio) que eles formam nos vértices um ângulo muito agudo e perigoso (...) Nossa classe média consiste de triângulos equiláteros, ou de lados iguais. Nossos profissionais e cavalheiros são quadrados (a cuja classe eu pertença) e figuras de cinco lados, ou pentágonos. Acima deles, temos a nobreza, que possui vários graus, começando com as figuras de seis lados, ou hexágonos, e daí em diante aumentando o número de lados até que recebem o título honorífico de polígono, ou figuras de muitos lados. Finalmente, quando o número de lados fica tão grande, e os próprios lados tão pequenos, que a figura não pode ser distinguida de um círculo, ela é incluída na ordem circular, ou sacerdotal, e essa é classe mais alta de todas. (ABBOTT, 2019, p. 127)

A divisão das personagens com base em suas características “físicas” inerentes poderia ser entendida como uma medida racional para a solução de questões importantes como, por exemplo, a divisão do trabalho. No entanto, a rigorosa arbitrariedade dessa separação desvela a aplicação de um parâmetro racional específico, que poderia mesmo ser invertido. A sua possibilidade de reversibilidade demonstra o caráter híbrido da estrutura de classes e a imposição de argumentos pretensamente lógicos. Se, em *A república*, Platão operacionaliza o mito das raças metálicas para embasar a sua oligarquia<sup>7</sup>; discursos vitorianos subvertiam o evolucionismo de Charles Darwin para justificar não apenas a estratificação social, mas também a vigência de práticas eugênicas, que incluíam a discriminação de sujeitos considerados indesejáveis. De acordo com Stewart, essa subversão confluía na

(...) difundida leitura equivocada vitoriana, segundo a qual a característica central da mudança evolutiva é o progresso em direção a um estado superior. Essa leitura equivocada era interessante para os vitorianos porque proporcionava uma justificativa biológica para uma sociedade desigual orientada pelos privilégios<sup>8</sup> (STEWART In ABBOTT, 2002, p. 45, tradução nossa).

Diante desses aspectos, poderíamos considerar *Planolândia* como uma utopia tradicional ou uma distopia moderna?

A nosso ver, outra categoria seria a mais adequada para o enquadramento da obra: a das utopias críticas. Os textos desse grupo descrevem sociedades que se pretendem modelares, mas que têm suas deficiências expostas ao longo das narrativas. A dimensão argumentativa desse gênero não se concentra, portanto, em um ceticismo absoluto em relação ao utopismo como proposta. Não obstante, essas obras problematizam determinadas simplificações e arbitrariedades que podem fazer parte das idealizações sociais. Tom Moylan (2014) afirma que as utopias críticas enfatizam a existência de imperfeições em seus espaços ficcionais, mas preservam o

sonho da sociedade perfeita, embora o recusem como projeto acabado.

Essa é a dinâmica retórica que encontramos em *Planolândia*. De um lado, é notável a problematização dos limites da racionalidade como único sustentáculo da transformação utópica; e, de outro lado, a preservação de um idealismo renovador que almeja outras formas de organização societária.

Nesse sentido, as personagens da narrativa também habitam uma espécie de caverna, onde os recursos sensoriais se misturam com certo nível de racionalidade, que, todavia, não admite questionamentos ou alternativas. As limitações de movimento e de pensamento dos habitantes de Planolândia não são tão severas quanto aquelas dos prisioneiros de Platão, mas suas convicções impedem que eles ultrapassem o limite da entrada.

Um dos aspectos mais interessantes do texto é o fato de que essas restrições não se aplicam apenas ao espaço que dá título à obra, o que se torna evidente com a trajetória da personagem-narrador A. Square<sup>9</sup>.

De forma semelhante ao que ocorre com os protagonistas de algumas distopias do século XX - a exemplo de *Nós* (1924), de Eugene Zamiatin, e *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury -, Square é um sujeito relativamente bem integrado ao seu meio social, que descreve ao leitor as particularidades de seu país, sem se furtar de comentários críticos e, por vezes, de elogios ao sistema instituído.

Em certa noite, porém, a personagem tem um sonho que deflagra a progressiva destruição de seus grilhões. Square descreve da seguinte maneira o que teria presenciado na ocasião:

Vi na minha frente uma multidão imensa de pequenas linhas retas (que naturalmente supus serem mulheres) intercaladas com outros seres ainda menores que eram como pontos brilhantes – todos se movendo para lá e para cá na mesma linha reta, e, pelo que pude julgar, com a mesma velocidade. (ABBOTT, 2019, p. 851)

Ao contrário do que imagina o protagonista, essas criaturas não são mulheres de seu país, mas habitantes de outro espaço social, que, de acordo com seu monarca, chamava-se Linhalândia. O diálogo entre as duas personagens se torna gradualmente um conflito discursivo entre duas formas de visão e de representação do mundo no qual cada um habita. Entretanto, o texto deixa claro para o leitor que a realidade de Square é consideravelmente mais ampla do que aquela conhecida por seu interlocutor.

Parecia que este pobre e ignorante monarca – como ele chamava a si mesmo – estava convencido de que a linha reta a que ele chamava de seu reino, e onde vivia, compunha a totalidade do mundo e, na verdade, a totalidade do espaço. Não sendo capaz de se mover nem de ver, a não ser sua linha reta, ele não tinha qualquer concepção de nada fora dela. (ABBOTT, 2019, p. 871)

Mesmo se tratando de uma experiência onírica, a relação que se estabelece entre as personagens é semelhante àquela encenada pelos prisioneiros no mito platônico. Os habitantes de Linhalândia, assim como os indivíduos acorrentados na caverna, não conseguem vislumbrar nenhum espaço de existência para além dos limites dentro dos quais sempre viveram. A capacidade sensorial delinea o senso de realidade dessas criaturas e suas mentes, engessadas pelo que é palpável e já conhecido, rejeitam a apresentação de uma alternativa para suas percepções. Nesse sentido, ainda que Square não seja um conterrâneo do monarca, ele atua como o prisioneiro que tenta desmitificar as sombras da caverna para seus companheiros. “Uma vida assim, com a visão limitada a um ponto e todo o movimento, a uma linha reta, parecia-me tremendamente lúgubre [...] Pois o seu espaço não é o verdadeiro espaço. O verdadeiro espaço é um plano, e seu espaço não passa de uma linha” (ABBOTT, 2019, p. 888, 989).

Contudo, a retórica do protagonista é peremptoriamente contestada e ridicularizada pelo seu interlocutor, ainda que por meio de argumentos pouco razoáveis e

renitentes. Mesmo quando Square se eleva para além das fronteiras de Linhalândia, demonstrando que há todo um universo não conhecido por seus habitantes, a ignorância e o ceticismo do governante não são superados. Eventualmente, violência similar a que é deflagrada na caverna de Platão se torna iminente e, antes de ser agredido pelas linhas que o cercam, o protagonista é despertado de seu sonho pela campainha do desjejum.

Há diferentes formas de abordar esse encontro na obra de Abbott sob o viés da reflexão utópica, dentre as quais destacaremos duas, sendo uma mais próxima do utopismo como posicionamento crítico diante do real, e a outra diretamente associada ao arquétipo fundado por More.

Como mencionamos anteriormente, o idealismo utópico conquistou diversos detratores e opositores ao longo de sua história. A exposição e a defesa de formas alternativas de organização societária foram recorrentemente vistas com desconfiança por aqueles que sentem (ou se imaginam sentir) confortáveis com o *status quo* ou satirizadas pelos que enxergam nas utopias pouco mais do que um delírio inconsequente. Ambos os posicionamentos parecem convergir na reação dos prisioneiros da caverna de Platão, já que “tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados” (PLATÃO, 2000, p. 226). Pode parecer contraditório o uso do termo confortável para indivíduos acorrentados em um espaço insalubre, mas, reafirmando o caráter alegórico da passagem platônica, essa afirmação se refere mais especificamente a uma aceitação resoluta de modelos estabelecidos de representação do real, que não apenas permitem a compreensão generalista do mundo, mas também definem parâmetros considerados aceitáveis de subjetividade e identidade. Ao propor ou figurar uma reestruturação do meio social, o utopista coloca em questão os modos pelos quais seus pares entendem sua própria existência. Como vemos em *Planolândia*, as linhas conseguem apenas vislumbrar um universo linear. O conformismo, nesse sentido, é também uma tentativa de autoproteção. Essa dinâmica de ação e reação faz com que a posição do idealista utópico se torne mais arriscada e o

seu discurso seja frequentemente relegado ao plano do desvario idiossincrático. Teixeira Coelho defende que

Contrariamente àquilo que insistem em divulgar os defensores do realismo responsável - cuja única realização, além da demagogia, é a defesa da estagnação - a imaginação utópica não é delirante, nem fantástica. Ela parte, sim, de fatores subjetivos produzidos, num primeiro momento, apenas no âmbito do indivíduo. Mas, a seguir, ela se nutre dos fatores objetivos produzidos pela tendência social da época, guia-se pelas possibilidades objetivas e reais do instante, que funcionam como elementos mediadores no processo de passagem para o diferente a existir amanhã. Não é fantasia inconseqüente (pelo contrário: deve ter seqüência), mas tampouco se deixa nortear e corrigir pelo dia-a-dia, pelo terra-a-terra: seu lastro é o da realidade da própria antecipação visada, a única realidade plausível que existe. (COELHO, 1981, p. 09)

Entretanto, temos que admitir que a função desempenhada por Square nesse momento da narrativa é peculiar, já que a personagem não adentra o país das linhas, mas é visitado, ainda que durante o sono, em seu próprio espaço por essas criaturas. O movimento do protagonista é, conseqüentemente, inverso ao da tentativa de esclarecimento e resgate dos habitantes da caverna. No universo ficcional de Abbott, a limitação das ideias não depende de restrições físicas, mas de um certo estado de consciência que bloqueia qualquer esforço ulterior de conscientização.

De outro lado, se associamos o conflito entre o protagonista e as linhas em *Planolândia* com a estrutura narrativa tradicional das utopias literárias, percebemos também algumas inversões e subversões que potencializam o viés crítico da obra em questão.

Vita Fortunati (2000) ressalta que o deslocamento de uma personagem de um espaço mimético ao do leitor para uma sociedade modelar é um dos elementos definidores do arquétipo das utopias literárias tradicionais.

Seja espacial, temporal ou mesmo onírico, o distanciamento de seu universo de referência permite que esse viajante observe com mais criticidade ambas as realidades, ao mesmo tempo em que fortalece a participação do leitor, que também explora como certo estranhamento esse “outro lugar nenhum”.

Em *Planolândia*, todavia, é o protagonista quem é visitado, ainda que em sonho, por forasteiros, que trazem consigo uma forma de compreensão do mundo praticamente impermeável a quaisquer visões ou provas contrárias. Tal resistência se mantém, como vimos, mesmo diante de dados empíricos da existência de uma realidade plana. Ainda que o país de A. Square seja problemático em vários níveis, seria como se na obra o viajante se recusasse a aceitar as características da sociedade utópica, reafirmando, sublimando e ferozmente defendendo o *status quo*. Seria como se Rafael Hitlodeu desprezasse a forma de vida dos utopianos e exaltasse a estrutura social da Inglaterra do século XVI.

Diante disso, é interessante considerar que a própria racionalidade que supostamente orienta (ou deveria orientar) o pensamento sociológico revela seus limites quando, mesmo diante de fatos e comprovações, o desejo por transformação é suplantado pela ignorância, pelo comodismo e pelo autoritarismo ideológico.

Esse comportamento cético e, até certo ponto, irracional não se restringe apenas aos cidadãos de Linhalândia, sendo demonstrado por outras personagens, inclusive, o protagonista.

Alguns dias depois desse encontro onírico com as linhas, Square é visitado por um ser cuja origem desafia as convicções da personagem. No emblemático momento de início de um novo milênio em Planolândia, o protagonista se vê diante de uma figura geométrica espacial, ou seja, oriunda de uma realidade com três dimensões. “O senhor acha que tem apenas duas dimensões, mas eu vim apresentar uma terceira: altura, largura e extensão” (ABBOTT, 2019, p. 1141). Novamente, o autor modifica a estrutura arquetípica das narrativas utópicas ao introduzir o representante da

sociedade mais evoluída na realidade já conhecida e assimilada de Square. Nesse sentido, a visita se assemelha mais com o retorno do prisioneiro para a caverna do que o sonho anterior, ainda que o diálogo assuma contornos muito específicos.

Não estou para pilhérias. Estou dizendo que vim do espaço, ou, já que o senhor não quer entender o que espaço significa, da Terra das três dimensões, de onde somente recentemente me dignei a observar o seu plano, que o senhor sem dúvida chama de espaço. Dessa posição privilegiada, eu percebi tudo aquilo a que o senhor se refere como sólido (que para o senhor que dizer “fechado nos quatro lados”); suas casas, igrejas, baús e cores; sim, até seus interiores e seus abdômes, todos abertos e à vista para mim (ABBOTT, 2019, p. 1155).

A perplexidade inicial do protagonista se converte em um aferrado ceticismo quanto à existência do lugar descrito pelo visitante. Sua relutância desafia os argumentos aparentemente lógicos do forasteiro, que é contrariado por réplicas que se baseiam no conhecimento que Square orgulhosamente detém de seu mundo geometricamente plano. Novamente, a essência da alteração está no confronto entre duas formas de racionalização da realidade, que, na verdade, não são excludentes. O espaço interno da caverna não deixa de existir porque há um mundo para além de suas paredes. Mas, a dificuldade em admitir que a plausibilidade desse universo exterior enrijece as correntes do senso comum. Assim, o protagonista assume o papel do soberano de Linhalândia e, mesmo quando se esforça para assimilar o que lhe é apresentado, seus modelos de representação do real se interpõem. Como se trata de uma narrativa retrospectiva, encontramos na passagem abaixo a admissão da personagem de suas dificuldades:

Todo leitor de EspaçoLândia vai facilmente entender que meu convidado misterioso estava falando a linguagem da verdade e até da sinceridade. Mas, para mim, embora eu fosse

competente na Matemática de Planolândia, não era de forma alguma uma questão simples [...] Mas, para mim, embora eu visse os fatos na minha frente, as causas continuavam obscuras (ABBOTT, 2019, p. 1216).

Assim como os acorrentados de Platão e as linhas de Abbott, as reações de Square se tornam cada vez mais agressivas até o momento no qual sua frustração e sua ira assumem a materialidade de um ataque físico. “Monstro – gritei – seja o senhor prestidigitador, feiticeiro, sonho ou demônio, não vou mais tolerar sua zombaria. Um de nós deve morrer. E tendo dito isso, avancei sobre ele” (ABBOTT, 2019, p. 1270).

Ainda que o ataque tenha sido inócuo, o forasteiro, diante da gravidade da situação, o forasteiro não encontra alternativa senão conduzir Square para uma visita a EspaçoLândia. A partir deste ponto, a narrativa se coaduna como a arquitetura narrativa das utopias tradicionais, ou seja, o protagonista se torna o convidado em um mundo que se revela ao mesmo tempo como uma surpresa e a realização de seus desejos. “Olhei, e eis que estava lá um novo um novo mundo! Lá estava, na minha frente, manifestadamente materializado, tudo o que antes eu havia inferido, conjecturado, sonhado, de perfeita beleza circular” (ABBOTT, 2019, p. 1324).

A relação entre as personagens, então, transforma-se totalmente. Square passa a se referir à esfera como seu guia e professor – funções típicas de uma ou mais indivíduos na literatura do gênero -, que lhe apresenta a utopia do espaço e lhe ensina suas particularidades. Complementarmente a essa mudança interacional, um caráter místico e messiânico, já brevemente mencionado anteriormente na obra, começa a se impor. O protagonista é instruído sobre as características da utopia com um objetivo muito específico: assumir a função de um arauto daquela realidade superior em seu próprio mundo. Se o movimento de ascese, literal e também simbólico, é mencionado diversas vezes na comparação entre Planolândia e EspaçoLândia, a sublimação metafísica do segundo já é claramente evidenciada mesmo antes da ida viagem do protagonista. “Eu tinha espe-



rança de encontrar no senhor (por ser um homem de bom senso e um matemático de primeira) um apóstolo do Evangelho das Três Dimensões, que tenho a permissão de pregar apenas uma vez a cada mil anos” (ABBOTT, 2019, p. 1277).

A discussão dos desdobramentos da caracterização místico-messiânica da utopia na obra extrapolaria os objetivos e o escopo do presente artigo. Não obstante, alguns breves aspectos devem ser ao menos mencionados.

Ainda que a referência mais imediata aos termos messias e apóstolado seja muito provavelmente o texto Bíblico, é preciso considerar que o ideal messiânico pode ser encontrado em crenças e textos anteriores a sua associação com a imagem de Jesus Cristo, como a espera judaica pelo *Mashiach* ou a *Êcloga IV*, de Virgílio. A partir desses exemplos, já é possível notar a íntima relação do messianismo com o utopismo, ainda que este não tivesse alcançado ainda a sua ênfase na transformação social. Essa proximidade assumirá diferentes contornos ao longo dos séculos, dependendo os contextos socioculturais nos quais essas visões se manifestaram. Ao sintetizar algumas reflexões de Walter Benjamin e Ernst Bloch, Michael Löwy (2011) percebe a semelhança na avaliação de ambos os pensadores da intensa energia utópica que perpassou o século XIX. Segundo eles, o messianismo judaico-cristão teria assumido um compromisso social objetivo durante o Romantismo, em que discursos místicos sobre uma vindoura “nova era” se misturavam com ideais revolucionários cada vez mais alinhados com o marxismo. “Trata-se de uma espiritualidade messiânica revolucionária que tece, entrelaça, entrecruza de modo inextricável o fio da tradição religiosa com o da utopia social” (LÖWY, 2011, p. 40).

Tendo vivido a maior parte de sua vida no Oitocentos, Edwin Abbott (1838 – 1926) testemunhou esse processo de articulação entre religião e sociologia, assim como a volumosa escritura de textos utópicos no período. Como herdeiro de tendências românticas no pensamento e na literatura, é interessante perceber como o autor inscreve essa fusão de perspectivas em sua obra.

Além disso, o encontro entre Square e o visitante de EspaçoLândia ocorre justamente na noite de passagem para um novo milênio, momento que obviamente concentra uma enorme carga utópica e instiga sensivelmente o imaginário coletivo. O milenarismo carrega intrinsecamente em si o sonho da perfeição social. Portanto, a vinda da esfera como anunciadora de outra realidade possível é simbolicamente muito representativa. *Planolândia* não foi publicada em um contexto mudança de milênio, mas é importante perceber que o texto antecede em apenas alguns anos a chegada do século XX, passagem que também potencializa as expectativas e as projeções de um futuro melhor. Como afirma a Prof<sup>a</sup> Laura de Izarra,

Nos fins de séculos, os imaginários da sociedade apontam para futuros apocalípticos ao mesmo tempo que para a esperança de um mundo novo renascendo das cinzas. Os autores dessas narrativas articulam convenções compartilhadas apropriando-se dos diferentes discursos que circulam na sociedade e negociam suas ressignificações com as práticas sociais vigentes no seu contexto (IZARRA, 2001, p. 07).

Square aceita o cargo de um apóstolo das três dimensões, isto é, a função de disseminar dentre seus pares a boa nova da existência não apenas de um outro espaço, mas também de uma nova definição de espacialidade. Ao assumir essa atribuição, o protagonista se transforma efetivamente em um instrumento de propagação de uma sociedade utópica. Nesse sentido, o texto delinea como projeto específico um aspecto que se apresenta de forma implícita nas utopias tradicionais: após conhecer a *ethos* modelar, o viajante retorna para sua terra natal na intenção de revelar suas descobertas e contribuir, com base no que foi visto e aprendido, para a transformação social.

Previamente a início dessa trajetória de evangelização, uma cena muito representativa é descrita no texto, que abordaremos brevemente aqui. Profundamente entusiasmado pelas descobertas alcançadas em Espa-

colândia, Square questiona seu guia sobre a existência de uma realidade ainda mais elevada, na qual os indivíduos vivessem em quatro dimensões. A personagem se baseia tanto em sua racionalidade quanto em suas experiências prévias para sugerir e, posteriormente, defender essa possibilidade.

Eu anseio, tenho sede de mais conhecimento. Indubitavelmente não podemos ver aquela outra Espaçoândia mais elevada agora porque não temos olhos em nossos estômagos. Mas, da mesma forma como existia o reino de Planolândia, embora aquele pobre e insignificante monarca de Linhalândia não pudesse virar nem para a direita nem para a esquerda para vê-lo, e da mesma forma como existia, bem à mão, tocando em minha estrutura, a Terra das Três Dimensões, embora eu, cego tolo miserável, não tivesse o poder de tocá-la, nem um olho em meu interior para percebê-la; certamente existe uma quarta dimensão, que meu senhor percebe com o olho interior do pensamento (ABBOTT, 2019, p. 1493-1502)

Contudo, a reação da esfera é semelhante àquelas do soberano de Linhalândia e do próprio A. Square anteriormente, isto é, de incredulidade e de irritação, como notamos no diálogo a seguir: “Mas, onde fica esta terra das quatro dimensões? / Não sei, mas sem dúvida, meu professor sabe. / Eu não, não existe tal terra. O próprio conceito de tal lugar é totalmente inconcebível” (ABBOTT, 2019, p. 1482). Percebemos, desse modo, que, não obstante o tom emancipatório de sua preleção, o mensageiro de Espaçoândia não consegue evitar um olhar restritivo da sua própria realidade, entendida como a mais adequada e ampla possível. Na obra, cada personagem confrontada com uma perspectiva alternativa de existência se comporta de maneira similar aos prisioneiros de Platão. Em cada um dos espaços mencionados, os habitantes sublimam seu modo de viver e desprezam violentamente quaisquer outras propostas.

A esfera até admite a existência de conterrâneos que afirmam ter vislumbrado a terra das quatro dimensões,

mas desautoriza suas visões por meio do mesmo discurso dos cativos da caverna, caracterizando-as como ilusões de uma visão e de uma consciência perturbadas. “Mas a maioria das pessoas diz que essas visões surgiram do pensamento (o senhor não vai me entender), do cérebro, da angularidade perturbada daquele que viu” (ABBOTT, 2019, p. 1519).

A empreitada, no entanto, parece ser inevitavelmente fadada ao insucesso. Antes mesmo de retornar para Planolândia, Square já vislumbra qual será o seu destino em meio a seus conterrâneos. Ao observar o conclave dos círculos mais honoráveis de seu país, o protagonista ouve a seguinte decisão:

Visto que os Estados haviam sido atormentados por diversas pessoas mal-intencionadas que alegavam ter recebido revelações de outro mundo, e que afirmavam apresentar provas por meio das quais tinham fomentado até a loucura tanto a si mesmos quanto outros, fora unanimemente decidido pelo Grande Conselho que no primeiro dia de cada milênio fossem dadas ordens especiais aos governadores das várias comarcas de Planolândia para que fossem feitas rigorosas buscas por tais pessoas mal orientadas, e que, sem a formalidade de um exame matemático, fossem destruídos todos os isósceles de quaisquer graus, e flagelados e presos quaisquer triângulos regulares, e enviados quaisquer quadrados ou pentágonos ao asilo da comarca, e detidos todos os de posição social mais elevada e mandados imediatamente para a capital para serem julgados e examinados pelo Conselho (ABBOTT, 2019, p. 1385-1395).

De certa forma, podemos afirmar que as violentas reações dos prisioneiros na caverna de Platão são institucionalizadas e transformadas em dispositivos políticos de controle na obra de Abbott. Obviamente, nesse caso não se tratam de manifestações de ignorância e de medo que mantêm os indivíduos irredutíveis em sua

defesa do sistema estabelecido, mas de uma dinâmica de poder que alimenta esses temores como o intuito de preservar suas posições hierárquicas. Dessa forma, o autor inscreve o mito da caverna em um contexto de relações sociopolíticas de um Estado claramente autoritário, ainda que visto como racional. Não se trata, portanto, do mundo das ideias em contraste com as restrições da existência sensível, mas o conflito entre uma ideologia estabelecida e a possibilidade de uma organização alternativa. A resistência ao ideal utópico, assim, é um projeto de sustentação do poder estabelecido. Cria-se, a nosso ver, uma alegoria sociológica que recupera e remodela a alegoria filosófica da caverna.

Como já previsto pelo seu guia, o destino do protagonista é a mesmo de outros apóstolos das Três Dimensões: a perseguição e o encarceramento. Inicialmente, a personagem tenta abordar o tema por meio da escrita de um tratado que, apesar de concentrar as suas experiências na EspaçoLândia, assumia o estatuto de ficção. Podemos afirmar que Square produz um texto utópico com o propósito característico do gênero, ou seja, conscientizar seus pares das limitações de sua sociedade.

Diante da dificuldade em se expressar claramente suas visões e da incredulidade daqueles que tiveram acesso a seus escritos, Square passa a proferir discursos orais cada vez mais heterodoxos e perigosos, até que, diante da Assembléia Legislativa de sua metrópole, a personagem assume um tom objetivo e decisivo.

A princípio fingi estar descrevendo experiências imaginárias de uma pessoa fictícia, mas meu entusiasmo logo me forçou a dispensar o disfarce e, finalmente, em um discurso inflamado, exortei todos os meus ouvintes a se despirem dos preconceitos e se tornarem adeptos da Terceira Dimensão. Preciso dizer que fui imediatamente detido e levado perante o Conselho (ABBOTT, 2019, p. 1682).

Após um breve e tendencioso inquérito, o protagonista é condenado à prisão perpétua, sem a possibilidade de contato externo, com exceção das visitas ocasionais

de seu irmão. No desfecho da obra, Square relata que, depois de sete anos de aprisionamento, sua amargura e sua frustração afetam seu equilíbrio mental, levando-o a questionar a materialidade de tudo o que rodeia e de tudo o que ele viu. A personagem passa a questionar os limites entre o real e o sonho. “Sim, quando até esta parede dura que me separa da minha liberdade, as mesmas tabuinhas sobre as quais escrevo, e todas as realidades substanciais da própria Planolândia não me parecem melhores do que os produtos de uma imaginação doentia, ou a trama infundada de um sonho” (ABBOTT, 2019, p. 1722).

Além do aparente caráter metalinguístico desse comentário final, percebemos que o isolamento resulta em um processo de problematização da própria consciência do mundo. Em uma analogia mais livre, poderíamos dizer que o prisioneiro não apenas retorna para a caverna, mas volta a ser aprisionado nela, o que turva a essência das revelações que havia experimentado. Ou ainda, que o utopista é condenado à intangibilidade do sonho.

À guisa de conclusão, a aproximação do mito de Platão com a literatura utópica, em geral, e com a obra *Planolândia*, em específico, permite algumas reflexões profícuas para os estudos do gênero.

Em primeiro lugar, as utopias são problematizações da realidade social de um determinado período que exortam seus leitores e leitoras a conjecturarem sobre as sombras que os cercam e os limites sempre questionáveis de seus modos de vida. Entendemos, todavia, que o efetivo potencial crítico dos textos utópicos não se encontra no desvelamento de uma verdade pura inalcançável pela maioria dos sujeitos como em *A república*, mas na desestabilização de verdades fossilizadas no meio social e na figuração de estruturas que servem de parâmetro para esse processo.

Além disso, percebemos que os ataques ao idealismo utópico nem sempre são oriundos de uma preocupação com o caráter autocrático e homogeneizador, mas podem advir de discursos conservadores e reacionários que, muitas vezes, estão inscritos no imaginário coletivo e nos dispositivos de poder que os alimentam.

Em um olhar que flexibiliza as fronteiras da mimese, os utopistas assumem a função retórica dos protagonistas nas distopias referenciais do século XX. Mesmo que nem sempre eles lutem diretamente contra regimes totalitários e governos distópicos, eles oferecem uma visão que desafia não apenas a ausência de nosso mútuo olhar, mas também a extensão da caverna e a força dos grilhões que no mantém no mesmo lugar.

## NOTAS

- 1 A *modalidade utópica*, anterior ao gênero utópico [...] designa uma categoria geral de pensamento que representa toda formulação (não apenas escrita) que permita a visualização de realidades paralelas à realidade efetiva (RIBEIRO, 2009, p. 140).
- 2 Do original: They differed, however, in the way they presented that fiction; and it could not have been otherwise, as More created the word utopia because he needed to designate something new, which included the narrative scheme he invented. In spite of that, the word is used nowadays to refer to texts that were written before More's time, as well as to allude to a tradition of thought that is founded on the consideration, by means of fantasy, of alternative solutions to reality.
- 3 Do original: Utopia is the expression of the desire for a better way of being.
- 4 Não há unanimidade dentre os teóricos em relação ao uso desses termos e sobre os aspectos que os definiriam. Entretanto, a maioria dos estudiosos concorda que as utopias satíricas (uma versão negativa da utopia para criticar a sociedade real, segundo VIEIRA (2010)) e as antiutopias (o uso da forma utópica para atacar uma utopia ou o utopismo em geral, conforme SARGENT (1994)) dos séculos XVIII e XIX abriram caminho para as populares distopias do século XX.
- 5 Do original: In order to create his neologism, More resorted to two Greek words – ouk (that means not and was reduced to u) and topos (place), to which he added the suffix ia, indicating a place. Etymologically, utopia is thus a place which is a non-place, simultaneously constituted by a movement of affirmation and denial.
- 6 Do original: In mathematical and scientific circles, Edwin Abbott Abbott is known for one thing and one thing only: his mathematical fantasy *Flatland*. To his contemporaries, however, he was renowned as a teacher, writer, theologian, Shakespeare scholar, and classicist. His entry in the *Dictionary of National Biography* occupies more than two double-column pages, yet *Flatland* is not mentioned.
- 7 “O deus que vos formou misturou ouro na composição daqueles de entre vós que são capazes de comandar: por isso são os mais preciosos. Misturou prata na composição dos auxiliares; ferro e bronze na dos Lavradores e na dos outros artesãos” (PLATÃO, 2000, p. 111)
- 8 Do original: widespread Victorian misreading in which the central feature of evolutionary change is *progress* toward a higher state. This misreading appealed to the Victorians

because it provided a biological justification for an inequitable society driven by privilege.

- 9 O nome da personagem é, sem dúvida, irônico, já A. Square seria equivalente em Língua Portuguesa a expressão “Um Quadrado”, forma que o protagonista realmente tem.

## REFERÊNCIAS

- ABBOTT, E. A. (2019). *Planolândia – Um romance de muitas dimensões*. Trad. Thiago Ferreira. Ebook Kindle. Pictorial Editora.
- \_\_\_\_\_. (2002). *The Annotated Flatland – A Romance of Many Dimensions*. New York: Basic Books.
- CHAUÍ, M. (2000). *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática.
- COELHO, T. (1981). *O que é utopia?* São Paulo: Brasiliense.
- FORTUNATI, V. (2000). Utopia as a Literary Genre In: FORTUNATI, V. & TROUSSON, R. (ed.) *Dictionary of Literary Utopias*. (p. 634-643). Paris: Champion.
- IZARRA, L. P. Z. (org). (2001) *A Literatura da Virada do Século: Fim das Utopias?* São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP.
- LEVITAS, R. (2010). *The concept of utopia*. Oxford (UK): Peter Lang.
- LÖWY, M. (2011) *Messianismo, utopia e socialismo moderno*. WebMosaica - Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: v.3 n.2 (jul-dez), p. 40-50.
- MOYLAN, T. (2014). *Demand the impossible: science fiction and the utopian imagination*. Bern, Switzerland: Peter Lang AG.
- PLATÃO. (2000). *A república*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural.
- RIBEIRO, A. C. R. (2009). *A utopia e a sátira*. *Morus - Utopia e Renascimento*. Campinas: Unicamp, v. 6, p. 139-147.
- SARGENT, L. T. (1994). *The three faces of utopianism revisited*. *Utopian studies*, v. 5, n. 1, p. 1-37.
- SILVA, F. M. (2017). *A República de Platão: uma introdução à filosofia*. 1ª edição. Guarapuava: Apolodoro Virtual Edições.
- VIEIRA, F. (2010). *The concept of utopia*. In: CLAEYS, G. (Ed.). *The Cambridge companion to utopian literature*. (p. 3-27). New York: Cambridge University Press.

## O AUTOR

Evanir Pavloski é doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná. Professor Associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1986-3589>. E-mail: [evanir.pv@gmail.com](mailto:evanir.pv@gmail.com)



## **O GIGANTE ADORMECIDO: A UTOPIA REPUBLICANA NA IMPRENSA LIBERAL DO FINAL DO SÉCULO XIX**

### Resumo

O artigo objetiva tratar do caráter utópico do discurso republicano brasileiro que circulou na imprensa periódica, entre o final do século XIX e início do XX. O corpo documental desse trabalho compreende duas revistas paranaenses, a Revista do Clube Curitibano (1890-1912) e A Escola (1906-1910). A opção por tais fontes ocorreu em razão de ambas apresentarem um núcleo de comum de colaboradores, fato que garante a detecção de rupturas e continuidades discursivas acerca da república e dos modos como viabilizá-la. O corpo de colaboradores dessas revistas era composto por agentes entendidos aqui como “atores linguísticos”, expressão de John Pocock (2003) que designa os que operam como articuladores da linguagem de uma época, visando à defesa de interesses, ideias e valores.

**Palavras-chave:** República Brasileira. Imprensa Periódica. Utopia nacional.

## ABSTRACT

### THE SLEEPING GIANT: THE REPUBLICAN UTOPIA IN THE LIBERAL PRESS OF THE LATE 19TH CENTURY

This article aims to examine the utopian aspect of the Brazilian republican discourse spread by the periodical press between the late 19th century and the early 20th century. The documentary corpus of this work comprises two journals from Paraná, *Revista do Clube Curitibano* (1890-1912) and *A Escola* (1906-1910). This selection takes into account the fact that both journals shared a common core of contributors, which ensures the detection of discursive disruptions and continuities regarding the republic and how it could be facilitated. The group of contributors to these journals consisted of agents understood here as “political actors in discourse”, a concept developed by John Pocock (2003) to identify those who operate as language articulators of an era to promote certain interests, ideas, and values.

**Keywords:** Brazilian Republic. Periodical press. National utopia.

## RESUMEN

### EL GIGANTE DORMIDO: LA UTOPIA REPUBLICANA EM LA PRENSA LIBERAL DE FINALES DEL SIGLO XIX

El artículo pretende abordar el carácter utópico del discurso republicano brasileño que circuló en la imprenta periódica, entre finales del siglo XIX y principios del XX. El corpus documental de esta obra comprende dos revistas de Paraná, la *Revista do Clube Curitibano* (1890-1912) y *A Escola* (1906-1910). La elección de dichas fuentes se produjo porque ambas presentan un núcleo común de colaboradores, hecho que asegura la detección de rupturas y continuidades discursivas sobre la república y las formas de hacerla viable. El grupo de colaboradores de estas revistas estaba compuesto por agentes entendidos aquí como “actores lingüísticos”, expresión de John Pocock (2003) que designa a quienes operan como articuladores del lenguaje de una época, con el objetivo de defender intereses, ideas y valores.

**Palabras clave:** República de Brasil. Prensa periódica. La utopía nacional.

## INTRODUÇÃO

“O gigante adormecido”. Tal alcunha para o Brasil se reveste de uma utopia: a ideia de que o país pode vir a ser um gigante, ou seja, uma potência política, econômica e social. O que nos chama a atenção é que essa expressão tão popular tem, no mínimo, um século de existência. Ela esteve presente nos discursos de escritores, literatos e jornalistas brasileiros, entre a passagem do século XIX e o XX. Desde aquela época, idealizavam um grande futuro para a nação, projetando a utopia de uma república livre que ainda estava por ser despertada.

Este trabalho visa contribuir com reflexões sobre a construção do ideário republicano no Brasil. Buscaremos apresentar novos dados sobre o tema, coletados a partir de periódicos que circularam no Paraná e que têm sido analisados há dez anos, em uma pesquisa sobre a intelectualidade e a imprensa desse estado. O contexto paranaense, portanto, compõe nosso estudo de caso. Entendemos que a análise do discurso utópico republicano que se difundiu nesse estado pode contribuir para a compreensão do ideário republicano em âmbito nacional<sup>1</sup>.

Entre os periódicos aqui analisados estão a *Revista do Clube Curitibano (1890-1900)*<sup>2</sup> e a revista *A Escola (1906-1912)*<sup>3</sup>. Escolhemos as duas revistas por apresentarem um núcleo de colaboradores em comum. A revista *A Escola* apresenta um grupo menor e remanescente da revista anterior, cujos integrantes possuem trajetórias convergentes e se reuniam em torno da mesma instituição, o Clube Curitibano, conhecido por seus ideais abolicionistas e republicanos<sup>4</sup>.

O corpo de redatores e colaboradores dessas duas revistas era composto por literatos, jornalistas e professores cuja maioria é autora de artigos, obras e publicações que lhe conferiram destaque local e nacional. Tais agentes são entendidos aqui como “atores linguísticos”, expressão de John Pocock (2013) que designa os que operam como articuladores da linguagem de uma época, visando à defesa de interesses e à expressão de determinadas ideias e valores. Foram, portanto, media-

dores da cultura de sua época, desempenhando, a um só tempo, os papéis de atores e testemunhas do contexto por eles vivenciado.

No Paraná, as ideias republicanas começaram a ser difundidas a partir do litoral, por meio de alguns periódicos que circularam entre as décadas de 1870 e 1880.<sup>5</sup> Naquela época, a cidade portuária de Paranaguá e os núcleos urbanos próximos receptavam as novas ideias e discursos que chegavam via porto, especialmente advindos de São Paulo. Nesse estado, por sua vez, houve intensa disseminação do ideário republicano, muito em razão do desenvolvimento econômico propiciado pela produção de café (Corrêa, 2006).

Do litoral paranaense, as ideias republicanas não tardaram a avançar o planalto de Curitiba e, logo, consolidaram-se na capital. Com a Declaração Republicana Paranaense, em 1881, e a criação do Clube Republicano de Curitiba, em 1885, o republicanismo foi institucionalizado e ganhou força à medida que angariou novos adeptos nos setores médios da população. Entre esses estavam jornalistas, escritores e bacharéis. Alguns desses graduados em centros de fora do estado, como a Faculdade de Ciências Jurídicas de São Paulo.

Naquele contexto, Curitiba apresentava alguns centros de educação secundária, mas nenhuma faculdade. Tornou-se, então, um costume entre determinados segmentos da população local custear os estudos dos jovens em centros de ensino superior fora do Paraná, como a Faculdade de São Paulo. Segundo Elisabeth Seraphim Prosser (2004) essa instituição atuou como uma grande difusora de ideias como o abolicionismo e o republicanismo entre os filhos das elites letradas brasileiras, especialmente do sul e sudeste do país. Conforme explica a autora, “os jovens bacharéis, de retorno às suas províncias, nos seus afazeres profissionais, na sua militância política, tornaram-se arautos e propagadores da nova ideologia” (Prosser, 2004, p. 52).

Esse foi o caso de parte dos escritores das revistas analisadas. Ao regressarem à Curitiba, tais agentes constituíram uma intelectualidade difusora de ideias



abolicionistas, liberais, democráticas, anticlericais e, principalmente, republicanas.

A respeito desse ideário republicano que se formou no Paraná, consideramos a hipótese de se tratar de um movimento de caráter eminentemente utópico, uma vez que não identificamos, em nossa análise, os contornos de um claro projeto político. A república defendida pelos discursos da época era libertária e antioligárquica em termos ideais. Pouco se discutia como isso seria colocado em prática. Não havia propriamente um projeto, mas antes, um ideal a ser concretizado em um futuro que não se sabia precisar.

Nos anos imediatamente seguintes à Proclamação de 1889, os ideais não foram tão logo alcançados, e a república foi delineada aos poucos, em sua cotidianidade, nas relações entre elite e população, nas suas instituições reformadas herdadas do império e em sua precária economia. Dessa maneira, no pós-1889 uma situação totalmente adversa do pretendido pelos republicanos acometeu o país.

Voltamos, então, à hipótese de que a república, menos que um projeto político, assumiu os contornos de uma “utopia nacional”. Para melhor entendê-la podemos tomar como base a categoria discutida por Isaiah Berlin (1991), em sua obra em que discorre sobre as utopias do Ocidente. Segundo ele, as utopias nacionais – *próprias do contexto global do século XIX* – emergiram em diferentes partes do mundo, após a ascensão das descolonizações e dos nacionalismos. Foram representadas por movimentos que ansiavam pela igualdade entre as nações e que se diziam a voz de povos que foram insuficientemente reconhecidos, desejosos de serem considerados no rol entre as culturas do mundo (Berlin, 1991, p. 205-8).

Conforme veremos a seguir, a utopia republicana se justapõe a essa categoria em razão de seu forte apelo nacionalista e, mais ainda, progressista, que ansiava para o Brasil o papel de grande nação entre as demais. Era redencionista no sentido de pretender resgatar o país de uma história de exploração colonial e anoni-

mato para o inserir no repertório da história mundial. O ideal republicano apresentava uma conotação salvacionista, concebendo o Brasil como um gigante que logo então despertaria para sua missão entre as mais ricas nações do mundo.

A seguir buscaremos discutir algumas passagens e conclusões que esclarecem as nuances dessa utopia republicana nacional. Em seguida, iremos tratar do contexto imediatamente posterior à Proclamação, de alguns dos ideais não concretizados, da antiutopia dos governos militares e da precária economia. Finalizaremos o presente discutindo aquela que fora uma das estratégias mais claras, traçada pelos escritores dos periódicos em análise, no sentido de resguardar a manutenção do regime republicano no país.

## A UTOPIA NACIONAL REPUBLICANA

A república representou, segundo os discursos em análise, a evolução política, social e econômica. Era a garantia do ingresso do Brasil no “mundo civilizado” que o igualaria às demais potências mundiais. O novo regime seria aquele que nos abriria “na vanguarda do progresso, um caminho verdadeiramente amplo [ao] píncaro de todas as grandezas patrias” (Anônimo, 1890, *Revista do Clube Curitibano*, p.1-2).

Essa perspectiva encontra-se fundamentada na obra de determinados teóricos europeus como Auguste Comte. Suas ideias apresentam uma clara concepção de progresso diretamente associado à racionalidade e à ciência. Em seu estudo sobre as sociedades, Comte elaborou uma lei única do desenvolvimento humano. Conhecida como a Lei dos Três Estados, ela pressupõe estar a humanidade inserida em um processo evolutivo dividido em estágios (Bourdé & Martin, 1983).

A premissa comtiana, que permeou alguns dos discursos em análise, remete-nos à crença de que havia uma natureza permanente e hierárquica da humanidade e as diferenças entre as sociedades deveriam ser analisadas como diferenças de ritmo, diferentes graus de desenvolvimento ao longo de um mesmo processo. A partir

desse princípio, o lugar do Brasil, enquanto potência mundial, estava por ser conquistado.

Além do progresso nacional, são comuns passagens de enaltecimento da amplitude do território do Brasil, de suas riquezas naturais, da índole do seu povo e de outros fatores que reafirmam o país enquanto uma nação potencialmente desenvolvida. Em algumas passagens, encontramos a premissa de que o Brasil poderia vir a ser o “celeiro do mundo”, fato que lhe reservaria a hegemonia entre as nações. A vida agrícola passou a ser vista, desde então, como a base da fortuna nacional e mundial. De acordo com o ideário da época, cada país tinha uma função na ordem mundial. O Brasil seria aquele a “salvar” o mundo das crises de carência de alimentos tão profetizadas na época, como a enunciada por Thomas Malthus.

O progresso agrícola era um aspecto importante da dita utopia pois se, por um lado, poderia garantir o progresso econômico e político, por outro, seria o elemento transformador da realidade paupérrima da maior parte da população campesina. Para essa, daria uma finalidade, qual seja, a de uma classe produtiva, alfabetizada e, principalmente, eleitora.

Outro aspecto interessante dessa utopia é a crença de que a ascensão do país rumo aos mais altos degraus da civilização teria se iniciado a partir de uma sequência de eventos históricos. Cada evento corresponderia a uma etapa desse processo, iniciado com a Independência do Brasil, seguido pela abolição da escravidão e que culminou na Proclamação da República. Assim, esses três eventos compõem uma narrativa que se inicia com a “libertação” do país de seu passado colonial e se finaliza com a instauração da República, representando o todo do progresso brasileiro.

Dessa opinião partilhavam vários escritores, como Dario Vellozo, que afirmou categoricamente que “o 15 de Novembro nada mais foi que a consequência do 13 de Maio!” (Vellozo, 1891, *Revista do Clube Curitibano*). Tais etapas remontavam à “epopéia brasileira: – [que] surgiu das brumas do levante o 13 de maio; esse dia que

deveria subsistir dous annos e que teminou com o 15 de Novembro de 1889 [...]” (Anônimo, 1890, *Revista do Clube Curitibano*, p. 3).

Outro evento significativo para a utopia republicana em questão foi a Revolução Francesa. Sabemos da evidência que esse marco assume em diferentes análises historiográficas, especialmente, no que tange à questão republicana no Brasil. Igualmente, consideramos a questão francesa um aspecto importante da utopia nacional a que estamos nos referindo, justamente, porque explicita a faceta mais utópica de seu ideário: volta-se ao passado para se traçar um grande futuro à nação. A Revolução surge como o episódio que deu origem à democracia, libertando os povos do ocidente da monarquia:

foi a Tempestade que produziu raios como [...] Danton e Marat; [A revolução] foi o sol radiante que ora illumina e illuminará as consciencias das gerações presentes e futuras e foi o diluvio que inunnudou de bens a humanidade, produzindo a grandiosa conquista da Democracia! (Editorial, 1891, *Revista do Clube Curitibano*, p. 1).

Na esteira dessa utopia republicana, manteve-se a noção de império e de monarquia como símbolos de decadência. Por essa razão, o antigo regime era visto como a representação do atraso, do privilégio e da corrupção. Em outro artigo da comemoração do primeiro aniversário da República, indagava-se:

Qual é o brasileiro que no dia de hoje não sente em seu coração as mais fervorosas alegrias por vêr a sua patria livre da carunchosa monarchia que por espaço de muito annos trouxe-nos o atrazo e o servelismo!! (Anônimo, 1890, *Revista do Clube Curitibano*, p. 2).

A palavra *servilismo* nos chama a atenção aqui por expressar a antítese do que aqueles escritores almejavam, ou seja, a independência no sentido político do termo, sem precisarem estar subordinados ao favori-

tismo e aos laços de compadrio que, em tese, seriam abolidos na época republicana.

Além da ideia do progresso social e econômico brasileiro – cujas principais bases teóricas advinham do positivismo – os ideais republicanos também estiveram calcados em teorias europeias, cuidadosamente analisadas e justapostas. Se por um lado a utopia republicana tinha uma intecção declaradamente liberal e, mesmo, libertadora dos laços e da mentalidade coloniais, por outro, revestia-se de um conservadorismo e autoritarismo velados, no tocante à população brasileira de modo geral.

Atraíam o interesse de escritores e pensadores do período aquelas teorias que tratavam de explicar socialmente o fenômeno das massas e do comportamento dos indivíduos em sociedade. As teorias de maior destaque entre esses letrados eram aquelas que conciliavam o almejado progresso republicano com existência das desigualdades sociais, legitimando as relações entre povo e elite. Havia certa urgência de se pensar racionalmente a questão das classes consideradas “menos prósperas” e “menos civilizadas” da nação.

Os discursos da *época pressupunham* que, naquele momento, em que as nações “travavam acirrada luta pela sobrevivência”, não havia lugar para a indolência ou desordem social, fenômenos diretamente associados às massas depauperadas que cresciam nos centros urbanos do país. Considerava-se fundamental que cada indivíduo contribuísse, ao seu modo, para o engrandecimento nacional.

Do mesmo modo, não havia a intenção, por parte dos republicanos aqui mencionados, em sanar as desigualdades sociais. Previam que elas deveriam ser concebidas e respeitadas como diferenças “naturais” entre os indivíduos, ou ainda, como distinções inatas. Em momento algum, a utopia republicana concebeu a democracia como sinônimo de “igualdade de classes”. Conforme se defendia, as sociedades humanas não eram homogêneas, tal como ocorria com o mundo natural, e, cada um dos segmentos sociais possuía uma função específica que lhe fora predestinada naturalmente.

Algumas passagens dos periódicos em análise citam as ideias de Herbert Spencer para respaldar essa perspectiva. O autor foi um dos primeiros a definir, em termos evolucionistas, o desenvolvimento das sociedades humanas. Considerava que os indivíduos, com o passar do tempo, sofrem modificações em sua natureza em um processo de contínua evolução. Deste modo, considerava-se que uma mesma sociedade é formada por pessoas que se encontram em diferentes graus de desenvolvimento (Hawthorn, 1982, p. 99).

Outra vertente que corroborou com o evolucionismo spenceriano foi designada como darwinismo social. Bastante distinta da teoria original de Charles Darwin, tornou-se conhecida por conceber as sociedades como organismos submetidos às mesmas leis naturais que regem a natureza como um todo, especialmente no que tange à luta e à competição dos indivíduos pela sobrevivência. A partir dessa perspectiva, a vida social seria uma luta sem trégua mediada pela lei que, naturalmente, selecionaria os mais aptos (Oliveira, 1990, p. 67).

Tais teorias, quando são citadas e comentadas em alguns trechos dos periódicos, revelam-nos o aparente paradoxo desse pensamento utópico, composto: por um lado, de um hino à liberdade dos povos e à democracia; por outro, de uma visão socialmente desigual e autoritária. Essa contradição, conforme analisa José Murilo de Carvalho (1990, p. 17-18), foi bastante oportuna para aqueles que estavam preocupados com a garantia da liberdade individual. E, com ela, preocupados, também, com os direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião e de religião.

Em relação à população, as camadas mais ricas e letradas passaram a temer a vida nas cidades em expansão que abrigavam diferentes segmentos da população. Ainda segundo Carvalho (1990, p. 17-18), nesse contexto, o liberalismo adquiriu “um caráter de consagração da desigualdade, de sansão da lei do mais forte”.

Esse autoritarismo irá se revelar, especialmente, na necessidade do segmento letrado da população em

guiar o país, encaminhando seu povo ao esclarecimento e ao desenvolvimento. Havia uma grande preocupação daqueles que se consideravam “mais aptos” em conferir um destino ao povo brasileiro de modo a fazer com que o Brasil avançasse no seu lento processo de “despertar”.

Após a instauração da República brasileira diferentes conflitos eclodem em território nacional, dentre eles guerras, insurreições, revoltas e tentativas de golpes. Na esteira desse processo, o grupo de letrados buscava compreender as massas, os levantes e as insurreições como um meio de controlá-las e de modificar a situação em nome do novo regime. Daí a nascente necessidade desses escritores em guiar a população em geral rumo ao seu progresso moral e civilizatório.

### **DISTOPIA: OS ANOS SEQUINTE À PROCLAMAÇÃO**

A instauração da República não significou, em absoluto, a transformação das relações políticas e das redes de influência que atuavam no poder público. A liberdade política, tão almejada pelos idealizadores republicanos, não se realizou. A maioria da população manteve-se destituída de seu direito ao voto especialmente em razão do analfabetismo. Mulheres, clérigos ou soldados também não votavam. Como afirma Carvalho (1987), a República teria representado muito pouco em termos de expansão dos direitos políticos e civis.

Além disso, como já mencionamos, o período imediatamente posterior à Proclamação foi marcado por uma grande instabilidade. Havia dificuldade em se manter a unidade territorial diante de grupos que brindavam a uma diversidade cultural que não cabia nos moldes republicanos positivistas. Essa diversidade, a disputa das oligarquias pelos poderes regionais, a não aceitação do novo regime por uma parcela da população, tudo contribuiu para a instabilidade da República recém-instaurada. O contexto do primeiro decênio após a Proclamação do novo regime foi permeado por conflitos em diferentes pontos do território brasileiro, tais como a Revolta da Armada (1893), a Revolução Federalista (1893) e a Insurreição de Canudos (1897).

No entanto, nas revistas em análise, encontramos passagens que apresentam o contrário, isto é, um enaltecimento do processo de mudança de regime, sem haver menções quanto aos conflitos. Segundo alguns artigos, a República havia sido instaurada por meio de uma “revolução pacífica”, dentro da ordem, diferentemente do que ocorrera com outras nações europeias ou americanas. Ao afirmar isso, esses escritores desejavam legitimar o novo regime porque acreditavam que proporcionaria mudança a longo prazo.

Outro aspecto a nos chamar a atenção nos discursos diz respeito ao Governo Provisório e à ditadura por ele instituída. O Decreto n. 1, datado de 15 de novembro, proclamava provisoriamente o governo ditatorial e decretava a República Federativa, passando o país a se intitular Estados Unidos do Brasil.

Era evidente a inspiração estadunidense do projeto inicial. Entretanto, esse projeto nada tinha de comum com a República que se instalou no Brasil, já que essa fora instituída a partir de um governo ditatorial regido pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Como explica Murilo de Carvalho (1990, p. 21), a ditadura republicana era um dos princípios defendidos pelos positivistas brasileiros, já que Auguste Comte o havia considerado como um governo de salvação nacional. O bom ditador comtiano seria aquele que bem conduzisse as massas. Admitida por positivistas, a ditadura era igualmente aceita por alguns dos republicanos brasileiros mais radicais, como Silva Jardim. Para esse grupo, o ditador era a encarnação da vontade coletiva, sem que fosse necessária a eleição formal para legitimá-lo (Carvalho, 1987, p. 47).

Legítima tanto para positivistas como para republicanos radicais, a ditadura do Governo Provisório fora saudada em muitas das passagens das revistas em análise. Na *Revista do Clube Curitibano*, Marechal Deodoro é concebido como mito nacional, responsável por haver livrado o Brasil do “polvo monstro” da monarquia (Editorial,

1890, *Revista do Clube Curitibano*, p. 1). Nos anos iniciais da revista, não foram encontradas menções contrárias à ditadura de Deodoro, apenas, a favor.

No entanto, um dos redatores das revistas, Leôncio Correia em sua obra intitulada *Perfis* (1942), posterior àqueles anos iniciais da República, teceu considerações a respeito desse entusiasmo político. Como em uma espécie de revisão do período, reitera que houve a adesão maciça à ditadura republicana por vários setores da população. No entanto, o autor considera tal adesão um “despudor”, uma vez que esse governo fora instituído pela força, anulando, assim, toda a luta republicana, suas “ideias, sentimentos, tradições, compromissos sagrados da honra cívica!” (Correia, 1942, p. 73).

“Modismo político e grande aceitação pública da instauração de uma ditadura”: essa foi a conclusão de Leôncio Correia ao olhar para seu passado e de seus pares. Segundo ele, não houve preocupação dos republicanos em relação à anulação dos princípios de liberdade tão almejados inicialmente, e, a forma ditatorial de governo não representou, conforme se entendeu na época, um entrave ao progresso preconizado à república.

Afora esse entusiasmo político, a consolidação das novas instituições republicanas deu-se por um tenso processo de reformulação. No plano financeiro, a situação apresentou graves problemas decorrentes dos tempos imperiais. O governo republicano herdara uma dívida externa que consumia grande parte do saldo da balança comercial ano a ano (Fausto, 2009, p. 147). Essa situação era decorrente da política do Encilhamento que se iniciou no final do Império. Sob a justificativa de estimular a industrialização, os ministros da Fazenda do Império, Visconde de Ouro Preto e Rui Barbosa, adotaram uma política baseada em créditos livres aos investimentos industriais garantidos por farta emissão monetária. Essa política continuou sendo seguida à risca pelo Governo Provisório, o que ocasionou uma intensa febre especulativa nas principais capitais do país.

Nessa época, foram abertos cassinos, casas de corrida e de jogo do bicho. Em uma de suas cartas publicadas na *Revista do Clube Curitibano*, o escritor Francisco

Ribeiro de Azevedo de Macedo faz uma menção ao contexto, ao visitar o bairro da Penha em São Paulo. Azevedo afirma nunca ter visto “tanto dinheiro em movimento. [...]. Quantidade enorme de roletas, de jaburus, de búzios e de todas as mais qualidades de jogos – ali fervem em um reboiço infernal. Todo o mundo vae à Penha com intenção de voltar argentário [...]”. (Macedo, 1892, *Revista do Clube Curitibano*, p. 5).

As consequências dessa euforia financeira não tardaram e incidiram justamente no cotidiano da população resultando no aumento da inflação e do custo de vida. Como explica José Murilo de Carvalho (1987, p. 20), o aumento da inflação e a queda do câmbio encareceram ainda mais os produtos de importação que, na época, abrangiam quase tudo. Na *Revista do Clube Curitibano*, o aumento do custo não passa despercebido, e, reclama-se que “[...] aquilo que antigamente custava 10, hoje só se pode adquirir por 20, sendo que o principal motor da enorme diferença é o sr. Cambio [...]. Tudo subiu! (Anônimo, 1891, *Revista do Clube Curitibano*, p. 5). Em um tom pessimista, o autor conclui que “vae o cambio influindo sobre o necessario a vida [...] estamos ameaçados de um futuro lugubre e tetrico”.

Assim, aos poucos, aqueles que inicialmente saudaram a República como se fosse a resolução para todos os problemas nacionais passaram a repensar seus posicionamentos, já que apenas o novo regime não garantiu o engendramento do progresso nacional. Do contrário, acabou desencadeando uma série de problemas de ordem econômica, política e social.

Em fins de 1891, Marechal Floriano Peixoto assumiu o Governo Federal, e, mobilizou esforços no sentido de centralizar o poder e intervir na economia para conter a crise econômica. Buscou a todo custo “purificar” as instituições políticas, nomeando homens de sua confiança para cargos públicos de destaque, além de perseguir opositores políticos. Aos poucos, adquiriu prestígio por parte dos grupos de letrados, políticos e profissionais liberais e, tornou-se um mito, reunindo, em torno de si, um grande grupo de seguidores. Era considerado o demolidor da ordem estamental do Império, o moder-

nizador e moralizador da República. Como descreve Leôncio Correia em sua revisão:

Em lugar de Deodoro tinha de vir outro para a nova fase, que se abria. E esse outro veio tão completo tão digno, tão admirável, que se diria [...] um predestinado, [...] para a missão sacratíssima de reanimar as gerações abatidas, de reacender nelas a centelha do ideal e da vida.[...]. (Correia, 1942, p. 73).

Floriano suscitou um grande entusiasmo político e uma parte de seus seguidores formaram o “florianismo”, descrito na obra de Ângela Alonso (2002, p. 137). Segundo a autora, tal movimento assumia um caráter mais radical do republicanismo, ressaltando os contornos da própria identidade republicana, marcada pelo intenso nacionalismo e pela moralização na política.

Mesmo com a chegada de Floriano ao poder, ainda assim, os princípios republicanos que deram origem ao movimento permaneceram distantes da realidade. Se a República representou, em termos ideais, uma nova realidade ao país com a extinção de muitos males brasileiros, foi frustrada em seus primeiros anos. Evidentemente que apenas a instauração do novo regime – sem estratégias de políticas públicas significativas – não garantiria a liberdade, a paz e a justiça almejadas por aqueles escritores. A realidade nacional apresentou-se bem mais complexa do que o esperado. Não fora possível a “transposição” do modelo estadunidense de República para o Estado brasileiro em decorrência de problemas estruturais em diferentes esferas.

O novo regime acabou desencadeando um processo caótico de reforma das antigas instituições imperiais. As eleições eram eventos que beiravam a calamidade pública. Conforme periódicos de época, decretava-se estado de sítio durante as primeiras eleições para governador, marcadas por uma violência explícita, evidenciada nas armas de fogo, jagunços e currais eleitorais. Até aquele momento, não havia estrutura política para garantir a ocorrência pacífica e, até mesmo, adequada das eleições. Então, nos primeiros dez anos que seguiram após a Proclamação, “o novo regime esvaziara rapi-

damente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas.” (Sevcenko, 1983, p. 87).

A morte de Floriano Peixoto, em 1895, foi outro episódio emblemático, que motivou o afastamento de vários entusiastas republicanos da seara política partidária. A Revolução Federalista foi especialmente impactante no Paraná, provocando um trauma social que impactou diretamente nos artigos e na linha editorial da *Revista do Clube Curitibano* (Marach, 2014). O conflito armado – que fez alguns dos escritores do periódico irem para o campo de batalha como soldados – é expresso em uma nova linguagem e numa nova fase da revista. A experiência da guerra passa a figurar de maneira implícita, por meio de poemas simbolistas, conferindo ao periódico intensa sensibilidade. Acreditamos que essa literatura expressou o período pós-revolucionário, momento em que a censura e o mal-estar deixado pelo episódio ainda pairavam sobre as cidades paranaenses. Nas palavras de Dario Vellozo (1897, *Revista do Clube Curitibano*, p. 3) “a revolução vibrou-nos violentamente o organismo, acordando-nos sentimentos nobres e indignos, há muito sustados no coração Brasileiro. [...]”.

Como consequência, aquele grupo de literatos distanciou-se do âmbito político partidário – fato que pode ser entendido como uma clara desilusão com a república – e, voltou-se à literatura para tratar, por meio de poemas, as angústias daquele tempo. Também, procurou fazer de tal instância um meio capaz de afastar a população dos retrocessos que a impediam de avançar rumo ao seu desenvolvimento moral e social.

## A EDUCAÇÃO COMO PROJETO

Passados os primeiros anos após a Proclamação de 1889, aqueles republicanos que se reuniram em torno da *Revista do Clube Curitibano* organizaram um novo periódico. Expressão de uma fase mais madura do pensamento republicano no Paraná, a revista *A Escola* passou a circular em 1906, com o principal objetivo de apresentar um projeto educacional republicano. Por meio desse periódico, passa a ser delineado um plano mais efetivo e menos utópico para o progresso brasi-

leiro e, sobretudo, para o desenvolvimento social. Com tal projeto, surgiam diretrizes mais precisas de políticas públicas e sociais, e, tais políticas visaram incidir, basicamente, sobre a educação do povo.

A partir de então, o ensino passou a ser uma pauta frequente dos debates, entendido como um “problema complexo e intenso” (Editorial, 1910, *A Escola*, p. 126). Junto ao corpo de redatores da revista, personalidades políticas, artísticas, mestres e doutores eram convidados a discutir naquelas páginas sobre diferentes assuntos educacionais.

A leitura de pensadores estrangeiros, aliada a uma série de transformações que despontavam nas principais cidades brasileiras, direcionou o corpo de redatores de *A Escola* para a crença no potencial transformador e civilizatório da educação. Entendiam que tal instância poderia ser a solução para os males republicanos, especialmente no que se referia à massa populacional que permanecia à margem da vida política e da cidadania.

Acreditou-se que somente a instrução teria tamanho impacto sobre a vida cotidiana da população, capaz de livrá-la da ignorância e de inseri-la no prosclênio da vida pública. Além disso, poderia conferir-lhe moralidade, a partir de normas de conduta bem definidas, aprendidas desde a tenra infância. Essa “civilidade” pretendida para o povo estava atrelada à intenção de “educar crianças no sentido de formar homens de caracter, dignos, aptos, enérgicos, resolutos, conscientes, para, com vantagem, aos lutadores de hoje, sucederem os de amanhã; em suma, aperfeiçoar o indivíduo para aperfeiçoar a coletividade” (Macedo, 1907, *A Escola*, p. 67).

A própria experiência travada nos campos de guerra, no contexto da Revolução Federalista, fez com que os escritores já mencionados rechassem qualquer experiência que remetesse a revoluções, insurreições e conflitos. A guerra, para eles, deveria ser dada não pelo conflito armado, mas por estratégias políticas. A educação, para o grupo de *A Escola*, seria a única instância “capaz de trazer a fortuna e alegria almeçadas, substituindo os canhões pelas machinas, os quartéis

pelos oficinas” (Leão, 1908, *A Escola*, p. 76). A vitória na luta pela sobrevivência dos povos seria concedida aos que domassem seus impulsos pela razão, civilizando-se. E, seria a educação e a instrução públicas que capacitariam a nação brasileira a concorrer pela vida e a hegemonia global futuras.

Ademais, esse projeto republicano apresentou uma nova concepção de educação que se diferenciou daquela vigente em tempos imperiais. Se durante o Império, os segmentos mais abastados da população tinham seus representantes se formando bacharéis e doutores, na República nascente havia um apelo para formar a população para profissões consideradas “utilitárias”. Nos discursos da revista *A Escola*, essa designação nomeia profissões que tinham aplicação prática e direta na geração de riquezas para nação. Entre tais profissões estavam, por exemplo, a de agricultor, pecuarista e aquelas ligadas à indústria.

Assim, a concepção de escola defendida pelos escritores do periódico em análise não deveria servir ao propósito de ascensão e de afirmação do posicionamento social. Consideravam que a maior riqueza é aquela que se produzia coletivamente para o bem nacional. A escola, portanto, deveria ser concebida como núcleo cívico em que seria ensinado o necessário para fazer do indivíduo um cidadão defensor da nação, especialmente, por meio de seu trabalho. Desejava-se despertar a juventude das escolas para a importância das profissões práticas, formando jovens aptos a angariar a própria subsistência e lutar pelo progresso nacional.

É nesse contexto de enaltecimento das profissões ditas “utilitárias” que ganham destaque, na revista *A Escola*, o papel do agricultor e as estratégias para o desenvolvimento moral e intelectual da população campesina. Conforme analisado em trechos anteriores, o quadro populacional do início do regime republicano apresentou uma série de problemas de ordem estrutural. O desamparo econômico e social em que se encontrava a maior parte da população se agravava com a sua invisibilidade política e a dificuldade de conquistas de direitos. A massa depauperada que crescia nas cidades

ganhou contornos maiores após a extinção legal da escravidão. Como referência a esse contexto, *A Escola* publicava artigos que estimulavam a vida no campo e a produtividade das atividades agrícolas. Para fixar os agricultores à terra, consideravam necessário fornecer-lhes “o necessário estímulo intelectual e moral para fazel-os amar o campo, nelle conservar-se e por elle fazer o maximo esforço” (Anônimo, 1908, *A Escola*, p. 39).

Outros discursos tratam da vida no campo como algo idílico e apontam as virtudes do trabalhador rural, tal como sua honradez, simplicidade e saúde. Viver no campo proporcionava “o temperamento adquirido em contacto com o ar livre, a vivacidade do sangue arterial, a grande coragem, a jovial energia dos corpos e espiritos sadios [...]” (Anônimo, 1908, *A Escola*, p. 39).

Pressupostos como esses vieram ao encontro das teses que defendiam a criação de escolas agrônômicas em todo o país. No periódico em análise, alguns escritores se antecipavam em definir que nessas escolas do campo a educação deveria ser menos teórica e mais prática e elementar, de modo que os trabalhadores fossem preparados às carreiras rurais “da mesma forma que o ensino profissional elementar das cidades preparara para as profissões industriais”. (Anônimo, 1910, *Escola*, p. 228).

Conforme se defendia, a educação agrícola, na função de “suggerir á maioria dos alumnos a escolha da profissão de agricultor, constitue, por certo, o que pode haver de mais bello, attrahente, edificante nas lides escolares, como os subsídios valiosos para a educação moral, intellectual e physica” (Macedo, 1907, *A Escola*, p. 67). Esse ensino era considerado o que poderia haver de melhor para educar moralmente a juventude, visto que por meio dele

mostra-se a recompensa dos esforços humanos pela colheita que a terra proporciona. Crea-se o gosto pela vida simples do campo. Inculca-se os habitos de regularidade e de boa ordem, acostumando os rapazes a limpar e recolher as ferramentas logo depois do trabalho. Ensina-se a economia em tudo, habituando

os alumnos a não deixarem perder nenhum resíduo. (Macedo, 1910, *A Escola*, p. 288).

Uma das primeiras conquistas do projeto de ensino agrícola em âmbito nacional foi mencionado em *A Escola* quando, por um decreto, ficou estabelecida a criação de um Instituto Agrônômico Nacional no sudeste do país. O decreto também menciona a subvenção do governo para estabelecimentos de educação agrícola regionais.

Com o incentivo governamental, a partir do final do ano de 1907, começaram a surgir centros agrônômicos regionais em vários pontos do país. A criação de alguns deles é noticiada em *A Escola* como exemplos a serem seguidos. Dentre esses centros, é citada a Escola Luiz de Queiroz, em Piracicaba. Em Belo Horizonte, por sua vez, foi reorganizado o Instituto João Pinheiro, uma escola agrícola modelo, para “meninos desamparados”.

A revista *A Escola* também faz menção à criação de outros estabelecimentos semelhantes, em vários pontos do país, como no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. Esses discursos que ressaltam a importância da educação agrícola para a República brasileira não desapareceram com a extinção da revista, em 1910. Do contrário, tornaram-se uma permanência no pensamento educacional das décadas posteriores do século XX, sendo a ideia legitimada em 1928 pela Associação Brasileira de Educação, segundo Marta Chagas de Carvalho (2003, p. 55).

Desse modo, aquele ideário republicano inicial passa a ser reelaborado para constituir um plano claro de política públicas que visaram à educação e à instrução popular. Havia a crença de que essa instância poderia garantir o sucesso da consolidação da República, formando cidadãos. É de surpreender que a concepção de educação apregoada pelos escritores de *A Escola* pretendeu formar o cidadão, menos para a fábrica, que para a lavoura. Ao serem promovidas as maravilhas da vida idílica do campo, tinha-se em mente garantir a fixação da população nas áreas rurais evitando o acúmulo populacional nas cidades. E, por suposto, a população campesina deveria ser instruída, regulada e



coordenada de modo a produzir garantindo a geração de riquezas e o abastecimento.

Importa salientar, também, que o projeto educacional apresentado em *A Escola* esteve imbuído de diferentes facetas que não apenas a do ensino agrônômico. A revista, que se afirmou porta-voz de uma “educação moderna”, defendia diferentes princípios educacionais tidos como “atuais” e “inovadores” para o contexto da época. O periódico também primou pela organização e arregimentação dos professores públicos do estado, sendo pioneiro nesse aspecto. Promoveu a criação e a consolidação do primeiro órgão de professores públicos no Paraná e o primeiro congresso da classe, em 1910. Tal evento rendeu ao grupo de *A Escola* ampla difusão de suas ideias e reconhecimento público. Sua legitimação também ocorreu no âmbito do aparelho administrativo do Estado, cujos cargos referentes à instrução pública foram ocupados por parte daqueles escritores. Alguns dos seus pressupostos defendidos foram consolidados a partir de políticas públicas que impactaram no cotidiano da população, como foi o caso da criação de institutos e escolas agrônômicas em pontos diferentes do Estado.

## CONCLUSÃO

No presente artigo, propusemo-nos a analisar os discursos presentes em dois periódicos, a *Revista do Clube Curitibano* (1890-1912) e *A Escola*, que circularam em Curitiba, no Paraná, entre o final do século XIX e início do XX. Neles, encontramos um rico material que nos permite identificar a concepção dos escritores das duas revistas com relação ao discurso utópico republicano, bem como a defesa de seus interesses, seus objetivos principais e suas preocupações frente à sociedade de época. Ao longo da análise, verificamos que as primeiras ideias que configuram o que chamamos de utopia republicana sofreram uma profunda transformação após os primeiros anos do novo regime. A eclosão de conflitos militares, a instabilidade dos primeiros mandatos, a morte de Floriano Peixoto e as grandes desigualdades sociais e políticas provocaram mudanças significativas no modo como a República fora pensada

pela intelectualidade do período. No grupo de escritores analisados aqui, reunido em torno dos periódicos já mencionados, os ideais republicanos foram reconduzidos para estratégias que viabilizassem a efetivação do novo regime no Brasil. A principal estratégia encontrada pelo grupo foi a promoção de uma concepção de educação que visava à organização, à instrução e ao letramento da população brasileira. Também, primou pela produtividade dessa população, garantindo que ela servisse a um bem maior, que seria o desenvolvimento econômico da nação. Nesse contexto, surgem os discursos que enaltecem o potencial agrícola brasileiro e a necessidade de se educar, preparar e organizar a população campestre para a produção de alimentos e para a geração de riquezas. Dessa maneira, conforme a concepção da época, o engendramento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro estaria garantido e seria capaz de levar o país a ocupar um papel de destaque no cenário mundial, “despertando-o” enquanto potência.

## NOTAS

- 1 Ao longo do presente artigo, optamos por referenciar as passagens dos periódicos que constituem nossa fonte de análise destacando o nome da revista e seu ano de publicação de modo a tornar claro para o leitor o contexto enunciativo dos discursos aqui citados.
- 2 A *Revista do Clube Curitibano* foi porta-voz da instituição de mesmo nome cujo propósito era o desenvolver a cultura local e de reunir parte da intelectualidade da época em torno de questões culturais e políticas. Ao longo de uma década de circulação desse periódico, encontravam-se em suas páginas as principais ideias debatidas no meio letrado paranaense. Dentre seus colaboradores estavam Agostinho Ermelino de Leão, Dario Vellozo, Emiliano e Júlio Perinetta, Leôncio Correia, Silveira Neto, Antônio Braga, Sebastião Paraná e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo. Cabe destacar que a revista teve uma breve no biênio de 1911-1912, com uma linha editorial mais polêmica, apresentando assuntos como questões feministas críticas em relação ao governo e à sociedade de época. Tal fase não foi analisada no presente artigo em razão de o corpo editorial do periódico ser composto por um grupo de colaboradores diferente das fases anteriores.
- 3 A revista *A Escola* constituiu-se no porta-voz da primeira agremiação de professores públicos do Paraná e foi organizada por um núcleo de escritores e professores que já publicava seus textos na *Revista do Clube Curitibano* e participava dos sarais e eventos da instituição. Nas páginas de *A Escola* é possível localizar os principais aspectos suscitados em torno da questão educacional e republicana no início do século XX.
- 4 No que diz respeito ao republicanismo no Paraná, pode-se afirmar que tanto o *Clube Curitibano* quanto sua revista mantiveram estreitas relações com esse movimento político. A análise do teor republi-

cano dessa revista contou com o suporte da pesquisa realizada por Amélia Siegel Corrêa (2006), que tratou dos periódicos republicanos paranaenses e da consolidação do movimento no estado, especialmente na capital.

- 5 Entre tais periódicos, citamos o Operário da Liberdade, de Guilherme Leite; O Povo, de Rocha Pombo e o Livre Paraná, todos do litoral paranaense.

## FONTES DOCUMENTAIS

- Anônimo (1890). 13 de Maio. Revista do Clube Curitibano, (9), 3.
- Editorial (1890). Um anno. Revista do Clube Curitibano, (1), 1.
- Anônimo (1890). 15 de novembro de 1890. Revista do Clube Curitibano, (21), 1-2.
- Anônimo (1890). 15 de Novembro. Revista do Clube Curitibano, (21), 2.
- Vellozo, D. (1891). Revista do Clube Curitibano, (8), 3.
- Editorial. (1891) Secção Litteraria. Revista do Clube Curitibano, (12), 1.
- Anônimo (1891) Sobre a Inflação e o Cambio. Revista do Clube Curitibano, (19), 5.
- Macedo, A. (1892) Revista do Clube Curitibano, (17), 5.
- Vellozo, D. (1897). Revista do Clube Curitibano (9), 5.
- Editorial. (1910). A Escola. (1-3), 126.
- Macedo, F. R. A. (1907) A Escola, (6-7), 67.
- Leão, E. (1908) A Escola. (2), 76.
- Anônimo (1908). A Escola (1), 39.
- Anônimo (1910). A Escola (1-3), 228.
- Anônimo (1907). A Escola (6-7), 69.
- Macedo, F. R. A. (1910). A Escola (7-12), 288.

## REFERÊNCIAS

- Alonso, A. (2002). *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- Balhana, A. P. et al. (1991). *Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná.
- Bega, M. T. S. (2001). *Sonho e invenção no Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Berlim, I. (1991). *Limites da utopia: capítulo da História das Ideias*. Companhia das Letras: São Paulo.

Bourdé, G. & Martin, H. (1983). *As escolas históricas*. Porto: Publicações Europa-América.

Carvalho, J. M. (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Corrêa, A. S. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. (2006). Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Disponível: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/6053>

Correia, L. (1945). *Perfis*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Fausto, B. (2009). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp.

Howthorn, G. (1982). *Iluminismo e desespero: uma história da sociologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pocock, J. G. A., Miceli, S. (2013). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp.

Oliveira, L. L. (1990). *A questão nacional na Primeira República*. Brasiliense: São Paulo.

Prosser, E. E. (2004). *Páginas escolhidas: 150 da criação política do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial.

Sevcenko, N. (1983). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

Sirinelli, J. F. (2003). Os intelectuais. In: Rémond, R. *Por uma história*

*política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Marach, C. (2014) A literatura como via de construção nacional: o contexto curitibano no periódico posterior à Revolução Federalista (1890-1900). *Revista História e Cultura*, 3 (1), 70-89, Doi: <http://dx.doi.org/10.18223/hiscult.v3i1.1186>

Carvalho, M. M. C. (2003) *A escola e a república e outros ensaios*. Gragança Paulista: Edusf.

## A AUTORA

Caroline Baron Marach é doutora em História pela Universidade Federal do Paraná e Mestre em Educação pela mesma instituição. Especialista em História do Brasil, com foco no período republicano. Atua como docente do curso de Licenciatura em História pela Faculdade Educacional da Lapa. Também atua no campo editorial, como editora e autora de coleções de materiais didáticos destinados ao ensino de História e Filosofia e Ciências Humanas. ORCID: 0000-0003-3279-7432. E-mail: [carolmarach@gmail.com](mailto:carolmarach@gmail.com)



## 1984 REVISITADO\*

### Resumo

As narrativas distópicas ensinam a estabelecer diálogos entre mundos e tempos distantes e nem sempre tão diferentes. Isso talvez explique o estranho fascínio por esse gênero, que descreve as condições subumanas de existência; o embrutecimento das pessoas; as formas de opressão do governo, apoiado por polícias que controlam ações, dizeres e pensamentos. A imposição de limites ideológicos e fronteiras espaciais são algumas das tópicos recorrentes. Neste ensaio, apresenta-se uma breve análise do romance 1984 em diálogo com parte da extensa fortuna crítica sobre a distopia de George Orwell, com vistas a reiterar a importância da obra e os modos como dialoga com outras narrativas afiliadas ao gênero.

**Palavras-chave:** Distopia; George Orwell; 1984.

\* Agradeço ao editor Matheus Lock por ter autorizado a reprodução parcial do ensaio publicado na Revista Dystopia, vol. 6, em 2020.

## ABSTRACT

### 1984 REVISITED

Dystopian narratives teach us how to establish dialogues between worlds and distant times, not always so different. This may explain the strange fascination for this genre, which describes the subhuman conditions of existence; the brutality of people; the forms of government oppression, supported by police officers who control actions, sayings and thoughts. The imposition of ideological and spatial boundaries are some of the recurring topicalities. This essay presents a brief analysis of 1984 novel in dialogue with part of the extensive critical fortune on the dystopia of George Orwell, in a way to reiterating the importance of this work and how it dialogues with other narratives affiliated to the genre.

Keywords: Dystopia; George Orwell; 1984.

## RESUMEN

### 1984 REVISITADO

Las narrativas distópicas nos enseñan a establecer diálogos entre mundos y tiempos lejanos y no siempre tan diferentes. Esto puede explicar la extraña fascinación por este género, que describe las condiciones infrahumanas de la existencia; la brutalidad de las personas; las formas de opresión gubernamental, apoyadas por policías que controlan acciones, dichos y pensamientos. La imposición de límites ideológicos y espaciales son algunos de los tópicos recurrentes. Este ensayo presenta un breve análisis de la novela 1984 en diálogo con parte de la extensa fortuna crítica sobre la distopía de George Orwell, con el fin de reiterar la importancia de la obra y las formas en que dialoga con otras narrativas afiliadas al género.

Palabras clave: Distopía; George Orwell; 1984.

- Temos entre nós um membro da classe operária. Estou certo de que pode nos apresentar os fatos sob um ponto de vista diferente, que será interessante e original (Jack London).

Um Estado totalitário verdadeiramente eficiente seria aquele em que os chefes políticos de um Poder Executivo todo-poderoso e seu exército de administradores controlassem uma população de escravos que não tivessem de ser coagidos porque amariam sua servidão (Aldous Huxley).

## MISE EN SCÈNE

Entre junho e agosto de 2018, o SESC Consolação recebeu uma peça baseada no romance *1984*, de George Orwell. O texto, adaptado por Robert Icke e Duncan Macmillan, foi traduzido e dirigido por Zé Henrique de Paula. Winston Smith foi interpretado por Rodrigo Caetano; O'Brien, por Carmo Dalla Vecchia; Julia, por Gabriela Fontana; a voz de Goldstein, por Rodrigo Lombardi. A versão teatral resultou impactante. Números excertos do romance foram reproduzidos, fosse a partir de vozes gravadas; fosse sob a forma de diálogos encenados, casados a sons de assustadoras sirenes e ruídos surdos, a embalar os atores e impressionar a plateia. Mais: havia o cenário minimalista, os jogos de luzes, os figurinos a evidenciar as posições sociais e funções específicas das personagens, na célebre trama urdida pelo romance.

No segundo bimestre de 1988, uma professora recomendou o romance *1984* aos alunos de duas turmas do primeiro “colegial”, do então chamado Ensino Médio. A maioria dentre nós leu a vigésima edição brasileira, traduzida por Wilson Welloso. Nas semanais finais do primeiro semestre, a docente reproduziu o filme homônimo lançado em 1984 – dirigido por Michael Radford e interpretado por John Hurt (Winston Smith), Suzanna Hamilton (Julia) e Richard Burton (O'Brien), sob a trilha sonora a cargo dos Eurythmics – seguido de debate com os alunos do “1o A” e do “1o B”. Wanda Antunes lecionou Filosofia no Colégio da Companhia de Maria durante um ano.

Teríamos lido o romance de Orwell, se ela não lecionasse por lá? Qual terá sido o impacto do romance nos alunos em geral? Na era do *Glam Rock*, do *Synthpop* e do *New Wave*, das revistas *MAD* e *Chiclete com Banana*, poucos dentre aqueles adolescentes tinham qualquer noção do que vinha a ser “Democracia” (e qual a importância de discuti-la); menos ainda saberiam traduzir os múltiplos significados da palavra “Política”. Certamente, nenhum deles poderia antecipar alguns dos eventos de alcance mundial que teriam lugar em 1989, dentre os quais, a realização do Consenso de Washington, a invenção da *Internet* (herdeira da *Arpanet*) e a Queda do Muro de Berlim.

## “GUERRA É PAZ”

Na década de 1980, os donos do poder e os homens de negócio discutiam e moldavam os rumos do planeta, sob a égide do consumismo, da exploração do trabalho e da livre concorrência. Havia trinta anos que um punhado de países, autoproclamados Primeiro e Segundo Mundo, empreendiam guerras perenes em territórios transbordantes de petróleo, em troca de armas e supostas benesses políticas, sociais e econômicas – sob o lema da Paz, da Democracia, da Justiça e da Liberdade. A seu turno, apologistas do liberalismo econômico e pensadores da esquerda europeia e da *newleft* norte-americana digladiavam-se em torno do chamado Pós-Modernismo – conceito que, ao mesmo tempo, definia e não definia o estatuto das sociedades modernas, a transbordar economia e reorientar as noções de cultura, no Ocidente. Enquanto isso, no campo da crítica literária, Ítalo Calvino publicaria em 1991 um ensaio com que reafirmava a importância dos livros considerados “clássicos” como obras sujeitas à formação do jovem leitor e sua revisitação pelo adulto:

[...] as leituras da juventude podem ser pouco proficuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso, inexperiência da vida. Podem ser (talvez ao mesmo tempo) formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação,

escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude. Relendo o livro na idade madura, acontece reencontrar aquelas constantes que já fazem parte de nossos mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido (Calvino, 2007, p. 10).

Afora o caráter exemplar, o papel de determinadas obras na vida dos leitores é inquestionável. Isso se aplica à jornada de Odisseu, atribuída a Homero; à descida de Dante Alighieri ao inferno, na *Divina Comédia*; à jornada de Vasco da Gama, nos *Lusíadas*, de Luís de Camões; à concepção tresloucada, mas coerente, do cavaleiro da triste figura – personagem com que Miguel de Cervantes parodiou a tradição das novelas de cavalaria no início do século XVII; aos romances epistolares de Jean-Jacques Rousseau (*A Nova Heloísa*) e Chordelos de Laclos (*As Ligações Perigosas*), que circularam durante a segunda metade dos Setecentos; aos sensíveis dramas sociais representados por Stendhal, em *O Vermelho e o Negro*, no século XIX; ao conflito entre a humanidade e a inteligência artificial, sugerida em *2001: uma odisseia no espaço...*

Hoje, quando lemos alguns *best-sellers*, direcionados ao consumidor infante-juvenil sob o rótulo de “distopias”, a sensação de *dejà vu* pode ser inevitável. Não haveria nenhum demérito ou problema nisso, especialmente se levássemos em conta a qualidade das obras precedentes que podem ter servido como modelo – *O Tão de Ferro*, de Jack London (1907); *Nós*, de Zamiátin (1924); *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (1932); *A Peste*, de Albert Camus (1947); *1984*, de George Orwell (1949), *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1953) etc. Porém, a questão se torna mais delicada e complexa, quando leitores nascidos num mundo supostamente pós-ideológico e pós-utópico rebaixam as distopias umas em relação às outras, sem levar em conta o contexto, as circunstâncias e os objetivos com que foram produzidas. Nesse sentido, a eventual discussão sobre eventuais aspectos que permitiriam atribuir maior ou menor qualidade (e relevância) às distopias que

se publicam hoje – comparativamente ao que se fazia setenta, oitenta, noventa anos atrás –, precisa ser conduzida com menor impressionismo e maior seriedade.

Em primeiro lugar, não se pode desprezar o fato de que os romances distópicos, escritos entre as décadas de 1920 e 1950, foram inventados por escritores e escritoras conscientes dos limites e tensões do tempo em que viviam. Eles não estavam “à frente de seu tempo”, como pretendem alguns; pelo contrário, é justamente por pertencerem a determinado momento e lugar que precisam ser reconhecidos. Não estamos a lidar com profetas, mas com artífices inventivos que captavam sinais vigentes em seu tempo e espaço. O segundo aspecto a observar é que as distopias de ontem e de hoje revelam diversos pontos de vista. Há que se levar em conta que nem todas as ressalvas feitas aos sistemas totalitários, entre as décadas de 1930 ou 1940, seriam aplicáveis do mesmo modo ao mundo de 1990 para cá. Os totalitarismos continuam, mas sob novas roupagens, discursos e tecnologias. Por exemplo, *Metrópolis* – romance da alemã Thea von Harbou, publicado em 1925 – poderia ser considerada uma distopia futurista que reunia severas críticas à automação dos homens e ao império das máquinas: “Freder levantou-se e empurrou a porta dupla. A oficina surgiu diante dele, em brilho ofuscante. Ele estreitou os olhos, parado, mal conseguindo respirar” (Harbou, 2019, pp. 21-22). No entanto, ao lançar a versão fílmica do roteiro homônimo em 1927, Fritz Lang talvez não imaginasse que sua esposa, romancista e atriz Thea se filiaria ao partido nazista treze anos depois.

Quando a escritora russa Ayn Rand redigiu *Cântico* em 1937, o livro se revelou uma crítica severa ao totalitarismo imposto por Stálin, na antiga União Soviética: “Nosso nome é Igualdade 7-2521, tal como está escrito em nosso bracelete de ferro, que todos os homens carregam em seu pulso esquerdo com seu nome gravado” (Rand, 2015, p. 38). Algo similar se passa em *Kallocaína*, da sueca Karin Boye, publicado em 1940: “O comportamento de Rissen, por outro lado, surpreendera-me. Ele se dirigira até o n.º 135, pousando a mão em seu ombro” (Boye, 2019, p. 57) Tanto *Cântico* quanto *Kallo-*

*caína* tematizavam sistemas tirânicos que coisificavam os seres humanos, subordinando-os às discutíveis leis e regras de um Estado super poderoso e autocrático.

A ideologia de que “o trabalho liberta”, combinada à despersonalização dos indivíduos que se locomovem feito autômatos em mundos planejados, é um dos ingredientes mais importantes do romance *Nós*, escrito na década de 1920: “Eu sou D-503, o construtor da ‘Integral’, apenas mais um dos matemáticos do Estado Único. Minha pena, habituada às cifras, não tem o poder de criar músicas com assonâncias e rimas” (Zamiátin, 2017, p. 17). Do ponto de vista literário, estamos diante de um protagonista do avesso. O narrador D-503 é um cidadão com entusiasmo geométrico, que louva o cálculo e parece se orgulhar do grandioso projeto com que colabora (a construção da “Integral”). Obcecado pelo racionalismo que refreia os seus desejos, na vida pessoal, oscila entre a subserviência de O-90 e os mistérios da altiva I-330.

Essas referências poderiam inflamar adeptos e suscitar discussões de utilidade questionável, tanto para o leitor quanto para o estudioso de distopias. Por exemplo: 1. Em que medida o romance de Jack London, publicado em 1907, terá sido lido mundo afora, inspirando os enredos e cenários criados por Zamiátin, Harbou, Huxley, Rand, Boye, Orwell e Bradbury? 2. Aceitando-se que autoras e autores de diferentes épocas conheciam as narrativas uns dos outros, haveria problema em afirmar que eles emulavam autores que consideravam “clássicos” do gênero distópico?

## OUTRAS VOZES

Este breve ensaio se soma aos numerosos registros que lembram os setenta anos da morte de Eric Arthur Blair (1903-1950). À medida que a efeméride se aproximava, foram emitidos lembretes sobre a relevância do último romance assinado pelo pseudônimo. Se 2018 estava intimamente ligado a 1948 – ano em que o escritor concluiu a redação de *1984* –, 2019 se relacionava a 1949 – ano em que saiu a primeira edição inglesa da distopia. Não há pretensão de submeter teses inovadoras sobre

*1984*: há incontáveis biografias sobre o escritor e estudos de fôlego sobre sua obra, com que este comentário não ombréia. Será útil recordar algumas leituras do romance.

Em 1948, o editor de *Animal Farm* e *1984*, Fredric Warburg (1975, p. 247), declarou o seguinte sobre os originais do romance: “Orwell deve reconhecer o débito com *O Tão de Ferro*, de Jack London, mas em verossimilhança e terror ele ultrapassa consideravelmente aquele autor”. No ano seguinte, logo após o romance ser publicado, Harold Nicolson (1975, p. 258) defendia que “O leitor de *Mil novecentos e oitenta e quatro* não era capaz de se entregar a tamanha suspensão da crença”. Duas semanas depois, Diana Trilling (1975, p. 260) foi precisa ao propor que “A economia do Estado era sempre uma economia de guerra”. Um mês depois, Philip Rahv (1975, p. 267) afirmou, categoricamente, que *1984* era “de longe, o melhor dentre os livros de Orwell”. No mesmo ano, Golo Mann (2019, p. 391) supôs que “Para sua descrição ficcional do futuro, Orwell recorreu sobremodo à Rússia atual, mais do que a qualquer outro país”. Doze anos depois, Erich Fromm (2018, p. 370) acreditava que:

[...] os exemplos de Zamiátin e Orwell lembram mais as ditaduras nazista e stalinista, enquanto o *Admirável Mundo Novo* de Huxley é um retrato do progresso do mundo ocidental industrial, posto que ele acompanha a tendência do presente sem mudar sua essência.

Uma das análises mais agudas sobre o romance orwelliano partiu de Aldous Huxley. Em *Brave New World Revisited*, publicado em 1959, ele salientava que: “[...] a futura ditadura do” seu “mundo fictício era, em grande parte, menos brutal do que a futura ditadura tão brilhantemente descrita por Orwell” (Huxley, 2000, p. 17). Para ele, uma das diferenças fundamentais entre os romances é que “Em 1984 o desejo de poder é satisfeito infligindo-se o sofrimento; no *Admirável Mundo Novo*, infligindo um prazer pouco menos humilhante” (Idem, ibidem, p. 51).



Quatro anos depois, Irving Howe (2019, p. 395) argumentava: “Não é fácil imaginar que muita gente torne a reler *1984* espontaneamente: não há razão[,] nem necessidade, pois ninguém o esquece”. Doze anos depois, Jeffrey Meyers (1975, p. 144) relativizava a hipótese de que “*1984* fosse uma ‘visão em pesadelo’ do futuro”, como propusera Howe. Para o primeiro, o romance era “um retrato muito concreto e naturalista do presente e do passado, e sua grande originalidade resultava mais da síntese realista e do rearranjo de materiais familiares que de uma profecia ou imaginação especulativa”.

Em livro publicado no mesmo ano, Christopher Small (1975, p. 14) supunha ser possível perceber “a obra de George Orwell como a expressão de uma fantasia individual e encontrar, no seu último e mais famoso livro, uma síntese das emoções e obsessões pessoais que poderiam ser trilhadas em seus primeiros escritos, assim como em sua vida”. No ano seguinte, Jenni Calder (1976, p. 9) propôs uma aproximação entre *Admirável Mundo Novo* e *1984*. A seu ver: “Era óbvio que Orwell utilizava diretamente seu conhecimento sobre os métodos da Alemanha nazista. Mas ele também estava ciente de que a propaganda utilizada durante a guerra, na Inglaterra, não se diferenciava essencialmente, quanto ao método, da propaganda nazista”. Quatro anos depois, o biógrafo Bernard Crick se contrapunha àqueles que enxergavam no enredo a representação fantasiosa de traumas de infância do homem Eric Arthur Blair:

Quando o romance foi escrito? Não está claro. Esse ponto é importante para aqueles que, como Anthony West, quiseram ver *Mil novecentos e oitenta e quatro* como uma fantasia sadomasoquista originada a partir de um trauma de infância na escola de *St Cyprian*, e não como um trabalho racional de reflexão política (Crick, 1980, p. 365).

Em 1984, Raymond Williams salientou o papel, um tanto esquecido, de James Burnham, na fundamentação do romance orwelliano:

Em meados e no final dos anos 1940, era bastante difundida a ideia de que haveria uma guerra nuclear nos anos 1950. Era vista como praticamente inevitável – uma vez que mais de um Estado dispunha de bombas atômicas – por diversos escritores, especialmente por James Burnham, que foi tema de dois ensaios importantes de [para] Orwell nos anos em que escrevia *Mil novecentos e oitenta e quatro* (Williams, 2019, p. 420).

No mesmo ano, Ricardo Bonalume Neto reiterou a observação de Williams, sugerindo que:

As obras que influenciaram *1984* mais fortemente foram a utopia *Nós*, do escritor russo Ievguêni Zamiátin, e *The Managerial Revolution* de James Burnham. Isaac Deutscher chegou mesmo a dizer que *1984* era simplesmente a versão inglesa de *Nós*, uma verdadeira acusação de plágio, mas que não se sustenta se compararmos bem os dois livros (Bonalume Neto, 1984, p. 82).

Uma das raras ressalvas sobre a “atualidade” do romance foi publicada em 1989 – ano-chave para um mundo que passou a relativizar o papel da história e a priorizar a importância do capital, em detrimento do bem-estar-social. Naquele momento, Ben Pimlott considerou ser:

[...] impossível pensar no romance da mesma maneira hoje. É uma marca da extraordinária influência do autor que, à medida que o *1984* histórico se aproximava a data do calendário fosse discutida em todo o mundo quase com apreensão, como se fosse uma espécie de Milênio. Mas isso agora é passado e alguns podem se perguntar se o prazo de validade do romance já se esgotou (Pimlott, 2018, p. 382).

No ensaio *Why George Orwell Matters*, Christopher Hitchens descreveu o romance como uma “novela que criou medo físico e mental nas primeiras pessoas que o leram”. Para ele, Orwell teria “transbordado tudo que

havia apreendido, acumulando agonia sobre a miséria e a derrota e sintetizando muito do que estudou sobre literatura, assim como condensou e concentrou a sua experiência como jornalista” (Hitchens, 2002, p. 188). Na “Introdução” à edição do romance de 2003, Thomas Pynchon (2019, p. 439) lembrava que:

Embora *1984* tenha fornecido apoio e encorajamento a gerações de ideólogos anticomunistas detentores de reações pavlovianas próprias, a política de Orwell não apenas era de esquerda, mas à esquerda da esquerda. Ele fora à Espanha em 1937 para lutar contra Franco e seus fascistas simpáticos ao nazismo, e lá aprendeu rapidamente a diferença entre o antifascismo real e o falso (...). Orwell via a si mesmo como um membro da “esquerda dissidente”, distinta da “esquerda oficial”, que significava basicamente o Partido Trabalhista Britânico.

Dois anos depois, Homi Bhabha (2019, p. 461) sustentava que:

[...] o projeto de reformar o uso da língua demonstrando incessante e reiteradamente as estruturas dúplices e redutoras do duplipensamento e da Novafala não deixa de criar uma espécie de paranoia no escritor, não na pessoa, enquanto elabora para si uma persona na narrativa.

Em 2007, o já citado Bernard Crick (2019, pp. 501-502) advertia os leitores apressados para o fato de que:

[...] o livro não representa a renúncia de Orwell ao socialismo democrático, como supuseram tantos resenhistas americanos, pois ele continuou a escrever para o *Tribune* e para jornais americanos de esquerda até a fase terminal da doença, durante o período de composição de *Mil novecentos e oitenta e quatro*.

Sete anos depois, Evanir Pavloski (2014, p. 22) observou que:

O profundo silêncio a que todas as personagens do texto são arbitrariamente submetidas pode esclarecer a preferência de Orwell por esse tipo de foco narrativo [em terceira pessoa], uma vez que a enunciação do próprio pensamento constitui um ato criminoso passível de duras punições (...). Por meio dessa articulação narrativa, ao mesmo subjetiva e impessoal, o autor cria, desde o início da obra, um clima de cumplicidade entre o narrador e o leitor.

Em 2019, George Packer salientou a permanência e atualidade da obra, supondo que “Nenhum romance do século XX teve maior influência do que *1984*”. Contrapondo-se a Ben Pimlott, registrado trinta anos antes, o ensaísta recordava-se de que, quando aluno, “O romance de Orwell era apresentado junto com *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, cuja distopia hedonista e farmacêutica parecia mais cabível para um adolescente da Califórnia nos anos 1970 do que o desolado sadismo da Oceania”. Sua conclusão sobre os rumos da sociedade de consumo autovigiada é mais que pertinente:

[...] passamos os dias sob a vigilância ininterrupta de uma tela que compramos na Apple Store, que carregamos por toda parte e para [a] qual contamos tudo, sem qualquer coerção imposta pelo Estado. O Ministério da Verdade é o Facebook, o Google e os canais de telejornais. Encontramos o Grande Irmão e ele somos nós [...] (Packer, 2019, pp. 525, 528 e 529).

Esse breve panorama diz pouco em relação ao muito que se descobriu sobre o romance. Contudo, permite detectar alguns pressupostos apontados pelos biógrafos e estudiosos da obra.

## TÓPICAS

Seria oportuno recordar alguns elementos presentes em *1984* que parecem ter estabelecido um novo patamar

para o gênero distópico. O primeiro ponto a observar é que, a partir dos anos de 1950, o avanço do liberalismo econômico não impediu (antes favoreceu) que as liberdades individuais regredissem em nome da suposta modernização das relações humanas. O discurso que recomendava a austeridade econômica, ainda mais fortalecido na década de 1980, sob as mãos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, passou a subordinar esses e outros líderes à “personalidade” instável do mercado. Reinventada em acordo com ambiciosa ótica dos conglomerados, criou-se a panaceia do lucro: o êxito pessoal, medido no saldo bancário, nos investimentos, nos bens e propriedades, transferiu os desastres e as crises cíclicas para as pessoas que já penavam para ser (ou se mostrar) bem-sucedidas.

Um das preocupações do mundo corporativo reside em amenizar, nas palavras, os efeitos colaterais da crescente concentração de renda. Tanto nos romances quanto no léxico de incertos governantes e economistas, escutamos falar em “uniformidade” de credo, “limpeza” étnica, redução das liberdades e “socialização” das perdas. O vocabulário da crise perene conta com um importante aliado: o discurso da violência, que renova a sensação geral de insegurança. Sob esse aspecto, importa que os cidadãos de papel, assim como os cidadãos armados de *fakenews*, acreditem que o “pequeno sacrifício pessoal” resolverá a crise econômica nacional.

Na falta de justificativas razoáveis para o estrangulamento da economia, resta o apelo à guerra. Sob esse aspecto, as distopias podem resultar em denúncias as mais eficazes. Escrito no período entreguerras, em *Nós*, a construção da Integral revela-se um gigantesco projeto concebido para guerrear. No romance de Orwell, o Partido do Grande Irmão veicula diariamente nas telas conflitos inexistentes entre a Oceania e a Eurásia (ou a Lestásia). É também a guerra que serve de pano de fundo de *Fahrenheit 451*. É o estado de guerra que pretende explicar a menor proporção de crianças no *Conto da Aia*, de Margaret Atwood (1985). É ainda a iminência da guerra que permite ao governo cancelar prisões arbitrárias, promover sessões de tortura e prati-

car o extermínio de sujeitos considerados indesejáveis, na *Nova Ordem*, de Bernardo Kucinski (2019).

Por falar em conflitos civis, uma das cenas mais perturbadoras de *1984* acontece no segundo capítulo. Winston Smith atende a um pedido de manutenção no apartamento vizinho. Eis que, logo após desentupir a pia da cozinha, que “estava cheia até quase em cima numa água esverdeada, imunda, que fedia a repolho mais que nunca” (Orwell, 1986, p. 24), ele é surpreendido pela feroz brincadeira do filho da Sra. Parsons:

– Mãos ao ar! – urrou uma voz selvagem.

Um menino bonito, de uns nove anos e cara de brigão, surgira por trás da mesa e o ameaçava com uma pistola automática de brinquedo, imitado por sua irmãzinha, de sete, e que empunhava um pedaço de madeira. Ambos vestiam cações azuis, camisas cinzentas e o lenço vermelho que compunham o uniforme dos Espiões. (...)

- És um traidor! – berrou o menino. – É um ideocriminoso! És um espião eurasiático. Eu te mato, te vaporizo, te mando para as minas de sal! (...)

Com aquelas horrendas crianças, pensou, essa pobre mulher deve levar uma vida de terror. Dali a um ano, ou dois, começarão a observá-la dia e noite, à cata dos sintomas de heterodoxia. Quase todas as crianças eram horríveis (Orwell, 1986, pp. 25 e 27).

O episódio poderia ser considerado uma das chaves de leitura do romance. No primeiro capítulo, havíamos descoberto três ou quatro coisas: (1) que o protagonista vivia em construções precárias, (2) sem certeza das características e ações dos homens, antes do ano de 1984, e (3) que ele e seus concidadãos eram programaticamente submetidos aos Dois Minutos de Ódio contra a imagem de (4) Goldstein, suposto traidor do Grande Irmão. O fato de haver espiões mirins e violentos, morando a alguns passos de Winston Smith, desperta outro sinal de alerta no leitor. Se nem a Sra. Parsons estava a salvo dos filhos “denunciadores”, ima-

gine-se o grau de terror a que os seus vizinhos e, por extensão a sociedade, estavam submetidos. A violência física se soma à memória imprecisa dos eventos. O excerto seguinte descreve o cubículo ocupado por Winston Smith, diligente funcionário do *Miniver* responsável por incinerar ou adulterar notícias:

Por um motivo qualquer, haviam sido apelidados de buracos da memória. Quando se sabia que algum documento devia ser destruído, ou mesmo quando se via um pedaço de papel usado largado no chão, era gesto instintivo, automático, levantar a tampa do mais próximo buraco da memória e jogar o papel dentro dele para que fosse sugado pela corrente de ar morno, até as caldeiras enormes, ocultas nalgumas parte, nas entranhas do prédio (Orwell, 1986, p. 39).

Os “buracos da memória” anunciam que em 1984 não há passado; só um presente sem parâmetro e a anulação das expectativas, graças a um futuro repetitivo. À proporção que avançamos no romance, compreendemos por que um diário como o de Winston Smith seria rigorosamente punido pelo Partido: ele poderia constituir uma fonte de memória e verdade, ainda que restritas ao domínio particular. Não se pode contradizer as inverdades institucionais, que enaltecem as conquistas do Partido e “justificam” a falta de liberdade, o terror e a precariedade do “povo”:

Dia e noite as teletelas feriam os ouvidos com estatísticas provando que hoje o povo tinha mais alimento, mais roupa, melhores casas, melhor divertimento – que vivia mais, trabalhava menos, era mais alto, mais saudável, mais forte, mais feliz, mais inteligente, mais bem educado, do que o povo de cinquenta anos atrás (Orwell, 1986, p. 73).

A violência encenada pelas crianças faz ainda mais sentido quando nos apercebemos de que o Partido recriminava o diálogo entre cidadãos de classes sociais diferentes: “Como de praxe, não havia regulamento

contra a conversa com os proles nem a frequência de seus bares, mas era ato muito fora do comum para passar despercebido” (Orwell, 1986, p. 85). A pobreza material; a ausência de liberdade; a cultura inexistente; a impossibilidade de determinar fatos e precisar verdades; a limitação comunicacional... tudo parece submetido à lógica opressora e uniformizante do Partido, quase materializado nos cartazes com a figura imponente e onipresente do Grande Irmão.

De um lado, a idealização do líder das massas; do outro, a violenta despersonalização dos indivíduos: “– Smith! – gritou da teletela a voz da megera. – 6079 Smith W! Tu, tu mesmo! Inclina-te mais, por favor. Podes fazer mais que isso. Não, não estás te esforçando” (Orwell, 1986, p. 37). Se a guerra era uma violência administrada, fingida e relatada a distância, a vigilância total funcionava como uma lupa de aumento posicionada sobre os sujeitos. Ainda assim, alguns deles ousam se levantar. Winston Smith contraria D-503, mas reedita Bernard Marx. É sugestivo que o parágrafo inicial de 1984 se assemelhe a este excerto de *Admirável Mundo Novo*: “Com os olhos quase sempre baixos, e desviando-os imediata e furtivamente quando, por acaso, os pousava em algum de seus semelhantes, Bernard atravessou o terraço às pressas” (Huxley, 2017, p. 87).

Na falta de uma substância apaziguante como o “soma”<sup>3</sup>, fartamente consumida em *Admirável Mundo Novo*, em 1984 o antídoto mais efetivo contra o poder de morte reside no afeto. Os encontros furtivos entre Winston e Julia também evocam a relação entre D-503 e I-330, figurada em *Nós*; entretanto, assumem contorno mais dramático no romance de Orwell, já que contrariam as estritas regras do Partido: “De repente o coração pareceu-lhe gelar no peito, e as tripas derreterem. Uma pessoa de macacão azul vinha na direção oposta, a menos de dez metros. Era a morena do Departamento de Ficção” (Orwell, 1986, p. 96).

As contingências externas e internas retroalimentam as correias de transmissão de um mundo submetido aos ditames do Partido. As crianças espíãs simulam castigos físicos, mesmo nos vizinhos que prestassem favores

a seus pais. A Polícia do Pensamento vigia o que vai na mente, favorecida pela desinformação e pelo controle ininterrupto da teletela: “O pior de todos os perigos era falar dormindo. Não havia meio de se proteger contra aquilo.” (Orwell, 1986, p. 64). Igualmente perturbador é que o enforcamento fosse celebrado como lazer, de potencial catártico, pelos sujeitos oprimidos e opressores: “- Foi um bom enforcamento – prosseguiu Syme, recordando. – Mas creio que estragam o espetáculo quando amarram os pés do cara. Gosto de vê-los esperneando. Mas acima de tudo, no fim, a língua saltando da boca, azulzinha – azul brilhante. É o detalhe que mais me interessa” (Orwell, 2016, p. 50).

Como se disse, uma das poucas constantes daquela sociedade severamente regida pelo Partido, é que a Oceania estava sempre em guerra. Decorre daí a premissa de que era necessário aos cidadãos economizar o tempo todo: tratava-se de um pequeno sacrifício em defesa do território. “Naquele momento, por exemplo, em 1984 (se é que era 1984), a Oceania estava em guerra com a Eurásia e era aliada da Lestásia. Em nenhuma manifestação pública ou particular se admitia que as três potências se tivessem agrupado diferentemente” (Orwell, 1986, p. 35). Um leitor que se aventure pelas distopias, será capaz de notar as correspondências e lugares-comuns que as irmanam. Na maior parte delas, os edifícios são imponentes e podem lembrar às criaturas de papel a sua relativa significância para o Estado, o Partido ou a instituição em que atuam.

Tais narrativas costumam ser pautadas por variadas formas de opressão exercidas sobre as personagens, supondo causas maiores e abstratas. Por outro lado, também é possível que os romances do gênero despertem a empatia do leitor, sensibilizado com os dramas ali representados. Eventualmente, seria um sintoma de que a solidariedade saiu de moda; mas também de talvez seja possível reaproximar os seres que desconfiam de rótulos que presidem discursos vazios e abstratos em nome da pátria, do bem, da retidão, da economia, da moral e da ordem, segundo o interesse de bem poucos. É bem verdade que, num país de negacionistas, forçado por pessoas empenhadas em apagar a memória,

questionar a ciência e impedir o acesso da população à saúde, à educação e à moradia digna, essa discussão possa soar um tanto superficial. Por outro lado, um professor não pode se furtar a rascunhar algumas notas sobre um romance que mereceria ser lido com redobrada atenção por seus concidadãos. Será o caso de recorrer novamente a Aldous Huxley (2000, p. 62), para defender a dignidade que resta: “Tudo o que está ao nosso alcance é sermos tão verdadeiros e racionais quanto as circunstâncias o permitam, e reagirmos como pudermos à limitada verdade e aos raciocínios imperfeitos, oferecidos à nossa consideração por outros”. No Brasil terraplanista e genocida do pós-golpe, não será pouco.

## NOTAS

- 1 O Tacão de Ferro, 2011, p. 21
- 2 “Prefácio” a Admirável Mundo Novo, 2017, p. 14.
- 3 “- Lúgubre, Marx, lúgubre. – A palmada no ombro sobressaltou-o, fez com que erguesse os olhos. Era Henry Foster, aquele animal. – Você precisa de um grama de soma” (Huxley, 2017, p. 76).

## REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. “O *duplificar* e a minoria de um”. In: ORWELL, George. 1984. 2ª reimpr. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 456-468.
- BONALUME NETO, Ricardo. *George Orwell: a busca da decência*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOYE, Karin. *Kalloscaína*. Trad. Fernanda Sarmatz Akesson. São Paulo: Carambaia, 2019.
- CALDER, Jenni. *Huxley and Orwell: Brave New World and Nineteen Eighty-Four*. London: Edward Arnold (Publishers), 1976.
- CALVINO, Ítalo. *Por que Ler os Clássicos*. 2ª ed. 4ª reimpr. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CRICK, Bernard. *George Orwell: a life*. Boston: Atlantic Little, Brown, 1980.
- \_\_\_\_\_. “Mil novecentos e oitenta e quatro: contexto e controvérsia”. In: ORWELL, George. 1984. 2ª reimpr. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 500-522.
- FROMM, Erich. “Posfácio”. In: ORWELL, George. 1984. 37ª reimpr. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 365-379.

- HARBOU, Thea von. *Metrópolis*. Trad. Petê Rissatti. São Paulo: Alpeh, 2019.
- HITCHENS, Christopher. *Why Orwell Matters*. New York: Basic Books, 2002.
- HOWE, Irving. “1984: A história como pesadelo”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 394-412.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. Lino Vallandro; Vidal Serrano. 22ª ed. 16ª reimp. Trad. Lino Vallandro; Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Regresso ao Admirável Mundo Novo*. Trad. Eduardo Nunes Fonseca. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- LONDON, Jack. *O Tão de Ferro*. 1ª reimp. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MANN, Golo. “1984”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 386-392.
- MEYERS, Jeffrey. *A Reader's Guide to George Orwell*. Totowa: Littlefield, Adams and Company, 1975.
- NICOLSON, Harold. [“Review”]. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª rep. London: Routledge, 1997, pp. 257-258.
- ORWELL, George. *1984*. 20ª ed. Trad. Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Critical Heritage*. 2ª rep. London: Routledge, 1997 [Ed. Jeffrey Meyers].
- PACKER, George. “O duplificação é mais forte do que Orwell imaginava: O que 1984 significa atualmente”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 524-532.
- PAVLOSKI, Evanir. *1984: a Distopia do Indivíduo sob Controle*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
- PIMLOTT, Ben. “Posfácio”. In: ORWELL, George. *1984*. 37ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 381-394.
- PYNCHON, Thomas. “Rumo a 1984”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 436-454.
- RAHV, Philip. [“Review”]. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª rep. London: Routledge, 1997, pp. 267-273.
- RAND, Ayn. *Cântico*. Trad. André Assi Barreto. Campinas: Vide Editorial, 2015.
- SMALL, Christopher. *The Road to Minuluv. George Orwell, the State, and God*. London: Victor Gollancz, 1975.
- SYMONS, Julian. [“Review”]. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª rep. London: Routledge, 1997, pp. 251-256.
- TRILLING, Diana. [“Review”]. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª rep. London: Routledge, 1997, pp. 259-261.
- WARBURG, Fredric. “Publisher's Report”. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª rep. London: Routledge, 1997, pp. 247-250.
- WILLIAMS, Raymond. “Mil novecentos e oitenta e quatro em 1984: Como o romance nos ajuda a entender o ano?”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 414-435.
- ZAMIÁTIN, Ievguêni. *Nós*. Trad. Gabriela Soares. São Paulo: Aleph, 2017.

## O AUTOR

Jean Pierre Chauvin é Leciona a disciplina de graduação Romance Distópico na Escola de Comunicações e Artes da USP.  
ORCID: 0000-0001-9514-109X. E-mail: tupiano@usp.br



Mariana Affonso Penna  
Marcos Rafael Andrade de Melo

## **“DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO (1950)”: DISTOPIA, UCRONIA E UTOPIA EM AIMÉ CÉSAIRE**

### Resumo

Ao mergulhar nos polêmicos escritos do poeta martinicano Aimé Césaire “Discurso sobre o colonialismo (1950)”, o artigo dialoga com os aspectos distópicos, utópicos e ucrônicos nele presentes. Após considerações iniciais sobre o autor e sua obra, o manuscrito reflete acerca da modernidade utópica forjada pela Europa Ocidental. Em seguida, em diálogo direto com a fonte, percebe como esta mesma Modernidade pode significar o oposto de seus projetos humanistas – uma distopia, quando se tratam das mazelas da empreitada colonial. Por fim, são apresentados os caminhos da descolonização presentes na obra analisada e as formas de desmantelar os mecanismos de controle da modernidade colonial, visando edificar algo novo, mas em diálogo com o passado e suas ucronias.

**Palavras-chave:** Modernidade, Colonialismo, Luta Anticolonial, Descolonização.



## ABSTRACT

### “DISCOURSE ON COLONIALISM (1950)”: DYSTOPIA, UCRONY AND UTOPIA IN AIMÉ CÉSAIRE

By delving into the controversial writings of Martiniquean poet Aimé Césaire “Discourse on colonialism (1950)”, the article dialogues with the dystopian, utopian and uchronic aspects present in it. After initial considerations about the author and his work, the manuscript reflects on the utopian modernity forged by Western Europe. Then, in direct dialogue with the source, examines how Modernity can mean the opposite of its humanist projects – a dystopia, when considering the colonial catastrophe. Finally, the paths of decolonization present in the analyzed work and the ways to dismantle the control mechanisms of colonial modernity are presented, with the objective of building something new, but in dialogue with the past and its uchronies.

**Keywords:** Modernity, Colonialism, Anti-colonial Struggle, Decolonization.

## RESUMEN

### “DISCURSO SOBRE COLONIALISMO (1950)”: DISTOPÍA, UCRONÍA Y UTOPIA EN AIMÉ CÉSAIRE

Al profundizar en los controvertidos escritos del poeta martiniqueño Aimé Césaire “Discurso sobre el colonialismo (1950)”, el artículo dialoga con los aspectos distópicos, utópicos y ucrónicos presentes en él. Tras unas consideraciones iniciales sobre el autor y su obra, el manuscrito reflexiona sobre la modernidad utópica forjada por Europa Occidental. Luego, en diálogo directo con la fuente, ve cómo esta misma Modernidad puede significar lo contrario de sus proyectos humanistas: una distopía, cuando se trata de los males de la empresa colonial. Finalmente, se presentan los caminos de descolonización presentes en la obra analizada y las formas de dismantelar los mecanismos de control de la modernidad colonial, con el objetivo de construir algo nuevo, pero en diálogo con el pasado y sus ucronías.

**Palabras Clave:** Modernidad, Colonialismo, Lucha Anticolonial, Descolonización.

## APONTAMENTOS INICIAIS

Na década de 1930, a Europa vivia uma convulsão econômica e política que confluiu para o grande conflito bélico da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Foi um período marcado pelos regimes nazifascistas, autoritários, conservadores e violentos, no qual a pretensa "ciência", que desde o século XIX pretendia confirmar uma suposta superioridade das "raças" de origem europeia, assumiu sua maior radicalidade e dramaticidade. O nazismo extremou o darwinismo social advogado pelos brancos colonizadores para afirmar a inferioridade e a subalternidade de outros grupos étnicos como negros, indígenas, judeus, asiáticos, servindo assim, originalmente, aos interesses imperialistas que fizeram da passagem dos Oitocentos para o século XX, o período de "apogeu do Ocidente". Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, em 1914, "a Europa detinha um total aproximadamente de 85% do mundo, na forma de colônias, protetorados, dependências, domínios, commonwealths", o que levou Edward Said à conclusão de que "nunca existiu em toda a história um conjunto de colônias tão grande, sob domínio tão completo, com um poder tão desigual em relação às metrópoles ocidentais" (Said, 1995, p. 28).

Desta maneira, a política do imperialismo se sustentou sobre o arcabouço ideológico da pretensa superioridade europeia em relação às regiões do mundo habitadas por povos melanodérmicos, nos diversos territórios não-europeus. Os sujeitos que habitavam estas regiões passaram a transitar num mundo onde a cor da pele, o fenótipo e qualquer marca da ascendência não-europeia definiam e fixavam a subalternidade racial em seus corpos.

Se as primeiras décadas do século XX representaram, em certa medida, o ápice do pensamento e práticas racistas, ao menos no que diz respeito ao próprio território europeu, foi também um período de gestação de resistências e articulações que, posteriormente, confluíram para as lutas anticoloniais que ganharam o continente africano e asiático. É o que Antônio Sérgio Guimarães denominou como a quarta fase da "Moder-

nidade Negra", referindo-se aos inúmeros projetos de resistências e existências, de um processo mais longo, visto que "a modernidade negra é o processo de inclusão cultural e simbólica dos negros na sociedade ocidental" (Guimarães, 2003, p. 42). Esta inclusão se deu a partir de inúmeros movimentos de resistência, revoltas intelectuais e artísticas:

(...) a modernidade negra se inicia, de fato, com a abolição da escravatura, nos meados do século XIX. Significa, em termos bastante gerais, a incorporação dos negros ao Ocidente enquanto ocidentais civilizados, e acontece em dois tempos que às vezes coincidem, às vezes não: um primeiro, em que muda a representação dos negros pelos ocidentais, principalmente através da arte, fruto intelectual do mal-estar provocado pelas guerras e pelas lutas de classe na Europa; o segundo se inicia com a representação positiva de si, feita por negros para si e para os ocidentais. (Guimarães, 2003, p. 43).

Similarmente, Paul Gilroy define esse movimento como "Atlântico Negro", no livro assim intitulado e que é "essencialmente um ensaio sobre a inevitável hibridiz e mistura de ideias" (Gilroy, 2012, p. 36). Assim, na perspectiva do autor, entendemos as rotas do Atlântico Negro como "as redes da diáspora que estabelece solidariedade, circuito comunicativo, que capacitou às populações dispersas a conversar, interagir e sincronizar significativos elementos de suas vidas culturais e sociais" (Gilroy, 2012, p. 20-21). Daí surgiria aquilo que ele apelida como a "contracultura da modernidade" uma vez que a o negro se constitui em meio a uma "situação de ser interno e ao mesmo tempo externo ao Ocidente" (Gilroy, 2012, p. 88).

Partindo disso é que podemos afirmar que Aimé Césaire é notadamente uma figura expoente do seu tempo, da "Modernidade Negra", do "Atlântico Negro". Intelectual, poeta, político e ativo militante, ele encontra nas letras um espaço para criar possibilidades outras de resistência, para combate e luta pela consti-

tuição da negritude como um campo teórico e político em que haja a libertação dos corpos negros frente ao colonialismo. É um corpo-político, um corpo aberto e questionador, bem como criativo, mas também é um corpo preparado para agir.

É um corpo-político à medida que Césaire eleva as críticas frente ao pensamento hegemônico, e contribui para a construção de “conhecimentos outros, pensado desde seu espaço, seu corpo, sua pele, e do outro lado da diferença colonial” (Grosfoguel, 2006, p. 149-150). Nelson Maldonado-Torres (2019, p. 48) explica que o “corpo aberto permite a possibilidade do questionamento crítico, mas também a emergências de visões do eu, dos outros e do mundo que desafiam os conceitos de modernidade/colonialidade”. Portanto, Aimé Césaire como um corpo-questionador que articula políticas e poéticas utiliza da autorreflexão e de narrativas outras como maneira de apresentar, viver o tempo, o espaço, a subjetividade, as redes de sociabilidade e intelectualidades negras.

O livro “Discurso sobre o colonialismo (1950)” reflete suas angústias e inquietações sobre esse período histórico, abordando criticamente o Ocidente, com destaque para a França, em seus mais diversos domínios culturais – literatura, política, etnologia, filosofia – e nos revela e desmascara o racismo introjetado em suas mais diversas facetas, que foi ignorado e invisibilizado nas intenções colonizantes.

A obra foi escrita em 1948, três anos após a Segunda Guerra Mundial, “almejando questionar o futuro da humanidade” (Vigoya, 2021, p. 3), e num momento de extrema intensidade para os povos colonizados, que estavam presentes nas revoltas nacionalistas africanas. Segundo Mário Andrade (1978, p. 08), o livro se tornou uma “fonte nutritiva da revolta, a alavanca da consciência anticolonialista, pois o discurso se tornou uma arma preciosa no combate ideológico, o livro vermelho dos militantes da Ásia, da África, da Argélia e entre outros”. A obra gira em torno de um discurso crítico e contra hegemônico ao modelo europeu de civilização, fortalecido em seu pano de fundo pelo colonialismo.

Foi na Martinica, colônia francesa, que a obra foi produzida. A Martinica é uma ilha localizada no mar do Caribe e pertence ao arquipélago das Antilhas, situado no hemisfério Norte, entre a América do Norte (Flórida e México) e a América do Sul (Venezuela e Guianas), tendo a Oeste a América Central. Segundo a pesquisadora, Diva Damato (1995, p. 35), “a história da Martinica (como praticamente toda a história da América) tem sido contada a partir da chegada dos europeus, a partir do ‘Descobrimento’”. Dessa forma, a Martinica refletiu e repercutiu os problemas das grandes potências europeias implicadas no processo de colonização.

Césaire, assim como sua terra natal, expressa em seu “Discurso sobre o colonialismo” esta conexão fruto da Diáspora Africana, este encontro desigual e violento entre mundos. Ao analisar a obra, elementos distópicos e ucrônicos emergem e se intercalam. As distopias, como um passado dado, retratam as situações de extrema opressão e violência e promovem um deslocamento na leitura do processo histórico que rompe com a lógica hegemônica. Dessa forma, Césaire se aproxima das distopias a partir de sua intervenção política quando tece críticas ao projeto moderno europeu, assim como suas inúmeras críticas às contradições das ideias de razão, de humanismo, de ciência e de universalidade tal como se manifestaram concretamente na experiência colonial, expondo as mazelas e a fragilidade da modernidade europeia (Césaire, 1978). Assim, as distopias desmantelam e subvertem os termos da utopia moderna.

Por outro lado, as ucronias presentes em seu escrito aparecem na forma de imaginação de outras histórias possíveis caso o colonialismo não interrompesse estas vivências do passado. Assim, elas podem ser entendidas como possibilidades outras, a servirem de inspiração como o que poderia, ou poderá vir a ser, ou seja, “o prolongamento imaginário de um passado que foi interrompido, abortado” (Penna, 2016, p. 266). Nesse caso, o poeta se aproxima da ucronia a partir de seus questionamentos como inspiração para a “formação” de comunidades outras, de possibilidades de vivências e experiências frente ao processo colonialista francês

nos territórios africanos e afro-diaspóricos (Césaire, 1978). Do passado, emergiria assim uma utopia contra-colonial, na contramão da utopia colonialista moderna.

## A MODERNIDADE COMO UTOPIA

O longo período entendido como a Modernidade é, por vezes traçado a partir da Renascença e das Grandes Navegações europeias até os nossos dias e em outras circunstâncias é caracterizado a partir daquela “Dupla revolução” – a política (Revolução Francesa) e econômica (Revolução Industrial) – que deram as bases do mundo contemporâneo. Em ambos os casos, o recorte eurocêntrico é bastante sensível e marcaria uma história definida a partir da Europa que se expande pelo mundo.

O primeiro caso é o iniciado pela ruptura com o isolamento medieval, quando o continente mergulhou na conquista de almas e metais preciosos, concentrando-se na busca de mercadorias de luxo através do comércio transoceânico e na exploração de variadas formas de trabalho compulsório no Novo Mundo. A utopia da expansão da cristandade formava o arcabouço ideológico que justificava este primeiro avanço colonialista europeu. Desde a Reconquista, expulsão dos árabes da Península Ibérica, a guerra contra os infiéis foi levada a cabo e tomada como justificativa para subjugação dos “infiéis” fosse na Europa e na África, fosse na América (Guzman, 2002).

No caso deste último continente, é percebido em parte como uma terra aberta à livre manipulação e controle europeu, completamente suscetível às vontades e desejos de seus conquistadores. E, se por um lado isto redundou na escravização nua e crua dos povos originários, tal como denunciada à época por Bartolomeu de las Casas (1996), por outro redundou na idealização dos nativos como seres mais próximos da condição natural, o que, diferentemente da realidade europeia, teria possibilitado experiências utópicas como as missões guaranis nas regiões do Alto Paraná (Cornelli, 2016). A ideia de utopia também buscou ser ativamente implantada como forma de integração dos povos origi-

nários “quando a república utopista de More fora considerada como facilmente adaptável às necessidades da Nova Espanha” quando “o magistrado humanista Dom Vasco de Quiroga” propôs “instalar os índios desse país em cidades organizadas à maneira da Utopia” (Bataillon, 1974, p. 388-389).

Entre a primeira conquista colonial, fortemente imbuída de justificativas oriundas do imaginário religioso e a segunda conquista colonial, recorrentemente intitulada de neocolonialismo, muitas modificações se deram, com destaque para as críticas ao Antigo Regime e suas hierarquias fixas que configuravam uma sociedade estamental. O século XVIII foi agitado pelas ideias de subversão da antiga ordem, culminando em seus últimos anos naquela que Hobsbawm denominou de a Era das Revoluções (Hobsbawm, 2014).

O pensamento iluminista veio, conforme proposição de Kant, romper com a menoridade do ser humano, romper com a “falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem” (Kant, 1784, p.5). As Luzes não seriam propriamente uma inovação, mas um processo de recapitulação e síntese que contém traços da Idade Média, do Renascimento e da época Clássica europeias, sendo assim influenciado assim tanto por Descartes, como por Locke. Proporia a “liberdade de examinar, de questionar, de criticar, de colocar em dúvida: nenhum dogma ou instrução pode mais ser considerado sagrado” (Todorov, 2008, p.15).

Se, à primeira vista, as noções de racionalismo e empirismo do pensamento iluminista parecem se afastar de uma mentalidade utópica, que idealiza e projeta um outro mundo possível, não é este o entendimento do sociólogo Karl Mannheim. Para ele, o século XVIII engendrou a utopia “liberal-humanitária”, que com referência no racionalismo iluminista projetava um novo mundo construído a partir da força das ideias, as quais teriam o potencial de alterar a história conforme os caprichos do desejo e da vontade humana. Para Mannheim as utopias se constituem em práticas e assim correspondem às “orientações que, transcendendo a realidade, tendem, a se transformarem em conduta, a

abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento” (Mannheim, 1952, p. 216). Assim, a “utopia é caracterizada como francamente relacionada aos distintos projetos de sociedade elaborados pelas classes que a compõem. Desta maneira, as utopias seriam expressão direta da consciência de classe” (Penna, 2021, p. 117). No caso da utopia liberal-humanitária, ela expressava principalmente os interesses do mundo burguês, um grupo social em processo de ascensão e diversificação que correspondia a uma “camada intermédia encurralada entre clero e nobreza, por um lado, e “povo”, por outro” (Lupo, 1998, p. 14).

Em sua busca por ruptura e subversão do Antigo Regime, a burguesia iluminista não se furtava em buscar inspiração em experiências de outros povos. Como observa Hobsbawm, países distantes “nitidamente civilizados podiam ilustrar as deficiências institucionais do Ocidente”, servindo assim de “barômetro moral da civilização europeia” (Hobsbawm, 2015, p. 127).

Porém, esta possibilidade se alterou substancialmente no século XIX. O avanço que produziu a chamada Segunda Revolução Industrial expandiu a industrialização não apenas tecnológica, mas geograficamente. Muitos países europeus entravam agora em uma disputa acirrada num contexto de consolidação do capitalismo que agora era orientado não mais pela lógica do comprar barato e vender caro do período mercantilista, mas sim pelo imperativo do mercado de produzir mais barato para com isso produzir mais e vencer a concorrência (Wood, 2001, p. 75-112). Nos oitocentos, a concorrência assumiu contornos de rivalidades entre nações com o objetivo de dominar outros povos para servir de mercado consumidor e também na procura de matérias-primas essenciais às novas tecnologias implantadas. A própria noção de modernidade passa a se associar a estas novas tecnologias: “os mais entusiasmados diriam que não seria possível imaginar o “mundo moderno” sem borracha” (Muniz, 2020, p.281). Destarte, “a sua civilização [do europeu] agora precisava do exótico”, isto porque “o desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas encontradas exclusiva ou profusamente em locais remotos.” O próprio

motor de combustão interna, característico da Segunda Revolução industrial, “criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha” (Hobsbawm, 2015, p. 103).

Esta dependência do “exótico” acabou engendrando relações crescentemente desiguais com o mundo não europeu e assim, lado a lado com a dominação e subjugação econômica, visões de mundo se modificam e a própria noção e instrumentalização da ideia de razão e ciência ganham novos contornos. Se as Luzes pretendiam inaugurar uma nova era, dominada pelos conceitos de verdade, sujeito, razão, universalidade e consciência, nos oitocentos a “lógica de humanidade universal, única e singular” (Reis, 2006) passou a se confundir cada vez mais com a supremacia europeia: “A novidade do século XIX era que os não europeus e suas sociedades eram crescente e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis.” (Hobsbawm, 2015, p. 127).

São sintomáticas algumas expressões culturais que invertem a situação de vitimização na experiência colonial. Talvez a mais emblemática seja o famoso poema “The white man’s burden” (O fardo do homem branco), de Rudyard Kipling, publicado em 1899. Na atualidade este escrito dificilmente poderia ser lido senão como ironia, porém, à época, sua glorificação dos sacrifícios empreendidos pelos colonizadores frente à barbárie do mundo não-europeu, esses “tristes povos, metade demônio, metade criança”, era levada bastante à sério. Considere-se que a utopia tem “a tarefa de introduzir variações imaginativas sobre quase todos os tópicos sociais: sociedade, poder, governo, família, religião, arte, literatura, etc.” (Falcon, 1996, p. 127- 128). As utopias são primordialmente o desejo, o que deve ser, o “espaço-perfeito”, sendo assim o “utopista procura superar a realidade contingente propondo, como alternativa, uma sociedade perfeita enquanto racionalmente fundada” (Berriel, 2005, p. 06). A utopia liberal-humanitária, associada às Luzes, nutria a esperança em um progresso ininterrupto guiado pela “ambição modernista, na qual a razão e a ciência tudo podem conhecer, estabelecer e controlar” (Bentivoglio, 2019, p. 39).

Porém, a experiência neocolonial, imperialista, revela uma realidade nada utópica, obviamente no que se refere aos povos colonizados, mas tampouco para os colonizadores.

O universalismo deixou de ser apenas eurocêntrico, passando a ser efetivamente supremacista branco. O século XIX inventou o racismo, a crença que se afirma como ciência das raças humanas, afirmando a superioridade de algumas e a inferioridades de outras. Este credo supostamente científico servia para justificar as desigualdades, os privilégios dos colonizadores e amenizar o próprio sentimento de usurpação próprio da ação imperialista. Como afirmou Albert Memmi em "O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador", uma vez que "na colônia: nela ganha-se mais, nela gastasse menos" e "esse lucro só é fácil porque tirado de outros" (Memmi, 2017, p. 94), a desumanização do outro se impõe como apaziguador das consciências colonizadoras: "É preciso que o colonizado seja bem estranho, em verdade, para que permaneça tão misterioso após tantos anos de convivência... ou então devemos pensar que o colonizador tem boas razões para agarrar-se a essa impenetrabilidade" (Memmi, 2017, p. 96).

A ausência de empatia, no entanto, não garante a satisfação e, como Memmi aponta, a experiência na colônia é tida como um purgatório, mas um "purgatório remunerado" (Memmi, 2017, p. 94). O retorno ao paraíso, a Metrópole, é dificilmente colocado em prática, ainda que apareça como "sonho em voz alta", uma vez que seria preciso ao colonizador reduzir radicalmente seu padrão de vida e abrir mão dos privilégios que a sociedade de abismos étnicos e sociais erigida pelo imperialismo o concedeu.

Do lado do colonizado, a realidade é obviamente muito mais adversa, não se assemelhando de forma nenhuma a um purgatório, mas mergulhando de cabeça no inferno. Desde a colonização das Américas até o imperialismo afro-asiático, novos mundos foram criados naqueles territórios, mas que em nada coincidiam com as fantasias da Utopia de More, que não à-toa se situava

na América, a qual correspondia no imaginário quinhentista a um horizonte aberto à mais variada gama de possibilidades inexploradas (Franco, 1978, p. 26-27). Ao contrário, o "Novo Mundo" dos povos originários era um mundo de violência extrema e aniquilação: "Atacadas, aterrorizadas e derrotadas, as sociedades indígenas são politicamente mutiladas, socialmente fraturadas, dizimadas pela guerra e pelas epidemias" (Gruzinski, 2001, p. 75). O choque da conquista gerou o apocalipse do mundo daqueles que ficaram conhecidos indiscriminadamente como índios.

No que diz respeito à África dos dois lados do Atlântico, a situação é tão ou mais catastrófica. A Diáspora Africana correspondeu ao maior movimento forçado de pessoas na história mundial. Conforme aponta David Eltis em ensaio de apresentação do *projeto Slave Voyages*, foram os africanos que constituíram "a maior fonte demográfica para o repovoamento da América depois do colapso da população ameríndia" (Eltis, 2007). Os efeitos deste deslocamento humano foram tremendos, ainda que seja difícil calcular sua real dimensão. No entanto, não é difícil concluir que a África sofreu profundamente os efeitos acumulados dos diferentes períodos coloniais.

Neste sentido, a modernidade ocidental significou uma percepção completamente inversa da noção de uma "sociedade supostamente perfeita" como propõe a ideia de utopia (Segal, 2012, p. 12). Para ameríndios e africanos, inverteu-se completamente o princípio do "sapere aude!", a palavra de ordem iluminista, como afirmou Kant. Ao invés do fim da tutela, a modernidade significou seu absoluto contrário, correspondendo à subjugação, à guia de outrem.

Como afirma Partha Chatterjee em referência ao caso indiano, ao invés de progresso, a modernidade ocidental gerou retrocesso e decadência para seu povo. Por isso, propõe que se crie uma nova modernidade, não submetida ao colonialismo: "enquanto Kant, falando no momento fundante da modernidade ocidental, olha para o presente como o lugar para onde se escapa do passado, para nós é precisamente do presente que sen-

timos ter de escapar” (Chartterjee, 2004, p. 64). As incongruências entre os princípios “modernos” de matriz iluminista e a prática colonial que contradiz os mesmos é o aspecto central da discussão de Aimé Césaire em seu “Discurso sobre o colonialismo”.

## MODERNIDADE COMO DISTOPIA

A empreitada colonial constrói um mundo racializado. No decorrer do processo engendra a hegemonia europeia ao redor do globo, principalmente porque “a matriz colonial é uma das chaves para pensarmos a guerra de dominação que se instaura entre mundos diferentes” (Simas & Rufino, 2020, n.p). Os impérios ocidentais utilizaram de múltiplos mecanismos de controle com o intuito de incutir um senso de segurança e legitimidade nas relações de forças entre os sujeitos colonizados e racializados fora da Europa. E além da busca pela construção de um consenso, empregou-se intensamente o uso direto da força: o processo de colonização é carregado de extermínios, genocídios e violências as mais variadas.

As conquistas, tanto no alvorecer da chamada Idade Moderna, como aquelas empreendidas em nome do progresso e da civilização industrial a partir do século XIX, significaram a destruição de outros mundos, produzindo situações de extrema opressão e autoritarismo que em muito se assemelham ao imaginário distópico da ficção científica: “as distopias revelam um cenário sempre hostil à sobrevivência humana, desafiada por aparatos tecnológicos de controle e governos autoritários que procuram reduzir as diferenças impondo um comportamento massificado” (Bentivoglio, 2019, p. 25).

As distopias apresentam sociedades em que elites no poder deliberadamente subvertem a justiça a seu favor para a realização de seus interesses. O filósofo Alexey Dodsworth, explica ainda que “uma utopia pode, por exemplo, ser mantida a partir da criação de uma distopia”. Complementa ainda que, “se é uma história contada pelo ponto de vista da classe privilegiada, eles podem considerar uma utopia. Agora, do ponto de vista de quem é explorado para sustentar essa classe privi-

legiada, é uma distopia” (Dodsworth, 2017, n.p). Esta percepção de utopias e distopias como relativas, uma vez que correspondem a diferentes realidades e interesses específicos, é fundamental para compreender como um mesmo período histórico produz diferentes idealizações e projetos de mundo e o que o que é um sonho para alguns, pode se revelar o pesadelo para outros.

Com isso podemos afirmar que a “distopia é uma expressão que tem significado muito político. Depende sempre de uma ação humana. Ela necessita de um elemento político que esteja sustentando essa realidade aterradora” (Dodsworth, 2017, n.p).

No entanto, “qualquer distopia pode ser combatida e revertida, embora algumas sejam mais difíceis de solucionar do que outras” (Dodsworth, 2017, n. p). Percebe-se assim que a elaboração de cenários utópicos está diretamente ligada a uma tentativa de negação frente a uma realidade posta ou potencialmente ameaçadora: “A resistência existe, de várias formas e em vários fronts.

Esta resistência é individual e coletiva, eventualmente atrapalhada, eventualmente acertada” (Dodsworth, 2017, n. p). Na literatura e no cinema “a distopia não mostra soluções, é pessimista em sua premissa básica, mas sempre há uma lufada, uma ponta de esperança ou consciência, levada a cabo por um grupo de pessoas ou pelo protagonista” (Lopes & Silva, 2020, p. 208).

Também o exercício de pensar o passado de forma distinta daquela conforme ele objetivamente se deu costuma apresentar formas utópicas e distópicas: as “histórias alternativas tipicamente aparecem como cenários fantásticos ou pesadelos” (Rosenfeld, 2004, p. 11, tradução nossa) produzidas a partir dos interesses políticos do momento em que foram produzidas. Lançada ao futuro, as distopias rotineiramente projetam um cenário de caos e destruição gerado pela vitória dos inimigos políticos do presente. Um exemplo são os vários trabalhos de ficção que projetam um mundo avassalado pelo autoritarismo nazista, caso os mesmos tivessem vencido a Segunda Guerra Mundial. Por vezes, esse inimigo pode assumir também o lugar não de um

vilão humano ou de um grupo de vilões, mas de uma tragédia anunciada pelas inércias do presente, como a catástrofe climática iminente. Desta forma, nas reelaborações trágicas do passado ou nas projeções apocalípticas de futuro, formas distópicas são produzidas. Mas o que dizer sobre um passado distópico já realizado?

Para alguns grupos, o passado mesmo, e não uma "história alternativa" sobre como ele poderia ter sido, ocupa o lugar da materialização da tragédia que arrasta seus efeitos ao presente. A história do escravismo moderno e a Diáspora Africana fornece um exemplo. O passado é o pesadelo, é a distopia (...) (Penna, 2021, p. 136).

Os escritos de Aimé Césaire se produzem justamente neste sentido distópico: como constatação e denúncia da tragédia colonial. Trata-se de uma reescrita da modernidade europeia, a partir da visão do colonizado, apontando suas incongruências e inconsistências como projeto civilizacional. Mas paralelamente, guarda uma "ponta de esperança" pois aponta para a resistência frente a todas atrocidades e políticas de morte levadas a cabo pela matriz colonial europeia.

A obra de Césaire, "Discurso sobre o colonialismo (1950)" se inicia com uma análise dos efeitos do colonialismo sobre os colonizados e seus efeitos sobre os colonizadores. Dessa forma, Césaire afirma que,

Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que seu funcionamento provoca é uma civilização decadente. Uma civilização que opta por fechar os olhos para seus problemas mais cruciais é uma civilização doente. Uma civilização que se esquiva diante de seus princípios é uma civilização moribunda (Césaire, 1978, p. 13).

E complementa que,

a chamada civilização 'europeia', civilização 'ocidental', tal como foi moldada por dois

séculos de governo burguês, é incapaz de resolver os dois principais problemas aos quais sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial. Levada ao tribunal da 'razão' e ao tribunal da 'consciência', a Europa se mostra impotente para justificar-se (Césaire, 1978, p.13)

Por isso, sem rodeios ele afirma que "a Europa é indefensável" (Césaire, 1978, p. 13). No livro, o autor estabelece ao longo do primeiro tópico uma crítica sobre o processo de civilização e colonização. Ao questionar sobre os problemas aos quais a existência da modernidade deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial, a resposta de Césaire é evidente ao indicar a violência em grande escala, uma "decadência genocida e homicida" (Maldonado-Torres, 2019, p. 34) e uma instalação do caos sistêmico.

Dessa forma, a modernidade aparece como "um projeto civilizatório que se produz no calor da violência e difunde com a violência em uma escala planetária que gerou a expansão colonial europeia para produzir vidas (embora sejam vidas medíocres) nas zonas do ser e morte nas zonas do não ser" (Grosfoguel, 2019, p. 61-62).

Logo, a empreitada colonial lida com o outro como objeto desse processo histórico. Dessa forma, "a mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de ser colonizado fora da história e fora da cidade. [...] de nenhuma maneira [ele] é sujeito da história; é claro que sofre o peso dela, com frequência mais cruelmente do que os outros, mas sempre como objeto" (Memmi, 2017, p. 133-134). Por isso, a equação de Césaire é igualar colonização a coisificação dos sujeitos submetidos por esse processo trágico e esmagador. É sobretudo a partir de lógicas de opressão e dominação colonial "que espalha sangue e que semeia a morte que a revolução da sociedade capitalista se manifestou na consciência e no espírito dos melhores" (Césaire, 1978, p. 53).

É na modernidade que o homem europeu passou a ser sujeito fundante do conhecimento: "A modernidade



ocidental atingiu uma identidade ao inventar uma narrativa temporal e uma concepção de espacialidade que a fez parecer como espaço privilegiado da civilização em oposição a outros tempos e espaços” (Maldonado-Torres, 2019, p. 36). Assim, o eurocentrismo é a visão de mundo e da história que tem como centro e ponto de referência a Europa (Mignolo, 2006).

Se a Europa apresenta a modernidade a partir de aspectos de progresso, de realizações, de estatísticas, de sistema capitalista, Aimé Césaire se opõe a essa narrativa a partir de uma distopia contra colonial em que fala de “proletarização e mistificação”, criticando o sistemático extermínio das civilizações para-europeias, ou seja, as civilizações outras, fora do centro. Na contramão do projeto colonial, faz uma defesa sistemática das sociedades destruídas pelo imperialismo (Césaire, 1978, p. 26)

Aimé Césaire complementa que “a colonização europeia adicionou o abuso moderno à antiga injustiça; o racismo odioso à velha desigualdade, uma lei da desumanização progressiva em virtude da qual, doravante, na agenda da burguesia, só há, só pode haver, violência, corrupção, barbárie, ódio, mentira e arrogância” (Césaire, 1978, p. 28-56). O intelectual negro martinicano acusa os europeus de ocultar a si mesmos o conhecimento sobre a realidade e o caráter da civilização europeia. Pois sabe-se que “o processo de colonização da modernidade alterou todas as epistemologias, espiritualidades e cosmovisões, colonizando-as com narrativas eurocêntricas da modernidade” (Grosfoguel, 2019, p. 67).

Segundo aponta Césaire, a engenharia colonial “minou civilizações, destruiu pátrias, arruinou nacionalidades, erradicou ‘a raiz da diversidade’, violência, excesso, desperdício, mercantilismo, blefe, o comportamento de manada, estupidez, vulgaridade, desordem” (Césaire, 1978, p. 67).

É essa uma das principais críticas que o autor faz ao “pseudo-humanismo” que por tempo excessivo diminuiu os direitos do homem, principalmente do homem colonizado, pois a sua relação é “estreita e parcelar, par-

cial e facciosa, e sordidamente racista” (Césaire, 1978, p. 18). É importante aqui destacar que “a longa tradição do cientificismo e do eurocentrismo deu origem a uma ideia de universalismo abstrato”, ou seja, um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico, se apresenta como desincorporado e que marca os âmbitos da produção do conhecimento, da economia, política, da estética, da subjetividade, da relação com a natureza (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres & Grosfoguel, 2019).

É a partir de sua crítica ao eurocentrismo e ao pseudo-humanismo que o autor elabora e apresenta um levantamento que reforçava o colonialismo francês. Expõe todos os historiadores ou romancistas da civilização, psicólogos, sociólogos que utilizavam da falsa objetividade, do racismo, de investigações direcionadas e interesseiras, de especulações tendenciosas que negam as raças não brancas, singularmente as raças melanianas, todos os méritos, sua monomania para monopolizar em benefício próprio toda a glória (Césaire, 1978, p. 41). Dessa forma, posiciona-se:

Todos aqueles que, desempenhando seu papel na sórdida divisão do trabalho em defesa da sociedade ocidental e burguesa, estão tentando de várias maneiras, e por uma infame diversão, desintegrar as forças do Progresso – até mesmo negar a própria possibilidade do Progresso – todos os capangas do capitalismo, todos os apoiadores declarados ou envergonhados do colonialismo saqueador, todos responsáveis, todos odiosos, todos negreiros, todos sujeitos agora a agressões revolucionárias. [...] E que não se perca tempo tentando saber se esses senhores estão pessoalmente de boa ou má-fé, se estão pessoalmente bem ou mal intencionados, se são pessoalmente, ou seja, em sua consciência íntima de Pedro ou de Paulo, colonialistas ou não: o ponto essencial é que sua muito aleatória boa-fé subjetiva é irrelevante diante do significado objetivo e social do mau trabalho que fazem como cães de guarda do colonialismo. (Césaire, 1978, p. 39-40)

Os europeus reivindicam para o Ocidente a superioridade

dade científica, a superioridade moral e a superioridade religiosa: "Tudo cientificamente comprovado, pois a força da ciência era a força do Ocidente" (Silveira, 1999, p. 90). Assim, a Europa definia-se como superior em relação ao restante do globo e com o auxílio de uma ciência científicista em ascensão. Assim, "o racismo europeu, no século XIX, foi institucionalizado e esmagadoramente majoritário na opinião das elites cultas e das classes governamentais" (Silveira, 1999, p. 89).

É a partir dessas ideias que são reforçadas pela ciência científicista do século XIX que "os lugares comuns mais banais são reformulados e reformados; os preconceitos mais absurdos explicados e legitimados; e magicamente, os gatos se tornam lebres" (Césaire, 1978, p. 46). Para essa tríade o "Ocidente inventou a ciência. Somente o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, que, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o próprio retrato do pensamento falso" (Césaire, 1978, p. 58). Sabemos que contextos são sempre produzidos para afirmar padronizações, construindo passados domesticados, aprisionados e de consenso. Romper com um dado passado é construir múltiplos passados possíveis, atravessado por diferentes vozes (Bentivoglio, 2019).

Como forma de rebater as ideias hegemônicas e as ideias compostas pela burguesia, Aimé Césaire traz em sua obra como deslocamento, como narrativa outra, a obra *Nations nègres et culture* (1954) do historiador senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986), em que desmantela a narrativa europeia e provoca uma revolução na historiografia africana ao sustentar que as civilizações surgidas na África pré-colonial foram criações da própria população negra e não importadas por povos brancos.

Rogério de Campos (2020, p. 48) aponta que "causou especial escândalo Diop afirmar que a civilização egípcia era negra, que os faraós eram negros. A simples existência de tal hipótese era já inaceitável para a historiografia eurocêntrica, segundo a qual civilização 'é coisa de branco'". Césaire, por sua vez, indica que

"todos os estudiosos ocidentais deliberadamente se propuseram a sequestrar o Egito da África, mesmo que se torne impossível explicá-lo" (Césaire, 1978, p. 42). Ele complementa ainda que, "restam alguns fatores que resistem. Como a invenção da aritmética e da geometria pelos egípcios. Ou a descoberta da astronomia pelos assírios. Ou o nascimento da química pelos árabes. Ou a aparição do racionalismo no Islã numa época em que o pensamento ocidental tinha um jeito furiosamente pré-lógico" (Césaire, 1978, p. 59). A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia.

Desta maneira, por um lado os mecanismos de controle, como genocídio, racismo, exploração, torturas, campos de concentração, são fenômenos que nascem com a distópica empreitada colonial e são correspondentes às hierarquias entre colonizadores e colonizados (Césaire, 1978; Grosfoguel, 2006). Por outro lado, a resistência dos povos colonizados, que enfrentaram as adversidades impostas pelo colonialismo europeu, precisou revisar o passado pré-colonial em busca de experiências societárias outras que potencialmente antagonizassem com aquelas impostas pelo Ocidente. O passado parecia apontar para utopias abortadas, interrompidas pela ação imperialista.

### **CAMINHOS DA DESCOLONIZAÇÃO: ENTRE UCRONIAS E MODERNIDADES OUTRAS**

A modernidade é um projeto de morte (humana e não humana) e a destruição epistemicida de outras civilizações (destruição de formas "outras" de conhecer, de ser e estar no mundo), ou seja, a modernidade produz um mundo onde somente um único mundo é possível e os demais são impossíveis (Grosfoguel, 2019, p. 63). A epistemologia eurocêntrica hegemônica assume um ponto de vista pretensamente universal, neutro e objetivo. "É preciso destacar que nenhum discurso é neutro, que a narrativa jamais é um veículo neutro, todavia escrever contra significa falar contra o silêncio e a marginalidade criados pelo racismo" (Kilomba, 2019, p. 69).

Muito do que se sabe das civilizações colonizadas antes do choque de culturas, ou melhor, do desencontro é a partir do relato de viajantes e exploradores europeus.

Isto é, por meio de suas lentes. Por isso essas regiões são descritas como bárbaras, primitivas e selvagens. Dito isso, é preciso observar a história a partir de outras lentes. A lente em que o colonizado questionador contesta a superioridade inexistente do colonizador e expõe antes de tudo a violência física, simbólica e epistemológica, que resulta naquilo que o próprio colonizador caracteriza como parte de sua ciência e seu conhecimento. Ciência e conhecimento estes que servem a nada mais que para reiterar a sua posição eurocêntrica e validar a colonização.

Em contraposição a estas perspectivas, intelectuais negros como Aimé Césaire, a partir de diferentes posições, apresentam narrativas marcadamente contra coloniais.

“(…) a experiência vivida do negro no mundo moderno-colonial permitiu a cada um desses intelectuais formular uma resposta ao colonialismo e ao racismo de acordo com as especificidades históricas do lugar político-epistêmico de onde cada um observava o mundo” (Bernardino-Costa, 2019, p. 248).

Estas experiências recorrentemente engendraram uma rejeição que ganhou forma de estranhamento à realidade e uma sensação de deslocamento, uma espécie de distopia. Ao operar como negação, estas utopias possuem um papel muito mais profundo, operando como “uma correção à visão limitada que o eurocentrismo produz no mundo”. Desta maneira, contribuem para “a produção de uma verdade histórica com implicações universais que epistemologicamente foi invisível ao homem europeu perceber e, conseqüentemente conceituar e aceitar” (Grosfoguel, 2006, p. 150).

O discurso de Aimé Césaire se aproxima desta perspectiva distópica. Ele tece críticas ao projeto moderno e às incongruências nas ideias de razão, humanismo, ciência e universalidade, uma vez que estas eram deturpadas ou corrompidas pela prática colonial que, para o autor, as tornava incoerentes e contraditórias. Destarte, percebe-se notavelmente que o texto de Césaire não é

um ataque propriamente às noções de modernidade, ciência e humanismo em si, mas sim ao projeto executado pelo sujeito histórico da civilização europeia que, na prática, produziu o inverso do que aqueles princípios se propunham em teoria a realizar. Por isso, o intelectual martinicano se posiciona para a construção de uma ideia de uma nova sociedade sobre a base de uma superação das sociedades anteriores.

O intelectual martinicano produziu em seus escritos um deslocamento, desconhecido das narrativas europeias, ditas modernas e com base no progresso. A distopia lida com a pior resolução possível da realidade. Nasce na modernidade com a radicalização de seus processos. Se apresenta como um sub produto que tem como principal função o exercício da crítica dessa realidade que está em constante transformação. A distopia não é uma recusa das utopias, mas um olhar crítico sob as formas de construir o mundo moderno que foi desenhado a partir de diversas utopias que correspondem a interesses outros que não os daqueles que sofreram a colonização. Sua principal função é criticar o atualmente existente. Césaire nos convida a repensar o ideal de modernidade e assim desenvolver uma nova imaginação historiográfica.

Daí deriva “o desejo de uma história alternativa na qual a rota considerada correta e de acordo com os desejos e esperanças daqueles indivíduos prevalecesse” (Penna, 2021, p.129). Uma vez confrontado com o passado como uma distopia realizada e que estende seus efeitos aos dias presentes, Césaire avalia também as possibilidades outras que este mesmo passado apresentou, mas que não puderam se desenvolver historicamente uma vez que foram interrompidas pela ação colonial.

Este olhar mais positivo para o passado como uma alternativa que apesar de existente, acabou por ser abortada, parece dialogar com o que chamamos de ucronias, produções principalmente no âmbito da ficção que narram uma sucessão de eventos hipotéticos, de natureza qualquer, construindo um passado diferente daquele que aceitamos como verídico. A “ucronia [atua] como uma (re)construção da história ou de

um evento tal como poderia ter acontecido e não como aconteceu realmente" (Chaves, 2019, p. 27).

Para criar uma ucronia coerente não basta mudar um evento do passado, também é preciso entender como foi o passado. É necessário entender os efeitos que os diferentes eventos tiveram para que, ao mudá-los, saibamos qual seria o efeito dessa mudança. Alessandro Portelli, afirma que a ucronia "é aquele perturbador tema, no qual o autor imagina o que poderia ter sucedido se um determinado evento histórico não tivesse acontecido", a representação de "um presente alternativo, uma espécie de universo paralelo no qual se cogita sobre um desdobramento de um evento histórico que não se efetivou" (Portelli, 1993, p. 50).

Dessa feita, "a ucronia corresponde ao prolongamento imaginário de um passado que foi interrompido, abortado", surgindo, pois, "do desacordo com os rumos assumidos no passado e manifesta o desejo de uma 'história alternativa', a qual tivesse trilhado o caminho considerado o correto e em concordância com aqueles desejos e esperanças" (Penna, 2016, p. 266). Considerando que a ucronia cria pontos de divergência e mostra que há mudanças de rota possíveis, logo, "a função do tema ucrônico é sustentar a esperança" (Portelli, 1993, p. 57).

Nesse contexto, "O Discurso sobre o colonialismo (1950)" se aproxima das narrativas ucrônicas quando o autor afirma que as justificativas tradicionais da Europa, em busca de legitimação do processo de colonização europeia são desonestas, pois ninguém sabe em qual estágio do desenvolvimento material os países colonizados – África e Ásia – estariam sem a intervenção europeia em seus territórios (Césaire, 1978). Assim, o passado dessas sociedades foi interrompido, abortado. A começar, Césaire analisa o que efetivamente foi produzido, o resultado catastrófico e distópico da colonização para o mundo colonizado:

Eu falo de sociedades esvaziadas de si mesmas, de culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas destruídas,

possibilidades extraordinárias suprimidas. Falo de milhares de homens sacrificados na Congo-Océan. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, suas terras, sua vida, a vida, a dança, a sabedoria. Estou falando de milhões de homens que foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero, o servilismo. Falo de economias naturais, economias harmoniosas e viáveis, economias na medida do homem indígena que foram desorganizadas, culturas alimentares destruídas, subnutrição instalada, desenvolvimento agrícola orientado para o benefício único das metrópoles, roubo de produtos, roubo de matérias-primas (Césaire, 1978, p. 25-26).

Estas "possibilidades extraordinárias suprimidas" evidenciam que, na hipótese de sua continuidade, teriam produzido um presente muito distinto e, afirma Césaire, potencialmente harmonioso e viável. Esta projeção de um presente que não se realizou deixa nas entrelinhas uma ucronia que "corresponde a uma imagem do que não aconteceu, mas, se os eventos tivessem ocorrido de outra maneira, poderia ter sido real" (Penna, 2021, p.129). Neste sentido, a ucronia pode operar como utopia ao passo que é "uma história contrafactual elaborada a partir de um determinado 'ponto de divergência' que inverteria a relação histórica de vencedores e vencidos" (Penna, 2021, p. 130):

(...) uma ucronia que assume a ideia de que as nações africanas teriam potencial para um futuro bem mais promissor do que aquele que lhes foi historicamente relegado. O passado desejado, interrompido pela escravidão moderna e seus efeitos no continente, ganha forma em uma sociedade utópica à frente do seu tempo, portanto futurista. (Penna, 2021, p. 132).

No entanto, o intelectual martinicano é cirúrgico ao observar que não se trata de restaurar o passado, é preciso traçar caminhos outros. O passado ucrônico legitima o potencial

transformador daquelas sociedades, mas o futuro é produzido a partir do real e nunca uma réplica:

O verdadeiro problema é voltar atrás. Não, repito. Não somos os homens do “ou isto ou aquilo”. Para nós, o problema não é uma tentativa utópica e estéril de reduplicação, mas uma superação. Não é uma sociedade morta que queremos reviver. Deixemos isso para os amantes do exotismo. Tampouco é a atual sociedade colonial que queremos prolongar, a mais podre que já apodreceu ao sol. É uma nova sociedade de que precisamos, com a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, para criar, rica com todo o poder produtivo moderno, acolhedora como toda a fraternidade antiga (Césaire, 1978, p. 36).

Trata-se, portanto, de uma síntese que unifique o “poder produtivo moderno” com a “acolhedora” “fraternidade antiga”. A ucrônia se expressa como inspiração para a “formação” de comunidades, marcadas por possibilidades outras de vivências e experiências, mas não como uma reprodução mimética do passado. Isto porque a utopia de Césaire não se constrói sobre uma realidade vazia e inerte. Ela é fruto dos processos históricos que engendraram o mundo afro-diaspórico.

Conforme afirmou o intelectual indiano Partha Chatterjee em livro publicado no fatídico ano de 1947: o novo advém da experiência colonial, mas precisa confrontá-la veementemente. Caberia àqueles “que ainda são marginais no mundo da modernidade, usar as oportunidades que ainda temos para inventar formas novas para as modernas ordens sociais, econômicas e políticas”. Para isso, seria essencial: “ter a coragem de virar as costas para a história dos últimos quinhentos anos e nos defrontar com o futuro com uma nova maturidade e autoconfiança, nascidas da convicção de que Vasco da Gama não deve nunca aparecer em nossas costas novamente” (Chatterjee, 2004, p. 42).

Este virar de costas em Césaire aparece não como uma tentativa de esquecimento, de obliteração do passado,

mas sim como denúncia e apelo à ruptura com o projeto civilizatório da modernidade. Dos hibridismos que produziram o Atlântico Negro (Gilroy, 2012), em específico, e o mundo colonizado em geral, é preciso separar o que oprime e subjuga, do que potencializa a renovação. É necessário descolonizar política, social, culturalmente, reafirmar e reinventar o poder que por anos foi branco, ocidental. É preciso um deslocamento do lugar de enunciação, de geopolítica, de episteme e assim proporcionar que outras interpretações possíveis da história sejam enunciadas e evidenciadas. Narrativas outras, de resistência, mas também de esperança e reexistência.

Talvez isto explique a inspiração que Césaire exerceu e exerce em gerações subsequentes: “mais uma vez, invocaremos Césaire; gostaríamos que muitos intelectuais negros nele se inspirassem” (Fanon, 2020, p. 199). Recordá-lo permite compreender a condição colonial a partir de outras lentes e de outras abordagens, mas para além disso inspira a dismantlar e desestruturar os mecanismos de controle para assim entoar a canção da liberdade.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, M. (1978). “Prefácio”. In: *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Noêmia de Sousa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Bataillon, M. (1974). Utopia e colonização. *Revista de História*, 50(100), 387-398.
- Bentivoglio, J. (2019). *História e distopia: a imaginação histórica no alvorecer do século 21*. Vitória: Editora Milfontes.
- Bernardino-Costa, J. (2019). Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 247-268.
- Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (2019). Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. In: Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 09-26.
- Berriel, C. E. O. (2005). Utopia, distopia e história. In: Editorial da MORUS – Utopia e Renascimento 2, p. 4-10.

- Campos, R. (2020). Retorno a Aimé Césaire, uma cronologia. In: Césaire, A. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, p. 79-127.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Noêmia de Sousa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Cornelli, G. (2016). Platão e os Guarani: utopias transatlânticas na obra *De Administratione guaranica comparata ad Rempubli- cam Platonis commentarius* de José Manuel Peramás. *Revista de Estudos de Cultura*, n. 6, p. 125-136.
- Chatterjee, P. (2004). *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA.
- Chaves, J. S. (2019). *A ucronia transficcional: em busca de um subgênero oculto fantástico contemporâneo*. (Tese de Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Instituto de Letras, Rio de Janeiro.
- Damato, D. B. (1995). *Edouard Glissant: poética e política*. São Paulo: Annablume/FFLCH, Coleção Parcour.
- De Las Casas, B. (1996). *O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias: a sangrenta história da conquista da América espanhola*. Porto Alegre: L & PM.
- Dodsworth, A. (2017, outubro). Distopia atual é achar que o autoritarismo é normal. *Rede Brasil Atual*. Acessado em: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2017/10/a-distopia-segundo-o-escritor-alexey-dodsworth/>.
- Eltis, D. (2007). Tráfico transatlântico de escravos – Ensaio. In *Slave Voyages*. Acessado em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/essays#interpretation/a-brief-overview-of-the-trans-atlantic-slave-trade/introduction/0/pt/>.
- Eltis, D. (1987). *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford University Press.
- Falcon, F. J. C. (1996). Utopia e Modernidade. In: Monteiro, J. M., & Blaj, I. (Org.). *História & Utopias*. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, p. 121-145.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- Franco, A. A. M. (1978). O Pensamento Político no Renascimento. In Franco, A. A. M. (org.). *O Renascimento*. Rio de Janeiro: Agir, Museu Nacional de Belas Artes.
- Gilroy, P. (2012). *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34.
- Grosfoguel, R. (2006). "Actualidad del pensamiento de Césaire: redefinición del sistema-mundo y producción de utopía desde la diferencia colonial". In: CÉSARE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Ediciones Akal, p. 147-172.
- Grosfoguel, R. (2020, julho/setembro). "Pensamiento descolonial afro-caribeño: una breve introducción. *Tábula Rasa*, 35, p. 11-33. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.n35.01>. Acesso em: 17 maio 2021.
- Gruzinski, S. (2001). *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guimarães, A. S. A. (2003, janeiro/julho). A modernidade negra. Teoria e Pesquisa: *Revista de Ciência Política*, 1(42), p. 41-61. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/56/46>. Acesso em 10 de julho de 2021.
- Guzmán, R. M. (2002). "Jihad vs. Cruzada En al-Andalus: La Reconquista Española Como Ideología a Partir Del Siglo XI y Sus Proyecciones En La Colonización de América." *Revista de Historia de América*, n. 131, Pan American Institute of Geography and History, pp. 9-65, <http://www.jstor.org/stable/20140091>.
- Hobsbawm, E. (2014). *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (2015). *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kant, I. (1784). *Resposta à pergunta: "o que é o Iluminismo?"* Trad. Artur Morão. Disponível em: [http://www.lusosofia.net/textos/kant\\_o\\_iluminismo\\_1784.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf), Acesso em 27 out 2021.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lopes, A. R. S., & Silva, F. S. A. (2020, janeiro/julho). "O regime de historicidade distópico: tempo e natureza em "Não verás país nenhum" de Ignácio de Loyola Brandão". *Revista Territórios e Fronteiras*, 13(1), p.194-217.
- Lupo, S. (1998). Modernità e Progresso. In: FUMIAN, Carlo et al., *Storia Contemporanea*. Roma: Donzelli.
- Maldonado-Torres, N. (2008, agosto). "A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade". *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80, p. 71-114. Acesso em: <http://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- Mannheim, K. (1952). *Ideologia e Utopia: introdução a sociologia do conhecimento*. Trad. Emilio Willems. São Paulo: Editora Globo.
- Memmi, A. (2017). O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador In Marques, A., Berutti, F., & Faria, R. *História Contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto.
- Mignolo, W. (2006). "El giro gnosiológico decolonial: la contribución de Aimé Césaire a la geopolítica y la corpo-política del conocimiento" In: Césaire, A. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Ediciones Akal.

Muniz, T. S. A. (2020). Arqueologia Histórica e Contemporânea na Amazônia: por uma arqueologia elástica. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, 17(34), p. 272-289.

Penna, M. A. (2016). *“À procura da comunidade perdida”: histórias e memórias do movimento das comunidades populares*. (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro.

Penna, M. A. (2021). Utopias e Ucronias: inquietações do presente e usos políticos do passado. *História Revista*, 26(2), 112–141, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v26i2.68644>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

Pompa, C. (2002). O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena. *Novos Estudos CEBRAP*, 64, p. 83-95.

Portelli, A. (1993). Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, 10, p. 41-58. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103/8765>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Reis, J.C. (2006). *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Rosenfeld G. (2005). *The World Hitler Never Made: Alternate History and the Memory of Nazism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Said, E. (1995). *Imperialismo e cultura*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

Segal, H. P. (2012). *Utopias: a brief history from ancient writings to virtual communities*. Oxford: Wiley-Blackwell.

Silveira, R. (1999). Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, 23, p. 87-114.

Simas, L. A.; Rufino, L. (2020). *Encantamento: sobre política de vida [recurso online]*. Rio de Janeiro: Editorial Mórula. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Encantamento.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Todorov, T. (2008). *O espírito das luzes*. Trad. Mônica Cristina Corrêa. São Paulo: Barcarolla.

Viveros Vigoya, M. (2021). Discurso sobre o colonialismo de Aimé Césaire: uma chave de leitura feminista latino-americana descolonial. Tradução de Ângela Mercedes Facundo Navia. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 8(14), 1-16. Acessado em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/23828/13845>. Acesso em: 14 de jun. 2021.

Wood, E. M. (2001). *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

## OS AUTORES

Mariana Affonso Penna é Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2016), com período sanduíche em École des Hautes Études en Sciences Sociales (2014). Professora da Licenciatura em História e supervisora do Laboratório de Ensino de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5415-795X>. E-mail: [mariana.penna@ifg.edu.br](mailto:mariana.penna@ifg.edu.br)

Marcos Rafael Andrade de Melo é Recentemente aprovado no mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás. Estuda temáticas relacionadas à raça, aos estudos africanos, afro-caribenhos e afrodescendentes em geral e à decolonialidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1986-7806>. E-mail: [mr.245.rafael@gmail.com](mailto:mr.245.rafael@gmail.com)

Alex Fabiano Correia Jardim  
Warley Kelber Gusmão Andrade

## **FAHRENHEIT 451, DE RAY BRADBURY E A ESCRITA DE UMA LITERATURA DISTÓPICA – UMA INTERCESSÃO COM GILLES DELEUZE E FÉLIX GUATTARI**

### Resumo

O artigo pretende implicar a relação entre Estado, controle e práticas de subjetivação. Utilizaremos como referência de análise o texto Fahrenheit 451, escrito por Ray Bradbury em 1953. Na oportunidade, a crítica desenvolvida por Deleuze e Guattari nos servirão de instrumento conceitual para o desenvolvimento do problema. A obra de Bradbury retrata uma sociedade marcada pela produção de indivíduos subjetivados pelo controle e vigilância constante. Sob uma espécie de distopia, os 'bombeiros' dessa sociedade eram encarregados de executarem determinadas tarefas. Além de queimarem os livros, exerciam o papel de vigilância, controle, perseguição e punição às pessoas que os possuíam. A sociedade era sobrecodificada em função do controle: máquinas de produção de verdade, sentido e captura do imaginário individual e coletivo. Segundo Deleuze e Guattari, uma das maneiras de escapar dessa ordem social é experimentar um 'devir revolucionário'. No romance, 'um bombeiro' começa a problematizar o seu papel social, não se reconhecendo no Estado e na sua violência. Esse personagem, além de uma disjunção das faculdades concordantes do pensamento, subverte um conjunto de posições sociais. O bombeiro experimenta um outro modo de existência como a vivida pela comunidade formada por leitores exilados. Cada habitante desse 'outro lugar' se torna escritor, escritora e personagem dos livros proibidos. Tornam-se a 'expressão' de um agenciamento concreto de vida. O Bombeiro agora é um agenciamento coletivo de enunciação. O Bombeiro é um livro-memória.

**Palavras-chave:** Sociedade; Controle; Subjetivação; Devir-revolucionário; Literatura.



**ABSTRACT****RAY BRADBURY'S FAHRENHEIT 451, AND THE WRITING OF DYSTOPIAN LITERATURE – AN INTERCESSION WITH GILLES DELEUZE AND FÉLIX GUATTARI**

The article intends to imply the relationship between State, control and subjectivation practices. We will use the text *Fahrenheit 451*, written by Ray Bradbury in 1953 as a reference for analysis. On this occasion, the criticism developed by Deleuze and Guattari will serve as a conceptual instrument for the development of the problem. Bradbury's work portrays a society marked by the production of individuals subjected to constant control and surveillance. Under a kind of dystopia, the 'firemen' of this society were charged with carrying out certain tasks. In addition to burning the books, they played the role of surveillance, control, persecution and punishment of the people who owned them. Society was overcoded in terms of control: machines for the production of truth, meaning and capture of individual and collective imagination. According to Deleuze and Guattari, one of the ways to escape this social order is to experience a 'revolutionary becoming'. In the novel, 'a firefighter' begins to problematize his social role, not recognizing himself in the State and its violence. This character, in addition to a disjunction of the concordant faculties of thought, subverts a set of social positions. The firefighter experiences another mode of existence, such as that experienced by the community formed by exiled readers. Each inhabitant of this 'other place' becomes a writer, writer and character in the forbidden books. They become the 'expression' of a concrete agency of life. The Firefighter is now a collective enunciation agency. The Firefighter is a memory book.

**Keywords:** Society; Control; Subjectivation; Becoming-revolutionary; Literature

**RESUMEN****FAHRENHEIT 451 DE RAY BRADBURY Y LA ESCRITURA DE LITERATURA DISTÓPICA: UNA INTERCESIÓN CON GILLES DELEUZE Y FÉLIX GUATTARI**

El artículo pretende implicar la relación entre Estado, prácticas de control y subjetivación. Utilizaremos como referencia para el análisis el texto *Fahrenheit 451*, escrito por Ray Bradbury en 1953. En esta ocasión, la crítica desarrollada por Deleuze y Guattari servirá como instrumento conceptual para el desarrollo del problema. La obra de Bradbury retrata una sociedad marcada por la producción de individuos sometidos a un control y vigilancia constantes. Bajo una especie de distopía, los 'bomberos' de esta sociedad se encargaron de realizar determinadas tareas. Además de quemar los libros, cumplieron el papel de vigilancia, control, persecución y castigo de las personas que los poseían. La sociedad estaba sobrecodificada en términos de control: máquinas para la producción de la verdad, el significado y la captura de la imaginación individual y colectiva. Según Deleuze y Guattari, una de las formas de escapar de este orden social es experimentar un 'devenir revolucionario'. En la novela, 'un bombero' comienza a problematizar su rol social, sin reconocerse en el Estado y su violencia. Este carácter, además de una disyunción de las facultades de pensamiento concordantes, subvierte un conjunto de posiciones sociales. El bombero vive otro modo de existencia, como el que vive la comunidad formada por lectores exiliados. Cada habitante de ese "otro lugar" se convierte en escritor, escritor y personaje de los libros prohibidos. Se convierten en la "expresión" de una agencia concreta de vida. El bombero es ahora una agencia de enunciación colectiva. El bombero es un libro de recuerdos.

**Palabras-clave:** Sociedade; Controle; Subjetivação; Devenir-revolucionário; Literatura.

Toda produção social tem como interesse e disposição a constituição de subjetividades. Nenhuma vida escapa aos dispositivos que pretendem posicioná-la ou reposicioná-la no mundo. Diante dessa afirmação, certamente problemática, colocamo-nos diante de uma questão: que tipo de subjetividade está sendo produzida na contemporaneidade? Esse problema se desdobra em outros tantos, tais como: quais as práticas de ação de uma tecnologia de subjetivação? Quais os procedimentos de produção, assimilação, aceitação e reprodução de políticas de subjetivação? Como a maquinaria fabrica uma forma-humana por meio da captura do imaginário individual e coletivo em função de uma lógica do controle?

Diante dessas questões, tencionamos apresentar aqui a implicação entre Estado, Sociedade de Controle e práticas de subjetivação. Pretendemos, de alguma maneira, pensar uma economia subjetiva, isto é, pensar “a subjetividade em circulação nos conjuntos sociais (...), assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (Guatarri, 1996, p. 33). Utilizaremos como referência para o desenvolvimento crítico do problema o texto literário *Fahrenheit 451*, escrito por Ray Bradbury, em 1953.

O texto de Bradbury retrata uma sociedade absolutamente marcada pela produção de indivíduos subjetivados a partir do controle e da vigilância constantes. Tais procedimentos e prática são constituídas a partir de um certo tipo de linguagem necessária para estabilizar o campo social como tão bem evidencia Beatty, chefe dos Bombeiros. Vejamos:

A vida é imediata, o emprego é que conta, o prazer está por toda parte depois do trabalho. Por que aprender alguma coisa além de apertar botões, acionar interruptores, ajustar parafusos e porcas? (Bradbury, 2012, p.78)

E segue-se,

Isso mesmo! Um livro é uma arma carregada na casa vizinha. Queime-o. Descarregue a arma. Façamos uma brecha no espírito do

homem. Quem sabe quem poderia ser alvo do homem lido? Eu? Eu não tenho estômago para eles, nem por um minuto (...) Censores, juízes e carrascos oficiais. Eis o nosso papel, Montag, o seu e o meu. (Id. Ibidem, p. 82).

O fio condutor para implicarmos subjetivação e controle pode ser dado a partir da seguinte questão: o que aconteceria se os livros fossem incinerados, varridos da face da Terra, até o ponto em que o único vestígio de milênios de tradição humanista estivesse alojada na memória de alguns poucos sobreviventes? (Pinto, 2012, p. 11).

*Fahrenheit 451* foi publicado em 1953 e apesar de indicar uma espécie de ‘sociedade futura’, podemos observar que não há uma distância tão acentuada em relação à atualidade dos acontecimentos. Poderíamos, sem engano, afirmar que esse pressuposto futuro, na verdade, é uma crítica em relação ao próprio presente, a atualidade de uma sociedade, por vezes, distópica.

A cidade apresentada no romance é o espelho das nossas cidades, “opressiva, progresso industrial, deteriorização do tecido urbano, bairros decadentes” (Pinto, 2012, p. 12). Mas, sob uma espécie de realidade distópica, teremos algo absolutamente inusitado: os bombeiros dessa sociedade eram encarregados de executar determinadas ordens político-sociais de vigilância, controle, perseguição e punição às pessoas que possuíam livros, especialmente, livros de literatura, história, filosofia. Era preciso queimá-los.

Nessa cidade distópica, as funções dos bombeiros são ressignificadas: eles ateiam fogo como um exercício de limpeza, purificação e proteção de homens e mulheres. Os Bombeiros representavam a forma-estado, pois cabe a eles a função de regular e controlar a conduta do indivíduo para torná-lo governável, em um processo que envolve a modulação de uma identidade pessoal marcada por uma identidade moral – caracterizada por códigos e meios de procedimentos e conduta.

No seio dos códigos morais que modulam o sujeito-cidadão e sua identidade é que se dá a produção de

significados. Ao aprender a significar no interior dessa ordem comunicativa específica, o indivíduo assimila simultaneamente as características essenciais dessa ordem moral, pedagogicamente construída, e pauta sua existência a partir desse eixo de significação.

Era um prazer especial ver as coisas serem devoradas, ver as coisas serem enegrecidas e alteradas. Empunhando o bocal de bronze, a grande víbora, cuspidor seu querosene peçonhento sobre o mundo, o sangue latejava em sua cabeça e suas mãos eram as de um prodigioso maestro regendo todas as sinfonias de chamas e labaredas para derrubar os farrapos e as ruínas carbonizadas da história. (Bradbury, 2012, p. 21).

Toda a sociedade em *Fahrenheit 451* é sobrecodificada em função do controle. Essa narrativa construída por Bradbury nos aproxima de uma perspectiva de sociedade em que as formas de Estado se configuram enquanto dispositivos de controle sobre os corpos, a fim de torná-los o exposto de uma linguagem burocrática que reduz a sua potência de sentido e de vida. Podemos classificar essa interiorização da linguagem burocrática como um dispositivo de controle social. Deleuze chamará procedimentos como esses de segmentarização ou plano de organização.

Sobre as linhas de segmentaridade dura, deve-se distinguir os dispositivos de poder que codificam os segmentos diversos, a máquina abstrata que os sobrecodifica e regula suas relações, o aparelho de Estado que efetua essa máquina. (...) Todas as linhas de segmentaridade dura envolvem um certo plano que concerte, a um só tempo, às formas e seu desenvolvimento, os sujeitos e sua formação (Deleuze, 1998, p. 5).

Um claro exemplo disso é a função da televisão enquanto uma máquina de produção de verdade e sentido. Nesse ambiente, encena-se um jogo de sedução recíproca. Trata-se, certamente, de uma vulgarização

da existência, além de produzir uma anestesia coletiva pela simplificação e consolação. A televisão, enquanto dispositivo de dominação, representa a força da mídia, da comunicação, da produção de signos, da expressão e assimilação de uma espécie de totalitarismo. A sua função e onipresença desempenham o papel de manutenção de um estado. Uma alimentação do torpor. Em *Fahrenheit*, essa alimentação do torpor se dá também por outras vias: as pessoas ingerem uma pílula e, a exemplo da personagem Mildred, esposa de Montag, são mantidas numa realidade absolutamente asséptica e distante.

Mildred! O rosto dela era como uma ilha coberta de neve na qual talvez chovesse, mas que não sentia nenhuma chuva; uma ilha sobre a qual nuvens poderiam passar suas sombras, o que não seria percebido absolutamente. Havia somente o canto das pequenas vespas enfiadas em suas orelhas, os olhos estavam vítreos e o hálito entrava e saía, leve, frágil, para dentro e para fora de suas narinas sem que ela se preocupasse se entrava ou saía, se saía ou entrava. O objeto em que ele havia tropeçado agora refletia debaixo da beirada de sua própria cama. O pequeno frasco de cristal com pílulas para dormir que, pela manhã, contivera trinta cápsulas, agora estava sem tampa e vazio à luz da minúscula chama (Bradbury, 2012, p. 32).

A partir da narrativa, teremos então dois dispositivos preciosos para entender os comportamentos humanos nessa sociedade: a televisão e o fármaco.

Após um inesperado encontro com Clarisse McClellan<sup>1</sup>, Montag, o bombeiro, começa a problematizar o seu papel social na sociedade instituída. Vejamos o que Deleuze aponta respeito da natureza, sentido e potência de um encontro:

Um encontro é talvez a mesma coisa que um devir ou núprias. É do fundo dessa solidão que se pode fazer qualquer encontro. Encontram-se pessoas (e às vezes sem as

conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades. Todas essas coisas têm nomes próprios, mas o nome próprio não designa de modo algum uma pessoa ou um sujeito. Ela designa um efeito, um ziguezague, algo que passa ou que se passa entre dois como sob uma diferença de potencial (Deleuze, 1998, p. 14).

O personagem destaca:

Que incrível poder de identificação tinha a garota! Era como o ansioso espectador de um teatro de marionetes, antecipando cada piscar de olhos, cada gesto de mãos, cada estalar de dedos, um instante antes de o movimento começar. Quanto tempo haviam caminhado juntos? Três minutos? Cinco? No entanto, como aquele momento agora parecia longo. Que figura imensa era ela no palco diante dele (Bradbury, 2012, p. 29).

A partir do encontro com Clarissa, Montag passa a perceber o mundo em que habita, os objetos pequenos, animais, sons, corpos. Há um movimento qualquer em curso. Alguma coisa se passou a ponto de fazê-lo pensar. Que estranha violência seria essa que tanto o incomoda a ponto de olhar no espelho e não enxergar ali a imagem representada de um ‘projeto a se realizar, um futuro utópico – a imagem de uma nova situação pela qual se pretende substituir o real? Em que está se tornando esse ‘outro Montag’, a ponto de não se reconhecer mais como elemento do Estado e sua força repressora? Seria Montag, uma disjunção das faculdades concordantes do pensamento?

Segundo Deleuze (2006, p.56), “o fundo que emerge não está mais no fundo, mas adquire uma existência autônoma”. Nesse aspecto, podemos afirmar que o bombeiro no romance de Bradbury suscita uma revolução, uma abertura do possível, se entendermos que Montag passa a se ver enquanto linha abstrata que age sobre a alma. Nesse sentido Montag enquanto um ‘outro’ bombeiro, na sua experimentação de um devir

revolucionário e transgressor se abra a um ‘novo campo de possíveis’.

Deleuze e Guattari nos permitem pensar que é possível subverter um conjunto de posições sociais, como a operada pelo bombeiro dissidente. Trata-se de uma fissura política. A política nesse caso, precisa ser implicada à ideia de se constituir num novo modo de percepção. No romance/filme *Fahrenheit 451*, Montag se depara com o problema em torno do dualismo conservar/transformar – transformar o que se conserva ou conservar o que se transforma.

Segundo Deleuze & Guattari, ao experimentarmos a ‘fissura política’ não se pode alimentar dúvidas sobre o propósito e intenções das organizações políticas sem que se pergunte: a que elas se propõem? Exige-se uma radicalidade, proporcionada justamente por outro modo de percepção. Não se trata necessariamente de uma redistribuição de papéis e funções, de uma subversão do conjunto das posições sociais possíveis. Adaptar e/ou reformar se imbricam num mesmo regime de dominação.

A questão apresentada pelos filósofos em torno da relação entre política, percepção e criação de possíveis indica uma mutação de outra ordem. Campo de possíveis é a emergência dinâmica do ‘novo’. Não obstante, trata-se de um salto radical; mais próximo de um devir-revolucionário do que à pretensão de se transformar o real à imagem do que foi concebido, esquecendo a importância da própria transformação.

Ademais, a literatura de Bradbury nos conduz ou convida a pensar o possível enquanto a emergência dinâmica do novo. O escritor (Bradbury) e os filósofos (Deleuze e Guattari) nos apontam que a resistência é o possível que se cria. Nesse caso, o bombeiro, em seu devir-revolucionário, experimenta um outro modo de existência ao confrontar as velhas práticas, afinal, para fazer emergir um ‘novo campo de possíveis’ uma atividade pragmática é necessária, como a de entender que o ‘possível’ deixou de designar a série de alternativas reais e imaginárias, ou um conjunto de disjunções

características de uma época e de uma sociedade dadas. O ‘possível’ diz respeito à possibilidade de uma vida que seja a expressão de um modo de existência, isto é, um agenciamento concreto de vida.

Um dos exemplos mais claros, aludidos no romance a respeito de novos modos de existência é a formação de uma comunidade de leitores. Cada habitante desse ‘outro lugar’ (comunidade) se torna escritor, escritora e personagem dos livros proibidos. Cada um se torna o ‘expresso’ de um agenciamento concreto de vida. Cada um se torna múltiplo. Multidão. Desse modo, ao se exilar nessa comunidade, após ter cometido o assassinato de Beatty, o bombeiro chefe, Montag, se torna um agenciamento coletivo de enunciação, assim como todos os moradores daquele lugar.

Todos se tornam um livro-memória que recobre em cada leitura uma camada de lembranças, um fundo de percepção que contrai uma multiplicidade de momentos. Corroboramos aqui com o que já havíamos dito anteriormente a respeito de novos modos de percepção enquanto uma exigência para a invenção de novos modos de vida. Não falamos de uma percepção solipsista. Ao se tornar um livro-memória há, conseqüentemente, a experimentação de uma percepção entendida como pura e absolutamente despersonalizada, pois o mergulho numa obra literária é sempre um exercício coletivo, que podemos também denominar de prolongamento, uns nos outros, de experiências plurais.

Toda a a imagem-verdade da realidade transbordante no romance/filme nos mostra que estamos diante de um organismo com ramificações institucionais. Algo vivo e pulsante – que funciona como um grande mecanismo de invenção de indivíduos serializados, espelhos em forma-conteúdo de uma mesma face, distribuídos demograficamente, mas ligados pela linha quase imperceptível da produtividade e da inteligibilidade. Em outras palavras: um mundo que funciona como se fosse uma grande fábrica e/ou uma grande escola viva e criativa de massas em todos os setores. O personagem Beatty nos ilustra esse cenário:

Encha as pessoas de dados incombustíveis, entupa-as tanto com “fatos” que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente “brilhantes” quanto a informações. Assim, elas imaginarão que estão pensando, terão uma sensação de movimento sem sair do lugar. E ficarão felizes, porque fatos dessa ordem não mudam. Não as coloque em terreno movediço, como filosofia ou sociologia, com que comparar suas experiências. Aí reside a melancolia. (Bradbury, 2012, p. 84).

Montag, ao abandonar uma crença tecnocrática, os processos de captura, subjetivação e validação dos esquemas representativos em torno de uma sociedade de controle e, por isso, totalitária, passa a ser perseguido<sup>2</sup>,

Agora Montag, você se tornou um estorvo. E o fogo tirará você de cima dos meus ombros, de modo limpo, rápido, seguro; nada de restos que apodreçam mais tarde. Antibiótico, estético, prático. (Id. Ibidem, p. 145).

Podemos por certo, afirmar, que o romance é uma criação dessa imagem-verdade do mundo contemporâneo.

É o que chamamos de constituição coletiva da subjetividade, isto é, tudo aquilo entendido como individual é, na verdade, o efeito de um conjunto de composições e entrecruzamentos coletivos: tecnológicos, sociais, econômicos. Nesse caso, o personagem Beatty – chefe dos bombeiros –, desempenha esse papel de ‘máquina de produção de subjetividade’. Conhecedor e algoz dos livros, defende a ideia de que ‘todos são iguais’ e utiliza, para isso, categorias universalizantes: cultura, trabalho, informação. Essa prática, que não deixa de ser pedagógica, segundo os interesses da máquina do Estado que ele representa, faz com que “toda a criatividade no campo social e tecnológico tende a ser esmagada, todo microvetor de subjetivação singular, recuperado” (Guattari, 1996, p. 40).

É desde a infância que se instaura a máquina de produção de subjetividade, desde a entrada

da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos tanto linguísticos, quanto técnicos nos quais ela deve ser inserir (Id. *Ibidem*, p.40).

Como diz Beatty, “todo homem é demente quando pensa que pode enganar o governo e nós<sup>3</sup>” (Bradbury, 2012, p. 54).

Por isso, o fogo,

Dez minutos depois da morte, um homem é um grão de poeira negra. Não vamos ficar arengando os in memoriam para os indivíduos. Esqueça-os. Queime tudo, queime tudo. O fogo é luminoso e o fogo é limpo (Id. *Ibidem*, p. 83).

Montag não reconhece mais os valores que fundamentaram a sua vida até então. O vivido precisa ser rejeitado em função de outra ética: a emergência de uma autonomia que se contraponha ao racionalismo da maquinaria vigente: a de fazer com que as pessoas não sejam afetadas pelas forças do inconsciente. Esse “inconsciente é uma substância a ser fabricada, a fazer circular, um espaço social e político a ser conquistado” (Deleuze, 1998, p. 94). Dessa forma, quando Montag procura escapar dos procedimentos de serialização que visam a captura do desejo, ele se depara, a partir dos livros (literatura, filosofia), com o mundo da fantasia, da criação, da complexidade, da ruptura, das paixões, afinal,

Os bons escritores quase sempre tocam a vida. Os mediocres apenas passam rapidamente a mão sobre ela. Os ruins a estupram e a deixam para as moscas. Entende agora por que os livros são odiados e temidos? Eles mostram os poros no rosto da vida. Os que vivem no conforto querem apenas rostos com cara de lua de cera, sem poros nem pelos, inexpressivos (Bradbury, 2012, p. 108).

Livros, escritores, pensamento... todos vistos como inconcebíveis e inimagináveis a perspectiva dos dispositivos de controle. É como se questões dessa ordem

ferissem mortalmente os conceitos subjetivadores que operacionalizam a gestão dos indivíduos que possibilita uma melhor dominação e produção; controle e segmentarização.

A captura do desejo impossibilita a manifestação, a afirmação de uma emancipação social fora dos quadros tradicionais das organizações e o confronto de estruturas estabelecidas, pela desterritorialização dos fluxos desejantes, por meio da codificação de enunciados ou práticas sociais que intencionam uma uniformização das experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, Guattari salienta que:

Sempre voltamos à mesma ideia: opor, necessariamente, a esse mundo bruto do desejo um universo de ordem social, um universo de razão, de julgamento, de ego, etc. É precisamente esse tipo de oposição que não podemos senão recusar, a partir do momento em que decidimos levar em consideração os verdadeiros componentes criadores da subjetividade (Guattari, 1996, p. 214).

Nessa perspectiva, o filósofo destaca, ainda, que produção de subjetividade é a matéria-prima de toda e qualquer produção, o que justifica, obviamente o investimento na captura do desejo, visto que ele é produtivo. Sua expressividade é da ordem do inconsciente, das pulsões, da criação e da inventividade e tece dentro da própria teia das relações entre os homens os princípios de contestações individuais e coletivas.

Poderíamos até dizer que a força desejante é a ação de debater-se contra si mesmo, dentro dos processos de intensificação de uma afirmação da diferença e da singularidade, contra os mecanismos de serialização, esquadramento e poder.

É a luta contra a negação do desejo que é traduzida pela sensação de liberdade, considerando os momentos e os movimentos de emancipação que permitem com que todo este “debater-se contra si mesmo” problematize uma determinada ordem social e as viabilidades de

transgredir o instituído e a produção de verdades do fora sobre si e para si.

Essa violência do instituído pode ser observada no romance, no qual as personagens são exemplos claros do que chamamos de produção de verdades sobre os corpos. Em outras palavras, são corpos em conteúdo e forma transvistos em uma espécie de materialidade, expressa entre funcionalidade visível, ou por movimentos difusos, enquanto objetos e sujeitos do controle: habitando, circulando, trabalhando, vigiando. Todos os corpos presentes na sociedade, em *Fahrenheit 451*, estão segmentarizados espacialmente e socialmente<sup>4</sup>. Vejamos uma fala de Beatty, chefe dos bombeiros:

Nós resistimos à pequena maré daqueles que querem deixar todo mundo infeliz com teorias e pensamentos contraditórios. Estamos com os dedos no dique. Segure firme. Não deixa a torrente de filosofia melancólica e desanimadora engolfar nosso mundo. Dependemos de você. Acho que você não percebe a importância que você tem, que nós temos, para que o mundo continue feliz como ele é hoje (Bradbury, 2012, p. 85).

A fala de Beatty, conforme a citação acima, nos remete ao que a personagem Clarisse diz a Montag, ao comentar uma fala do tio:

Nenhum alpendre. Meu tio diz que geralmente existiam alpendres. E as pessoas às vezes se sentavam ali à noite, conversando quando queriam conversar; caladas nas cadeiras de balanço, só se balançando quando não queriam conversar. Às vezes simplesmente ficavam ali sentadas, pensando, refletindo. Meu tio diz que os arquitetos eliminaram os alpendres porque não tinham um bom aspecto. Mas meu tio diz que isso não passava de racionalização; o verdadeiro motivo, escondido por baixo, podia ser o de que não queriam as pessoas sentadas daquele jeito, sem fazer nada,

balançando nas cadeiras, conversando; esse era o tipo errado de vida social.

As pessoas conversavam demais. E tinham tempo para pensar. Por isso, acabaram com os alpendres. E com os jardins, também. Quase não há mais jardins nos quais sentar. E olhe para a mobília. Não há mais cadeiras de balanço. Elas são confortáveis demais. Vamos fazer as pessoas se levantarem e correrem (Id. *Ibidem*, p. 87).

Ao experimentar, numa espécie de violência, algo que o força a pensar e modificar a sua percepção de mundo e de realidade, Guy Montag passará a problematizar a possibilidade de viver outros territórios existenciais em que a subjetividade se deparará efetivamente com forças que produzirão uma fissura cognitiva, sensível, ética e estética. Ao final do romance, nos depararemos com algo inusitado. Guy Montag, em seu devir-revolucionário, ao fugir das ‘forças do Estado’ que o procuravam, “Alerta policial. Procurado: fugitivo na cidade. Cometeu assassinato e crimes contra o Estado” (Bradbury, 2012, p. 154), encontra uma comunidade de leitores. Um tipo de comunidade exilada. Nessa comunidade, cada um se tornou um devir-livro, devir-autor, devir-personagem.

Cada um se tornou uma expressão do livro. Não há mais livros, apenas memória. “Somos todos fragmentos e obras de história, literaturas e direito internacional” (Id. *Ibidem*, p. 185). Logo, como controlar e punir sem a existência do objeto-livro? Cada corpo-livro se tornou a possibilidade de várias forças que se encontram e fazem desse encontro seu vitalismo, seu sentido, qual seja “o melhor é guardá-los na cabeça, onde ninguém virá procurá-los” (Id. *Ibidem*, p. 185).

A literatura de Bradbury nos proporciona pensar o devir-revolucionário. É tudo muito claro quando nos deparamos com o ‘outro’ Guy Montag. Ele se confronta com os jogos semióticos da racionalidade científico-epistemológica existente e as formas-estado que decodificam modos de vida, mesmo sabendo que de agora em diante, juntamente com essa ‘comunidade de leitores’, ele se tornará uma “minoría excêntrica que clama no deserto” (Id. *Ibidem*, p. 185).

A experiência de um devir-revolucionário proporcionada a partir de agora, de maneira mais contundente pela comunidade de leitores exilados, diz respeito a outras maneiras de perceber o mundo, de forma transversal, descontínua e difusa no tecido social. São as produções, as maquinações, os cortes, as estratégias, os agenciamentos, os deslocamentos e a singularização do agir e do pensar. Em *Fahrenheit 451* o devir-revolucionário seria, portanto, um exercício de resistência coletiva, que tenta levar ao limite do possível as estratégias de transgressão do instituído.

Passaremos os livros adiante a nossos filhos, de boca em boca, e deixaremos que nossos filhos, por sua vez, sirvam a outras pessoas. É claro que muito se perderá dessa maneira. Mas não se pode obrigar as pessoas a escutarem. Elas precisam se aproximar, cada uma no seu momento, perguntando-se o que aconteceu e por que o mundo explodiu sob seus pés. Isso não demorará muito. (Id. *Ibidem*, p. 186).

A ação de transgredir significa a constituição de um novo corpo, de um novo instituinte, de uma nova subjetividade. Assim, faz-se do tecido social um diferente espaço de desejo, ou seja, uma reterritorialização do saber, do poder e dos afetos. Vemos crescer nesse tecido a aguda percepção de uma verdade-problema e não de uma verdade-aceitação.

Na comunidade de leitores, em seu devir-revolucionário, a resistência é justamente o que cada corpo se tornou num contraponto crítico, de modo que cada um em seu devir-livro, de alguma forma, ferirá mortalmente a forma-estado e suas representações. Cada corpo se tornou um geo-pensamento ou um livro-carne, uma materialidade plural, assubjetiva. Essa comunidade reterritorializada coloca sob o “fio da navalha” o instituído e o instituinte; os mecanismos e os dispositivos de dominação existentes no aparato pedagógico daquela sociedade retratada em *Fahrenheit 451* e sua instituição destinada a controlar e a punir leitores e aqueles que pretendem experimentar o livre pensamento. Esse espaço incita princípios de contestação, de transgressão

e estabelece condições de possibilidades para as práticas, o exercício do pensar e a atualização dos afetos. A comunidade é a própria linha de fuga.

Quantos habitantes existem nessa linha de fuga?

Milhares nas estradas, nos trilhos abandonados, hoje à noite, vagabundos por fora, bibliotecas por dentro. A princípio, nada foi planejado. Cada homem tinha um livro de que desejava se lembrar e se lembrou. Depois, durante um período de cerca de vinte anos, fomos nos encontrando, em viagens, e passamos a estreitar a rede frouxa e a definir um plano. A coisa mais importante que tínhamos de incutir em nós mesmos foi que não éramos importantes, não devíamos ser pedantes; não devíamos nos sentir superiores a ninguém mais no mundo. Não somos nada além de capas empoeiradas de livros (Id. *Ibidem*, p. 186).

Nessa perspectiva, Deleuze complementa:

Mas é justamente isso que só se pode aprender na linha de fuga, ao mesmo tempo em que é traçada: os perigos que se corre, a paciência e as precauções que é preciso ter, as retificações que é preciso fazer todo o tempo para livrá-las das areias e dos buracos negros. Não se pode prever. Uma verdadeira ruptura pode se estender no tempo, ela é diferente de um corte significativo demais, ela deve ser continuamente protegida não apenas contra suas falsas aparências, mas também contra si mesma, e contra as reterritorializações que a espreitam (...) Uma fuga é uma espécie de delírio (...) A linha de fuga não tem território (Deleuze, 1998, p. 52-53).

O romance retrata, de algum modo, práticas educacionais. Práticas de formação constituídas em função da lei, da moral, do dogma enquanto uma política da ‘forma-estado’ e seus dispositivos. Falamos de como



essa práxis abriga em si jogos internos de saber, regras, códigos e determinações com a pretensão de universalizar os critérios de verdade que funcionam como base para o edifício do saber. Ao enfrentar o instituído, Guy Montag procurou entender e desvendar os dispositivos de controle e as concepções filosóficas que os sustentavam, ou seja, os procedimentos de subjetivação e regulação dos indivíduos, como já falamos no início do texto. O personagem, quando traça linhas de fuga em relação a um modo de vida anterior, provoca uma fissura, um corte nas antigas representações. Com isso, abre-se à condição de um outro território-problema, isto é, outras maneiras de pensar o real.

Quando se tem como definição um olhar múltiplo diante da realidade – por realidade pensamos o espaço temporal que envolve passado, presente e o porvir – penetramos no mundo do devir, do intempestivo e do indefinido. Falamos de uma “reorientação de todo o pensamento e do que significa pensar: não há mais nem profundidade e nem altura” (Deleuze, 2000, p. 134).

Guy Montag e a comunidade reterritorializada nos mostram que constituir singularidades é o mesmo que falarmos em liberação dos desejos outrora codificados pelos aparelhos de captura do Estado. Nesse aprendizado, desenvolve-se a capacidade poética de lidar com o mundo do imaginário e da fantasia, tornando-se livre no vir-a-ser dos jogos linguísticos, sem contagiar-se pelas verdades instituídas que se consolidam nos jogos semióticos de poder.

Ao introduzir o termo produção semiótica, tentamos assinalar a centralidade daquelas práticas implicadas na formação e regulação do significado e da imaginação. Essas práticas incluem não apenas a criação de modos particulares de expressão simbólica e textual, mas também as formas pelas quais esses significados são colocados no interior de sistemas de distribuição e exibição. Cada corpo-livro, cada corpo-memória, na comunidade exilada, reterritorializada, não é mais regulado por um ensino formalizado e fechado a partir de uma lógica linear. Cada corpo-livro se torna uma máquina de sonho, de fantasia, de ciência, se torna uma máquina literária e filosófica.

As perguntas que o romance eleva incidem em mais ‘buscas’, não em respostas. Dessa forma, cabe questão: quais as possibilidades de produzirmos novas subjetividades e de desterritorializarmos os campos de saber sobre o sujeito e até mesmo de despotencializarmos as formas-estado em suas bifurcações institucionais, visíveis ou não? Afinal, desde a infância se instaura a máquina de produção de subjetividade, desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos imaginários e/ou técnicos, nos quais ela deve se inserir (Guattari & Rolnik, 1996, p. 40).

Como a subjetividade singular conquistará a sua voz e a manifestação dos seus desejos numa sociedade organizada e administrada em função de uma maquinaria com fins de subjetivação, dado que, segundo Guattari & Rolnik:

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria vida social organizada (Guattari & Rolnik, 1992, p. 42).

O romance *Farenheith 451* nos aponta uma cartografia da sociedade contemporânea. Muito mais do que nos apresentar uma perspectiva distópica dessa sociedade, também nos apresenta as possibilidades de inventarmos novos modos de vida, apesar de todos os aparatos e dispositivos do Estado e sua máquina de vigilância, controle e punição.

A narrativa literária também coloca em evidência como o tecido social é marcado por forças que se afetam mutuamente e que proporcionam, na relação entre

Estado e indivíduo, uma interação de crise e conflito. Ao fabular uma sociedade de leitores, em que os seus habitantes se tornaram corpos-livros, observamos uma preocupação em torno da constituição de uma subjetividade singular, que escapou de alguma maneira à normatização dos códigos disciplinares institucionais. Tanto Bradbury quanto Truffaut nos mostram, via relação palavra e imagem, que a forma-estado (representada pelos bombeiros), leva ao limite uma cristalização social em nome da segurança, conservação, costumes e leis, impedindo que a vida e seus acasos recortem o domínio do instituído.

O bombeiro Guy Montag, ao problematizar seu modo de vida, aceita encarnar e propagar uma realidade esteticamente caótica para que dela possa extrair um novo jogo, em que as regras serão dadas pela autonomia do pensamento, pela criatividade incessante na invenção do conhecimento e no exercício de um nomadismo do pensamento. Montag e a comunidade de leitores, como podemos, por certo, problematizar, produzem uma des-dobra dos dispositivos subjetivadores. Trata-se de uma outra 'estética da existência'. Poderíamos dizer, com certeza, que toda ação é endereçada para uma vida que se expressa e se anuncia como portadora de uma força coletiva.

O bombeiro Guy Montag ilustra que nos processos de singularização há um apresentar-se à pluralidade da vida e seus devires múltiplos, afirmados a partir dos planos de imanência, de que o próprio mundo em sua multiplicidade são fruto. Mesmo sabendo das indefinições ou acasos próprios da vida, como tão bem ilustra um dos habitantes dessa comunidade de leitores ao se dirigir a Montag, o triunfo do amanhã é algo que sempre pode escapar:

Não estavam nada certos de que as coisas que traziam na cabeça pudessem fazer cada autora futura brilhar com uma luz mais pura, não tinham certeza de nada, exceto de que os livros estavam arquivados atrás de seus olhos

serenos, de que os livros estavam aguardando, com suas páginas ainda por separar pelos leitores que talvez viessem nos anos futuros, alguns com dedos limpos e outros com as mãos sujas (Bradbury, 2012, p. 188).

## NOTAS

- 1 Clarisse era uma jovem adolescente que instiga em Montag o prazer de coisas simples e espontâneas – como a conversa entre amigos (coibida numa sociedade que administra o ócio por meio de atividades programadas) e a indagação sobre 'o porquê' das coisas (uma excrescência no mundo utilitário de *Fahrenheit 451*, onde só importa o 'como' de vivências protocolares). "A garota era uma bomba-relógio. A família vinha alimentando seu subconsciente. Estou certo disso, a partir do que vi de seu histórico escolar. Ela não queria saber como uma coisa era feita, mas por que. Isso pode ser embaraçoso. Você pergunta o porquê de muitas coisas e, se insistir, acaba se tornando realmente muito infeliz. A coitada da garota está morta, e foi melhor para ela" (Bradbury, 2012, p. 84).
- 2 Como já dissemos, mas é importante ressaltar que (dado que o fato foi determinante para a revolução do personagem e reviravolta na narrativa), Montag conhece Clarisse McClellan, uma menina de dezesseis anos que problematiza o mundo à sua volta e que o instiga a fazer o mesmo. Nessa dobra do pensamento, ele percebe o quanto tem sido infeliz no seu relacionamento com a esposa, Mildred. O personagem experimenta um incômodo proporcionado pela violência do pensamento provocada pelo seu encontro com Clarisse. Sua vida vazia é transformada. Quando a jovem desaparece misteriosamente, Montag se rebela contra a política estabelecida e passa a esconder livros em sua própria casa. Denunciado por sua ousadia, é obrigado a mudar de tática e a buscar aliados na luta pela preservação do pensamento e da memória, mas, antes, assassina Beatty, o chefe dos bombeiros (ver *Fahrenheit*, 2012, pp. 149-150).
- 3 Beatty, ao se dirigir a Montag diz: "você precisa entender que nossa civilização é tão vasta que não podemos permitir que nossas minorias sejam transtornadas e agitadas. Pergunte a si mesmo: o que queremos neste país, acima de tudo? As pessoas querem ser felizes, não é certo? Não foi o que você ouviu durante toda a vida? Eu quero ser feliz, é o que diz todo mundo. Bem, elas não são? Não cuidamos para que sempre estejam em movimento, sempre se divertindo? É para isso que vivemos, não acha? Para o prazer, a excitação? E você tem de admitir que nossa cultura fornece as duas coisas em profusão" (Bradbury, 2012, p. 82).
- 4 Somos segmentarizados linearmente, numa linha reta, em linhas retas, nas quais cada segmento representa um episódio ou um 'processo': mal acabamos um processo e já estamos começando outro, demandantes ou demandados para sempre, família, escola, exército, profissão, escola. (...) Ora os diferentes segmentos remetem a diferentes indivíduos ou grupos, ora é o mesmo indivíduo ou o mesmo grupo que passa de um segmento a outro. (Deleuze & Guattari, 1996, p. 84).

## REFERÊNCIAS

- Bradbury, R. (2012). *Fahrenheit 451*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo.
- Deleuze, G. (2000). *Lógica do Sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva.
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e Repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 3. Trad. Auréli Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G., & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Pinto, Manuel da Costa. (2012). Prefácio. In. *Fahrenheit 451*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo.

## OS AUTORES

Alex Fabiano Correia Jardim é doutor em Filosofia. Professor do Departamento de Filosofia, do Mestrado em Letras-Estudos Literários e do Mestrado Profissional em Filosofia - Unimontes, MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8231-1096>. E-mail: [alex.jardim@unimontes.br](mailto:alex.jardim@unimontes.br)

Warley Kelber Gusmão Andrade é professor da Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Doutorando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3793-0511>. E-mail: [warleykga@hotmail.com](mailto:warleykga@hotmail.com)

Charles Albuquerque Ponte  
Francisca Naiane Costa da Silva  
Francisco Renato da Silva Santos

## MANIFESTAÇÕES DA INCONFIABILIDADE NA NARRATIVA DE LARANJA MECÂNICA\*

### RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma análise sobre como a inconfiabilidade, característica resultante de incidentes ocorridos a partir da segunda metade do século XX, se manifesta na narração do romance *Laranja Mecânica*, de Anthony Burgess (2014). Para decorrer sobre esse objetivo, construímos um estudo envolvendo teorias estruturalistas, representadas por Wayne Booth (1961) e Gerard Genette (1995); e teorias sociológicas, representadas, principalmente, por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985). A partir das análises, foi possível observar que o narrador-personagem, Alex, desenvolve uma narrativa que busca o controle e manipulação do leitor, constituindo, dessa forma, um discurso que reflete a inconfiabilidade do momento histórico em que o romance foi escrito.

**Palavras-chave:** Narração, Pós-guerra, narrador-personagem, manipulação.

\* Este artigo apresenta recortes da dissertação de Autor (2020).

## ABSTRACT

### MANIFESTATIONS OF UNTRUSTWORTHINESS IN THE NARRATIVE OF A CLOCKWORK ORANGE

This article aims to analyze how the untrustworthiness, a characteristic originated from incidents that occurred from the second half of the 20th century, manifests itself in the narration of the novel *A Clockwork Orange*, by Anthony Burgess (2014). To proceed on this objective, we built a study involving structuralist theories, represented by Wayne Booth (1961) and Gerard Genette (1995); and sociological theories, represented, mainly, by Theodor Adorno and Max Horkheimer (1985). From the analyzes, it was possible to observe that the narrator-character, Alex, develops a narrative that seeks the reader's control and manipulation, thus constituting a discourse that reflects the untrustworthiness of the historical moment in which the novel was written.

**Keywords:** Narration, Post-war, Narrator-character, Manipulation.

## RESUMEN

### MANIFESTACIONES DE LA INCONFIABILIDAD EN LA NARRATIVA DE LA NARANJA MECANICA

Este artículo pretende analizar como la inconfiabilidad, característica derivada de incidentes ocurridos a partir de la segunda mitad del siglo XX, se manifiesta en la narración de la novela *La Naranja Mecánica*, de Anthony Burgess (2014). Para avanzar en este objetivo, construimos un estudio que involucra teorías estructuralistas, representado por Wayne Booth (1961) y Gerard Genette (1995); y teorías sociológicas, representadas principalmente por Adorno y Horkheimer (1985). A partir del análisis, fue posible observar que el narrador-personaje, Alex, desarrolla una narrativa que busca el control y manipulación del lector, constituyendo así un discurso que refleja la falta de confiabilidad del momento histórico en el que se escribió la novela.

**Palabras Clave:** Narración, Posguerra, Narrador-personaje, Manipulación.

## INTRODUÇÃO

A fragilidade humana ante sua realidade social, que se move, primordialmente, em torno de sistemas de poder totalitários, demonstra o quão dominada e oprimida a espécie se tornou. Com a ascensão técnica e a desvalorização do humanismo que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX, os preceitos coletivos passaram a aniquilar brutalmente os preceitos individuais, fazendo com que o ser humano perdesse seu lugar de indivíduo e se tornasse um ser cada vez mais impotente, instável e à deriva de diversos tipos de repressão. O caminhar da humanidade em direção a uma suposta supremacia da razão, apresentava, pois, uma contraditória ausência de sentido.

Essa ausência de sentido pode ser observada, significativamente, através das artes, dentre as quais está a literatura. Obras que apresentavam a ameaça que o desenvolvimento científico concentrado sob âmbitos dominadores poderia oferecer; tons de desesperança e pessimismo e caráter distópico e/ou ficcionais tornavam-se cada vez mais populares. Dentre essas obras está o romance *Laranja Mecânica*, de Anthony Burgess (2014), que foi escrito em meio a esse cenário em que, conforme a racionalidade, o tecnicismo e promessa de democracia se desenvolviam, estabelecia-se a perda da individualidade, da liberdade de escolha e da confiabilidade.

Em *Laranja Mecânica* é apresentada uma Inglaterra futurística, baseada em problemas sociais do contexto da época, o ano de 1962. Através da narração, realizada pelo protagonista, o jovem Alex, e dos transtornos praticados e sofridos por ele, Burgess (2014) inseriu no mundo das distopias, mais um potente panorama da humanidade, e, mais especificamente, da Inglaterra, no período pós-guerra. É sob essa perspectiva que este artigo discutirá sobre as formas pelas quais a inconfiabilidade, aspecto resultante de uma época instável, marcada por diversos conflitos e mudanças, se manifesta na narração de *Laranja Mecânica*, através de estudos narratológicos, representados, principalmente por Gérard Genette

(1995) e Wayne Booth (1961), e de estudos sociológicos, representados por Adorno e Horkheimer (1985).

## REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS DA INCONFIABILIDADE NA NARRAÇÃO DE LARANJA MECÂNICA

*Laranja Mecânica* fornece percepções que atuam como lentes para a compreensão crítica da contemporaneidade, característica comumente presente nas distopias. Diferentemente das utopias, que preveem um futuro próspero, tendo como base a confiança de evidências positivas, as distopias tendem a emancipar possíveis acontecimentos devastadores, caso tendências do momento no qual são criadas se cumpram, potencializando as convergências presentes e seus efeitos bárbaros, caso essas não sejam controladas ou extinguidas, afinal, como afirma Candido (Cândido, 2006, p. 13) em *Literatura e Sociedade*, “nada mais eficaz para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la.”

Burgess iniciou a escrita de *Laranja Mecânica* ao voltar da Malásia para a Inglaterra, impulsionado pelo surgimento de significativos grupos adolescentes com comportamentos rebeldes. No entanto, o que oferecia pavor para Burgess não era exatamente as atitudes excêntricas dos adolescentes, mas as formas de controle que a sociedade aspirava e as medidas que as autoridades pretendiam tomar, já que, de acordo com aquele contexto, os jovens não deveriam ser presos, pois a prisão era para aqueles que, supostamente, não tinham mais solução; sendo quase crianças, os jovens deveriam passar por um processo de “reeducação”, mesmo que esse tratamento fosse desumano.

A preocupação de Burgess evidencia, pois, o clima ameaçador que dominava a sociedade na época da produção da obra. Tal preocupação remete à discussão de Adorno e Horkheimer (1985), que debatem sobre as armas utilizadas pelas instâncias sócio-políticas dominadoras para o alcance do progresso eco-

nômico e tecnológico, e sobre a contrariedade que tal progresso sujeitava a humanidade, já que, de acordo com os críticos, a tornava mecanizada e desprovida de individualidade:

Os instrumentos da dominação destinados a alcançar a todos – a linguagem, as armas e por fim as máquinas – devem se deixar alcançar por todos. É assim que o aspecto da racionalidade se impõe na dominação como um aspecto que é também distinto dela. A objetividade do meio, que o torna universalmente disponível, sua “objetividade” para todos, já implica a crítica da dominação da qual o pensamento surgiu, como um de seus meios. No trajeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu o elemento da reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta. (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 41)

A linguagem, aspecto mencionado por Adorno e Horkheimer como instrumento de coerção, pode ser compreendida de tal maneira em *Laranja Mecânica*. O romance é narrado em primeira pessoa por Alex, que conta sua história pregressa para o leitor, como se esse fosse alguém que acabou de conhecer. Trata-se de um narrador que expõe todos os fatos à maneira que ele pretende. Conforme o leitor vai conhecendo a história, vai, forçadamente e até inconscientemente, adquirindo uma nova linguagem. Além disso, o leitor acaba vivenciando uma espécie de dominação e violentação, já que, conforme ele vai conhecendo as revelações do narrador, vai tornando-se um cúmplice, um conhecedor íntimo de seus pensamentos perversos e de suas aventuras bárbaras.

Na linguagem dos jovens do romance, denominada *nadsat*, há o predomínio do idioma russo e das línguas eslavas em geral, apesar de estarem incorporadas palavras que vão além dessas origens, com repetições típicas de crianças em fase de desenvolvimento da fala, com modo de falar pseudoelizabetano. Esse modo particular como Alex e sua gangue se comunicam, isto é, seu idioleto repleto de gírias e jargões,

foi a maneira que Burgess considerou adequada para transmitir a linguagem futurista das gangues juvenis, baseado nos grupos que se formavam na Inglaterra e na então União Soviética, e, impulsionado a passar para os leitores uma experiência real desses jovens, o autor elaborou uma linguagem que remete às atitudes adolescentes que costumam buscar pela ruptura com as culturas de seus contemporâneos mais velhos. A obra foi escrita durante o período da guerra fria entre os Estados Unidos da América, dos quais a Inglaterra era aliada, e a União Soviética. Esse fato evidencia, mais uma vez, a demonstração da negação da cultura dos adolescentes de *Laranja Mecânica*, que, por rebeldia, costumavam transcender entre sua língua e a do país inimigo, objetivando, através de comportamentos hostis, o rompimento com a própria cultura.

A maneira como o narrador de *Laranja Mecânica* narra, isto é, estabelecendo um caráter estreitamente íntimo com o leitor, põe em seu domínio o que Gérard Genette (1995), ao abordar as intenções do narrador (divididas em cinco categorias<sup>1</sup>), denomina de distânica. A distância se divide em relato de acontecimentos e relato de palavras. O relato de palavras envolve distância do leitor, e, por isso, pode haver presença de discurso indireto e discurso relatado em que o narrador apenas apresenta as falas dos personagens. No relato de acontecimentos, o narrador é quem controla e dá a voz aos personagens. Essa última é, portanto, a que está presente na narração de *Laranja Mecânica*, pois o narrador dá à narração uma entonação de conversa íntima para o leitor, tornando as ações maleáveis e manipuladas de acordo com seus desejos:

*Ó, meus irmãos. Você fica ali jogado depois de tomar um bom e velho moloko<sup>2</sup> e aí fica com a messel<sup>3</sup> de que tudo ao seu redor meio que já aconteceu antes. Você até consegue videar<sup>4</sup> tudo direitinho, tudo mesmo, com muita clareza [...]. Você é sacudido sem parar até não sobrar mais nada. Você perde seu nome, seu corpo, seu eu e não está nem aí, e espera até sua bota ou sua unha ficarem amarelas, e ficarem cada vez mais amarelas. Então*

as luzes começam a piscar como explosões atômicas e a bota ou a unha ou, também pode acontecer, uma sujeirinha no fundo das suas calças se transforma num mesto<sup>5</sup> grande grandegrande, maior que o mundo inteiro, e aí você vai justamente ser apresentado ao bom e velho Bog<sup>6</sup> ou Deus quando tudo acaba. Você volta pro lado de cá e aí fica meio que gemendo baixinho, com a rot<sup>7</sup> toda buábuá. Agora, isso é muito bacana, mas também é muito covarde. Você não foi posto neste mundo só para entrar em contato com Deus. Esse tipo de coisa pode sugar toda a força e a virtude de um tchelovek<sup>8</sup>. – Então, o que é que vai ser, hein?<sup>9</sup> (Burgess, 2014, p. 06, grifo nosso)

Pode-se perceber o controle do narrador pela interjeição “Ó”, comum em diálogos orais, ou em linguagem formal da poesia, seguido do íntimo vocativo “meus irmãos”. Logo após, inicia-se um longo enunciado lançado diretamente ao leitor, que pode ser evidenciado pelo repetido pronome “você”. Ao narrar, Alex parece, portanto, fazer revelações para alguém de sua confiança, e essa sensação de confiança parece automaticamente afetar o leitor. O narrador de *Laranja Mecânica* carregaria, portanto, o conceito que Wayne Booth (1961) denomina de narrador não confiável, que é um narrador que “devido às confissões feitas por ele mesmo, ele torna nosso caminho problemático, inseguro<sup>10</sup>” (Booth, 1961, p. 239, tradução nossa). Booth (1961) afirma ainda que não é possível mostrar completamente o quanto dominado se torna o leitor pelas intenções do autor, porém, é possível olhar atentamente para uma obra e conhecê-la profundamente, por meio de determinadas estratégias utilizadas por seu criador.

Sendo Alex o narrador e protagonista do romance, é através dele que o leitor aproxima-se da identificação e das características físicas e intelectuais dos demais personagens. Porém, a delineação que ele atribui é incerta, pois o leitor mantém-se numa posição incapaz de atribuir completamente por si a caracterização dos personagens, como se pode observar neste trecho:

“[...] Tosko tinha uma<sup>11</sup> muito brega com um litso (ou seja, rosto) de palhaço. Tosko era meio sem noção das coisas, e era, sem qualquer sombra de dúvida, o mais tosco de nós quatro.<sup>12</sup>” (Burgess, 2014, p. 4). Não há como certificar-se de que o personagem Tosko teria, de fato, as características com as quais Alex o define ou se ele o define de tal maneira por razões pessoais, tendo em vista que os dois passam por confrontos em determinados momentos da narrativa. Têm-se em *Laranja Mecânica*, portanto, a presença da categoria que Gérard Genette (1995) denomina de voz narrativa do tipo intradieético, que é quando o narrador faz parte da história como emissor e narrador.

Ligia Chiapinni (1985, p. 23) afirma que obras narradas em primeira pessoa expressam “a desconfiança do homem moderno na sua capacidade de apreender um mundo caótico e fragmentado, em que não consegue situar-se com clareza”. Ou seja, a característica do narrador de *Laranja Mecânica* advém de uma marca social evidente, que é a incerteza do ser humano moderno diante da desordem promovida por suas ações. Afinal, a submissão, a desconfiança e a fragmentação do sujeito refletem na arte, que, por sua vez, demonstra de maneira perspicaz o caos social e, conseqüentemente, a degradação humana.

De acordo com Anatol Rosenfeld (2009), essa maneira desestruturada que envolve uma narração desconexa e, muitas vezes, circulares, se justifica no conflito estrutural da vida humana e deve ser mostrada pelos escritores.

Uma época com todos os valores em transição e por isso incoerentes, uma realidade que deixou de ser “um mundo explicado”, exigem adaptações estéticas capazes de incorporar o estado de fluxo e insegurança dentro da própria estrutura da obra. De qualquer modo desapareceu a certeza ingênua da posição divina do indivíduo, a certeza do homem de poder constituir a partir de uma consciência que agora se lhe afigura epidérmica e



superficial, um mundo que timbra em demonstrar-lhe, por uma verdadeira revolta das coisas, que não aceita ordens desta consciência. (Rosenfeld, 2009, p. 86-87)

Rosenfeld (2009) considera comum que, no romance do século XX, que exprime as incertezas e desintegração dos sujeitos, a estrutura dos romances abandone padrões formais do romance realista e dê lugar a uma estrutura que compreenda a instabilidade de um período de grandes transformações. Assim como Rosenfeld (2009), Adorno (2003) discute sobre a ruptura do romance com os antigos padrões, afirmando que a narração do romance na contemporaneidade exige ruptura com a forma do gênero durante sua ascendência no realismo. A nova era do romance, segundo Adorno, deve apresentar consciência da fragilidade do indivíduo e da desordem do mundo, afinal, após duas guerras mundiais, a desintegração é característica indissociável da realidade:

Seria mesquinho rejeitar sua tentativa como uma excêntrica arbitrariedade individualista. O que se desintegrou foi a identidade da experiência, a vida articulada e em si mesma contínua, que só a postura do narrador permite. Basta perceber o quanto é impossível, para alguém que tenha participado da guerra, narrar essa experiência como antes uma pessoa costumava contar suas aventuras. (Adorno, 2003, p. 56)

Portanto, os modelos de narrativas propositalmente caóticas, que fogem dos padrões presentes em romances durante a ascendência do gênero no realismo, se tornaram comuns, podendo ser compreendidos não só como forma de representação da realidade, mas, além disso, como uma forma de imergir proximamente o leitor ao tipo de violência que instâncias sociais impõem sobre os sujeitos, como uma demonstração da dominação pela qual o ser humano passa a vivenciar, como afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 29):

É assim que a história do progresso humano se torna a história da alienação e não a da

emancipação. Isso porque a dominação sobre a natureza externa mediante o trabalho converte-se em uma dominação sobre a natureza humana, isto é, dominação do ser humano sobre seus semelhantes objetificados pelo sistema capitalista de produção, apropriação da força de trabalho alheia mensurada e alienada.

O progresso representado pela ascensão tecnicista traduzia-se, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985), no esmagamento da natureza humana, que se encontrava, cada vez mais, em processo de dominação pela natureza externa. Na concepção dos autores, a raça humana vem se submetendo a variados processos de dominação desde os primórdios, se tratando, portanto, de um eterno retorno a algo que parece fazer parte da natureza da espécie: a dominação. Sob essa perspectiva, pode-se compreender os efeitos da narração de Alex ao leitor como uma experiência semelhante à violência e à dominação que ele passa ao se submeter ao tratamento Ludovico, uma terapia experimental de aversão, que se tratava, na verdade, de uma espécie de lavagem cerebral antiética e extremamente perversa. Assim como Alex, o leitor, também, acaba forçando-se a um tipo de lavagem cerebral, conforme prossegue à leitura e absorve aquela linguagem.

Tendo em vista o caráter inconfiável presente na narração de *Laranja Mecânica*, torna-se pertinente esclarecer dois conceitos narratológicos estabelecidos por Lubbock (1976) e discutidos por Booth (1961), os quais podem ser utilizados para a compreensão da maneira pela qual o narrador de *Laranja Mecânica* decorre sua narração: narrar (*telling*), aquilo que é revelado em palavras pelo narrador, e mostrar (*showing*), aquilo que é inferido sem revelar diretamente ao leitor. Booth (1961) discute esses dois conceitos abordando a presença do autor dentro da obra, que, para ele, há sempre um “autor implícito” e não apenas uma voz que narra. A respeito disso, para ele “*telling*” se refere às conclusões diretas e “*showing*” à compreensão do que está posto na obra que o autor deseja que o leitor tome por si. No conceito de “*showing*”

*wing*”, ele não descreve o que pretende dizer, apenas infere. Porém, o desejo do autor está lá.

Apesar de haver presença do conceito de “*showing*” na narrativa de *Laranja Mecânica*, o narrador dá maior predominância a “*telling*”, já que conta mais do que mostra, isto é, ele estabelece o que aconteceu ou o que ele quer que o leitor acredite que aconteceu, tornando, dessa maneira, seus desejos mais camuflados e mais controlados por ele. Além disso, muitas vezes o “*showing*” e o “*telling*” colidem: enquanto um afirma algo, o outro contradiz, como acontece em determinados momentos da narração de Alex. É possível observar isso no momento em que o protagonista assume a farsa que mantém diante de seus pais, fazendo-se de inocente para se aproveitar da afeição deles: “Coloquei meu camisolão e olhei para fora, no disfarce de filho único e adorador.”<sup>13</sup> (Burgess, 2014, p. 50). Percebe-se que os momentos em que os tratava com suposto afeto devia-se a algum objetivo de conseguir algo a partir da imagem piedosa de filho único. No caso anterior, Alex tenta causar afeição nos pais para que eles não o incomodem com desconfianças sobre o que ele fazia durante as noites que passava fora de casa.

Da mesma maneira que age artificialmente com seus pais e com outros personagens, Alex age em sua narração direta com o leitor em busca de rendimento e cumplicidade. “Então George e *Seu Humilde Criado* aqui fizeram o velho passo do gato.”<sup>14</sup> (Burgess, 2014, p. 55), diz o narrador, diretamente, definindo-se como “Seu”, “Humilde” e “Criado”. As três palavras iniciadas por letras maiúsculas e três palavras que, simuladamente, o põem à mercê do leitor, a fim de suscitar conivência diante de uma situação em que Alex estava agindo em busca do obsessivo controle dos seus companheiros. Mais uma vez, nesse momento, possibilita-se perceber o quão traiçoeiro o personagem-narrador é, pois engana e age contra seu parceiro fiel de gangue, bem como busca enganar o leitor.

As intenções e desejos de Alex podem estar presentes em qualquer afirmação, como em situações

desfavorecidas em que ele busca a redenção pelo que pensa saber sobre o leitor, ou seja, ATRAVÉS da excitação de sentimentos comuns como compaixão e afeição pela aparência física, como se pode ver no trecho adiante:

Tudo o que me deram, meus irmãos, foi um espelhinho starre de merda para olhar, e de fato eu não era mais seu jovem e bonito Narrador, mas uma visão realmente strak<sup>15</sup>, a rot<sup>16</sup> inchada e meus glazis todos vermelhos e meu nariz também um pouco surrado.<sup>17</sup> (Burgess, 2014, p. 70)

Pode-se observar que, em crimes bárbaros, o narrador usa estratégias para tentar normalizar o ato, como no momento em que Alex estupra duas meninas de dez anos: “Dava para ver que elas já se viam como sendo devotchkas<sup>18</sup> crescidas, fazendo aquele velho balanço nos quadris com enchimento e os gubers<sup>19</sup> todos pincelados de vermelho<sup>20</sup>” (Burgess, 2014, p. 45). Alex diz isso logo após revelar a idade das meninas, como se o fato de elas se vestirem como adultas as tornassem menos crianças. Ele chega, ainda, a insinuar que seu crime horrendo seria uma forma de castigá-las pelo modo como se vestiam e se comportavam:

Tinham as mesmas ideias ou a falta delas, e a mesma cor de cabelos: um tom tipo assim tingido de amarelo-palha. Bem, hoje elas iriam crescer de verdade hoje eu faria um dia e tanto. Nada de escola depois do almoço, mas certamente haveria educação, Alex como professor.<sup>21</sup> (Burgess, 2014, p. 47)

A narração é composta pelo uso constante de humor e ironia. Tais estratégias podem desvirtuar o leitor das ações que ele realmente está presenciando na narração, pois proporciona uma barreira protetora entre os dois lados, levando, dessa forma, alguma sutileza para a leitura. Em “Ironia, humor e fingimento literário”, Lélia Duarte (1994) discute sobre o humor e a ironia como armadilhas estratégicas para se chegar à adesão do leitor:

Se a ironia funciona como estratégia em busca do poder, ou volta-se, na sátira, para o que foi desvirtuado em relação a uma expectativa previamente estabelecida, criticando um desvio das normas, o humor revela-se como consciência de elaboração do texto, ou apresenta-se como exibição de uma criatividade autoconsciente que aparentemente ignora as normas e cria armadilhas para o leitor, de cuja capacidade de aceitação desse jogo depende a compreensão e apreciação do texto recebido. (Duarte, 1994, p. 73)

Isso se dá porque o humor cria uma proteção linguística sobre fatos dolorosos que, ao fazer utilização desse recurso linguístico, torna tais fatos dolorosos menos realistas e, portanto, menos frustrantes. Desse modo, há o mundo real e perverso do qual Alex faz parte e há um mundo imaginável paralelo em que ele não faz parte como vítima das circunstâncias massacrantes. Nesse mundo paralelo, é ele quem comanda, mesmo estando ciente de que tal universo imaginável é ilusório. Sigmund Freud (2014) supõe que o prazer que o humor propicia, assemelha-se a uma suposta superioridade aos que “assistem” ao humorista. Nessa perspectiva, através do humor, Alex propõe-se superar e, portanto, controlar, os leitores:

[...] ele (*o humorista*) se comportaria diante deles como o adulto em relação à criança, na medida em que reconhece e ri da futilidade dos interesses e sofrimentos que a ela parecem grandes. Então o humorista obteria sua superioridade por colocar-se no papel do adulto, por identificar-se de certo modo com o pai e reduzir os outros a crianças. (Freud, 2014, p. 265-266, grifo nosso)

Freud (2014, p. 265), afirma, ainda, que “O humor não é resignado, é rebelde, ele significa não apenas o triunfo do Eu, mas também do princípio do prazer, que nele consegue afirmar-se, contra a adversidade das circunstâncias reais”. Considerando, pois, essa perspectiva, pode-se aferir que o humor de Alex é, portanto, um

fingimento que objetiva, conscientemente, mergulhar em fantasias, para distanciar o sofrimento, como discute Duarte (1994):

Tanto o humor quanto a ironia constroem-se, portanto, à vista das normas culturais; enquanto o humor simula ignorá-las ou afrontá-las, a ironia acata-as e as observa. O humor exhibe sua intenção de produzir incongruências, fingindo ser capaz de opor-se às normas interiorizadas pelo sujeito que as produz e que se sabe capturado pela linguagem. (Duarte, 1994, p. 73)

Tanto o humor como a ironia são estratégias de dominação sobre o leitor que se identifica com as críticas irônicas e esquece que o narrador não é mais o ser prematuro que vivenciou aquelas ações, afinal, o sujeito que narra já passou por tudo que revela e busca compreender e aceitar o que lhe ocorreu, bem como busca aceitação e compreensão dos leitores sobre o que praticou:

O exercício do humor supõe, portanto, a capacidade de entrar conscientemente em um jogo que existe fingindo auto-esquecimento ou ignorância, realizado principalmente no campo da metalinguagem. Também nesse campo do humor pode existir inicialmente a questão do poder: o leitor pode ser atraído pela aparente ingenuidade do artista, de quem se sente superior; caminhará assim para a armadilha textual como o ator ambulante que cai em um poço enquanto ri de alguém que escorrega em uma casca de banana. (Duarte, 1994, p. 74)

O humor é, no contexto de Alex, além de uma maneira de se tornar imparcial diante dos atos horrendos praticados e revelados, uma maneira de se contentar sobre os impasses pelos quais passou, já que o humor é uma forma de superar as aflições geradas em contextos particulares e sociais:

O traço grandioso está claramente no triunfo do narcisismo, na vitoriosa afirmação da

invulnerabilidade do Eu. Este se recusa a deixar-se afligir pelos ensejos vindos da realidade, a ser obrigado a sofrer; insiste em que os traumas do mundo externo não podem tocá-lo, mostra, inclusive, que lhe são apenas oportunidades para a obtenção de prazer. (Freud, 2014, p. 264)

Tal aspecto é, portanto, uma compensação ante à impotência humana, já que, de acordo com Freud (2014, p. 265), o humor promove distanciamento e rejeição da realidade.

Após ser traído por seus colegas de gangues e ser preso, Alex dedica todo um primeiro parágrafo a manipular o leitor, pois, antecipando seu julgamento, adianta que o que estava prestes a passar era trágico:

Agora eu recomeço, e aí entra a parte trágica da história, meus irmãos e únicos amigos, na Prestata (ou seja, Prisão Estatal) Número 84F. Vocês não iriam gostar muito de sluchar<sup>22</sup> a horrível história [...]. Então lá estava o magistrado starre e muito mal-encarado no tribunal de primeira instância, govoretando<sup>23</sup> umas slovos<sup>24</sup> muito severas contra vosso Amigo e Humilde Narrador, depois de todos os gritos e calúnias cuspidos por P. R. Deltoid e os rozas, que Bog os exploda. [...].<sup>25</sup>

Alex apela, ainda, pelo leitor ao chamar de irmãos e únicos amigos, vocativos que, nesse momento, mais pareciam adjetivos, pois ambas as palavras se transformam em características que Alex deseja que o leitor adquira, como se em vez de invocar, ele estivesse caracterizando espontaneamente o leitor.

Ao narrar a história sobre o roubo por seus antigos druguis nesta casa, o discurso de Alex se assemelha estritamente aos seus discursos sobre suas próprias práticas, que ele descreve detalhadamente o que acontece porque, supostamente, ele estava lá; porém, na descrição do que aconteceu com George, Alex não estava lá, apenas ouviu o que seus pais lhe contaram. Então, diante disso, podemos chegar à

conclusão de que o que é descrito por Alex, pode ser real e pode ser irreal, ou seja, totalmente inventado e manipulado:

Sobre aqueles druguis eu só havia sluchado uma cousa, e isso foi num dia em que me pê e minha eme apareceram para me visitar e me disseram que George tinha morrido. [...] George havia levado os outros dois para dentro da casa de um tchelovek muito rico, e lá eles chutaram e deram toltchoks<sup>26</sup> no dono até deixá-lo caído no chão, e aí George começou a razgarasgar<sup>27</sup> as almofadas e cortinas, e o bom e velho Tosko quebrara alguns ornamentos muito preciosos, como estatuas e coisas assim, e aquele tchelovek rico e surrado ficara bizumni<sup>28</sup> de raiva e partira pra cima deles com uma barra de ferro muito pesada. Ele estava tão razdrasz<sup>29</sup> que isso lhe dera uma força descomunal, e o Tosko e Pete conseguiram escapar pela janela, mas George tropeçou no tapete e levou aquela magnífica barra de ferro na gúlover, que quebrou-lhe a cabeça e espalhou-lhe os miolos, e esse foi o fim do traíra George. [...] George fora morto, e isso, mesmo depois de mais de um ano que fui preso pelos miliquinhas<sup>30</sup>, parecia muito justo e adequado, coisa assim do Destino.<sup>31</sup> (Burgess, 2014, p. 78-79)

Alex chega a revelar ao leitor que grande parte do que ele dizia para o capelão da igreja, que geralmente era sobre os planos dos presidiários, era mentira, como: “Grande parte era inventada, mas um pouco era verdade [...] Eu inventei isso tudo enquanto falava, assim como havia inventado tantas daquelas histórias<sup>32</sup>” (Burgess, 2014, p. 83). Essa era a estratégia utilizada para ganhar a confiança das autoridades, como é afirmado pelo próprio personagem no seguinte fragmento: “Eu sempre usava minha mui educada golez<sup>33</sup> para govoretar com os que estavam por cima” (Burgess, 2014, p. 83). A partir dessa revelação, comprova-se o que já vem sendo discutido durante esta análise sobre o narrador com quem o

leitor está lidando: é um narrador inconfiável, que usa diversas artimanhas em prol dos seus desejos. Corroborando com isso, portanto, mais uma vez a predominância do conceito de “*telling*”, ou “contar”, de Lubbock, anteriormente discutido.

Ao narrar fatos extremamente violentos, Alex apela ainda mais pela compreensão do leitor e se auto-define, novamente, como “Vosso Humilde Narrador”, utilizando, em seguida, o vocativo “irmãos” e afirmando que o que aconteceu, ou seja, a agressão dele contra um colega presidiário havia sido “dito” pelos policiais, presumindo que não foi o que de fato houve:

Enquanto fiz minha reclamação e todos os chassos<sup>34</sup> disseram que *provavelmente* Vosso Humilde Narrador, irmãos, era que havia começado aquilo tudo, pois eu não tinha uma marca sequer de arranhão em mim, mas aquele pleni<sup>35</sup> horrível estava com a rot pingando króvi<sup>36</sup> vermelho vermelho no local onde eu havia atingido minha ruka<sup>37</sup> em forma de garra.<sup>38</sup> (Burgess, 2014 p. 88-89, grifo nosso)

O vocabulário com gírias e repetições torna o tom violento do momento em um tom acidamente divertido e, de certa maneira, ingênuo, já que a forma pela qual Alex conta chega a se assemelhar à linguagem infantil. O narrador exprime sua intenção em conquistar o leitor, também, através de experiências com as quais, supostamente, o leitor possa desenvolver algum tipo de proximidade às suas próprias experiências:

E mais: a maldade vem de dentro, do eu, de mim ou de você totalmente sozinhos, e esse eu é criado pelo velho Deus, e é seu grande orgulho. Mas o não-eu não pode ter o mau, quer dizer, eles lá do governo e os juízes e as escolas não conseguem permitir o mau porque não conseguem permitir o eu. *E não é a nossa história moderna, meus irmãos, a história de alguns bravos eus combatendo essas*

*grandes máquinas?* Estou falando sério sobre isso com vocês, irmãos.<sup>39</sup> (Burgess, 2014, p. 42, grifo nosso)

Nesse momento, percebe-se uma denúncia do narrador contra o sistema político em que coloca o leitor numa armadilha emocional, quando supõe que rebeldes como ele são, de certo modo, heróis que se rebelam contra opressores dos “eus”, ou seja, das individualidades, da liberdade. Nesse ponto, é possível que o leitor esteja momentaneamente entregue ao suposto bravo narrador que age a fim de destruir o sistema mecanicista de seres humanos, ao qual o leitor também pode perceber que está inserido, gerando, com isso, proximidade e afinidade com tal herói, sendo isso um traço típico de obras bem elaboradas que tendem a suscitar percepções entorpecidas.

Entretanto, posterior a essa revelação “heróica”, bastante cativante e confiável por finalizar com uma íntima afirmação, quase um juramento - “Estou falando sério sobre isso com vocês, irmãos.<sup>40</sup>” (Burgess, 2014 p. 42) – se tem a seguinte alegação: “Mas eu faço o que faço porque gosto de fazer.<sup>41</sup>” (Burgess, 2014 p. 42). Essa confissão não apresentou delongas ou argumentos como questões religiosas ou denúncias sociais, sendo, portanto, apenas uma simples confissão e, possivelmente, sincera, já que em diversos momentos, o desejo por violência é notório na personalidade de Alex. Essa estratégia utilizada pelo autor, em que toma o leitor pela identificação de vivências e percepções pessoais do personagem é discutida por Booth (1961, p. 230) no seguinte fragmento em que ele discute sobre tal estratégia na narrativa do personagem Tristram Shandy da obra literária homônima, de Laurence Sterne:

[...] nós rimos dele e ficamos ansiosos para seu desmascaramento engraçado. Por outro lado, já que Tristram é em muitos aspectos admirável, nós ficamos do lado dele. Ele está de pé contra obstáculos intransponíveis que todos nós enfrentamos - a natureza do tempo, a natureza de nossas mentes imprevisíveis e a natureza da animalidade humana -, pois

enfraquece todos os nossos esforços para alcançar o ideal.<sup>42</sup> (Tradução nossa)

Dessa forma, de acordo com Booth (1961), o personagem ganha o leitor pela associação das experiências incomuns e dos dramas cotidianos, naturais dos seres humanos. Assim como o personagem analisado por Booth consegue despertar sentimentos hostis no leitor e ao mesmo tempo consegue tomá-lo com sentimentos de cumplicidade a partir de estratégias, assim também pode acontecer na relação de narrador-leitor em *Laranja Mecânica*.

Desde o início da obra, a narração costuma envolver detalhes dos acontecimentos, detalhes dos lugares, das pessoas e das ações e, evidentemente, todos esses detalhes são estabelecidos a partir da visão e revelações de Alex. No entanto, em algumas situações, há cortes bruscos na narração. Pode-se observar um desses cortes no momento em que Alex está na prisão, que se passam dois anos e o narrador parte para o período que foi escolhido pelo tratamento Ludovico e de como foi esse procedimento. Após a narração do tormento no tratamento, o narrador parte para o segundo corte, que o mostra já de saída do hospital em que realizou a técnica para o que lhe aconteceu em seguida. E o terceiro corte se trata do momento em que acontece o procedimento de reversão do tratamento Ludovico, em que a história parte rapidamente para o momento em que Alex já está de volta às ruas com uma nova gangue planejando o que aconteceria adiante. Genette (1995, p. 60) conceitua estes cortes como elipses, ou seja, omissões, que tornam o decorrer da história do personagem inseguro:

O voltar atrás é, pois, seguido de um salto em frente, quer dizer, de uma elipse, que deixa na sombra toda uma longa fracção da vida do herói: a analepse é aqui, de algum modo, pontual, conta um momento do passado que permanece no seu afastamento, que não pretende religar ao momento presente cobrindo um intervalo não pertinente para a epopeia.

Essas analepses se traduzem, pois, na intenção do narrador em saltar para as partes que ele considera importantes. Nas duas primeiras analepses, ele já havia detalhado o seu sofrimento e mostrado a calamidade na cadeia e o horror ao qual passou no tratamento. No terceiro caso, interessa ao narrador mostrar o que veio depois, ou seja, sua tentativa e seu inevitável fracasso em tentar ser o que era antes, afinal, apesar de ter obtido sua natureza de volta, as marcas da violência extrema pela qual passou, evidencia que suas forças internas ante as forças externas, são insuficientes.

Através da trajetória da narração do romance e do fracasso do protagonista, é evidenciado como as incertezas e a inconfiabilidade tornaram-se aspectos intrínsecos da sociedade, que, tendo seus valores individuais aniquilados por valores externos baseados no desenvolvimento técnico e no crescimento econômico, vem demonstrando, cada vez mais, traços de alienação, insegurança e impotência.

## CONCLUSÃO

Pudemos constatar, através dessa análise, que o narrador do romance *Laranja Mecânica* ocupa uma posição que pode ser compreendida como de oprimido e, ao mesmo tempo, de opressor, considerando que, assim como ele sofre com instâncias ditatoriais, ele também as pratica, já que estabelece uma nova linguagem e controla os fatos narrados de acordo com suas intenções. Dessa maneira, a linguagem do romance pode ser assimilada como uma representação de imposições sociais autoritárias. Assim como as leis estão postas para a sociedade de maneira esmagadora, a linguagem do narrador está posta para o leitor, predominantemente. Com isso, a obra permite que o leitor perpassa por uma experiência coerciva, não só através do que o protagonista vivencia, mas pelo que o próprio leitor experiencia no decorrer da leitura do romance.

O romance apresenta uma estrutura preponderantemente e propositalmente desvinculada da estrutura dominante de romances clássicos. A presença de um narrador-personagem, que conta suas aventuras, não

heróicas, mas anti-heróicas, através de humor dissolvido, intrepidamente, entre ações extremamente violentas e repulsivas, mas que, mesmo assim, busca a rendição do leitor, mostra o quão distante a sociedade contemporânea se encontra dos preceitos idealistas que se fizeram presentes numa época em que a fragmentações ainda não dominavam a sociedade e suas artes. Além disso, observamos que a inconfiabilidade, aspecto característico da sociedade na contemporaneidade, se faz presente em todo o romance, através dos traços da personalidade do protagonista, dos personagens com quem ele convivia e, principalmente, através da narração, que, além de ser realizada em primeira pessoa, que torna a veracidade dos relatos incerta, ainda é concretizada por um personagem capcioso, mal caráter e manipulador, que representa, de maneira perspicaz, o quão incerta a trajetória da humanidade se encontra após a execução de tantas barbáries.

## NOTAS

- 1 Segundo Genette (1995), há estratégias que podem mostrar intenções pré-estabelecidas do narrador com relação ao controle do leitor. Desse modo, o crítico estabelece cinco categorias que contribuem para tal observação, sendo elas: ordem, que é a coincidência ou não da ordem dos acontecimentos com a ordem contada na história; duração, que se refere ao tempo da narrativa; frequência, que se trata da reprodução e repetição dos atos; modo, que está relacionado à forma de relatar; e voz, que é a análise da ação verbal e dos aspectos em volta dessa ação.
- 2 “Moloko” significa “leite”.
- 3 “Messel” significa “pensamento”.
- 4 “Videar” significa “observar”.
- 5 “Mesto” significa “lugar”.
- 6 “Bog” significa “Deus”.
- 7 “Rot” significa “boca”.
- 8 “Tchelovek” significa “sujeito”.
- 9 “O my brothers. You’d lay there after you’d drunk the old moloko and then you got the messel that everything all round you was sort of in the past. You could viddy it all right, all of it, very clear—tables, the stereo, the lights, the sharps and the malchicks—but it was like some veshch that used to be there but was not there not no more. And you were sort of hypnotized by your boot or shoe or a finger-nail as it might be, and at the same time you were sort of picked up by the old scruff and shook like you might be a cat. You got shook and shook till there was nothing left. You lost your name and your body and yourself and you just didn’t care, and you waited until your boot or finger-nail got yellow, then yellower and yellower all the time. Then the lights started cracking like atomics and the boot or finger-nail or, as it might be, a bit of dirt on your trouser-bottom turned into a big big big mesto, bigger than the whole world, and you were just going to get introduced to old Bog or God when it was all over. You came back to here and now whimpering sort of, with your rot all squaring up for a boohoo. Now that’s very nice but very cowardly. You were not put on this earth just to get in touch with God. That sort of thing could sap all the strength and the goodness out of a chelloveck.” (Burgess, 2012, p. 3)
- 10 “With his own confusions, he makes our path a troubled, insecure one”.
- 11 Na descrição, Alex se refere aos protetores genitais que ele e seu grupo utilizavam.
- 12 “Dim had a very hound-and-horny one of a clown’s litso (face, that is). Dim not ever having much of an idea of things and being, beyond all shadow of a doubting thomas, the dimmest of we four.” (Burgess, 2012, p. 1)
- 13 “I put on my over-gown and looked out, in guise of loving only son.” (BURGESS, 2012, p. 30)
- 14 “So then Georgie and Your Humble did the old quiet cat-stalk.” (BURGESS, 2012, p. 33)
- 15 “Strak” significa “horrível”.
- 16 “Rot” significa “boca”.
- 17 “All that they gave me, my brothers, was a crappy starry mirror to look into, and indeed I was not your handsome young Narrator any longer but a real strack of a sight, my rot swollen and my glazzies all red and my nose bumped a bit also.” (Burgess, 2012, p. 43)
- 18 “Devotchkas” significa “garotas”.
- 19 “Gubers” significa “lábios”.
- 20 “They saw themselves, you could see, as real grown-up devotchkas already, what with the old hip-swing when they saw your Faithful Narrator, brothers, and padded groodies and red all plished on their goobers.” (Burgess, 2012, p. 27)
- 21 “They had the same ideas or lack of, and the same colour hair—a like dyed strawy. Well, they would grow up real today. Today I would make a day of it. No school this afterlunch, but education certain, Alex as teacher.” (Burgess, 2011, p. 28)
- 22 “Sluchar” significa “escutar”.
- 23 “Govoretando” significa “conversando”, “falando”.
- 24 “Slovos” significa “palavras”.
- 25 “I take it up now, and this is the real weepy and like tragic part of the story beginning, my brothers and only friends, in Staja (State Jail, that is) Number 84F. You will have little desire to slooshy all the cally and horrible raskazz [...]. Then there was the starry very grim magistrate in the lower court govoreeting some very hard slovos against your Friend and Humble Narrator, after all the cally and grahzny slander spat forth by P. R. Deltoid and the rozzes, Bog blast them.” (Burgess, 2012, p. 49)
- 26 “Tolchoks” significa “golpes”.
- 27 “Razgarasgar” significa “rasgar”.
- 28 “Bizumni” significa “louco”.
- 29 “Razdraz” significa “irritado”.
- 30 “Miliquinhas” significa “policiais”.
- 31 “Of those droogs I had slooshied but one thing, and that was one day when my pee and em came to visit and I was told that Georgie was dead. [...] Of those droogs I had slooshiedbut one thing, and that was one day when my pee and em came to visit and I was told that Georgie was dead. Yes, dead, my brothers. Dead as a bit of dog-cal on the road. Georgie had led the other two into a like very rich chelloveck’s house, and there they had kicked and tolchoked the owner on the floor, and then Georgie had started to razrez the cushions and curtains, and then old Dim had cracked at some very precious ornaments, like statues and so on, and this rich beat-up chelloveck had raged like real bezoomny and gone for them all with a very heavy

iron bar. His being all razdras had given him some gigantic strength, and Dim and Pete had got out through the window, but Georgie had tripped on the carpet and then brought this terrible swinging iron bar crack and splodge on the gulliver, and that was the end of traitorous Georgie. The starry murderer had got off with Self Defence, as was really right and proper. Georgie being killed, though it was more than one year after me being caught by the millicents, it all seemed right and proper and like Fate.” (Burgess, 2012, p. 50)

- 32 “A lot of it would be all like made up, but some of it would be true [...] I made all that up as I went along, like I made up so many of these stories.” (Burgess, 2012, p. 52)
- 33 “Goloz” significa “voz”.
- 34 “Chassos” significa “guardas”.
- 35 “Pleni” significa “presidiário”.
- 36 “Króvi” significa “sangue”
- 37 “Ruka” significa “mão”.
- 38 “Then I put in my complaint and every chasso said it was probably your Humble Narrator, brothers, that started it all anyway, me having no mark of a scratch on me but this horrible plenny dipping red red krovvy from the rot where I’d got him with my clawing rooker.” (Burgess, 2012, p. 56)
- 39 “More, badness is of the self, the one, the you or me on our oddy knockies, and that self is made by old Bog or God and is his great pride and radosty. But the not-self cannot have the bad, meaning they of the government and the judges and the schools cannot allow the bad because they cannot allow the self. And is not our modern history, my brothers, the story of brave malenky selves fighting these big machines? I am serious with you, brothers, over this. But what I do I do because I like to do.” (Burgess, 2012, p. 25)
- 40 “I am serious with you, brothers, over this.” (Burgess, 2012, p. 25)
- 41 “But what I do I do because I like to do.” (Burgess, 2012, p. 25)
- 42 “[...] we laugh at him, and we look forward to his comic unmasking. On the other hand, since Tristram is in many respects admirable, we are on his side. He is up against insurmountable obstacles that we all face—the nature of time, the nature of our unpredictable minds, and the nature of human animality - as it undercuts all of our efforts to attain to the ideal.”

## REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Adorno, T. W. (2003). Posição do narrador no romance contemporâneo. In: *Notas de Literatura I*. Tradução e apresentação: Jorge de Almeida. 34ª ed. São Paulo: Duas Cidades.
- Autor. (2020). (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros.
- Booth, W. (1961). *The Rethoric of Fiction*. Chicago & London: The Chicago University Press.
- Burgess, A. (2012). *A Clockwork Orange*. London: Penguin Books.
- Burgess, A. (2014). *Laranja Mecânica*. Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: Aleph.
- Candido, A. (2006). *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- Chiappini, L. (1985). *O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão)*. São Paulo: Ática.
- Duarte, L. P. (1994). Ironia humor e fingimento literário. *Cadernos de Pesquisa do NAPq*, n. 15. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 54-78.
- Freud, S. (2014) *O Humor*. In: Freud, S. *Obras completas volume 17: inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Genette, G. (1995). *Discurso da narrativa*. 3ª ed. Lisboa: Vega.
- Rosenfeld, A. (2009). Reflexões sobre o romance moderno. In: *Texto/Contexto I*. São Paulo: Perspectiva.

## OS AUTORES

Charles Albuquerque Ponte é professor adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas de Língua Inglesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura e Cinema Norte-Americanos pós 1960 e teoria literária. ORCID: 0000-0003-4342-6928. E-mail: charlesponte@uern.br

Francisca Naiane Costa da Silva é mestra em Letras. Filiação Institucional: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8388-6278>. E-mail: naianecsilva20@gmail.com

Francisco Renato da Silva Santos é doutor em Letras. Filiação Institucional: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5447-9836>. E-mail: renatosantosuern@gmail.com





## PROJEÇÕES UTÓPICAS DE UM BRASIL LIBERTÁRIO: A MILITÂNCIA DE EDGAR LEUENROTH NOS ANOS INICIAIS DA DITADURA MILITAR

### RESUMO

Edgard Leuenroth (1881-1968), militante brasileiro, colocou sua pena à disposição do anarquismo desde as primeiras décadas do século XX. Este artigo se detém nos últimos anos de sua atuação e analisa sua participação no jornal Dealbar (1965-1968) e um projeto utópico manuscrito que deixou inacabado em razão de sua morte, intitulado Qual a solução para o Brasil?. Neste projeto reflexões inéditas somam-se à textos publicados anteriormente ao longo de sua trajetória, a fim de delinear caminhos para a construção da anarquia no país. Pretende-se analisar como este militante aponta para os princípios da solidariedade e do universalismo como instrumentos para a edificação da utopia libertária no país em um momento marcado pelo julgo autoritário dos anos iniciais da ditadura brasileira (1964-1968).

**Palavras-chave:** Utopia; anarquismo; ditadura; solidariedade; universalismo.

**ABSTRACT****UTOPIAN PROJECTIONS OF A LIBERTARIAN BRAZIL: EDGAR LEUENROTH'S MILITANCY IN THE EARLY YEARS OF THE MILITARY DICTATORSHIP**

Edgard Leuenroth (1881-1968), a Brazilian militant, put his pen at the disposal of anarchism since the first decades of the 20th century. This article focuses on the last years of his activity and analyzes his participation in the newspaper Dealbar (1965-1968) and a manuscript utopian project that he left unfinished because of his death, entitled Qual a solução para o Brasil? In this project, unpublished reflections are added to texts published previously throughout his trajectory, in order to outline paths for the construction of anarchy in the country. We intend to analyze how this militant points to the principles of solidarity and universalism as instruments for the construction of a libertarian utopia in the country at a time marked by the authoritarian judgment of the initial years of the Brazilian dictatorship (1964-1968).

**Key words:** Utopia; anarchism; dictatorship; solidarity; universalism.

**RESUMEN****PROYECCIONES UTÓPICAS DE UN BRASIL LIBERTARIO: LA MILITANCIA DE EDGAR LEUENROTH EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA DICTADURA MILITAR**

Edgard Leuenroth (1881-1968), militante brasileño, puso su pluma a disposición del anarquismo desde las primeras décadas del siglo XX. Este artículo se centra en los últimos años de su actividad y analiza su participación en el periódico Dealbar (1965-1968) y un proyecto utópico manuscrito que dejó inconcluso debido a su muerte, titulado Qual a solução para o Brasil? En este proyecto, a los textos publicados anteriormente a lo largo de su trayectoria, se suman reflexiones inéditas para trazar caminos de construcción de la anarquía en el país. Pretendemos analizar cómo este militante apunta a los principios de solidaridad y universalismo como instrumentos para la construcción de la utopía libertaria en el país en una época marcada por el juicio autoritario de los años iniciales de la dictadura brasileña (1964-1968).

**Palabras Clave:** Utopía; anarquismo; dictadura; solidaridad; universalismo.

*Quando me lembro do amigo, do companheiro de personalidade forte, que ainda em seu leito de morte queria ter o material em suas mãos para trabalhar em livros planejados, ainda em setembro de 1968, quando no dia 28 veio a falecer, penso que é preciso continuar ‘juntando pedras para construir o edifício libertário’ para manter a dignidade da vida e sermos coerentes com todos os que dedicaram a vida com dignidade pelos ideais de superação humana (CUBERO, 2006).*

No fragmento acima Jaime Cubero, ao lembrar a atuação do militante anarquista, Edgard Leuenroth, nos anos finais da década de 1960, período que vigorava a ditadura civil-militar no Brasil, menciona que mesmo em seu leito de morte, durante seus últimos dias de vida, Leuenroth continuava envolto no projeto de construção do “edifício libertário”: planejava a publicação de livros, mais uma “pedra” no trabalho de edificação da anarquia.

A metáfora da casa/edifício era comumente utilizada por Leuenroth ao referir-se à (aos) anarquia/anarquismos. Em 15 de junho de 1946, por exemplo, o anarquista publicou um artigo no jornal *Ação Direta*, no qual, explorou alguns fragmentos de seu projeto utópico de transformação da sociedade brasileira. Partindo da afirmação de que a Segunda Guerra Mundial, resultado do “choque de ambições e da exploração do homem pelo homem” no sistema capitalista, teria estremeado as bases nas quais se assentavam a organização de todas as sociedades do globo, o militante advertiu que um novo conflito dessa magnitude levaria inevitavelmente à ruína completa da humanidade. Tendo em vista o perigo iminente, Leuenroth ponderou que, para alguns, melhorias de caráter imediato seriam suficientes para manter o “edifício” em pé; para outros, apenas uma transformação completa nas suas bases e estruturas poderiam impedir um desabamento. O anarquista advertiu que de nada adiantaria a realização de conferências e tratados pela paz entre os representantes das nações do pós-guerra, pois seriam medidas provisórias e inúteis. A seu ver, apenas a construção de uma

nova sociedade, a anarquia, poderia promover uma paz duradoura entre os povos:

O rancho de pau-a-pique em que vivemos ameaça desabar ao impulso de uma ventania mais forte dos varjões de leste. Os esteios roídos pelo cupim exigem substituição, as goteiras da coberta reclamam uns molhos de sapé precisando-se, ainda, tapar, com punhados de barro os buracos das paredes e socar terra nos desníveis do chão-batido. É preciso pô-lo em condições de nos dar morada por mais algum tempo, enquanto cuidamos da mudança. A planta da casa grande já está sendo ultimada, para que não se retarde a sua construção. Será um grande e belo edifício ensolarado, com amplas janelas, por onde entrará muito ar e muita luz. Terá cômodos espaçosos, forrados e assoalhados, e, ainda, uma dispensa farta. Ao mobiliário se juntarão o rádio, a televisão e a geladeira, e, na sala do lado, não faltaria uma estante de livros. Apressemos-lhe a construção, a tempo do rancho não nos cair em cima. (LEUENROTH, 1946, 01)

Neste fragmento, Leuenroth enumerou os benefícios da utopia<sup>1</sup> anarquista. Nela, as mazelas e sofrimentos próprios da sociedade capitalista seriam abolidos por completo; a luz se perpetuaria, pondo fim à escuridão. Para tanto, a planta da casa, ou melhor, o projeto utópico da anarquia, foi anunciado como uma necessidade e uma garantia na edificação dessa nova ordem social. Imaginar, escrever, projetar os fundamentos, a organização e o funcionamento da anarquia era, para o autor, uma urgência nos tempos sombrios então vivenciados. Se o sistema sobre o qual se vivia estava falido, arruinado, não restava outra saída a não ser transformá-lo.

Em meados da década de 1960, em meio à ditadura militar brasileira, Leuenroth participava ativamente da publicação do jornal *Dealbar*, órgão da imprensa alternativa anarquista, e planejava a publicação de um livro no qual projetava caminhos para a construção da

anarquia no Brasil. Todavia, em razão de sua morte em 1968, o livro ficou inacabado. Os manuscritos, foram guardados por seus pares, e hoje está sendo editado pela historiadora Christina Lopreato para publicação. Nas linhas que se seguem tratamos de que maneira Edgard Leuenroth atuou nos últimos anos de sua vida em meio ao fortalecimento do autoritarismo no Brasil com o advento do regime militar entre os anos de 1964 a 1968. Buscamos demonstrar de que maneira seus escritos revelam um projeto político utópico contrário à ditadura e favorável à liberdade, à igualdade e a solidariedade entre os homens.

### **TÓPICAS LIBERTÁRIAS NO JORNAL *DEALBAR* (1964-1968)**

Edgard Leuenroth nasceu na cidade de Mogi-Mirim no dia 31 de outubro de 1881. Ele admitiu ter vivido uma “meninice sem infância”, pois abandonou cedo os estudos para trabalhar e, assim, poder auxiliar nas despesas da família, que enfrentava dificuldades desde a morte de seu pai, ocorrida em 1884. Quanto à sua formação, ele disse: “Não tive estudos regulares. Aprendi comigo. Sou autodidata. Tudo colhi na imensa universidade da vida” (LEUENROTH, 1968). Leuenroth iniciou sua carreira de tipógrafo e jornalista aos 16 anos, quando lançou o seu primeiro periódico, *O Boi*, publicação quinzenal que circulava no bairro do Brás, em São Paulo, e que deu origem, em 1899, à *Folha do Braz*, órgão que tinha como objetivo a conquista de melhorias para os moradores desta região. Em 1904, ele se interessou pelo anarquismo, que o acompanhou durante toda a sua vida. Foi o ofício na imprensa (trabalhou como tirador de provas, colaborador, arquivista, dentre outras funções) que possibilitou o seu sustento e o de sua família. No entanto, foi através da imprensa livre que ele atuou e militou em prol da causa libertária. Ao longo de sua vida, Leuenroth participou ativamente de manifestações, de movimentos grevistas, de encontros entre militantes e trabalhadores promovidos pelo *Centro de Cultura Social de São Paulo* e *Nossa Chácara*,<sup>2</sup> proferia palestras de caráter libertário, participava da articulação e publicação de jornais anarquistas, além de escrever textos teóricos nos quais buscava conscientizar

a população e chamá-la para a luta, apontando para os “problemas do Brasil” e para alternativas de mudança. Leuenroth lançou os livros *O que é maximismo ou bolchevismo – programa comunista* (1919), *Anarquismo: Roteiro de Libertação Social* (1963), organizou a obra *A Organização dos Jornalistas Brasileiros 1908 – 1951*, que veio a ser publicada postumamente em 1987 e deixou inacabado o livro *Qual a solução para o problema do Brasil?* (s/d). Vítima de um câncer hepático, ele faleceu em 1968, aos 87 anos de idade.<sup>3</sup>

Durante os anos de 1965 a 1968, juntamente com os militantes anarquistas Pedro Catallo, Souza Passos e Lucca Gabriel, Leuenroth esteve à frente da articulação do jornal *Dealbar*. Editado na cidade de São Paulo e distribuído em várias regiões do país, este jornal teve projeção internacional, circulando em alguns países da América Latina e da Europa. *Dealbar* teve dezessete edições publicadas. Assim como inúmeros jornais anarquistas, ele não possuía uma saída regular. A perseguição da polícia e do Estado contribuía para que as publicações anarquistas dos séculos XIX e XX fossem interrompidas por curtos ou longos espaços de tempo. Outro fator que acentuava esta descontinuidade é a precariedade financeira dos seus articulistas. Contrários à transformação dos jornais em empreendimentos lucrativos, os periódicos eram feitos a partir das contribuições dos próprios militantes e simpatizantes do movimento anarquista que, avessos à configuração assumida pelo país com a ditadura militar, se posicionava contra o regime, mesmo que através de uma “linguagem mais contida” para evitar a bargem da censura e a repressão de seus articulistas.

É importante ressaltar que o *Dealbar* dava continuidade aos trabalhos de *O Libertário*<sup>4</sup>, criado em 1960 e findado em 1964, com a repressão inicial da ditadura militar. Contudo, diferentemente de *O Libertário*, que possuía um estilo alinhado a outros jornais anarquistas do início do século XX, *Dealbar* possuía uma diagramação mais arrojada como explicado por Vianna:

O *Dealbar* inovaria quanto à forma e ao conteúdo. Em certa medida, pode-se nele ver

um precursor de mudanças que se tornariam comuns entre os jornais da imprensa dita alternativa de finais dos anos 1970. Se, com o aparecimento do *Inimigo do Rei*, em 1977, a estética da imprensa libertária parecia ter perdido os —ares de início do século||, essa metamorfose iniciou-se com o *Dealbar*. Da diagramação das matérias e dos títulos de artigos, passando pelo uso largo de imagens, sobretudo em sua fase de tabloide, dava-lhe um aspecto moderno e o tornava mais atrativo. O formato menor permitia que algumas imagens ocupassem o espaço de duas páginas, ganhando maior destaque. No temário, assuntos pouco usuais nos jornais libertários, e que ganhavam mais destaque a partir daqueles anos: antitabagismo, racismo, expressões artísticas, psicanálise, problemas habitacionais nas metrópoles e até análise sobre as novelas, que passavam a ocupar largo espaço nas programações televisivas. No cabeçalho, por outro lado, como no próprio título, a alegoria do sol nascente traçava claras teias de continuidade com a tradição anarquista desde finais do oitocentos. Lembrara Litvak que a metáfora solar aparece em uma infinidade de composições libertárias, e sua presença não é fortuita, indicando sempre o otimismo ácrata, além do que graficamente, amplia a carga empírica do desenho ou do título do jornal (VIANA, 2014, 93-94).

Como ressalta Vianna a alegoria do astro solar no horizonte utilizada no cabeçalho do jornal, anunciava a expectativa dos anarquistas de tempos ácratas, marcados pela libertação do julgo do autoritarismo. A escolha do título do jornal, também, não foi aleatória. Na descrição dos propósitos do *Dealbar* os articulistas ressaltaram um fragmento da epístola de São Paulo aos romanos: “A noite vai adiantada, e o dia vem chegando. Despojemo-nos das obras das trevas e vistamo-nos das armas da luz” (Rom 13, 12). O homem, de acordo com o apóstolo, deve despertar do sono e assumir uma postura vigilante: “ revesti-vos do Senhor Jesus Cristo”,

diz ele. Este fragmento bíblico é mencionado no jornal, com o intuito de explicar o seu título: dealbar, verbo que significa “ao romper”, “ao surgir”, “princípio”, “primórdio”, mas também “branquear”, “aclarar”, “limpar”. Todos estes significados pressupõem mudança, pois afirmam algo que surge e que se associa à ideia de iluminação e esclarecimento de algo outrora marcado pela escuridão. Embora o jornal faça uso de um apelo utilizado pelo apóstolo, as circunstâncias nas quais ele é editado e os discursos que projeta respondem a outras inquietações. *Dealbar* é anunciado como uma “arma de luz” dos anarquistas (esclarecimento e formação) frente às “trevas” instauradas pelo sistema capitalista e pelo autoritarismo da ditadura militar brasileira. Em um artigo, publicado em junho de 1967, os articulistas de *Dealbar* desferem uma crítica severa às ações repressivas e ao discurso demagógico do governo ditatorial que fazia uso de expressões como *revolução* e *democracia* para qualificar suas ações autoritárias:

Por democracia deve-se entender um Estado social em contínua revolução, em contínuo progresso. Desde que um Estado democrático estanca, para, emperra e, para defender essa estagnação e a pretexto de combater extremismos torna-se extremista e começa a perseguir os cidadãos que, considerando-se iguais perante as leis, fazem ouvir as suas vozes reclamantes, essa hipertrofia estatal perde o seu caráter democrático e passa a assumir coloração nitidamente totalitária nazi-fascista-comunista. A “revolução” de março de 64, que trazia em sua bandeira a defesa e a salvação da democracia brasileira, é a mais desconcertante prova provada do que acabamos de dizer. Esse movimento cívico militar, que recebeu o aplauso e o assentimento de quase toda a população brasileira, depois de três anos de descabidos tateios e de insulsas experiências, que chegaram inclusive a reviver fenômenos tétricos que o Brasil já não sofria há mais de trinta anos, como o desemprego, deixou o saldo de uma revolução que ainda se pavoneia democrática, um gravame pungente

e desolador. Não pode uma verdadeira democracia herdar, como expressão desse regime, duas leis que ferem profundamente a sua sensibilidade orgânica. A lei de imprensa e a lei de segurança nacional são dois atos que ofendem frontalmente os brios e a confiança que um povo laborioso e cordato depositou na “revolução” de março (DEALBAR, 1967, 01).

Para os anarquistas, envoltos em *Dealbar*, longe de se configurar como um governo democrático que atua em prol da consolidação da liberdade, da fraternidade e da igualdade de direitos entre os povos, o governo vigente possuía uma conotação nitidamente totalitária. Na luta contra o sistema os articulistas do periódico apresentam os princípios libertários como instrumento para a construção de um futuro libertador. Não é por acaso que ao lado do emblema solar no cabeçalho de *Dealbar* vem estampada a seguinte chamada: “A ideia é como a gota d’água pode refletir a imensidade”. A razão e o conhecimento foram evocados como elementos imprescindíveis para a construção da anarquia. O homem, apreendido pelos anarquistas como ser social, ao ser tocado pelo conhecimento libertário, se uniria a outros homens que partilhavam da mesma formação. Estando eles de acordo sobre uma mesma concepção de mundo, eles tenderiam a se associar e a se organizar em prol da efetivação prática do conhecimento adquirido. Além das críticas dirigidas ao regime, em linhas gerais, as discussões promovidas no jornal como um todo, incluía temas como: a formação moral e ética do “povo” brasileiro, a difusão e incentivo de uma cultura e arte engajadas, a crítica ao discurso nacionalista dos governos militares, discussões em defesa da liberdade e contrárias ao autoritarismo. Edgard Leuenroth, por sua vez, escreveu para esse periódico textos sobre a temática da solidariedade e do universalismo. Por que estes conceitos recobram importância neste momento histórico? Em que medida eles respondem ao projeto político utópico libertário de Leuenroth de transformação da sociedade brasileira na anarquia?

Entre outubro de 1967 a fevereiro de 1968, Edgard Leuenroth, publicou quatro artigos voltados para o

tema da solidariedade em *Dealbar*. Em “Solidarismo na vida social brasileira” (LEUENROTH, 1967, 02), ele discorreu sobre a consequência do “automatismo despersonalizador” de seu tempo, que leva os homens a se prenderem a uma rotina, circunscrevendo em demasia sua visão do conjunto e não lhes permitindo ver a tendência natural à solidariedade que animaria a criatura humana:

Tudo se vai fazendo, todos os misteres vão sendo executados sob a pressão do imperativo da necessidade, da obrigação, de compromissos imediatos de ordem econômica, técnicas, profissionais, sociais, familiares etc, sem que estas atividades automatizadas exijam que a atenção se detenha no exame do objetivo exato do que se faz, do alcance dos resultados das labutas, e, principalmente, do aspecto social do entrosamento de todas as atividades. Se não fosse essa a norma de vida de nossos dias, se as labutas do dia a dia não absorvessem as atenções, limitando-lhes o campo de observação, todos teriam a possibilidade de verificar que todas as atividades, formando núcleos organizados, se entrelaçam numa natural e espontânea entrosagem, para a movimentação de todos os setores de vida da sociedade em suas múltiplas modalidades — à margem do Estado, embora envolvidas pelos entraves de sua burocracia (LEUENROTH, 1967, 02).

Leuenroth citou vários exemplos de iniciativas solidárias dos brasileiros realizadas à margem do Estado ou sem qualquer vínculo com organizações que possuam fins lucrativos. A solidariedade, portanto, sendo natural, encontrava-se presente em iniciativas de diferentes campos como na educação, na cultura, atividades esportivas e artísticas. Segue alguns exemplos:

Nos estabelecimentos de ensino, os estudantes mantêm seus grêmios, cuja finalidade é a ajuda mútua em múltiplas modalidades, cabendo aos centros acadêmicos também o patrocínio

dos interesses estudantis. Há também as agremiações de antigos alunos que servem para mantê-los em contato com suas passadas atividades escolares. Em alguns dos grandes centros escolares do País existem as Casas dos Estudantes, que têm a sua finalidade indicada por sua denominação. Como todas as demais iniciativas, esta também é obra direta dos interessados, isto é, dos próprios estudantes. Como elemento coordenador de suas atividades no mundo das letras, os escritores têm associações de âmbito nacional, estadual e locais, havendo também agremiações da mesma natureza em estabelecimentos de ensino e em outros ambientes. São numerosos os grêmios literários existentes não somente nos grandes centros, como também em pequenas localidades. Mantidos por organizações populares e por entidades especialmente constituídas para esse fim, há muitos ateneus e centros de cultura, que promovem, conferências, debates e outras iniciativas de caráter educacional. Existem também bibliotecas fundadas por organizações trabalhistas e de outras atividades, ou por iniciativa de populações de cidades, de subúrbios e de bairros (LEUENROTH, 1967, 02).

No artigo “O solidarismo na vida social brasileira” (LEUENROTH, 1967, 04), publicado no ano de 1967, Leuenroth continuou a investigar a obra de cooperação espontânea e livre sem objetivos de remuneração para a execução de serviços, como é o caso do mutirão, velho sistema de ajuda mútua tradicionalmente adotado na vida rural. Ele relatou casos de ajuda mútua não só dentro do país, mas também além das fronteiras, concretizando-se em organizações de existência permanente, em cujas atividades incluíram a realização de exposições periódicas e de congressos nacionais e internacionais. Já em “O solidarismo nas relações humanas” (LEUENROTH, 1968, 03), Leuenroth tratou das iniciativas que, lançadas também como passatempo (*hobby*), tornam-se valiosos elementos de relações humanas,

destacando-se em sua atuação a prática de atos significativos de “elevado solidarismo social”. Estaria nesse caso o movimento esperantista:

O desenvolvimento dos elementos de transporte, de dia a dia mais rápidos, e dos elementos de comunicações cada vez mais fáceis e seguros, as relações entre os povos de todos os quadrantes da Terra tornam-se mais freqüentes e intensas. Resta, entretanto, um embaraço a vencer — a diversidade de idiomas, que são inúmeros, além dos diversos dialetos usados em várias regiões de um mesmo país, dificultam as possibilidades dos entendimentos entre as criaturas, separadas apenas pela diversidade de língua. É por isso que vem de longe o movimento em prol do estabelecimento de um idioma internacional. Em consequência dessa obra em favor da adoção de uma língua comum teta surgido vários idiomas preparados para esse fim, destacando-se dentre eles o Esperanto, o mais adotado, que está conseguindo difundir-se por todo o mundo. Mantendo uma rede de organizações espalhadas por toda a parte, dispondo de publicações e cursos, o Esperanto já tem sido incluído no currículo do ensino oficial, sendo também adotado como veículo para relações comerciais e de outras atividades. Nos congressos internacionais esperantistas é usado exclusivamente o Esperanto entre os congressistas, oferecendo um espetáculo emocionante presenciar-se o convívio de gente de todas as raças e cores, usando os trajes característicos de suas terras, entendendo-se perfeitamente, em estreita fraternidade. Através do Esperanto travam-se relações e se estabelecem amizades que não têm em conta fronteiras, crenças ou princípios os mais divergentes. O Esperanto tornou-se um veículo de solidarismo. No Brasil o esperantismo tem bastante desenvolvimento, mantendo organizações e publicações (LEUENROTH, 1968, 03).



Para Leuenroth, a prática do esperanto, era um forte mecanismo de ligação entre homens que partilhavam de diferentes culturas e idiomas, beneficiando não só ações de auxílio mútuo como também a compreensão de igualdade entre os homens. O autor ainda discorreu sobre vários outros exemplos que demonstram como a solidariedade opera enquanto articuladora de relações amistosas e livres de preconceitos entre os envolvidos. Tais relações permitiriam ao homem conviver com o outro como seu semelhante e não como um inimigo. Antes, porém, de ser considerada uma obrigação, a solidariedade, sobre a qual discorre Leuenroth, é anunciada como uma prática espontânea, que não dependia do Estado para a sua efetivação. Com o aniquilamento das liberdades públicas, próprio de um regime autoritário, a solidariedade aparece como uma ação política de resistência e de sobrevivência dos grupos contrários ao sistema vigente. Em meio ao ambiente hostil da ditadura, projeta-se o universo da anarquia: um futuro potencialmente outro, ancorado nos princípios da solidariedade, da liberdade e da igualdade entre os homens. E, é, partindo deste raciocínio que Leuenroth propõe a construção de uma sociedade fraterna apresentando o universalismo como contraponto da centralização estatal e do princípio nacionalista, fortes elementos que dão embasamento ao regime ditatorial. Convém acompanharmos a reflexão de Leuenroth:

O Universalismo considera a humanidade um todo constituindo uma única família, tendo o mundo como pátria comum. Não dependendo do homem a escolha do lugar do seu nascimento, tanto vive ele para satisfação de suas necessidades e preferências, nas frígidas regiões polares como nas tórridas vastidões dos trópicos. Está historicamente demonstrado não terem as fronteiras origem natural e que, sofrendo alterações constantes no decorrer dos séculos, tem servido para dividir os povos, alimentando as prevenções, desavenças, animosidades e ódios que dão motivos para as guerras, causadoras de grandes males que atormentam a humanidade. Não se pode negar a natural

feição pela terra onde se nasce e cresce, onde se forma um lar, alimentando laços familiares e de amizades (...). Entretanto, o sentimento afetivo ao próprio meio ambiente não justifica a prevenção e muito menos a animosidade contra povos de outras partes e, deixando de ser natural, passa a ser absurdo, odioso e merecedor de repulsa quando, sob as vestes enganosas do nacionalismo, serve de instrumento aos dominadores dos destinos do mundo, sem pátria, que alimentam as discórdias internacionais e provocam a guerra (LEUENROTH, 1967, 01).

Leuenroth diz que os libertários são universalistas, pois acreditam que nada justifica a divisão da humanidade em nações. Propõem, ao contrário, a união das populações do mundo, numa comunidade única, “fraternizada em populações autônomas formadas por livre determinação, influenciadas por imperativos naturais e reunidas pelos laços do livre federalismo”. Para a concretização deste fim, Leuenroth ressalta a importância de se “solidificar a solidariedade consciente entre o povo na luta contra o domínio dos exploradores, para quem o nacionalismo é um instrumento de dominação” (LEUENROTH, 1967, 01). Considerando que a divisão da humanidade em fronteiras seria a causa das discórdias e conflitos beligerantes entre os povos, Leuenroth concebeu o federalismo como o melhor mecanismo de organização estrutural para as sociedades do mundo:

Os libertários são, universalistas, isto é, pugnam para unir a humanidade numa comunidade única, fraternizada em populações autônomas formadas por livre determinação, influenciadas por imperativos naturais e reunidas pelos laços do livre Federalismo, desde a pequena comuna rural até o distrito, a zona e o município, através de regiões e continentes (LEUENROTH, 1967, 01).

Sua proposta não levava ao desprezo pelo seu país, mas incentivava uma luta para libertá-lo do domínio e poder do Estado. Com o aniquilamento do Estado os

homens poderiam reger a si próprios e se organizarem em um regime de equidade social, formado por unidades autônomas, confederadas entre si, a partir dos princípios do respeito e do apoio mútuo. Desse modo, para Leuenroth, todos os países do mundo viveriam sob o signo da harmonia e da paz, não havendo mais espaço para conflitos como as guerras ou para qualquer tipo de dominação do homem sobre o homem como nos regimes autoritários. Pensando nisso, Edgard Leuenroth começou a elaborar um projeto utópico de transformação da sociedade brasileira na anarquia. Um passo inicial para a consolidação de um mundo fraternizado, afinal, objetivava-se que outros países do globo também se aderissem a essa transformação em um futuro vindouro.

### PROJEÇÃO UTÓPICA DE UM BRASIL LIBERTÁRIO

Como relatado por Jaime Cubero, na epígrafe que dá início a esse artigo, em seus últimos dias de vida, Leuenroth se encontrava rodeado de papéis, pois pretendia publicar um projeto utópico libertário para a sociedade brasileira<sup>5</sup> no formato de um novo livro, intitulado *Qual a solução para o problema do Brasil?*.<sup>6</sup> Os manuscritos do livro são compostos por uma série de textos que denunciam o sistema capitalista e validam a anarquia como sendo a única ordem capaz de oferecer à população brasileira condições dignas e justas de vida. Alguns fragmentos deste projeto foram, anteriormente, publicados nos jornais paulistas *A Plebe* (1917-1949) e *O Libertário* (1960-1964) e no livreto *O que é maximismo ou bolchevismo – programa comunista* (1919). Escritos inéditos também foram acrescentados a ele. Vale frisar que o livro foi organizado durante a década de 1960, período marcado por intensas manifestações políticas e sociais no Brasil e no mundo e, posteriormente, pelo “golpe de 64”, que deu início à ditadura militar brasileira. Mesmo idoso, “resto de gente” como ele mesmo se caracterizou em uma palestra ocorrida no Centro de Cultura Social de São Paulo em 1965 (LEUENROTH, 1965), Leuenroth não desistia de suas convicções e defendia a urgência de novos tempos, que colocariam em xeque toda a estrutura social, política, econômica e

administrativa do sistema capitalista, assim como todos os princípios que o sustentavam.

A passagem abaixo, foi extraída do manuscrito *Qual a solução para o problema do país?*:

(...) não pode haver dúvida de que o mundo está atravessando um período de profundas remodelações na vida dos povos, de que estamos vivendo um período de transição social, caracterizado pelo ocaso de velhos moldes de civilização, preanunciando a aurora de uma nova era que já se vai iniciando com o movimento de radicais mudanças em muitos países nos seus sistemas de organização político-econômico-social. Um ambiente de incertezas e inquietudes fornece os elementos para agitações de toda a natureza, que se transformam em movimentos de rebeldias contra regimes de opressão e afirmam o seu caráter de luta em prol de reivindicações emancipadoras. O mundo apresenta-se como se fosse um imenso cadinho de fundição social, dentro do qual se entrecrocam os sistemas estatais e de organizações governamentais – para a moldagem de novas estruturas de convivência humana. (...). E tudo indica que esse movimento remodelador das bases fundamentais do sistema capitalista na organização da sociedade, com variantes de modalidades políticas, não sofrerá solução de continuidade, sendo de prever que outros povos se movimentarão igualmente nesse sentido – e isto porque não se trata de acontecimentos de superfície, mas de fenômenos sociais de profundidade, espelhando um novo ciclo no ritmo da civilização. Chegará até nós esse impulso de remodelação social? Atravessará ele o Atlântico, buscando as plagas brasileiras, para que também sob o signo do Cruzeiro do Sul passe a tremular a bandeira da libertação socialista? Não temos dúvida; a evolução caminha nesse sentido e não haverá forças que a possam deter (LEUENROTH, s/d.).

Como se sabe, a década de 1960 foi marcada por manifestações políticas, sociais e culturais que alcançaram os quatro cantos do mundo. Após a Segunda Guerra Mundial e com as ditaduras vivenciadas em várias partes do globo, como o fascismo de Mussolini e o Estado Novo de Vargas, vários países foram tomados por uma série de movimentos reformistas e revolucionários. Heloísa Buarque de Holanda afirmou que, no final dos anos 50, a ocorrência de sucessivos movimentos de descolonização na Europa alterou definitivamente o perfil econômico, político e cultural do mundo. A independência de Gana em 1957, a independência das colônias francesas ao sul do Saara em 1959 e a revolução da Argélia em 1962, por exemplo, foram acontecimentos que indicaram a possibilidade de promover mudanças sociais profundas. O nascimento dos *anos 60* foi marcado pela “surpreendente descoberta do outro” e pelo surgimento de novos “sujeitos históricos”, que se alimentaram de sonhos e expectativas de transformação (HOLANDA, 2007).

No Brasil, militantes socialistas, estudantes de esquerda, artistas e intelectuais mobilizaram-se na luta por mudanças. A crença na transformação contagiava diferentes segmentos da sociedade brasileira: era tempo de “cultivar utopias, um tempo de possibilidades mágicas para as pessoas e organizações que acalentavam projetos transformadores para o país”. (HOLANDA, 2007, 142). Organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Sindicatos e Ligas Camponesas, instituições como os partidos políticos, setores da igreja e do parlamento, artistas e intelectuais envolvidos por um clima de efervescência, todos estes grupos desenvolveram nos *anos 60* diferentes propostas políticas, econômicas e sociais para o país (DELGADO, 2001, 172). Com o advento da ditadura militar no Brasil a atuação destes grupos ficou mais dificultosa, porém, mais do que nunca, ele sinalizava a urgência em se operar transformações efetivas que barrassem a onda autoritária que ganhava força a cada dia.

Por mais que a necessidade de transformação fosse admitida em diferentes setores, a definição de seus objetivos, assim como dos meios a serem adotados,

acirrava os ânimos e radicalizava as divergências. Em *Qual a solução para o problema do país?* Edgard Leuenroth sistematizou caminhos para essa transformação que se baseavam na prática da ação direta, prática essa defendida pelo militante durante toda sua vida. Assim, ele reuniu artigos publicados anteriormente em sua trajetória política e acrescentou a eles mudanças sutis para dar-lhes a coerência de uma reflexão conjunta, e somou a eles escritos inéditos a fim de delinear uma solução para Brasil. Para além da luta contra a ditadura civil militar do país, Leuenroth pretendia suprimir as bases estruturais políticas que permitiam o estabelecimento de qualquer tipo de governo que não se ancorasse na liberdade, na igualdade, na solidariedade e na justiça entre os homens como seu princípio formador. Para tanto o anarquismo é apresentado como elemento estruturador da nova sociedade que ele projeta para o Brasil.

O livro manuscrito de Leuenroth contém 81 páginas datilografadas, divididas em duas partes principais: após traçar um panorama socioeconômico e político da sociedade brasileira da década de 1960, ressaltando os problemas enfrentados pela população e as próprias contradições do sistema capitalista, Leuenroth discorre sobre caminhos libertários para transformar o país. Apregoando que a vida social deve ser constituída à margem do Estado (instituição que considerou um órgão parasitário e desnecessário para a organização político-administrativa do país), Leuenroth valida a constituição de uma nova ordem social, livre das amarras do capitalismo e ancorada no anarquismo. Ao descrever os fundamentos da *sociedade socialista libertária brasileira*, Leuenroth enfatiza a necessidade de se suprimir a exploração do homem pelo homem, pondo fim à divisão da sociedade em classes com interesses antagonísticos. Isso seria efetivado através da socialização de todo patrimônio social e da abolição do Estado e de qualquer instituição autoritária da vida social.<sup>7</sup> Considerando o indivíduo como elemento primacial da sociedade brasileira, Leuenroth elegeu o livre acordo e a ajuda mútua como elementos constitutivos da organização social. Ao final de sua obra, Leuenroth discorreu sobre as formas de organização da nova sociedade,

abordando o tema das habitações e da moradia, da assistência social, da instrução, da família, das ciências, arte e letras, dentre outros assuntos.

Em linhas gerais o plano de ação de Leuenroth parte dos seguintes pressupostos: ele aponta para a necessidade da organização popular na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Para ele nenhuma melhoria efetiva poderia ser conquistada por meio da intervenção parlamentar, governamental ou de partidos políticos. Apenas a ação autônoma dos indivíduos é considerada uma estratégia de luta eficaz. Ao mesmo tempo em que o militante realiza uma crítica ao sistema representativo, ele aponta para a estratégia da ação direta como um exercício educativo, *uma contribuição à luta para o advento da sociedade libertária* no Brasil. A seu ver, uma sociedade livre e justa só emergiria da capacidade de decisão e do agir autônomo das pessoas. Assim, atribui à ação direta o estatuto de único caminho possível para a efetivação de mudanças permanentes. Leuenroth compreende que a Anarquia só poderia ser construída tendo por base a liberdade e a responsabilidade, ou seja, os homens devem ser livres, mas também responsáveis pelo bem-estar social. O egoísmo e o individualismo são duramente combatidos pelos anarquistas. Quando Leuenroth expõe a ganância e a exploração dos capitalistas, ele ressalta o individualismo destes homens, que privilegiam interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos:

Ninguém deve hesitar em face desta verdade: a origem da miséria, da insegurança e da inquietação de todos os brasileiros está no monopólio, pelos capitalistas, da riqueza produzida diretamente e efetivamente pelo povo trabalhador, que, no entanto, constitui a classe pobre, sujeita a todas as agruras de escassez do mais essencial à vida. Evidencia-se, conseqüentemente, que a única solução para o problema político-social brasileiro, e, aliás, para o de todos os povos, como o nosso, sujeitos à mesma crise, será substituir o regime de privilégios dominante que concede aos capitalistas, senhores de todos os meios

de produção, o direito de vida e de morte sobre o trabalhador. Torna-se indispensável organizar a sociedade brasileira de maneira que a terra e os instrumentos de produção, todos os bens sociais, produzido pelo esforço comum, sejam postos, como patrimônio comum a serviço da produção destinada a satisfazer as necessidades coletivas e não as ambições de riquezas da minoria capitalista (LEUENROTH, s/d., 07).

Para Edgard Leuenroth, a sociedade brasileira deveria ser organizada de modo a assegurar a cada brasileiro a sua liberdade e o bem-estar da coletividade. Deve-se considerar “o indivíduo como sua unidade essencial e que, repudiando todas as normas totalitárias e ditatoriais, seja baseada no livre consenso, determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, ideias e sentimentos de cada qual” (LEUENROTH, s/d., 07). A anarquia, no caso, seria edificada a partir de um pacto de solidariedade entre todos os seus habitantes. Ao firmar esse pacto, os homens se sentiriam responsáveis uns pelos outros, pois a sua liberdade dependeria da garantia da liberdade do outro, para que todos, obedecendo aos mesmos direitos e deveres, se comportassem como iguais. A necessidade de um Estado regulador da vida social numa sociedade anárquica aparecia frente a esse pacto algo infrutífero e desnecessário. Aos próprios homens, irmanados em uma sociedade de iguais, caberia a regência de suas vidas. Leuenroth entendia a solidariedade como uma lei natural que deveria reger os indivíduos em sociedade. Para que um indivíduo pudesse usufruir de sua liberdade, ele precisaria assegurar a liberdade de forma geral, sem restrições. Leuenroth criticou as leis artificiais, entendendo-as como desnecessárias à harmonia social.

Quanto à estrutura administrativa da nova sociedade, Leuenroth baseou-se no federalismo. Considerando que todo indivíduo necessitava da coletividade para o desenvolvimento de suas potencialidades, o autor afirmou que “a sociedade deve ser a associação de unidades atuantes e autônomas, livremente solidarizadas, (...), agindo na comunidade na base do livre acordo e

da ajuda mútua” (LEUENROTH, s/d., 36). Em outras palavras Leuenroth explicou que: “partindo de baixo para cima, do simples para o complexo, orientando-se pelo respeito à integridade da autonomia da unidade no conjunto” (LEUENROTH, s/d., 36), a sociedade socialista libertária brasileira seria fruto do entrosamento de todos os seus elementos. Observa-se, pois, que a crítica à sociedade vigente servia como esteio para a proposição da sociedade completamente nova que se desejava criar. A anarquia, no caso, aparecia como antípoda da organização social, política e econômica experimentada até então sob a égide do capitalismo e da autoridade.

## NOTAS

- 1 Vale mencionar que utilizamos o termo utopia em seu sentido positivo como explicitado por Lyman Sargent: “Eutopia ou utopia positiva - uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço que o autor pretendia que um leitor contemporâneo visse como consideravelmente melhor do que a sociedade em que esse leitor viveu” (SARGENT, 2016). Longe de considerarmos as utopias como quimeras ou sonhos imaginados, atentamo-nos para seu caráter histórico, como explicitado por Cosmio Quarta: “a duplicidade semântica do “u” inicial induz a configurar a utopia como o “lugar do bem”, a “sociedade virtuosa e feliz” (eu-topia) que “não tem lugar” (ou-topia). Só que aquele “não lugar” não se identifica com o puro “não ser”, com o nada, mas é antes um “não haver”, algo que “não é”, apenas em linha de fato. Trata-se, em outros termos, de um não ser aqui e agora, que, contudo, não impede que possa ser algures e no futuro” (QUARTA, 2006). Este autor compreende as Utopias como parte e uma necessidade do porvir humano. Sendo assim, a utopia só pode ser compreendida se encarada como um projeto cuja característica nuclear seria voltar-se para um futuro imaginado que nega aspectos do presente de enunciação. Nesse caso, não se trata mais de algo inverossímil ou impossível, mas de uma projeção, de uma iniciativa histórica que contradiz aspectos do presente, compreendidos como dispensáveis e/ou insuficientes.
- 2 Leuenroth participou da criação do Centro de Cultura Social de São Paulo em 1933, vinculado ao movimento anarquista, promovendo debates, palestras e exposições. Em 1944 fundou, com seus companheiros de militância, “A Nossa Chácara”, um espaço comunitário destinado ao encontro de anarquistas e simpatizantes para a discussão do pensamento libertário.
- 3 Não podemos deixar de mencionar também a preocupação de Leuenroth em guardar as memórias do movimento operário brasileiro e do movimento anarquista. Ele foi o responsável pela conservação de boa parte do acervo que hoje integra o Arquivo Edgard Leuenroth, situado na Universidade Estadual de Campinas. Outros dados bibliográficos podem ser encontrados em: LOPREATO, (2009). Ver também: KHOURY, (1988).
- 4 Jornal publicado na cidade de São Paulo e voltado para discussões teóricas do pensamento e movimento anarquista, no qual, foram

publicados vários textos de contestação à política vigente e de difusão das ideias e preceitos libertários. Em *O Libertário*, Leuenroth publicou uma série de textos que rememoram as atividades dos sindicatos de ação direta existentes no início do século, além de textos críticos em relação à realidade social, que continham propostas revolucionárias.

- 5 É importante ressaltar que a publicação de projetos utópicos anarquistas no Brasil no pós-Segunda Guerra não foi uma iniciativa exclusiva de Edgard Leuenroth. O anarquista Ênio Cardoso, por exemplo, escreveu o livro *Projeto de Federação Anarquista latino-americana*, no qual projetou uma sociedade anarquista que integrava todos os países da América Latina. Há ainda os textos: *La Nueva utopia* de Ricardo Mella, datado de 1889 e organizado para republicação no Brasil em 1969; *Preanarquia* de Randolfo Vella, publicado na Itália em 1931 e republicado no Brasil no ano de 1963; *La société Libertarie* de Georges Bastien, publicado em língua francesa em 1926, mas vertido para português em 1949 na forma de excertos no jornal *Ação Direta*. Para mais informações sobre estes projetos ver: FELIPE, 2020.
- 6 Manuscrito inacabado, guardado pelo Círculo Alfa de Estudos Históricos. O manuscrito foi cedido a historiadora Christina Lopreato por Parmênides Cubero, filho de Jaime Cubero (companheiro de militância política de Leuenroth). O Círculo Alfa de Estudos Históricos mantém a guarda de parte dos documentos libertários que foram conservados por Leuenroth ao longo de sua vida. Para maiores informações sobre o manuscrito, ver: LOPREATO (2009).
- 7 A ideia de abolição do Estado é um dos pontos que diferencia os projetos anarquistas dos projetos comunistas-marxistas. Enquanto os comunistas-marxistas veem a consolidação de um Estado proletário como etapa transitória de um processo maior de edificação de uma sociedade socialista, os anarquistas apostam na derrubada do Estado e de qualquer instituição autoritária como ponto de partida para a construção da anarquia.

## REFERÊNCIAS

- BASTIEN, Georges. *La Société libertaire*. Amiens: Germinal, 1926.
- CARDOSO, E. *Projeto de Federação Anarquista latino-americana*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1960.
- CUBERO, Jaime. Edgard Leuenroth, o homem e o militante. In: *Verve*. Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, nº10, 2006, p, 218.
- DEALBAR. *Os nossos propósitos*. São Paulo, Ano I, nº. 01, set./1965.
- DEALBAR. *Democracia...* São Paulo, ano I, n. 5, junho. de 1967, p. 01.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.172.
- HOLANDA, Heloisa Buarque de. Cultura e Cotidiano. In: ARAÚJO. R. B; BARRETO. T. V. (orgs.). *1964: O Golpe passado*

a limpo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007, p. 140.

KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária* Imprensa, Memória e Militância Anarco-Sindicalista. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

LEUENROTH, Edgard. O problema brasileiro sob o ponto de vista dos anarquistas. *Ação Direta*, ano I, n. 9, jun. de 1946, p. 1.

LEUENROTH, Edgard. Traços biográficos de um homem extraordinário. In: *DEALBAR*. Ano II, nº 17, dezembro de 1968, p. 01.

LEUEHNROTH, Edgard. O solidarismo na vida social brasileira. *Dealbar*, São Paulo, ano II, n. 8, out. de 1967, p. 02.

LEUEHNROTH, Edgard. O solidarismo na vida social brasileira. *Dealbar*, São Paulo, ano II, n. 10, dez. de 1967, p. 4.

LEUENROTH, Edgard. O solidarismo nas relações humanas. *Dealbar*, São Paulo, ano II, n. 11, jan. de 1968, p. 3.

LEUENROTH, Edgard. Ideal de confraternização universal. In: *Dealbar*. São Paulo, Ano I, n. 07, set./1967, p.01.

LEUENROTH, Edgard. *Qual a solução para o problema do país?*, Manuscrito, s/d

## REFERÊNCIA PALESTRA.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgar Leuenroth. In: *Verve*, Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, nº15, 2009, pp. 202-220.

MELLA, Ricardo. *La Nueva utopia*. II Certamen Socialista, Barcelona, 1889.

QUARTA, Cosmio. Utopia: gênese de uma palavra-chave. *MORUS* - utopia e renascimento, n. 3, 2006, p. 49.

SARGENT, Lyman. What is a Utopia? *MORUS* - utopia e renascimento, n. 2, 2005, p. 153-160.

VELLA, Randolpho. *Preanarquia*. Tradução de A. Pinto. São Paulo: Edição de Carlos Aldegheri, 1963 [1931].

VIANA, Allyson Bruno. *Anarquismo em papel e tinta: imprensa, edição e cultura libertária (1945 - 1968)*. Tese de doutorado. Fortaleza (CE): Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. 2014, p. 93-94.

## A AUTORA

Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe é Doutora em história (IFCH-UNICAMP, Brasil) - ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6861-009X>.

E-mail: [claudiatoentino.ufu@gmail.com](mailto:claudiatoentino.ufu@gmail.com)



Ed Porto Bezerra  
Hélder Paulo Cordeiro da Nóbrega  
Vlamiir Marques Duarte

## **PRESSÁGIO DISTÓPICO: OS SERIADOS TELEVISIVOS ENQUANTO ORÁCULOS ELETRÔNICOS**

### **RESUMO**

O trabalho objetiva compreender a relação que a audiência estabelece entre acontecimentos factuais com fragmentos de ficções de caráter distópico, dando a estes um cunho premonitório. Analisa-se, por meio da exploração de postagens em redes sociais digitais, como a função oracular tem sido atribuída às obras televisuais seriadas com o recorte voltado para Os Simpsons (1989) e The Handmaid's Tale (2017). Adota-se o Método Compreensivo de análise, sustentados pelos conceitos de violência neuronal de Han (2015); análise da cultura das séries de Jost (2018) e Silva (2014); e as funções distópicas de Hilário (2013). Concluiu-se que as séries distópicas assumem um caráter divinatório para uma parcela da audiência que busca neste gênero ficcional a compreensão acerca das atualidades mundiais.

**Palavras-Chave:** Cultura das séries, Distopia, Ficções seriadas, Os Simpsons, The Handmaid's Tale



## ABSTRACT

### DYSTOPIAN OMEN: TELEVISION SERIALS AS ELECTRONIC ORACLES

The work aims to understand the relation that the audience establishes between factual events with fragments of fictions of dystopian character, giving to them a premonitory nature. It is analyzed, through the exploration of posts on digital social networks, how the oracular function has been attributed to serial televisual works with the clipping turned to *The Simpsons* and *The Handmaid's Tale*. Adopting the Comprehensive Method of Analysis, supported by Han's concepts of neuronal violence (2015); analysis of the series culture of Jost (2018) and Silva (2014); and the dystopian functions of Hilário (2013). It was concluded that dystopian series assume a divinatory character for a portion of the audience that seeks in this fictional genre the understanding about world timeliness.

**Keywords:** Series culture, Dystopia, Serial fictions, *The Simpsons*, *The Handmaid's Tale*.

## RESUMEN

### PRESAGIO DISTÓPICO: LAS SERIES DE TELEVISIÓN COMO ORÁCULOS ELECTRÓNICOS

La obra pretende comprender la relación que el público establece entre hechos fácticos con fragmentos de ficciones de carácter distópico, que da a estos un carácter premonitorio. Se analiza, a través de la exploración de posts en redes sociales digitales, cómo se ha atribuido la función oracular a las series de obras televisuales, con el recorte dirigido a *Los Simpson* (1989) y *The Handmaid's Tale* (2017). Se adopta el Método Comprensivo de Análisis, apoyado en los conceptos de violencia neuronal de Han (2015); análisis de la cultura de las series de Jost (2018) y Silva (2014); y las funciones distópicas de Hilário (2013). Se concluyó que las series distópicas asumen un carácter adivinatorio para una porción de la audiencia que busca en este género ficticio la comprensión sobre la actualidad mundial.

**Palabras-clave:** Cultura de las series, Distopía, Ficciones en serie, *Los Simpson*, *The Handmaid's Tale*.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2017, verificou-se um significativo aumento nas vendas de obras literárias distópicas. Clássicos do gênero como o livro *1984* de George Orwell, lançado em 1949; *O Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley com primeira edição realizada em 1932 e *The Handmaid's Tale* (em português, *O Conto da Aia*) de Margaret Atwood, publicado inicialmente em 1985, voltaram a figurar na lista de *best sellers*.

Este último, adaptado do livro homônimo para uma ficção seriada, assinada pelo produtor e roteirista Bruce Miller - lançada através do canal estadunidense de *streaming* Hulu<sup>1</sup> em 2017 (até os dias atuais) e também está disponível no Brasil para assinantes da GloboPlay<sup>2</sup> - tornou-se vencedor de importantes prêmios como Programa do Ano e Série Dramática no *Television Critics Association* (em português, associação de críticos de televisão), além de oito Prêmios Emmy Internacional<sup>3</sup>, incluindo melhor atriz em série dramática (Elizabeth Moss) e melhor série dramática.

Esta série traz em sua trama a história de um futuro no qual um grupo fundamentalista religioso promove um golpe de Estado transformando os Estados Unidos na República de Gilead, uma teocracia patriarcal autoritária e militarizada. Outro seriado televisivo de grande popularidade é a animação *Os Simpsons* (EUA, 1989 até os dias atuais), uma criação de Matt Groening para a empresa estadunidense *Fox Broadcasting Company*, que não necessariamente tem a distopia como caráter primordial, mas recorre a ela como estratégia discursiva que enriquece sua trama cômica.

A animação utiliza a temática da distopia em vários episódios para retratar satiricamente o estilo de vida da classe média estadunidense através de Homer Simpson e sua família. Tal fato posiciona o seriado enquanto um dos ícones das ficções televisuais distópicas, particularmente pela analogia que os fãs da série fazem entre detalhes ficcionais contidos nos seus enredos com fatos que ocorrem tempos depois na realidade.

As hipóteses de sociedades baseadas em opressão, retrocesso e vigilância, apresentadas por obras distópicas, parecem responder à audiência acerca das incertezas sociopolíticas que pairam sobre as nações neste início de século XXI, maiormente em relação à ascensão de governos que flertam com o autoritarismo, como visto no Brasil com o caso de Bolsonaro, nas Filipinas com Duterte e nos Estados Unidos com o ex-presidente Trump, dentre outros.

Neste sentido, o pessimismo social tem ressignificado o conteúdo das séries, inclusive as cômicas, como *Os Simpsons* (1989), ao atribuir acepção distinta do entretenimento, outorgando uma função oracular às obras distópicas pelo vínculo entre enredo de ficção e antecipação de fatos da realidade concreta. Foi o que ocorreu recentemente, em 6 de janeiro de 2021, com a invasão ao prédio do capitólio - sede do poder legislativo dos Estados Unidos -, evento protagonizado por manifestantes pró-Trump que intencionavam parar o processo de certificação da vitória do novo presidente eleito, Joe Biden. Postagens de fotos e memes nas redes sociais digitais lembraram trechos de *The Handmaid's Tale* (2017) e de *Os Simpsons* (1989) que se assemelhavam ao ocorrido, percebidos por internautas e fãs das séries como previsão ou alerta profético.

Assim se questiona o seguinte: o espectador pode amalgamar acontecimentos factuais com fragmentos de histórias ficcionais, atribuindo aos acontecimentos um caráter correlacionado ao âmbito da premonição? Acredita-se que sim, e para tanto, adota-se como técnica de análise o Método Compreensivo (doravante identificado pela sigla MC) do sociólogo alemão Max Weber (1999), que propõe sondar fenômenos sociais a partir da investigação de subjetividades das ações dos sujeitos, racionalizando as condutas do mundo hodierno.

Dessa forma, buscou-se identificar e analisar o material sobre as séries que estivessem associados à percepção de premonição pela audiência, vindo a compreender a trama de ações racionais com relação a valores comportamentais segundo orientações weberianas, que afirma

ser fundamental ao pesquisador servir-se de conceitos e fontes que instrumentalizem a apreensão da realidade empírica.

O MC indica que a explicação científica do fenômeno observado se dê pela aplicação de uma análise das atualidades que permitam a comparação com a realidade empírica de modo científico, guardando a neutralidade axiológica como princípio basilar. Sendo assim a significação que a realidade da vida possui só poderia ser conhecida mediante o entendimento de acontecimentos culturais. Nas palavras do autor “o fim ideal do trabalho científico deveria consistir numa redução da realidade empírica a certas leis” (WEBER, 2003, p. 96).

Na metodologia weberiana, o objetivo é assimilar o sentido de uma atividade ou relação, não se tratando apenas de explicar um fenômeno. Nesse tipo de análise, o motivo é a causa da ação e é indispensável à análise sociológica. Com base nesse entendimento, delimitou-se o *locus* da pesquisa em notícias veiculadas pela imprensa nacional e postagens em redes sociais digitais, das quais coletaram-se amostras sobre as séries que demonstrassem a associação à premonição.

Esse artigo encontra sustentação teórica responsiva mais adequada à sua problemática nos estudos sobre *violência neuronal* do professor sul-coreano de filosofia e estudos culturais na Universidade de Berlim, Byung-Chul Han (2015); na análise correlacional entre cultura das séries e atualidades, do semiólogo francês François Jost (2012) e do professor Marcel Vieira Barreto Silva (2014); bem como na observação da função distópica enquanto ferramenta de análise radical da modernidade do professor Leomir Cardoso Hilário (2013).

Assim sendo, realiza-se a interpretação de subjetividades das ações dos sujeitos à luz dos conceitos teóricos supracitados visando o entendimento do evento comunicacional e cultural analisado. Na busca pela compreensão do aspecto oracular das distopias, é necessário evidenciar o seguinte recorte temporal em que se situa nossa pesquisa: um momento de pandemia global pelo

novo coronavírus, no qual a sociedade foi exposta ao cansaço, tensão e bombardeio de informações, em reconfigurações sócio-históricas sem precedentes que, por si só, também pode ser considerado um momento distópico.

Ratifica-se que esta pesquisa não tem como intuito comprovar a existência de previsões nas teleficções seriadas de caráter distópico, tampouco endossar a crença no ocultismo ou paranormalidade. Da mesma forma reafirma-se que o objetivo proposto é compreender e apresentar um panorama do sentido oracular que a audiência tem atribuído a produtos midiáticos específicos, registrando uma particularidade comunicacional que se manifesta neste início de século XXI.

## 2. DISTOPIAS NA CULTURA DAS SÉRIES

As dinâmicas que moldam o tecido social na contemporaneidade estão fartamente representadas pela centralidade das ficções televisuais seriadas no cotidiano das pessoas, na qual a série *The Handmaid's Tale* (2017) surge como um expoente justamente por tornar as narrativas distópicas ícones da cultura pop.

Contudo, a noção de distopia também se aplica a obras de animação, como *Os Simpsons*, por seu aspecto negativista de representação de futuro. Nesse sentido, faz-se necessário compreender as subjetividades que formam as distopias e, por consequência, a dimensão cultural construída entre sujeitos que compartilham crenças e valores semelhantes, estruturados a partir das significações distópicas.

Enquanto elemento construtor de saberes e cognições dos sujeitos, as ficções televisuais seriadas, singularmente as distopias, despertam crescente empatia na audiência e curiosidade entre os estudiosos dos processos comunicacionais telemáticos, maiormente os dedicados à análise da cultura das séries. Nesse fluxo, o semiólogo e professor francês François Jost (2012) recomenda “observar as séries como como sintomas de aspirações das pessoas e de tudo o que elas possam dizer sobre os homens” (Jost, 2012, p. 9).

Neste sentido, é premente que se atualize o entendimento sobre o que de fato são distopias e qual sua representatividade para a audiência, tendo em consideração a massificação cultural a que o gênero tem sido submetido, ganhando relevância como um dispositivo de saber e desenvolvedor do senso crítico. Berriel (2005) afirma que distopias podem ser compreendidas como projeções negativas observadas no presente, geralmente simbolizadas por sociedades oprimidas por totalitarismo, privação e desespero.

Para Hilário (2013) “etimologicamente, distopia é palavra formada pelo prefixo *dis* (doente, anormal, dificuldade ou mal funcionamento) mais *topos* (lugar). Num sentido literal, significa forma distorcida de um lugar” (Hilário, 2013, p. 205). O mesmo autor adverte que distopia não é antítese de utopia e tampouco se configura enquanto antiutopia, pois problematiza hipóteses percebidas no presente, caso prevaleçam e mereçam ações de intervenção na atualidade. Nas palavras do autor, “a narrativa distópica não se configura, deste modo, apenas como visão futurista ou ficção, mas também como uma previsão a qual é preciso combater no presente” (Hilário, 2013, p. 206).

A origem das distopias, como a conhecemos hoje, reside em bases literárias que datam de mais de um século atrás, como por exemplo *The Last Man* (em português, o último homem), romance de ficção científica apocalíptica de autoria da escritora britânica Mary Shelley no ano de 1826, que apresenta um mundo arruinado por uma doença que mata gradualmente a população.

No Brasil, os primeiros indícios de distopia literária encontram-se na obra *O Presidente Negro* (1926), de Monteiro Lobato, cujo enredo profético aponta para o surgimento de uma rede na qual pessoas se comunicariam e trabalhariam à distância, semelhante à internet. Por meio de uma máquina batizada de porvirosópio, instrumento que podia antever o futuro, os personagens acessam a história dos Estados Unidos no ano de 2.228, envolto em crises sociais como segregação racial, aculturação e lutas feministas.

A televisão e posteriormente a internet, trouxeram aos núcleos domésticos as distopias em formato seriado, popularizando o gênero. Contudo, produções cinematográficas foram as responsáveis pela transição das distopias a linguagem da imagem em movimento; isto pode ser verificado desde os primórdios do cinema, como no filme *Metrópolis* (Alemanha, 1927), cujo enredo aborda a luta de classes e a substituição do trabalho humano por robôs em uma sociedade futurística, ou em *Blade Runner* (EUA, 1982), *O Show de Truman* (EUA, 1998) e *Bacurau* (Brasil, 2019), obras que infundem a ideia de futuro desastroso, tendo como parâmetro as más decisões humanas do tempo atual.

Ao analisar a contribuição de pensadores como Kafka, Proust, Musil, Walter Benjamin e Adorno, dentre outros, Hilário (2013) concluiu que as distopias são um dos mais importantes meios para “pensar criticamente a contemporaneidade, sobretudo com relação à segunda metade do século XX e início do século XXI” (Hilário, 2013, p. 202). Desta forma, esse artigo analisa as distopias como veículos capazes de fornecer uma compreensão acerca da atualidade sociocultural e política mundial através do exame dos aspectos que desempenham para a audiência, sendo o oracular um destes aspectos.

Silva (2014, p. 241), estudioso das narrativas seriadas, diz que há uma capacidade de construir laços afetivos e identitários entre pessoas que se reconhecem pelo consumo habitual e grupal de uma obra televisiva, formando assim a cultura das séries, identificada pelo autor como *telefília transnacional*. Ainda em acordo com autor mencionado, ao dilatar o universo das séries para além do material televisivo, engendram-se dinâmicas de compartilhamento e relações interacionais por meio de comunidades virtuais de fãs. Seria, então, a partir deste agrupamento, que tem em comum a identificação com um produto audiovisual, que se formaria uma *espectatorialidade hiperconectada* (Silva, 2014, p. 247).

As ficções televisuais de caráter distópico têm despertado não só uma empatia tribal entre os televidentes afeiçoados ao gênero, como também fomentado uma

*Nova Onda das Distopias*, termo utilizado para fins desse texto. Tal escolha se dá essencialmente por verificar nos estudos desenvolvidos sobre a temática da distopia uma expressão que ainda reclama para si sua melhor definição e, antes que soe como uma pretensão, vamos aos fatos mais condizentes relativos à escolha referida.

Borges e Chagas (2019) ao escreverem sobre masculinidade na série *The Handmaid's tale* (2017) citam uma *nova onda de distopias*, provindas do entendimento desses autores acerca de dois outros textos mencionados em seu artigo. Utilizando com precisão o excerto aludido, os pesquisadores, ao referenciar a série *O conto de Aia*, destacam que “A produção passou a integrar a assim chamada nova onda de distopias, em que narrativas pessimistas sobre o futuro gozam de grande popularidade nos mais diversos meios” (Borges & Chagas, 2019, *online*).

Todavia, percebe-se que os autores não se aprofundam no verbete usado com ênfase entre parênteses na primeira sentença que indica não se tratar de uma expressão completa, apesar da sinalização considerada por esse estudo muito pertinente. Da mesma forma que os textos que suscitaram aos estudiosos chegarem as suas elucubrações também não fazem uso da locução.

Pinto e Portela (2019) utilizam o vocábulo *a era dourada das distopias* para definir o novo período de distopias críticas, iniciado com *O conto de Aia*, e que representaria melhor os anseios da contemporaneidade. Tal locução foi extraída de duas matérias jornalísticas, a saber. “Os jornais *The New Yorker* e *El País* nomeiam tal fenômeno como a era dourada das distopias e talvez esse seja um título adequado para a situação, apesar de que, no caso das matérias, pelo menos uma das autoras utilize o título para atestar certo fracasso” do gênero (Pinto & Portela, 2019, p. 125).

Em se tratando da contemporaneidade e a forma como compreende-se esse fenômeno que transpassa a todos no tempo atual vivido, rememora-se o que expõe Agamben (2009) ao dizer que o contemporâneo é

aquele que enxerga no tempo presente as suas trevas ao passo em que busca a todo instante ser iluminado por luzes que tentam chegar ao seu encontro, mas que não conseguem por completo; isso ocorre porque para que haja uma compreensão maior de um fato é necessário vive-lo como um todo os seja que as situações cheguem ao seu desfecho final ainda por vir.

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela. (Agamben, 2009, p. 59).

Seguindo esse fluxo, numa perspectiva agambeniana, as distopias seriam uma maneira de se deixar alcançar por luzes futuras que tentam se aproximar a todo instante de fatos presentes nos quais opta-se por observar suas escuridões não no sentido retiniano de um não-ver, mas sim de não se permitir cegar por toda a luminosidade de seu próprio tempo.

Contemporâneo é aquele que busca vasculhar as trevas de seu tempo e inclina-se à procura do de esclarecer os obscurantismos mirando a todo instante para tudo aquilo ainda em estado de vir a ser. Logo a sentença *era dourada das distopias* fica, no entendimento desse estudo, voltada para uma época futura como sendo ou não de fato abrilhantada pelas luzes de seu desenlace. Voltando a atenção para as ficções televisuais distópica, Jost (2012, p. 29), vai sinalizar que essas narrativas se unem em *ideologias transnacionais*, ou seja: refletem acontecimentos universais. O mesmo autor explica que o sucesso das séries não se dá mais por meio de propiciar um entendimento simbólico acerca do mundo do que sua capacidade de refletir realistamente o mesmo. (Jost, 2012, p. 9).

Tal abordagem embasa a compreensão desse escrito no que diz respeito a forma com a qual a cultura das séries desempenha papel não somente de entretenimento, mas também de espaço de pertencimento por afetos e reconhecimentos, em que a transnacionalidade fomenta a empatia tribal dos fãs de seriados, como visto no evento da invasão ao capitólio.

Ainda na tentativa de explicar o fascínio das distopias sobre a audiência, recorre-se a Han (2015, p. 5), para quem o funcionamento das sociedades ocidentais se baseia em violência neuronal, que são inerentes a própria estrutura social do ocidente. Estas podem ser descritas em sua forma fisiológica, na visão do autor referendado, como sofrimentos psíquicos: síndrome de *burnout*, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e depressão.

Em seu caráter essencialmente social, a violência neuronal pode ser categorizada, segundo os conceitos do estudioso, como sociedade do desempenho (Han, 2015); já descrita por outros estudos a exemplo da sociedade pós-industrial (Bell, 1999); biopolítica (Foucault, 2008); ou sociedade de controle (Deleuze, 1992). Em D'Ancona (2018) encontra-se uma pesquisa de opinião encomendada ao instituto Ipsos para o site Buzzfeed. Com mais de 3 mil pessoas entrevistadas, o levantamento, realizado em 2016 nos Estados Unidos, refere-se à campanha presidencial de Donald Trump e demonstrou que “75% daqueles que viram as manchetes das notícias falsas as julgaram como exatas” (D'ancona, 2018, p. 55).

Esta crença sem resistência em manchetes de notícias pode apontar um caminho explicativo sobre como as a função oracular das distopias se replica em ambientes virtuais ao ponto de consumir uma verdade quase incontestada, tendo em mente que esta função é maiormente difundida por fotos e memes.

Destaca-se que o termo meme se popularizou a partir de sua aparição no livro *The Selfish Gene* (em português, O Gene Egoísta), do escritor Richard Dawkins, em 1976, e atualmente refere-se à ideia propagada por

internautas por meio de imagem, vídeo ou GIF. Na internet, concerne ao fenômeno de uma informação que se espalha alcançando grande popularidade, assumindo particularmente entre internautas do Brasil fins humorísticos que impactam as formas de crítica política, social e econômica dos brasileiros.

Por meio dos memes se desenvolvem minúcias comunicacionais próprias das interações sociais. “O meme se enquadra em qualquer contexto e pode ser utilizado nos mais diferentes espaços virtuais, através do humor e a síntese de imagens, palavras e/ou vídeos” (Ferreira & Lima, 2020, p. 2.246).

No que concerne a função oracular distópicas na web o acesso a este tipo de conteúdo parece gerar uma espécie de fascínio, como um *password*, que autoriza o alcance a um privilégio informacional dentro da cultura das séries, o que poderia ser explicado como resultado da ansiedade que permeia as performances sociais dos sujeitos, cujo sucesso em ambientes *online* também estaria atrelado ao desejo de tornar-se uma fonte de informação. Sobre isto, D'Ancona (2018) é categórico ao dizer que:

Os sites conspiratórios e a mídia social tratam com desdém os jornais impressos ou a grande mídia (*mainstream media* - MSM), considerando-os a voz desacreditada de uma ordem globalista e de uma elite liberal, cujo tempo já passou. (D'ancona, 2018, p. 20).

A tensão e a ansiedade, potencializadas pela vivência no ciberespaço, foram comprovadas na terceira edição da pesquisa *Juventudes e Conexões*, encomendada pela Fundação Telefônica Vivo, realizada em 2019 com 1.440 brasileiros entre 15 e 29 anos, e divulgada pelo site jornalístico *Estado de Minas*. Para 57% dos entrevistados, o ambiente *online* agrava a ansiedade e 60% respondeu que aumenta a sensação de isolamento.

O reconhecimento das séries televisivas como dispositivos premonitórios acontece predominantemente no universo *online* por meio de postagens em redes sociais

digitais, sites e blogs, o que torna os dados da pesquisa supracitada relevantes à essa análise, pois, comprova que há uma interrelação ente o negativismo distópico e o negativismo vivenciado em ambientes digitais. Assim sendo, ambos os tipos de negativismo podem ser definidos genericamente como uma característica emocional de disposição à negação sistemática, uma resistência a propostas que leva à recusa da realidade e às atitudes pessimistas, nas quais o pior é sempre o resultado esperado.

Segundo Hilário (2013), ao promover o pensamento crítico acerca das barbáries da civilização que permeiam o cotidiano humano, as distopias funcionam como espelhos das crueldades, desigualdades e opressões às quais a humanidade é submetida diariamente, agindo como mecanismo *desbarbarizador* (Hilário, 2013, pp. 212-213) e, ao mesmo tempo, potencializa a violência neuronal (Han, 2015). Em outras palavras, ao causar comoção, as distopias também estimulam sofrimentos pelas incertezas que geram sobre o futuro.

Dessa forma, seguindo a metodologia MC que recomenda o entendimento do fenômeno observado através de comparação com a realidade empírica, infere-se que a invasão ao capitólio reconhecida em fragmentos de séries contextualiza a discussão aqui apresentada de que a espetatorialidade hiperconectada em agrupamentos *online*, e fundamentada por negativismos, seria uma peça importante na formação do cunho premonitório atribuído às distopias. Com base nestas constatações, segue-se o percurso analítico aqui proposto investigando como a audiência admite a função oracular às séries televisivas.

### 3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO FENÔMENO OBSERVADO

Esta Seção se inicia com a apresentação do fenômeno através de postagens em redes sociais e de matérias jornalísticas (subseções 3.1 e 3.2) e se encerra com a análise das subjetividades segundo a MC (subseção 3.3).

Desta forma, o trajeto analítico inicia-se com o registro televisual da invasão ao capitólio, evento descrito

como uma “tentativa de golpe de Estado” (Militão, 2021, *online*) e perpetrado por apoiadores do então presidente estadunidense, Donald Trump. Transmitido em tempo real por canais de televisão de todo o mundo, as cenas mostraram um episódio caótico no qual uma multidão avançou para dentro do prédio em protesto contra supostas fraudes no processo eleitoral que tiraram de Trump a chance de reeleição à presidência estadunidense.

Foi a partir das imagens que viam na tela da televisão que os televidentes compararam as ocorrências reais a fragmentos ficcionais. Nesse fluxo, faz-se importante mencionar Aumont (2002) ao dizer que “a imagem se define como um objeto produzido pela mão do homem, em um determinado dispositivo, e sempre para transmitir a seu espectador, sob forma simbolizada, um discurso sobre o mundo real” (Aumont, 2002, p. 260). Assim sendo, a amálgama estabelecida pelos televidentes entre a invasão ao capitólio e as cenas de seriados ficcionais é compreendida como uma categoria analítica, por atribuir às ficções televisuais um caráter de oráculo eletrônico. Diante do acontecimento, a audiência passou a divulgar nas redes sociais digitais (ex.: *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*) a teoria de que episódios do *sitcom*<sup>4</sup> de animação *Os Simpsons* (1989) já haviam predito algo muito semelhante ao que eles estavam vendo pela TV.

#### 3.1 POSTAGEM 1 – OS SIMPSONS (1989)

A dinâmica das postagens foi, basicamente, comparações entre fotos da invasão e capturas de tela de episódios da animação seriada. Um destes episódios, apontados como premonitório, foi *Treehouse of Horror XXXI*<sup>5</sup>, o 4º da 32ª temporada, cuja trama trata das eleições presidenciais nos Estados Unidos: o personagem Homer Simpson adormece na cabine de votação e desperta meses depois, no dia da posse, em um cenário apocalíptico. Foi a partir deste mote que o internauta Willian (@Editzfeneto) postou em sua conta no Twitter uma colagem fotográfica na qual comparou o episódio citado ao fato político estadunidense (Figura 1).

Figura 1 – Postagem compara invasão ao capitólio a episódio de *Os Simpsons*.



Foto: captura de tela. Fonte: Twitter.

A publicação foi feita às 6h43m (horário de Brasília/DF) do dia 6 de janeiro de 2021, portanto, ainda durante o desenrolar dos fatos no capitólio. Percebem-se as semelhanças entre os quadrantes à esquerda e seus correspondentes à direita, que traz como cabeçalho um texto anunciando a sensação de assombro do internauta diante do fato: “Os EUA sofrendo uma tentativa de Golpe de Estado com a invasão ao capitólio por apoiadores de Trump e só tenho uma coisa a dizer: *Os Simpsons* (1989) passaram dos limites” (Willian, 2021, *online*).

Os dados quantitativos relativos ao engajamento à esta postagem, verificados no dia em que se coletaram esses dados para o presente estudo – 204 curtidas, 3 comentários e 23 *retweets* (republicação da postagem original) – sugerem que a pretensa previsão apontada pelo internauta tenha se replicado nas redes sociais digitais em um alcance inimaginável, potencializando a função oracular, que é o fundamento da postagem.

A cada evento relevante verificado no mundo, internautas adeptos das teorias da conspiração encontram nos episódios do *sitcom* semelhanças com os fatos em ocorrência, e postagens na internet anunciam *Os Simpsons* (1989) como adivinhões.

Profissionais de imprensa também estão atentos aos preságios da animação e reproduzem em matérias jornalísti-

cas a percepção de internautas sobre o tema. A jornalista Marcella Alves de Freitas (2020, *online*), em matéria para o site Segredos do Mundo (Figura 2), especula que as previsões em *Os Simpsons* (1989) podem ser “fruto da sorte, de viagens no tempo ou de estudos com videntes”, mas “não se sabe ao certo como os criadores dos Simpsons conseguem antecipar (mesmo que sutilmente, às vezes) tantos acontecimentos” (Freitas, 2020, *online*).

Figura 2 – Jornalismo especula sobre previsões de *Os Simpsons*.



Foto: captura de tela. Fonte: Segredos do Mundo.

No Brasil, a fama de *Os Simpsons* (1989) enquanto oráculo eletrônico teve início bem antes da invasão ao capitólio. Dentre as primeiras previsões percebidas por internautas e replicadas pela imprensa brasileira, encontram-se em Freitas (2020) e em editoriais de portais de notícias, como o Correio 24 horas (2014)<sup>6</sup> e O Globo (2020)<sup>7</sup>, menções ao episódio *You Don't Have to Live Like a Referee*<sup>8</sup> como um dos capítulos de maior repercussão.

No referido episódio, o 16º da 25ª temporada da animação, os roteiristas anteciparam a derrota da seleção brasileira de futebol para a Alemanha após a lesão do maior craque, fato muito semelhante ao ocorrido com o jogador Neymar durante a Copa do Mundo de 2014. Ainda neste mesmo episódio, o personagem Homer Simpson “se torna árbitro da Copa do Mundo [de futebol] e passa por diversos testes de suborno durante viagem pelo Brasil” (G1, 2020, *online*). Um dos testes mostra uma mala com cédulas de 200 reais, moeda que só entraria em circulação no Brasil 6 anos depois.



Outro exemplo encontra-se no 21º episódio da 4ª temporada intitulado *Marge in Chains* (em português, Marge acorrentada), de 1993. A personagem Marge, esposa de Homer Simpson, compra um aparelho importado do Japão e este vem contaminado por uma gripe asiática chamada de Gripe de Osaka. A doença se espalha pela cidade de Springfield, onde vivem *Os Simpsons* (1989), e esta trama foi indicada por internautas como um alerta premonitório sobre a pandemia do novo coronavírus, que assolaria o planeta anos mais tarde. Sobre isto, e em defesa da divinação contida em *Os Simpsons* (1989), Freitas (2020, *online*) questiona: “como duvidar de quem já acertou até sobre a pandemia?”

### 3.2 POSTAGEM 2 – THE HANDMAID’S TALE (2017)

O enredo de *Os Simpsons* já se tornou popularmente conhecido como premonitório entre internautas. Todavia, a invasão ao capitólio trouxe à série *The Handmaid’s Tale* (2017) o status de oráculo eletrônico da cultura pop, particularmente pela associação entre sua trama - que apresentou um golpe de Estado por cidadãos estadunidenses fundamentalistas religiosos - e as cenas da invasão ao Congresso.

No Brasil, a aura premonitória em torno do seriado foi reforçada por veículos da imprensa, como visto na publicação da jornalista Raquel Carneiro (2021) no site de Veja (Figura 3), e cujo subtítulo da matéria diz: “Invasão do Congresso americano por arruaceiros pró-Trump lembra série sobre governo totalitário que toma os Estados Unidos em golpe violento” (Carneiro, 2021, *online*), em referência ao seriado.

Figura 3 – Enredo da série reconhecida na invasão ao capitólio.



Foto: captura de tela. Fonte: Veja.

Diante do que ocorria no capitólio, o internauta Fer-

nando Oliveira (@fefito) questionou em sua conta no Twitter se aquele seria o dia em que os Estados Unidos se tornariam Gilead (Figura 4), em referência à República descrita na série.

Figura 4 – Internauta associa a invasão ao capitólio à República de *The Handmaid’s Tale*.

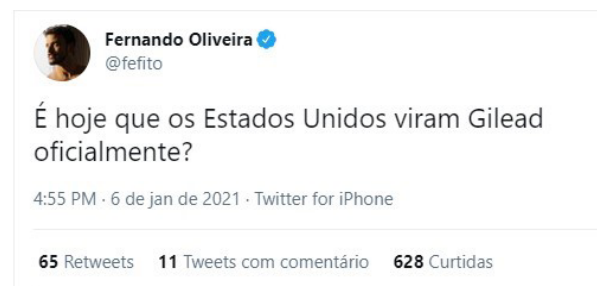


Foto: captura de tela. Fonte: Twitter.

Esta postagem obteve 628 curtidas, 65 *retweets* e 11 respostas (verificados no dia em que foi acessado pelos autores desse escrito). Dentre as respostas, encontramos expressões de medo de que o fato ocorrido no Congresso estadunidense pudesse se repetir no Brasil, corroborando a conexão com a série feita pelo autor da postagem.

No Facebook, usuários também associaram o enredo da série ao evento no capitólio, como pode-se conferir na postagem do internauta Erasmo Portavoz, realizada no dia 7 de janeiro de 2021 (Figura 5).

Figura 5 – Internauta admite paranoia social.



Foto: captura de tela. Fonte: Facebook.

No texto, em que descreve seu pensamento acerca do ocorrido nos Estados Unidos, o internauta finaliza dizendo: “Que paranoia social!”, o que nos remete ao pensamento de Berriel (2005), para quem as distopias são projeções negativas.

Outro exemplo de como *The Handmaid's Tale* (2017) se tornou um oráculo eletrônico encontra-se em uma postagem no Instagram feita pelo perfil @Handmaidsbrasil, fã-clube da série. No dia 7 de janeiro de 2021 – um dia após a invasão ao capitólio – foi postado uma imagem que retrata um momento do episódio intitulado *June* (episódio 1 da temporada 2). O personagem Luke relata à sua esposa, June, sobre a invasão ao capitólio, que está sendo televisionada: “Vinte ou trinta caras armados. Eles começaram a atirar das galerias. Acabou de acontecer”, diz a fala original do personagem, reproduzida na colagem fotográfica disponibilizada por @Handmaidsbrasil (Figura 6):

Figura 6 – Fala do personagem Luke sobre invasão ao capitólio na série *The Handmaid's Tale*.

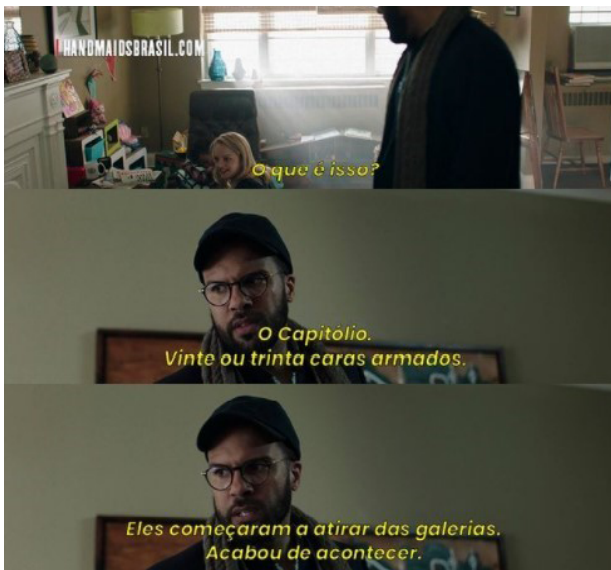


Foto: captura de tela. Fonte: Instagram.

Devido às semelhanças com o ocorrido no capitólio no dia 6 de janeiro de 2021, e inspirados pela postagem de @Handmaidsbrasil, fãs e internautas passaram a considerar esta cena do seriado como um grande acerto profético, outorgando a *The Handmaid's Tale* (2017) a função oracular. A citada postagem foi curtida por 9.569 pessoas (número verificados no dia em que se acessaram esses dados para esse artigo), dentre elas a internauta Stella Oliveira (@stellaoliveiraa) que respondeu à postagem dizendo que também havia lembrado desta cena da série quando viu as notícias na televisão sobre a invasão ao Congresso estadunidense (Oliveira, 2021, *online*).

A internauta Wanessa Heredia (@wanessaheredia) também comentou a postagem expressando sua admiração ao comentar que: “Vocês também preveem o futuro? Achava que era só *Os Simpsons*” (Heredia, 2021, *online*). Pelas amostras aqui apresentadas, percebe-se que a espetatorialidade tem ratificado o senso divinatório que acompanha as séries distópicas, o que conduz à etapa de análise desta função oracular para a audiência.

### 3.3 SUBJETIVIDADES ORACULARES

Visando cumprir a etapa de análise da metodologia weberiana, que declara a causa da ação observada como ponto crucial ao estudo sociológico do fenômeno, inicia-se considerando as transformações – ou deformações – das emocionalidades fomentadas pela televisão e internet como exórdio ao entendimento da função oracular das distopias televisivas.

Sendo os meios de comunicação componentes inerentes à constituição da sociedade contemporânea, particularmente a ocidental em que televisão e internet difundem costumes e condutas, verifica-se que a sociedade do desempenho descrita por Han (2015), com sua demanda por velocidade, produtividade e inquietude, tem fomentado a paranoia social que ora se apresenta como efeito da exposição à violência neuronal sistêmica.

Adaptando o pensamento do professor sul-coreano ao nosso estudo, deduz-se que os meios de comunicação têm contribuído à constituição de sujeitos que buscam escapes em práticas como a adivinhação, na qual suprem a necessidade de transcender o tempo de incertezas e exaustões, e antever o futuro por meio de artifícios responsivos às irresoluções que os permeiam no tempo contemporâneo.

Pelo prisma agambeniano, os sujeitos tendem a evidenciar o obscurantismo do tempo presente reverberando num posicionamento em que se busca elucidações que estão no por vir. Assim, aquilo que já foi sufocante em um tempo passado surge em narrativas distópicas por

buscarem refletir sobre temas futuros, emergindo no presente como fatos atualizados, projetados em circunstâncias anteriores. Da mesma forma que no tempo atual vislumbra-se encontrar mais à frente as iluminações das incertezas da realidade que se manifestam nas narrativas ficcionais criadas por seus contemporâneos em um vir-a-ser.

Tais fatores estariam na base das funcionalidades sociais das distopias ao atribuem a estas uma função oracular, especificamente aqui percebida em sua forma seriada televisiva e a quem Jost (2012) recomenda observar como como sintomas de aspirações das pessoas. O que os televidentes revelam ao encontrar pontos correlatos entre a invasão ao capitólio estadunidense e enredos de telesséries sugere que, subjetivamente, estão projetando o pessimismo de obras distópicas em emocionalidades construídas pela violência neuronal.

O senso divinatório compõe a subjetividade comportamental da audiência a qual referiu-se até agora, cuja representatividade, segundo Hilário (2013), reside na edificação do pensamento mágico. A partir da explicação acerca das funcionalidades sociais das distopias, observa-se que o caráter premonitório atribuído às ficções seriadas confere a quem as enxerga uma distinção perante os demais participantes de um grupo.

Ao perceber quando uma série dá um *spoiler*<sup>9</sup> da vida real, o televidente assume a posição de fonte de dados, revelador de uma informação inédita ainda não acessada pela maioria. Sobretudo entre os mais jovens, para quem a felicidade é cada vez mais mensurada pelo número de *likes* e *views*, como demonstrado pela pesquisa Juventudes e Conexões, podemos inferir que o fato de encontrar um sentido oracular nas séries televisivas está intimamente interligado à ação de compartilhamento de conteúdo conspiratório atuando como pretenso redutor da solidão e da ansiedade a que estão sujeitos.

Sabendo-se que o caráter basilar das distopias é o negativismo, infere-se que, ao atribuir-lhe uma função oracular ou divinatória, está-se, subjetivamente, projetando o pessimismo de emocionalidades construídas

pela violência neuronal e que estão no cerne cognitivo e comportamental da audiência na atualidade. Assim, acredita-se que as distopias televisuais ascendem em nosso tempo, reunindo grande número de admiradores e consumidores, por refletir o negativismo a que estão expostos cotidianamente. A função oracular seria, então, neste sentido, a esperança na caixa de Pandora, a que indica o caminho a ser seguido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprindo as etapas previstas pela metodologia adotada, conclui-se a pesquisa aqui apresentada, referente a um aspecto das distopias televisuais, por meio da sondagem de subjetividades das ações de fãs de seriados registrados em comentários nas redes sociais digitais.

Ao analisar-se a correspondência entre um recorte da realidade empírica e a realidade ficcional de duas telesséries distópicas, e sustentando-se em conceitos sociológicos, foi revelado que a função oracular das distopias se materializa, particularmente em nosso tempo, mediante a manifestação de internautas que concatenam os produtos culturais consumidos, na especificidade das telesséries levantadas nesse estudo, com um mundo em constante por vir. Exemplificando, destaca-se o excerto escrito por Erasmo Portavoz em sua conta no Facebook: “Ontem, durante a invasão do capitólio, eu pensei que estava assistindo ao vivo a gravação de um capítulo da série *The Handmaid’s Tale* e a instauração da República de Gilead” (Poertavoz, 2021, *online*).

A invasão do capitólio, por si só um evento distópico, pôs em paralelo – e na mesma linha temporal – a distopia projetada em um futuro ficcional e o ocorrido na realidade empírica. Nesta ocorrência real, televisionada para o mundo, houve a projeção pessimista traduzida pela opinião do internauta como a sensação de que se estava vivenciando um momento de paranoia social. Ao reconhecer um enredo ficcional acontecendo concretamente, na realidade factual, a audiência confirma a teoria Hilário (2013), para quem as distopias são recursos capazes de proporcionar uma compreensão acerca da atualidade sociocultural e política mundial.

O aqui analisado demonstra inequivocamente como a espetacularidade hiperconectada, trazida por Silva (2014), tem desdobrado a significação de produtos audiovisuais para dinâmicas relacionais e comportamentais em que o divinatório assume papel conectivo, baseado em projeções negativistas, entre pessoas em ambientes *online*. Em tempos de incertezas, que envolvem polarização política, pandemia e notícias falsas, as emocionalidades geradas pela tensão e ansiedade da expectativa do porvir são atributos que favorecem a recepção das distopias televisuais como oráculos eletrônicos.

Isto posto, pretende-se que este trabalho sirva de horizonte analítico para futuras pesquisas que almejem investigar a forma como o uso das tecnologias digitais e eletrônicas têm se estabelecido enquanto ferramentas de divinação para a audiência, formando um novo paradigma na cultura das séries em que o presságio distópico dos oráculos eletrônicos assume o sentido simbólico de representação das emocionalidades do público.

## NOTAS

- 1 Empresa norte-americana de entretenimento que fornece serviços de vídeo sob demanda.
- 2 Plataforma de vídeos da Rede Globo que permite assistir ao conteúdo oficial da emissora *online*. Lançado em novembro de 2015, a plataforma exhibe novelas, telejornais, minisséries e programas de esporte. Os conteúdos estão disponíveis através de uma assinatura paga.
- 3 Prêmio concedido pela Academia Internacional das Artes e Ciências Televisivas, sendo considerado o mais importante e prestigioso da indústria televisiva mundial.
- 4 Abreviatura da expressão inglesa *situation comedy* (em português, comédia de situação, tradução nossa) usada para designar séries televisivas humorísticas encenadas em ambientes cotidianos.
- 5 Horror na casa da árvore XXXI, tradução nossa. O episódio foi dirigido por Steven Dean Moore e escrito por Julia Prescott, tendo ido ao ar em 1 nov. 2020 nos Estados Unidos, transmitido pela Fox.
- 6 Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/simpsons-videntes-desenho-previu-derrota-do-brasil-para-a-alemanha/>>, acesso em 12 mar. 2021.
- 7 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/serie-os-simpsons-previu-cedula-de-200-em-2014-1-24558410>>, acesso em 12 mar. 2021.
- 8 Horror na casa da árvore, tradução nossa. Foi ao ar em 2014.
- 9 Revelação de informações inéditas sobre uma série, livro ou filme, para quem não assistiu ou leu.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o Contemporâneo?** In: O que é o Contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Trad. Estela dos Santos Abreu e Cláudio César Santoro. Campinas-SP: Papirus, 1993. 317 p.
- BELL, Daniel. **The coming of post-industrial society**. Nova York: Basic Books, 1999.
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Utopia, distopia e história. In: **Revista MORUS – Utopia e Renascimento**. Campinas, n. 2, 2005, pp. 4-10.
- BORGES, Felipe., & CHAGAS, Isabelle. A men's place: o passado como referência para o futuro das masculinidades em The Handmaid's tale. **Galáxia** (São Paulo), núm. 1, Esp., pp. 87-99, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3996/399660504008/html/>>, acesso em 01 ago. 2021.
- CARNEIRO, Raquel. **Distopia? Ataque ao Capitólio é estopim de 'The Handmaid's Tale'**. Veja, 2021, *online*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/tela-plana/distopia-ataque-ao-capitolio-e-estopim-de-the-handmaids-tale/>>, acesso em 01 abr. 2021.
- D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Tradução: Carlos Szlak. 1ª ed. Barueri: Faro Editorial, 2018. 142 p.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FERREIRA, Victor Hugo Nicácio., & LIMA, João Vicente Ribeiro Barroso da Costa. Redes Cômicas: uma abordagem sobre como pesquisar o humor na internet e as reverberações subliminares em torno do meme. **Diversitas Journal** (Santana do Ipanema/AL), n. 3, v. 5, jul./set. 2020, pp. 2.237-2.262. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v5i3-1203.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, Marcella Alves de. **Previsões dos Simpsons – Todas as vezes que a animação previu o futuro**. Segredos do Mundo. R7, 2020, *online*. Disponível em: <<https://segredosdomundo.r7.com/previsoes-dos-simpsons/>>, acesso em 10 fev. 2021.
- OS JOVENS na web: de interação a isolamento. **Estado de Minas**, 2019, *online*. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/09/17/interna\\_nacional,1085724/os-jovens-na-web-de-interacao-a-isolamento.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/09/17/interna_nacional,1085724/os-jovens-na-web-de-interacao-a-isolamento.shtml)>, acesso em 01 fev. 2021.
- 'OS SIMPSONS' 'previu' Alemanha derrotando Brasil e vencendo a Copa. **G1**, 2020, *online*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2014/07/os-simpsons-previu-ale>

manha-derrotando-brasil-e-vencendo-copa.html>, acesso em 11 fev. 2021.

HAN, Byung-Chul **Sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HANDMAIDSBRASIL. Postado em: 07 jan. 2021. **Instagram:** @handmadsbrasil. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CJvbs-dLQOe/>>, acesso em 09 abr. 2021.

HERDIA, Wanessa. Postado em 07 jan. 2021. **Instagram:** (@wanessaheredia. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CJvbs-dLQOe/>>, acesso em 09 abr. 2021.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade**. PDF. Anu. Lit., Florianópolis, 2013, pp. 201-215.

JOST, François. **Do que as séries americanas são sintoma?** Traduzido por Elizabeth B. Duarte e Vanessa Curvello. Porto Alegre: Sulina, 2012. 70 p.

MILITÃO, Bruno. **Invasão ao Capitólio configura tentativa de golpe de Estado**. Jornal da USP, 2021, *online* Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/invasao-do-capitolio-configura-tentativa-de-golpe-de-estado/>>, acesso em 08 fev. 2021.

OLIVEIRA, Fernando. Postado em 6 jan. 2021. **Twitter:** @fefito. Disponível em: <[https://twitter.com/fefito/status/1346908209915768832?ref\\_src=twsrc%5Etfw](https://twitter.com/fefito/status/1346908209915768832?ref_src=twsrc%5Etfw)>, acesso em 05 abr. 2021.

OLIVEIRA, Stella. Postado em 07 jan. 2021. **Instagram:** @stellaoliveira. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CJvbs-dLQOe/>>, acesso em 09 abr. 2021.

PORTAVOZ, Erasmo. Postado em: 07 jan. 2021. **Facebook:** @erasmoportavoz. Disponível em: Disponível em: <<http://www.facebook.com/erasmo.portavoz/posts/4342015472481167>>, acesso em 05 abr. 2021.

PORTELA, Millena Cristina Silva., & PINTO, Maria Aracy Bonfim Serra. Um presente para o futuro: a distopia contemporânea e suas interseções com a experiência pós-moderna. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**: Dossiê nº 22, pp. 121-136, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/39202>>, acesso em 30 jul. 2021.

SILVA, Marcel V. B. Cultura das séries: forma, contexto e consumo de ficção seriada na contemporaneidade. **Galaxia** (São Paulo/), n. 27, pp. 241-252, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014115810>.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. *In:* COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber: sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

WILLIAN. Postado em 6 jan. 2021. **Twitter:** @Editzfeneto. Disponível em: <<https://twitter.com/Editzfeneto/status/1346935553359536132>>, acesso em 10 fev. 2021.

## OS AUTORES

Ed Porto Bezerra é professor Titular do Departamento de Informática da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas; e do Programa de Pós-Graduação em Computação, Comunicação e Artes da UFPB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4772-9870>. E-mail: [edporto@di.ufpb.br](mailto:edporto@di.ufpb.br)

Hélder Paulo Cordeiro da Nóbrega é Professor substituto de Cinema e Audiovisual no Departamento de Comunicação (DECOM) no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) da Universidade Federal da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6762-5801>. E-mail: [heldercinema@gmail.com](mailto:heldercinema@gmail.com)

Vlamir Marques Duarte é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9034-1770>. E-mail: [vlamir10@hotmail.com](mailto:vlamir10@hotmail.com)

Eduardo Marks de Marques  
Anderson Luis Brum de Freitas

## **'DO AFROFUTURISMO AO DISTÓPICO: O CARÁTER POLÍTICO-RELIGIOSO DE A PARÁBOLA DO SEMEADOR, DE OCTAVIA BUTLER**

### **RESUMO**

Resumo: O presente artigo analisa a obra *A Parábola do Semeador*, de Octavia Butler, lançada em 1993 como o primeiro livro da duologia *Semente da Terra*. Inicialmente, apresenta um debate histórico e de conceituação do afrofuturismo e do gênero distópico. A partir disso, o artigo investiga aspectos importantes para a compreensão da narrativa, como a natureza religiosa do livro devido à fundação de uma religião por parte da protagonista, os aspectos políticos manifestados na sociedade e a forte presença da escravidão durante a obra. Por fim, o artigo busca posicionar a personagem Lauren Oya Olamina como uma figura abolicionista no século XXI, assim, traçando um paralelo com a figura bíblica de Moisés e com a revolucionária abolicionista negra Harriet Tubman.

**Palavras-Chave:** Distopia, Escravidão, Política, Ficção Especulativa.

## ABSTRACT

### FROM AFROFUTURISM TO THE DYSTOPIC: THE POLITICAL AND RELIGIOUS THEME OF OCTAVIA BUTLER'S PARABLE OF THE SOWER

The present paper analyzes the work *Parable of the Sower*, by Octavia Butler, published in 1993 as the first book of the *Earthseed Series*. Initially, it presents a historical and conceptual debate of Afrofuturism and the dystopian genre. From this, the paper investigates important aspects to the understanding of the narrative, such as the religious nature of the book since a religion is founded by its main character, the political aspects manifested in the society, and the strong presence of slavery throughout the book. In the end, this paper aims to place the character Lauren Oya Olamina as an abolitionist figure in the XXI century, thus, drawing a parallel to the biblical figure of Moses and the black revolutionary abolitionist Harriet Tubman.

**Keywords:** Dystopia, Slavery, Politics, Speculative fiction.

## RESUMEN

### DEL AFROFUTURISMO AL DISTÓPICO: LA TEMÁTICA POLÍTICA-RELIGIOSA DE LA PARÁBOLA DEL SEMBRADOR, DE OCTAVIA BUTLER

El artículo analiza la obra *La Parábola del Sembrador*, de Octavia Butler, publicada en 1993 como el primer libro de la duología *Semilla Terrestre*. Inicialmente, presenta un debate histórico y conceptual sobre el afrofuturismo y el género distópico. A partir de eso, el artículo investiga aspectos importantes para la comprensión de la narrativa, cómo su carácter religioso en razón de la creación de una religión por parte de la protagonista, los aspectos políticos manifestados en la sociedad y la fuerte presencia de la esclavitud al largo de la obra. Al final, el artículo visa poner el personaje Lauren Oya Olamina como una figura abolicionista en el siglo XXI, desarrollando un paralelo con la figura bíblica de Moisés y la revolucionaria abolicionista negra Harriet Tubman.

**Palabras clave:** Distopía, Esclavitud, Política, Ficción especulativa.



## INTRODUÇÃO

A obra de Octavia Butler tem ganhado maior popularidade ao longo dos últimos anos após o cenário político de sociedades no século XXI ser ocupado pela extrema direita. Seja através dos Estados Unidos com o ex-presidente Donald Trump com sua marca de campanha “Torne a América Grande Novamente”, ou em outras sociedades influenciadas pela guinada à direita, a obra de Octavia Butler se apresenta como essencial pela riqueza de paralelos históricos com a realidade norte-americana.

A Duologia Semente da Terra contém as obras *A Parábola do Semeador* (1993) e *A Parábola dos Talentos* (1998), e nela encontra-se uma discussão filosófica, cultural e política no imaginário de um Estados Unidos a partir do ano de 2024. Em uma obra que a sociedade está tomada pela desordem e o caos político atrelado ao negacionismo com mudanças climáticas, Octavia Butler oferece como protagonista uma garota negra de 15 anos que é forçada a deixar sua residência – um muro em Robledo – para buscar um lugar melhor para se viver. Além disso, a obra da autora possui um forte teor religioso presente a partir da religião fundada pela sua protagonista – A Semente da Terra.

Conforme a autora aponta em uma entrevista para o site *Democracy Now*:

Religião está em todos os lugares. Não há sociedade humana sem ela, eles reconhecendo como uma religião ou não. Então, eu pensei que religião também poderia ser uma resposta, ao mesmo tempo que um problema. E, por exemplo, *Parábola do Semeador* e *Parábola dos Talentos*, é as duas coisas. Então eu tenho pessoas que estão trazendo à América a uma forma de fascismo, porque a religião deles é a única que estão dispostos a tolerar. Em outro lado, eu tenho pessoas dizendo, ‘bem, aqui está outra religião, e aqui estão alguns versos que podem nos ajudar a pensar de forma diferente, e aqui está uma destinação que não

é algo que precisamos esperar morrer para acontecer.’ (BUTLER, 2005, tradução nossa)<sup>1</sup>

Sendo assim, a religião apresenta-se como um aspecto crucial na jornada encarada por Lauren durante a narrativa. Somado a isso, na distopia de Butler há flertes com o fascismo desde o primeiro livro. Além disso, as marcas da escravidão e do colonialismo se fazem presentes conforme a obra é desenvolvida. Desse modo, a distopia de Butler é considerada um expoente do afro-futurismo e do gênero distópico.

O protagonismo de Lauren Oya Olamina, uma adolescente negra de 15 anos, representa uma mudança de perspectiva para a forma como mulheres negras poderiam aparecer em narrativas de ficção científica. Ao longo das *Parábolas*, Lauren se assemelha à imagem de uma personagem salvadora em um contexto distópico e, assim, lidera uma nova comunidade criada a partir de sua religião – A Semente da Terra.

Portanto, o presente artigo estará dividido ao longo de quatro seções. Primeiro, atravessará uma discussão histórica entre o conceito de afrofuturismo e a sua relação com o gênero distópico. Depois disso, a segunda parte debate a elevação de *A Parábola do Semeador* como uma obra pertencente ao gênero distópico representante do movimento afrofuturista. Na sequência, destaca os aspectos da escravidão e as movimentações políticas da obra. Na conclusão, o artigo debate a personagem Lauren Oya Olamina e a sugere como uma figura abolicionista do século XXI.

## AFROFUTURISMO E DISTOPIA

O afrofuturismo é um movimento estético que tem como característica visar contribuir para o imaginário de um futuro a partir da construção de pessoas negras tendo como centralidade a cultura (não apenas) diaspórica africana. Tendo isso em mente, o afrofuturismo se manifesta em diversos pontos de cultura de diferentes povos. Nas artes, tem-se filmes como *Pantera Negra*, diretores como Jordan Peele e artistas como Beyoncé que se destacam através da centralidade de um senso



estético africano atrelado à uma perspectiva futurista em seus recentes trabalhos. Partindo desse pressuposto, também encontram-se manifestações do afrofuturismo na literatura de autores negros espalhados em todo o globo. O escritor Mark Dery foi quem cunhou o termo “Afrofuturismo” nos anos 90 ao fazer uma análise de obras literárias da época em seu ensaio “Black to the future” [Negro para o futuro], em que o autor entrevista três escritores negros – Samuel R. Delany, Greg Tate e Tricia Rose. Segundo Dery:

Ficções especulativas que tratam sobre temas afro-americanos e se relacionam com preocupações afro-americanas no contexto da tecno-cultura do século vinte – e, mais genericamente, a significação afro-americana que se apropria de imagens da tecnologia e um mundo prosteticamente aperfeiçoado – talvez, pela necessidade de um termo melhor, sejam chamadas de Afro-Futurismo. (1994, p. 180, tradução nossa).<sup>2</sup>

No entanto, ainda que tenha sido criado na década de 90, o movimento afrofuturista não tem seu início nessa época. As primeiras manifestações afrofuturistas se fazem presentes desde a década de 50 através da publicação de *Invisible Man* [Homem Invisível], obra de Ralph Ellison considerada como “marco zero” do afrofuturismo e que foi publicada em 1952. Com isso, o termo criado por Dery acabou desempenhando o papel de classificar uma série de obras da época em um determinado movimento, logo, direcionando discussões a partir de uma nova corrente crítica.

Em 1998, a escritora Alondra Nelson fundou uma comunidade online intitulada “Afrofuturismo” para que artistas e estudantes tivessem a oportunidade de discutir obras de ficção científica que envolvessem questões relacionadas com o afrofuturismo. Sendo assim, a professora visava debater as características presentes em obras que pudessem ser consideradas pertencentes ao movimento. Segundo Nelson (2002, p. 9, tradução nossa), o Afrofuturismo pode “ser amplamente definido como ‘vozes afro-americanas’ com

‘outras histórias para contar sobre cultura, tecnologia e coisas que estão por vir.’”<sup>3</sup> Desse modo, a definição de Nelson entra em convergência com a conceituação proposta por Mark Dery anteriormente.

Além disso, a autora e os participantes da comunidade formaram uma lista de atributos de manifestações da arte que fizessem parte do afrofuturismo, assim, não parando apenas na literatura como também trabalhando com a música e outros aspectos tecnológicos com a presença da cultura negra. Na lista da autora, as obras precisam conter: “imagética sci-fi, temas futuristas e inovações tecnológicas na diáspora africana.” (NELSON, p. 9, tradução nossa)<sup>4</sup> para que sejam exemplos do movimento. O grupo de pesquisas da escritora resultou em um simpósio chamado “Afrofuturismo|Forum”.

O afrofuturismo, portanto, possui um forte vínculo com a literatura de ficção científica de autores negros – já que conseguem estabelecer as características presentes na lista de Nelson ao longo de suas obras. O movimento não apenas trabalha com aspectos da cultura negra atrelados à imagética futurista, mas exige também momentos de reflexão sobre o passado do povo, seja através da centralidade africana ou com reflexões diaspóricas ao redor do planeta. Afinal, o afrofuturismo busca devolver ao negro o papel de protagonista que lhe é retirado pelos reflexos do colonialismo na sociedade.

Visto que o afrofuturismo na literatura está intrínseco a ficções especulativas, torna-se necessário relacionar com o gênero distopia. Segundo o autor e professor Gregory Claeys (2017, p. 273), o termo distopia tem sua origem em 1747 e inicialmente era chamado de “dustopia”. Já em 1748, “distopia era definida como um país infeliz”<sup>5</sup>. No entanto, o termo acabou não sendo usado com constância na época. Ao longo do século XX, a distopia começa a aparecer na literatura (CLAEYS, 2017). Já que o gênero distópico possui complexidades que o tornam amplo, as “distopias não são reduzidas a história de ideias” (CLAEYS, 2017, p. 273, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Todavia, é inegável que as distopias estão relacionadas aos aspectos culturais que buscam refletir sobre os povos. Como é escrito por Claeys (2017, p. 274, tradução nossa)<sup>7</sup>, as distopias aparecem a partir dos seguintes conflitos: “como controlar a industrialização, o aumento da pobreza, a concentração de riquezas, a uma tendência até o coletivismo que solucione esses problemas.”

O acadêmico Lyman Tower Sargent apresenta a ideia de que a distopia era um “lugar ruim” que tradicionalmente era uma “extrapolação do presente que envolvia um aviso”<sup>8</sup>. Conectando isso ao afrofuturismo, as obras distópicas do movimento por consequência trabalham com acontecimentos anteriores sobre a cultura negra, como a escravidão, a exploração e o colonialismo. Segundo Sargent, as distopias ou utopias negativas são histórias que tratam de:

uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizadas em tempo e espaço que o autor pretende que o leitor contemporâneo conseguida vê-lo consideravelmente pior do que a sociedade que o leitor viveu. (SARGENT, 1994, p. 9, tradução nossa)<sup>9</sup>

Desse modo, as distopias possuem um senso futurista vinculado com as realidades vigentes da sociedade da época.

Gregory Claeys atenta para que:

as distopias, talvez, logicamente envolvam alguma imersão dessas qualidades, um ‘pesadelo social’ para um grande número de pessoas, ou ‘um texto em que o leitor compreenda como um alarme mais do que como esperança. (2017, p. 280, tradução nossa).<sup>10</sup>

Assim, as distopias também provocam reflexões do leitor quanto ao universo ao seu redor. Mesmo que como consequência a esperança não seja o destaque, a interpretação de que a distopia age como um alarme des-

perta o interesse para se realizar reflexões conectadas à narrativa e à realidade.

## OCTAVIA BUTLER, AFROFUTURISMO E RELIGIÃO EM A PARÁBOLA DO SEMEADOR

Uma das autoras que emergem no afrofuturismo estabelecendo uma conexão com o gênero distópico é a escritora Octavia Butler, autora da duologia “A Semente da Terra” – que tem como livros *A Parábola do Semeador* e *A Parábola dos Talentos*. Segundo Ytasha L. Womack:

Em um espaço sci-fi extremamente masculino em que a ciência e a tecnologia dominam, Butler proveu um novo modelo para como mulheres, particularmente mulheres de alguma cor, poderiam operar nessas realidades enviesadas e mundos distantes. Butler definiu o palco para mulheres negras multidimensionais em mundos complexos no passado e no futuro, mulheres que são vulneráveis nas suas vitórias e valentes nas suas tentativas arriscadas de iluminar a humanidade. (2013, p. 110, tradução nossa).<sup>11</sup>

Em *A Parábola do Semeador*, Octavia Butler proporciona reflexões trazidas a partir de uma interpretação futurista da sociedade norte-americana, os Estados Unidos entre os anos de 2024 e 2027. A obra é narrada em primeira pessoa iniciando cada capítulo através de trechos do livro religioso escrito por Lauren Oya Olamina, uma adolescente negra de 15 anos que possui a síndrome da hiperempatia.

Ao longo da obra, a personagem Lauren passa por transformações que resultam em um caráter protetor para com sua comunidade – de início, com sua família e, posteriormente, com os membros de sua religião. Por ser filha de um ministro batista, Lauren cresceu com os impactos trazidos pela religião. Todavia, já no segundo capítulo da narrativa Lauren se mostra descrente em relação à fé mantida por sua família. Segundo Lauren: “Há pelo menos três anos, o Deus de meu pai deixou de ser o meu Deus. A igreja deixou de ser a minha igreja.” (BUTLER, 2020, p. 16). Ainda assim, a garota já atenta

para a informação de que possui uma fé: “Meu Deus tem outro nome” (BUTLER, 2020, p. 16). A fé de Lauren posteriormente é revelada como a religião criada pela personagem ao longo de sua infância e adolescência, a Semente da Terra.

Em seu artigo intitulado “Your God is a Racist, Sexist, Homophobic, and a Misogynist...Our God is Change”: Ishmael Reed, Octavia Butler and Afrofuturist Critiques of (Black) American Religion”, o autor Michael Brandon McCormack estabelece uma relação envolvendo o impacto do afrofuturismo nas religiões discutidas em duas obras literárias: *The Preacher and the Rapper*, de Ishmael Reed, e *As Parábolas*, de Octavia Butler. Na obra de Octavia Butler, há um forte caráter religioso e feminista na sua construção. Segundo McCormack:

Além disso, eu vejo essa trajetória de pensamento mais consistente com o argumento da pesquisadora mulherista sobre religião Linda E. Thomas, que não apenas o futuro da teologia negra deve envolver uma maior atenção para políticas de gênero e sexualidade, mas que a teologia negra também deve ser uma teologia de libertação para a juventude negra. (2016, p. 9, tradução nossa).<sup>12</sup>

*A Parábola do Semeador* prospera na tentativa de apresentar uma narrativa em que sua protagonista (uma adolescente negra) busca a libertação das amarras presentes na concepção de momento de seu país. Durante a obra, Lauren precisa enfrentar uma sociedade em situação caótica. O cenário dos Estados Unidos do século XXI é doloroso e prejudicial para pessoas que não possuem um alto nível social. Lauren inicia a narrativa vivendo em um muro de bairro em Robledo, região perto de Los Angeles:

Que loucura viver sem um muro como proteção. Mesmo em Robledo, a maioria da população da rua - vagabundos, bebuns, drogados, pessoas desabrigadas de modo geral - é perigosa. São desesperados, malucos

ou as duas coisas. É o suficiente para tornar as pessoas perigosas. (BUTLER, 2020, p. 20).

Conforme o desenrolar do começo da obra, o muro de Lauren passa a ser atacado por saqueadores. Nesse momento, Lauren passa a assumir seu papel de protetora que permanece durante toda a duologia. A personagem traça planos e busca organizar sua pequena comunidade para que todos tenham a possibilidade de sobreviver em eventuais ataques em maior número.

No entanto, ela pouco o é ouvida pelos adultos ao seu redor – tendo em seu pai sua maior decepção, mas também sua maior fonte de apoio, já que ele decide tomar atitudes para aumentar a patrulha do bairro. O pai de Lauren tenta que sua comunidade consiga se manter mesmo com o momento enfrentado, mas todas suas defesas acabam sendo falhas pelo contexto que o cerca. Ademais, a situação perniciososa vivida por Lauren e sua família é vista como posição de privilégio posteriormente na narrativa após seu muro ser derrubado por rebeldes que não representavam em completude as classes menos favorecidas do estado. Ao presenciar seu bairro ser atacado e, com isso, perder completamente o contato com seus familiares, Lauren relata brevemente sobre os agressores:

Acho que eles eram viciados em piro - pessoas carecas com as cabeças, os rostos e as mãos pintados. Caras vermelhas, caras azuis, caras verdes, bocas gritando. Olhos ávidos, malucos, brilhando à luz do fogo. (BUTLER, 2020, p. 188).

A descrição de Lauren implica que as pessoas envolvidas no ataque não estavam fazendo-o por necessidade, mas sim com o objetivo de passar uma mensagem – o que é recuperado em:

“Ela morreu por nós”, dissera a catadora sobre a pintada de verde. Um tipo de movimento maluco de “incendiar os ricos”, Keith dissera. Nunca tínhamos sido ricos, mas, para os desesperados, parecíamos

ricos. Estávamos sobrevivendo e tínhamos nosso muro. Nossa comunidade morrerá para que os viciados pudessem fazer um apelo político e ajudassem os pobres? (BUTLER, 2020, p. 200).

Devido aos ataques, Lauren inicia a sua jornada em busca de um local para se estabelecer ao lado de dois amigos – Harry Balter e Zahra Moss. É ao longo de sua jornada que Lauren assume o papel de uma profeta através da tentativa em trazer pessoas para a sua fé – A Semente da Terra. Portanto, a religião é um aspecto central da obra. Segundo McCormack, há uma necessidade em destacar o papel desempenhado pelo afrofuturismo nas histórias religiosas negras:

Nesse caminho, o Afrofuturismo chama a atenção para uma consideração mais séria não apenas das músicas e das narrativas de “ancestrais” e “anciãos”, mas também para produções culturais, inovações tecnológicas e a luta sociopolítica da juventude negra, e das gerações que ainda estão por nascer. (MCCORMACK, 2016, p. 8, tradução nossa)<sup>13</sup>

Tendo isso em mente, em *A Parábola do Semeador* tem-se uma narradora adolescente que representa uma juventude insatisfeita com o que vivencia no cotidiano da sociedade. Por consequência dos acontecimentos da obra, Lauren precisa amadurecer rapidamente ao ganhar maior responsabilidade junto com a tentativa de estabelecer A Semente da Terra como uma comunidade. Ainda assim, é na personagem de Laurence, o pai de Lauren, que se encontra resistência e pragmatismo para acreditar nas ideias da garota para uma melhor chance de sobrevivência da comunidade em Robledo. Enquanto Lauren pensa no futuro, Laurence tem a mente no passado de glórias americanas. A frustração de Lauren fica evidenciada quando a garota reflete sobre os impactos de ir até a igreja se batizar e a representação trazida por esse movimento:

Para os adultos, sair e ir a uma igreja de verdade era como voltar aos bons tempos quando

existiam igrejas em todos os lugares, além de muitas luzes, e quando a gasolina servia para abastecer carros e caminhões, e não para atear fogo às coisas. Eles nunca perdem uma chance de relembrar os bons tempos e de contar às crianças como vai ser incrível quando o país se reestruturar e os bons tempos voltarem. (BUTLER, 2020, p. 17).

Com isso, ir à Igreja possui um forte vínculo afetivo com o passado das pessoas mais velhas – os “anciãos” propostos por McCormack. Enquanto se está vivendo em uma sociedade marcada pelo incômodo para com o modelo atual de vida, jovens como Lauren possuem dificuldades em acreditar que o passado possa ter sido superior qualitativamente ao que se é enfrentado. Assim, cabe aos mais experientes – como Laurence e, posteriormente, Bankole – trazerem as repercussões e as marcas do passado. Desse modo, no livro tem-se o reflexo de ancestrais e anciãos rememorando o passado, mas também há o debate em relação ao futuro de gerações mais jovens – desesperançados com a sociedade que vivem.

Já que no livro temos uma sociedade que não apresenta esperança para o presente, Lauren coloca na centralidade da formação de sua religião o pensamento para o futuro. A religião de Lauren apresenta como ideia básica a mudança. O verso mais conhecido de A Semente da Terra consta que:

Tudo o que você toca  
 Você Muda.  
 Tudo o que você Muda  
 Muda você  
 A única verdade perene  
 É a Mudança.  
 Deus  
 É Mudança  
 - Semente da Terra: os livros dos vivos  
 (BUTLER, 2020, p. 102).

Dessa maneira, o conceito de mudança torna-se essencial para uma melhor compreensão da obra. Mudança,

para Lauren, está vinculada com a ideia de esperança para um futuro melhor. Como não há possibilidade de melhora instantânea no presente, a personagem tem conhecimento que é preciso trabalhar visando um futuro melhor em sociedade. É com isso em mente que o segundo grande conceito da religião de Lauren aparece, o seu Deus é “moldável”, ou seja, depende da ação humana para trazer resultados. Nas tradições religiosas vigentes na obra, momentos de oração sempre estão intrínsecos a um momento de fé para que a “entidade superior” entre em ação para melhorar a vida das pessoas. Contudo, na religião de Lauren não há espaço para a inércia humana. O Deus de Lauren necessita ser moldável para evitar com que a crença dos seus praticantes fique apenas na fé, assim, os indivíduos precisam agir para afetar a sua realidade.

Outrossim, Lauren visualiza o espaço como o objetivo final de *A Semente da Terra*: “O Destino da Semente da Terra é criar raízes entre as estrelas” (BUTLER, 2020, p. 100). Desde o início da obra, Lauren apresenta estar interessada pela corrida espacial e reflete negativamente quando alguma notícia sobre falta de investimento do governo na corrida espacial aparece. Lauren vê o espaço como o futuro da população, visto que tudo está sempre mudando de acordo com os conceitos de sua religião.

A promessa de Lauren representa um destino físico e alcançável pelo homem. Ao invés de trazer possibilidades vinculadas diretamente com a fé em uma entidade no pós-vida, Lauren é clara sobre o seu destino. Em vista disso, a personagem afasta a sua religião de uma figura antropomórfica autoritária. O “paraíso”, portanto, é realista. O homem consegue em vida agir para cumpri-lo, mesmo que seja um futuro que está mais na linha da possibilidade do que na da certeza. No entanto, o destino traçado por Lauren também representa a forma como a personagem não possui esperanças no mundo atual. Como tudo está sempre em constante mudança em sua religião, Lauren não consegue enxergar um futuro na terra. A personagem sabe que mudanças ocorrerão e as populações precisarão se adaptar às novas realidades proporcionadas a partir das mudanças.

## **POLÍTICA E ESCRAVIDÃO EM A PARÁBOLA DO SEMEADOR**

Ao longo do primeiro livro da duologia *Semente da Terra*, Octavia Butler explora o gênero distópico a partir do “cenário” de uma face da direita política. Em *A Parábola do Semeador*, a presidência dos Estados Unidos está nas mãos de Christopher Donner – líder da direita americana que representava o discurso libertador de retorno ao passado através de privatizações. No entanto, o governo havia perdido toda e qualquer confiança existente por parte da sociedade, assim, sendo um cenário em que não existe manutenção da ordem, defesa de direitos humanos, proteção ao meio ambiente e uma grande disparidade econômica entre os bairros e cidades:

O Estados Unidos distópico de 2024 é uma utopia para aqueles que advogam por um governo pequeno, impostos baixos, mercado desregulado, corporações com total liberdade, riqueza e poder sem controle, e a desvalorização e difamação da vida política e de projetos públicos. (STILLMAN, 2003, p. 17, tradução nossa)<sup>14</sup>

Dessa forma, na distopia criada por Butler os mais pobres ficam mais pobres, os ricos ficam mais ricos, as minorias são vilipendiadas e a exploração se intensifica – principalmente quanto ao mercado de trabalho, abrindo para a evidenciação da escravidão.

Por parte da protagonista, o destaque ao longo do primeiro livro está na forma como o discurso comum era de rejeição à política:

A maioria das pessoas desistiu dos políticos. Afinal de contas, os políticos têm prometido trazer de volta a glória, a riqueza e a ordem do século XX desde que me conheço por gente. (BUTLER, 2020, p. 32)

De acordo com Matthew Wood, a antipolítica é “um fenômeno social de declínio no interesse e engajamento

político provocado por discursos, políticas e instituições neoliberais” (2016). Em *A Parábola do Semeador*, identificamos a antipolítica no discurso de rejeição às vertentes democráticas preconizadas pela narrativa.

Dessa maneira, a despolitização é um dos aspectos cruciais para compreender o cenário vivido por Lauren nos Estados Unidos futurista. Através disso, a obra de Octavia Butler chega à problemática da baixa credibilidade de instituições que compõem um país. Nas Parábolas, não há confiança em nada que envolva o governo, e, com isso, temos a presença de desconfiança em novos personagens políticos e os seus papéis na história. Por essa razão, muitas pessoas não desejam votar.

O pai de Lauren, que inicialmente declara voto em um dos presidenciáveis, acaba mudando de ideia: “Meu pai acabou decidindo não votar no Donner. Ele não votou em ninguém. Disse que os políticos lhe davam enjojo.” (BUTLER, 2020, p. 40). Novamente, a desconfiança se faz presente como uma marca da obra.

Além disso, a educação é outro instrumento importante na distopia de Butler. Segundo Lauren, grande parte da população era analfabeta. Com isso, apenas gerações anteriores e jovens que poderiam aprender em casa tinham acesso à educação em algum nível. Sendo filha de um ministro batista e professor, Lauren se destaca nesse aspecto por ter a oportunidade de aprender com a sua família. Futuramente, Lauren utiliza sua aprendizagem para ajudar na educação da sua comunidade – a Bolota.

O ódio às instituições também aparece em outros momentos da narrativa. A polícia se manifesta como parte essencial da obra de Butler. Em *A Parábola do Semeador*, o discurso da protagonista é de total rejeição ao papel desempenhado pela instituição do estado. No início da obra, Lauren já comenta sobre a desesperança em relação à corporação: “A menos que aconteça na frente de uma delegacia, nunca há testemunhas.” (BUTLER, 2020, p. 31). Ao longo da obra, a protagonista também oferece mais reflexões sobre a polícia após seu irmão Keith ser assassinado:

Os policiais saíram investigando pelo bairro, mas ninguém mais admitiu saber algo sobre a briga. Afinal, eles sabiam que meu pai não tinha matado Keith. E sabiam que os policiais gostavam de resolver casos “descobrimo” evidências contra quem quer que decidissem que podia ser culpado. Era melhor não dar nenhuma informação a eles. Nunca atendiam quando as pessoas pediam ajuda. Vinham mais tarde e, com frequência, tornavam uma situação ruim ainda pior. (BUTLER, 2020, p. 142-143)

Portanto, a violência policial junto da falta de confiança na polícia por parte dos moradores gera conflitos na obra que resultam na falta de segurança nas ruas. Na distopia de Butler, é comum encontrar pessoas que são saqueadas, casas que são depredadas e famílias que são atacadas sem nenhum tipo de tentativa de recuperação de bens perdidos ou investigações sobre o assunto por parte da polícia. Desse modo, a narrativa contém um discurso crítico em relação ao papel desempenhado pela polícia na sociedade.

A obra de Butler, portanto, retira os Estados Unidos do seu status de nação da liberdade e o eleva ao patamar de um país com situação completamente tumultuada sem qualquer tipo de controle para com os acontecimentos na sociedade. Ademais, a dominação por parte de corporações privadas se faz cada vez mais realidade na obra, gerando instabilidade para a população. Na narrativa, as oportunidades de trabalhar se apresentam inexistentes.

Um fator trazido pelo governo ao longo de *A Parábola do Semeador* é a relação existente entre o destaque dado para empresas privadas e a consequência na diminuição dos direitos humanos. Com o crescimento das chamadas cidades corporativas, a família de Lauren possui a possibilidade de se mudar para uma destas cidades, visto que seu pai e sua madrasta eram pessoas com grau de estudo. No entanto, Lauren não se apetece pela possibilidade por interpretar que a situação geraria “escravidão por dívida”:

Qualquer pessoa contratada pela KSF teria dificuldade para sobreviver com o salário oferecido. Não demoraria muito e acredito que os novos contratados estariam devendo para a empresa. É um truque antigo de cidades operárias - deixar as pessoas com dívidas, prendê-las e explorá-las. Escravidão ligada à dívida. Isso poderia funcionar na América de Christopher Donner. Leis trabalhistas, estaduais e federais não são mais o que já foram. (BUTLER, 2020, p. 151)

A conexão formada por Lauren entre escravidão e realidade relaciona-se diretamente com o cenário distópico vivido – como a personagem não possui referências do passado escravista, ela termina por pensar que a escravidão só seria possível através da nova América, a de Christopher Donner. As corporações adquiriram o comando de cidades que se encontravam em situações calamitosas e aproveitavam para atrair novos moradores com a promessa de um trabalho. Somado a isso, o serviço desempenhado era acompanhado de alta vigilância de equipes de segurança aliadas junto de salários pequenos, assim, com os novos moradores não seriam capazes de fazer o pagamento por sua estadia.

O pai de Lauren, Laurence, busca associar a KSF ter o controle de uma cidade com a forma como negros enfrentavam plantações durante o período da escravidão antiga:

Esse negócio parece meio ressurgimento do pré-guerra e meio ficção científica. Não confio nisso. A liberdade é perigosa, Cory, mas também é preciosa. Não dá para simplesmente descartá-la ou permitir que ela escape. Não dá para vendê-la por pão e mingau. (BUTLER, 2020, p. 153).

A reflexão de Laurence provoca um diálogo da distopia com o passado escravista americano, apontando-o para o futuro da sociedade da narrativa.

Em conversa com sua amiga Joanne, Lauren revela a sua desconfiança com o governo do atual presidente:

Quero dizer que ele é como... um símbolo do passado ao qual podemos nos segurar enquanto somos empurrados para o futuro. Ele não é nada. Não tem conteúdo. Mas tê-lo ali, o mais novo em uma série de dois séculos e meio de presidentes americanos, faz as pessoas sentirem que o país, a cultura com a qual cresceram, ainda existe. Que todos passaremos por esse período ruim e voltaremos ao normal. (BUTLER, 2020, p. 73)

Posteriormente a conversa, Joanne conversa com seus pais e parte para cidade de Olivar – uma das cidades corporativas da obra. Ainda assim, a figura de Christopher Donner é marcada pela tentativa de retorno a um passado americano – mas tudo isso acaba sendo frustrado pelo caos já implantado na sociedade. Lauren chega a refletir se cidades controladas por empresas são o futuro da sociedade:

Talvez Olivar seja o futuro - uma face dele. Cidades controladas por grandes empresas são velhas conhecidas na ficção científica. Minha avó deixou para trás uma estante cheia de romances desse tipo. O subgênero da cidade operária sempre pareceu apresentar um herói que era mais esperto e que venciam ou escapava “da empresa”. Nunca vi nenhuma em que o herói lutava muito para ser aceito e mal pago por ela. Na vida real, é assim que será. E assim que é. (BUTLER, 2020, p. 154-155)

Contudo, por ser uma jovem que cresceu já no século XXI em um cenário em que a educação estava completamente desvalorizada e voltada para pessoas ricas, Lauren tem em mente apenas as mazelas da escravidão que se tornam conhecimento por meio de estereótipos. Lauren inicialmente não oferece muito conhecimento sobre as relações exploratórias de trabalho presentes na sociedade americana que vive, mesmo sabendo que há uma enorme dificuldade para se conseguir trabalhos. A garota atribui os problemas de emprego à falta de segurança para circular entre as cidades, ainda assim, o impacto do discurso geralmente atribuído à escravidão

a atinge. Segundo Hodge (2020, p. 2, tradução nossa): “Isso é o que Butler tenta mostrar aos leitores: que para a população moderna, a escravidão só pode existir na distopia, assim, cegando as pessoas da realidade da sua existência na realidade contemporânea.”<sup>15</sup>

Os estereótipos do negro escravo do período da escravidão antiga são evidenciados quando Lauren chega ao contato de Travis e Natividad - um casal encontrado durante a busca por água na jornada da garota. Quando Travis a questiona sobre a sua religião, Lauren o responde - mas durante a conversa sempre busca conectar a história de Travis com fatos históricos presentes na escravidão. Isso aparece primeiro ao Travis falar sobre seu relacionamento com livros e a tarefa árdua que era para conseguir ter acesso: “É claro. Escravos faziam isso duzentos anos antes. Eles entravam nos lugares e se informavam da melhor maneira que conseguiam, às vezes sofrendo chibatadas, venda ou mutilação por seus esforços.” (BUTLER, 2020, p. 270-271). Na sequência, Travis discorre sobre o seu casamento com Natividad, para o que Lauren reflete: “O filho da cozinheira se casando com uma das empregadas. Isso era algo de outro tempo também.” (BUTLER, 2020, p. 271). Ao escutar Travis contar sobre as dificuldades enfrentadas antes de fugir com Natividad, Lauren pensa: “Na escravidão, quando isso acontecia, não havia nada que os escravos pudessem fazer a respeito - ou não havia nada que eles fizessem sem acabar sendo mortos, vendidos ou espancados.” (BUTLER, 2020, p. 271), assim, a personagem chega à conclusão que o cenário vivido por Travis não era o de escravidão já que houve a escolha por deixar a casa em que vivia sem que ocorresse retaliações por parte de seus patrões brancos.

Desse modo, a figura de Travis expõe os pensamentos estereotipados presentes na protagonista, mesmo que aconteçam de forma inconsciente e não exatamente reflitam a realidade - os personagens sim, estavam empregados em uma casa com patrões brancos em situação exploratória, mas não é relatado um comportamento de escravidão igual ao Pré-Guerra Civil Americana. Sendo assim, mesmo tratando-se de uma mulher negra protagonista, Butler trabalha com a

ideia de que a escravidão está tão presa ao modelo histórico do período pré-guerra que mesmo a sua existência no modelo contemporâneo de “escravidão por dívida” gera confusões quanto à conexão entre os períodos. Não há como estabelecer uma separação entre a materialidade histórica do acontecimento - a escravidão americana - com a que ocorre e é enfrentada nos Estados Unidos de 2027.

Contudo, o estereótipo visualizado por Lauren acaba sendo desconstruído conforme a personagem segue sua viagem. Durante a sua jornada até o Norte, Lauren se encontra com quatro pessoas que estavam em situação de escravidão por dívida e se juntam ao seu grupo - Emery Tanaka Solis, Tori Solis, Grayson Mora e Doe Mora. Para Emery Solis e sua filha Tori Solis, a descrição oferecida por Lauren é a de que são “as pessoas mais miscigenadas que eu já tinha visto” (BUTLER, 2020, p. 357). Sendo assim, Lauren começa a observar que a escravidão por dívida possui muitas similaridades com a escravidão pré-guerra civil americana. Nesse pequeno trecho, a personagem já consegue visualizar que as vítimas permaneciam sendo pessoas negras/hispânicas/asiáticas, portanto, não-brancas, e a dominação seguia acontecendo por parte de pessoas brancas. Com isso, Lauren traz a explicação do que estava sendo enfrentado no “novo” modelo de escravização americano que acontecia através da dívida:

Os salários eram pagos, mas em moeda da empresa, não em dinheiro de verdade. O aluguel era cobrado dos barracos dos funcionários. Os trabalhadores tinham que pagar pelos alimentos, pelas roupas - novas ou usadas -, por tudo de que precisavam, e, é claro, só podiam gastar o pagamento na loja da empresa. Os salários, que surpresa!, nunca bastavam para pagar as contas. De acordo com novas leis que podiam ou não existir, as pessoas não podiam deixar um empregador a quem devessem dinheiro. Eram obrigadas a trabalhar para pagar a dívida quase como escravas ou detentas. (BUTLER, 2020, p. 358)



Na forma como é explicada por Emery, a escravidão torna-se um modelo de completo controle por parte de empresas. As instituições poderiam determinar o salário de seus empregados e, assim, ter como consequência o aumento das dívidas dos trabalhadores. Já que os trabalhadores haviam perdido seus direitos, não havia escolha quanto ao que poderia ser feito. Novamente, esse modelo de dominação e controle da vida de uma pessoa se relaciona com o período pré-guerra americano. Ainda assim, mais explicações do modelo são oferecidas:

De qualquer modo, tais escravos das dívidas podiam ser forçados a trabalhar mais tempo por menos dinheiro, podiam ser “disciplinados” se fracassassem e não conseguissem cumprir as metas, podiam ser trocados e vendidos com ou sem consentimento, com ou sem suas famílias, para empregadores distantes que tinham necessidade temporária ou permanente deles. Pior, as crianças podiam ser forçadas a pagar as dívidas de seus pais se estes morressem, se tornassem incapacitados ou se fugissem. (BUTLER, 2020, p. 358)

A escravidão por dívida, portanto, torna-se algo hereditário. Não há caminhos para a liberdade no modelo de vida norte-americano. Por meio disso, Lauren compreende melhor a situação vivida pelos novos membros da sua comunidade. Contudo, para Grayson Mora, a descrição é a de “É um latino negro, alto e magro, calado, protetor em relação ao filho, mas atencioso, de alguma maneira” (BUTLER, 2020, p. 361), consequentemente, mais um dos membros a chegar no grupo a partir de uma situação de escravidão é negro. Entretanto, Lauren ainda não possui completa certeza de que se trata de um escravo, mas em conversa com seu já namorado Bankole revela os motivos de sua hipótese:

Por que eu acho que ele era escravo? Aquela estranha hesitação dele se parece muito com a de Emery. E Doe e Tori, apesar de não serem nada parecidas, entendem uma à outra como

irmãs. Crianças pequenas conseguem isso às vezes, sem que queiram dizer qualquer coisa. Simplesmente ser crianças juntas basta. Mas nunca vi nenhuma, além de essas duas, mostrar a tendência de cair no chão e rolar em posição fetal quando assustadas. (BUTLER, 2020, p. 362)

Dessa forma, Lauren nota as semelhanças entre as pessoas que chegam ao seu grupo. Todas elas são reservadas, tímidas e carregam traumas do período de exploração que viveram, sendo crianças ou sendo já pessoas mais velhas. Tendo isso em mente, Lauren consegue convencê-los de que a sua comunidade seria uma boa oportunidade de união para todos os envolvidos.

## O ABOLICIONISMO EM LAUREN, MOISÉS E HARRIET TUBMAN

Através de sua jornada, Lauren percorre um caminho de libertação de pessoas em cenários exploratórios visando adicionar para a sua comunidade – A Semente da Terra. Dessa forma, a jornada de Lauren traça um paralelo com a figura bíblica de Moisés, que lidera os israelitas na libertação da escravidão no Egito Antigo. Na Bíblia, Moisés inicia a sua trajetória sendo adotado pela filha do faraó já grande - sendo chamado de Moisés por ser “tirado das águas”. No entanto, somente aos 40 anos Moisés parte para o exílio tendo como objetivo escapar da pena de morte por ter matado um feitor egípcio. Ao conversar com o “Senhor”, a entidade revela o seu desejo para que Moisés liberte os israelitas da escravidão: “Vem agora, pois, e eu te enviarei a Faraó para que tires o meu povo (os filhos de Israel) do Egito.” (BÍBLIA, Êxodo 3:10)

Dessa maneira, Moisés acaba sendo considerado o “escolhido” pela entidade para fazer as suas vontades. Em *A Parábola do Semeador*, a religião criada por Lauren recusa qualquer vínculo com a figura de um Messias que busque guiar a religião. Todavia, a personagem de Lauren age como se tivesse sido a escolhida. Assim como Moisés tem a trajetória de libertação de escravos em busca de uma Terra Prometida, Lauren também

busca libertar o seu povo da escravidão que atinge aos Estados Unidos de 2027 tendo como ideal uma nova sociedade para todos através de sua religião.

Antes de embarcar na sua jornada e ter seu bairro atacado, Lauren já havia refletido sobre como no futuro os escritos do seu livro tinham como objetivo influenciar pessoas na busca de libertação das amarras do passado que as atingiam:

E então, um dia, quando as pessoas conseguirem prestar mais atenção ao que eu digo do que à minha idade, usarei esses versos para libertá-las do passado apodrecido e talvez consiga impulsioná-las para que se salvem e construam um futuro que faça sentido. (BUTLER, 2020, p. 103)

Lauren tem esse pensamento tendo como ideia a questão religiosa, já que a Semente da Terra nem tinha começado a existir para além do conhecimento da personagem. Mesmo assim, como a personagem tem como centralidade em sua religião a importância da adaptação, ela consegue se preparar para o que passa a lidar em seu cotidiano. Como as pessoas que Lauren encontra durante a sua jornada possuem o passado marcado pela escravidão, Lauren se adapta a isso para libertá-las e oportunizá-las a um novo modelo de vida.

É nesse contexto que Lauren Oya Olamina traça um paralelo com Harriet Tubman (1822-1913), mulher negra histórica do período abolicionista norte-americano. Nascida já em situação de escravidão, durante a sua vida Harriet Tubman liderou grupos de libertação de escravos anteriormente à Guerra Civil Americana através de uma rede conhecida como *Underground Railroad*. A abolicionista negra conseguiu libertar cerca de 300 escravos ao longo de 10 anos e, com o tempo, *Harriet Tubman* ganhou o apelido de “Moisés” por parte de seus companheiros abolicionistas. Segundo Catherine Clinton:

Ela estava na lista de pessoas mais procuradas por proprietários de escravos com um preço alto por sua cabeça. Posters com a descrição

de “Moisés”, como ela era chamada, eram proeminente colocados por todo o Sul até a Guerra Civil iniciar. (2004, p. 8, tradução nossa)<sup>16</sup>

Butler faz uma referência ao período em *A Parábola do Semeador* quando Lauren diz: “— Então nos tornamos a versão moderna de um grupo de underground railroad — comentei.” (BUTLER, 2020, p. 363).

Assim, Lauren se apresenta como uma liderança abolicionista no século XXI. A personagem atua pela libertação de pessoas, principalmente do seu povo, e oferece uma nova perspectiva de vida para se acreditar. A Semente da Terra se manifesta como uma religião influenciada pela conexão humana que tem por objetivo o bem de todos. Perto da conclusão da obra, Lauren chega a mencionar a sua capacidade de oferecer novas realidades para pessoas que tinham sido escravizadas: “— Mas garanto que se conseguirmos convencer ex-escravos de que eles podem ter liberdade conosco, ninguém vai lutar mais para mantê-la” (BUTLER, 2020, p. 364).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua totalidade, *A Parábola do Semeador* torna-se uma narrativa que sucede no estabelecimento de uma relação direta entre a falta de mudança ocorrida no passado com as consequências percebidas no presente. Neste caso, as mazelas da escravidão apresentam-se como centrais para a construção da narrativa por parte de Octavia Butler: O ciclo de erros que se repetem e a busca incessante por um salvador retratam uma realidade futurística americana em que sempre se está à espera de algo novo.

Ao longo da narrativa, a religião de Lauren trabalha com a ideia da capacidade de seres humanos moldarem o universo. Sendo assim, trabalhando para modificar o seu futuro e se desvincular da inércia trazida por um pensamento místico de um Messias aparecerá para salvar a todos. Na obra de Butler, se seres humanos não forem capazes de provocar mudanças, estarão fadados a repetir os erros que geraram a sociedade catastrófica

americana. Com isso, “Deus é Mudança’ é um convite para responder o medo com criatividade, produtividade e compaixão.” (TOS, 2012, p. 416, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Portanto, a personagem de Lauren se destaca pelo seu protagonismo feminino negro acompanhado de sua construção religiosa. Ao formar a Bolota no final do livro, Lauren consegue colocar em prática seu ideal de esperança de uma sociedade melhor para os envolvidos. Mesmo que não encontre a terra de Bankole no cenário esperado, Lauren rapidamente se adapta a uma nova realidade e se prepara para o cotidiano a ser enfrentado no futuro.

## NOTAS

- 1 Religion is everywhere. There are no human societies without it, whether they acknowledge it as a religion or not. So I thought religion might be an answer, as well as, in some cases, a problem. And in, for instance, Parable of the Sower and Parable of the Talents, it’s both. So I have people who are bringing America to a kind of fascism, because their religion is the only one they’re willing to tolerate. On the other hand, I have people who are saying, “Well, here is another religion, and here are some verses that can help us think in a different way, and here is a destination that isn’t something that we have to wait for after we die. (BUTLER, 2005)
- 2 Speculative fiction that treats African-American themes and addresses African-American concerns in the context of twentieth-century techno-culture – and, more generally, African-American signification that appropriates images of technology and a prosthetically enhanced future – might, for want of a better term, be called Afro-Futurism (DERY, 1994, p. 180)
- 3 Afrofuturism can be broadly defined as “African American voices” with “other stories to tell about culture, technology and things to come.” (NELSON, 2002, p. 9)
- 4 sci-fi imagery, futurist themes, and technological innovation in the African diaspora. (NELSON, 2002, p. 9)
- 5 ‘dystopia’ was defined as ‘an unhappy country’. (CLAEYS, 2017, p. 273)
- 6 Dystopias are not reducible to the history of ideas, then. (CLAEYS, 2017, p. 273)
- 7 how to control industrialization, widespread poverty, the concentration of wealth, and an increasing tendency towards collectivist solutions to these issues (CLAEYS, 2017, p. 274)
- 8 The traditional dystopia was an extrapolation from the present that involved a warning. (SARGENT, 1994, p. 8)
- 9 a non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space that the author intended a contemporaneous reader to view as considerably worse than the society in which that reader lived. (SARGENT, 1994, p. 9)
- 10 Dystopia might then logically involve some inversion of these qualities, a ‘social nightmare’ for a large number of people, or a text which readers regard with alarm rather than hope. (CLAEYS, 2017, p. 280)
- 11 In a hypermale sci-fi space where science and technology dominate,

Butler provided a blueprint for how women, particularly women of color, could operate in these skewed realities and distant worlds. Butler set the stage for multidimensional black women in complex worlds both past and present, women who are vulnerable in their victories and valiant in their risky charge to enlighten humanity. (WOMACK, 2013, p. 110)

- 12 Moreover, I see this trajectory of thought as consistent with the argument of womanist religious scholar Linda E. Thomas, that not only must the future of Black theology involve greater attention to gender and sexual politics, but also that Black theology must be a theology of liberation for Black youth. (MCCORMACK, 2016, p. 9)
- 13 Along these lines, Afrofuturism calls for more serious consideration of not only the songs and narratives of “ancestors” and “elders,” but also the cultural productions, technological innovations and socio-political struggles of Black youth, and yet-to-be-born generations. (MCCORMACK, 2016, p. 8)
- 14 The dystopian United States of 2024 is a utopia for those who advocate a small government, low taxes, an unregulated market, unimpeded corporations, unchecked wealth and power, and the devaluing and denigration of political life and public projects. (STILLMAN, 2003, p. 17)
- 15 This is what Butler attempts to show readers: that for the modern population, slavery can only exist in dystopia, thus blinding people from the reality of its existence in contemporary reality. (HODGE, 2020, p. 2)
- 16 She was on the slaveholders’ most wanted list with reportedly a steep price on her head. Posters with a description of “Moses,” as she was called, were prominently plastered throughout the upper South until the Civil War broke out. (CLINTON, 2004, p. 8)
- 17 “God is Change” is an invitation to respond to fear with creativity, productivity, and compassion. (TOS, 2012, p. 416)

## REFERÊNCIAS

- BÍBLIA Sagrada. Bíblia Sagrada: Antigo Testamento e Novo Testamento. Almeida Corrigida Fiel (ACF). São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil (SBTB), 2007.
- BUTLER, Octavia. *A Parábola do Semeador*. Trad. Carolina Caires Coelho, São Paulo: Editora Morro Branco, 2020.
- \_\_\_\_\_. Science Fiction Writer Octavia Butler on Race, Global Warming and Religion. **Democracy Now**. Novembro, 2005. Disponível em <[https://www.democracynow.org/2005/11/11/science\\_fiction\\_writer\\_octavia\\_butler\\_on](https://www.democracynow.org/2005/11/11/science_fiction_writer_octavia_butler_on)>. Acesso em 5 de Setembro de 2021.
- CLAEYS, Gregory. *Dystopia: A Natural History*. New York: Oxford University Press, 2017.
- CLINTON, Catherine. *Harriet Tubman: The Road to Freedom*. New York: Little, Brown and Company, 2004.
- DERY, Mark. “Black to the future: interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate and Tricia Rose”. *Flame wars*. In: The discourse of cyberculture. Durham e Londres: Duke University Press, p. 179-222, 1994.

HODGE, Patricia Mary. The Contemporary Dystopian Reality of Slavery and Modern

Capitalism in Octavia Butler's Parable Novels. *Rupkatha Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities*. In: Special Conference Issue, Vol. 12, No. 5, (2020). 1-7, 2020.

MCCORMACK, M. B. "Your God is a Racist, Sexist, Homophobic, and a Misogynist... Our God is Change": Ishmael Reed, Octavia Butler and Afrofuturist Critiques of (Black) American Religion. *Black Theology*, vol.14:1, 6-27, 2016.

NELSON, Alondra. Introduction: Future Texts. *Social text* 71, v. 20, n. 2, p. 1-15, summer, 2002.

SARGENT, Lyman Tower. The Three Faces of Utopianism Revisited. *Utopian Studies*, Vol. 5, No. 1 (1994), pp. 1-37, 1994.

STILLMAN, Peter G.. Dystopian Critiques, Utopian Possibilities, and Human Purposes in Octavia Butler's Parables. *Utopian Studies*, Vol. 14, No. 1 (2003), pp. 15-35. 2003.

TOS, Phillip. H. Fear and the Spiritual Realism of Octavia Butler's Earthseed. *Utopian Studies*, Vol. 23, No. 2 (2012), pp. 408-429. 2012.

WOOD, Matthew. "Politicisation, depoliticisation and anti-politics: towards a multilevel research agenda." In: *Political Studies Review*. Vol. 14, n. 4. pp. 521-533, 2016.

WOMACK, Ytasha L. *Afrofuturism: The World of Black Sci-Fi and Fantasy Culture*. Chicago: Laurence Hill Books, 2013.

## OS AUTORES

Eduardo Marks de Marques é professor Associado III de Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Federal de Pelotas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3067-7237>. E-mail: [eduardo.marks@ufpel.edu.br](mailto:eduardo.marks@ufpel.edu.br)

Anderson Luis Brum de Freitas é Licenciado em Letras – Português e inglês, pela Universidade Federal de Pelotas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2742-8069>. E-mail: [andersonbrumf@gmail.com](mailto:andersonbrumf@gmail.com)



Renato de Oliveira Brito  
Cláudia Chesini  
Maria Cristina Mesquita da Silva

## **PROJETO DE VIDA: DA UTOPIA DA FORMAÇÃO INTEGRAL À ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

### **RESUMO**

Analisa-se no presente texto a abordagem do projeto de vida como experiência pedagógica em turmas de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendendo-o como relevante ferramenta, capaz de favorecer a autopercepção e a construção de sentido pleno por parte dos estudantes da modalidade. O estudo, caracterizado como exploratório conforme Triviños (1987), baseou-se em uma pesquisa empírica na qual foram investigados a compreensão e o grau de apropriação dos docentes atuantes na EJA acerca da temática, bem como a aplicação de metodologias de desenvolvimento de projetos de vida em escolas de diferentes localidades. As experiências apresentadas sinalizam para a necessidade de desenvolvimento de processos de aprendizagem que passem a abranger o projeto vital do ser humano.

**Palavras-chave:** Educação Jovens e Adultos; Projeto de vida; Formação integral.

## ABSTRACT

### LIFE PROJECT: FROM THE UTOPIA OF COMPREHENSIVE TRAINING TO LITERACY IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

This text analyzes the approach of the life project as a pedagogical experience in literacy classes in Youth and Adult Education. That is a relevant tool, capable of favoring self-perception and the construction of full meaning by the students of that modality. The study, characterized as exploratory, according to Triviños (1987), was based on empirical research. The understanding and degree of appropriation by the teachers about the theme were investigated. The application of methodologies for the development of life projects in schools in different locations was also considered. The experiences presented point to the need to develop learning processes that encompass the vital project of the human being.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Life project; Comprehensive education.

## RESUMEN

### PROYECTO DE VIDA: DESDE LA UTOPIA DE LA FORMACIÓN INTEGRAL HASTA EL LETRAMIENTO EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS

En este texto se analiza el abordaje del proyecto de vida como experiencia pedagógica en clases de letramiento en la Educación de Jóvenes y Adultos, entendiéndolo como importante herramienta, por medio de la cual es posible mejorar la auto percepción y la construcción de sentido por los estudiantes de la modalidad educativa. El estudio, destacado como exploratorio, de acuerdo con Triviños (1987), está fundamentado en una investigación empírica en que fueron investigadas la comprensión y el nivel de apropiación de los profesores actuantes en la Educación de Jóvenes y Adultos con respecto al tema, así como la aplicación de metodologías de desarrollo de proyectos de vida en escuelas de distintas localidades. Las experiencias presentadas apuntan para la necesidad de desarrollo de metodologías de aprendizaje que traten del proyecto vital.

**Palabras clave:** Educación de jóvenes y adultos; Proyecto de vida; Formación integral.

## INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira nos remete à própria história do país, com avanços e retrocessos, porém com as marcas e os sentidos que nos são próprios e assinada pela consciência histórica dos sujeitos envolvidos que a escreveram e que a leem (BENTIVOGLIO, 2020). Em 2021, ano especial para a Educação, abordar a EJA na perspectiva de formação integral e da construção de projetos de vida é um privilégio, pois não é possível ao ser humano existir sem assumir o direito e o dever de fazer escolhas, de lutar e de fazer política. Investido de tais direitos e deveres “(...) sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las.” (FREIRE, 1996, p. 27)

É na possibilidade concreta de definir nossas ações, fazendo escolhas conscientes a respeito delas e, especialmente na possibilidade de intervir para o caminhar de nossa própria história, que se entrecruzam a proposta de formação integral e da construção de projetos de vida por parte dos estudantes da EJA.

A proposta de abordagem pedagógica dos projetos de vida emerge e tem ganhado, a cada dia, maior expressão no contexto educacional. Seu protagonismo fica mais evidente quando se analisam normativos da educação nacional, tais como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), a qual propõe a superação da fragmentação disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (BNCC, p. 15)

Superar o caráter fragmentário e dotar de sentido a aprendizagem é o que também pressupõe a formação integral, a qual, segundo Silva (2014) favorece discernir as ações individuais para que a vida seja marcada por valores, atitudes e por ações capazes de trazer mudanças para o bem de todos.

Neste sentido, este trabalho discute o pensamento de Paulo Freire no que tange à educação e à forma-

ção integral; além do desenvolvimento do projeto de vida, a partir da visão de autores como Damon (2009), Machado (2004), Silva (2014), entre outros. Busca-se ainda analisar os cenários atuais da EJA no Brasil e os processos de transformação da modalidade, a partir das experiências de escolas de educação básica e das análises de uma pesquisa empírica realizada junto a educadores atuantes na EJA em algumas unidades escolares selecionadas nos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão e Distrito Federal.

Para a abordagem proposta, o texto está organizado nesta introdução, seguida dos tópicos: percursos normativos da EJA no Brasil; cenários atuais da EJA; a formação integral e Paulo Freire no contexto brasileiro; o projeto de vida no contexto da educação e da EJA; metodologia e resultados. Finaliza-se com as considerações finais e as referências utilizadas para a elaboração da pesquisa.

## PERCURSOS NORMATIVOS DA EJA NO BRASIL

A EJA no Brasil, desde o tempo dos jesuítas, foi desenvolvida com as mesmas características da educação para as crianças. Esta visão, especialmente esta prática, perpassou o período do Império e o período da Primeira República, iniciando um período de mudança a partir da década de 40, do século XX.

A alfabetização de adultos era um dos destaques da UNESCO, que por sua vez pressionava os países na busca de possíveis soluções. No Brasil, a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (1942) e junto com ele programas para o ensino de adultos, impulsionado pelo Serviço de Educação de Adultos (1947) e com influência dos movimentos sociais surge a Campanha de Educação Rural (1957), a Campanha Nacional de erradicação do Analfabetismo (1958) movimento de Educação de Base (1961) e o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Cultura (1964), dentre outros, passando a EJA, a reivindicar e receber verbas públicas para efetuar atendimento em nível nacional, bem como realizar uma renovação da metodologia e dos processos.



Foi nesse período que Paulo Freire iniciou o seu itinerário de educador no contato direto com a realidade sociopolítica e econômica da sociedade brasileira, datada dos anos 50 e 60 do século passado, “desperando a afirmação do sujeito com forte aspiração para a participação” (AGOSTINI e SILVEIRA, 2018, p 151-152).

O pensamento de Paulo Freire propunha a discussão sobre a necessidade de substituir o discurso pela reflexão sobre o social e, também, a necessidade de entender que a educação dos adultos deveria prepará-los para participar ativamente da vida política do país. Dessa forma, a educação de adultos passou a ser reconhecida como um poderoso instrumento de ação política que tinha, também, o papel de resgatar e valorizar a cultura popular. (SMEC, 2007, p 03).

Com o início dos governos militares, em 1964, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), para atender a necessidade de alfabetização de adultos, a partir da proposta de educação técnica e tecnicista própria dos contextos educacionais da época.

Com o início do processo de abertura política em 1979, a democratização da sociedade, a elaboração da nova constituição e o surgimento de novos espaços com o reconhecimento de novos saberes, surge a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), com apoio técnico e financeiro para as prefeituras e organizações da sociedade civil, bem como autonomia na elaboração dos seus projetos político-pedagógicos. Em 1990 esta fundação foi extinta, passando a responsabilidade da EJA para os municípios.

No conjunto de normativas que regem o sistema educacional brasileiro, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), temos o Plano

Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), como uma exigência constitucional, com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência.

O PNE também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE), com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. No normativo em comento estão presentes 20 metas que colaboram para a organicidade do sistema de ensino brasileiro.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC), após um significativo percurso de audiências públicas nas várias regiões do país. A BNCC apresenta um conjunto de dez competências gerais que devem ser desenvolvidas de forma integrada aos componentes curriculares, ao longo de toda a educação básica. Juntas, as competências gerais propostas, buscam atingir o principal objetivo da educação, ou seja, o desenvolvimento integral do ser humano.

No quadro 1, abaixo, da BNCC, são apresentadas as competências seguidas de sua breve conceituação. Nesta abordagem é explícita a concepção de formação integral que se manifesta no desenvolvimento das potencialidades da pessoa em sua relação consigo mesma, com os outros e com a natureza. A Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva (BRASIL, 2018, p. 14).

Quadro 1: As Competências na BNCC.

Base Nacional Comum Curricular Competências Gerais	
<b>Conhecimento:</b>	Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, natural e digital.
<b>Pensamento crítico e criativo:</b>	Exercitar a curiosidade intelectual e utilizar as ciências com criticidade e criatividade
<b>Repertório cultural:</b>	Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais
<b>Comunicação:</b>	Utilizar as diferentes linguagens
<b>Cultura digital:</b>	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética
<b>Trabalho e projeto de vida:</b>	Valorizar e apropriar-se dos conhecimentos e experiências
PARA entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.	
<b>Argumentação:</b>	Argumentar em base de fatos, dados e informações confiáveis
<b>Autoconhecimento e autocuidado:</b>	Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se
<b>Empatia e colaboração:</b>	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.
<b>Responsabilidade cidadania:</b>	Agir pessoal e coletivamente com autonomia e responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da BNCC (BRASIL, 2017).

De acordo com as informações do quadro 2, onde são apresentadas as 10 competências e a sua caracterização presentes da Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2017) destaca-se aqui a competência seis, na qual trabalho e projeto de vida estão conectados entre si a partir do conhecimento e valorização dos saberes, conhecimentos e experiências já adquiridos ao longo da vida. O desenvolvimento desta competência colabora na compreensão do mundo do trabalho e em escolhas alinhadas à cidadania e ao projeto de vida, sempre com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.

É a possibilidade para que, na educação brasileira, o aluno desenvolva suas potencialidades de maneira integral, mas também na historicidade de seu tempo, como propõe Paulo Freire. E foi nesta perspectiva que Paulo Freire iniciou o seu itinerário de educador no contato direto com a realidade sociopolítica e econômica da sociedade brasileira, datada dos anos 50 e 60 do século passado, “despertando a afirmação do sujeito

com forte aspiração para a participação” (AGOSTINI e SILVEIRA, 2018, p 151-152).

Neste contexto, as palavras de Paulo Freire perpassam o tempo, ecoam na vida e se transformam em realidade pois é o sonho, a utopia que coloca em movimento a profecia de homens e mulheres que conhecem sua história e sua gente e agem para eternizar seus saberes. “O futuro antes anunciado é agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história se mobiliza, não morre. Pelo contrário, continua”. (FREIRE, 1992, p 126)

Freire contribuiu nos anos 60 com um método revolucionário de alfabetização que rapidamente se espalhou pela América Latina. Este método, especialmente para alfabetização de adultos,

foi apenas uma de suas muitas contribuições que muitas vezes não se situa, nem no contexto histórico da época, nem no quadro da filosofia e epistemologia que a sustenta, reduzindo assim, sua proposta educacional, a considerações metodológicas ou mesmo didáticas e técnicas. promoveu uma *Ação Cultural Libertadora* que pretendia criticar a totalidade do sistema “bancário” de educação em todos os níveis e propor um outro sistema de ensino com bases populares e objetivos de transformação social” (HOLLIDAY, 2021, p 05).

Surge então o Movimento de Educação de Base, MEB, que partindo da experiência de alfabetização de adultos realizada por Paulo Freire em Angicos/RN, assume a proposta de alfabetizar jovens e adultos contextualizados em seu local de vida, em seu tempo histórico. Tem presente que a educação parte de uma teoria do conhecimento, por isso é importante explicitá-la em um processo dialógico, construído nas contradições da história, com os atores do processo. É a dialética do ir e vir no pêndulo da história, na busca constante do equilíbrio necessário para avançar.

Como reconhece o MEB, a leitura e a escrita, são “um processo de alfabetização de jovens e adultos que pres-

supõe, como metodologia, a leitura pedagógica do “ver, julgar e agir” na qual, a alfabetização é entendida como um processo de planejamento onde os objetivos a serem alcançados são previstos em todas as suas etapas.” (MEB, 2021)

## 2. CENÁRIOS ATUAIS DA EJA

No atual PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), dentre as 20 metas apresentadas, especialmente duas fazem menção à EJA. São elas, as metas 8 e 9, cujos textos estão descritos a seguir,

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (...)

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2014)

A análise do PNE realizada em 2020, por ocasião da apresentação do Relatório de Monitoramento do 3º Ciclo das Metas, mostra que os indicadores da Meta 8 apresentam ritmo relativamente lento de crescimento no período analisado, colocando o Brasil ainda em risco de manter o estoque da dívida educacional com essa população ao término da vigência do PNE. Vejamos na íntegra o texto relativo às Metas 8 e 9:

A dívida histórica da educação nacional com o acesso escolar está marcada pelo grande

contingente de jovens, fora da faixa etária de matrícula obrigatória, de 18 a 29 anos, que não possuem a educação básica completa, ou seja, pelo menos 12 anos de escolaridade. As desigualdades de acesso, que historicamente alijadas do direito à educação às populações do campo, das regiões menos desenvolvidas, de cor negra e dos grupos de renda mais baixa, são enfrentadas pelo PNE em sua Meta 8. Alcançar o mínimo de 12 anos de escolaridade para esses grupos e igualar a escolaridade entre negros e não negros é a meta para 2024. O Relatório mostra que os indicadores da Meta 8 apresentam ritmo relativamente lento de crescimento no período analisado, colocando o Brasil ainda em risco de manter o estoque da dívida educacional com essa população ao término da vigência do PNE. Parte da dívida social da educação com o acesso escolar se reflete no analfabetismo adulto, tanto absoluto quanto funcional. A Meta 9 do PNE pretende alcançar a redução em 50% do analfabetismo funcional e erradicar o analfabetismo absoluto até 2024. O Relatório mostra que a meta intermediária de elevar a taxa de alfabetização para 93,5% foi praticamente alcançada em 2019, embora significativas desigualdades regionais e sociais ainda persistam. A meta de erradicação do analfabetismo adulto até 2024 está 6,6 p.p. de ser alcançada, enquanto o analfabetismo funcional, embora em queda, ainda dista 5 p.p da meta. No campo da educação profissional e tecnológica (EPT), o PNE reforça a necessidade do fomento à formação de cidadãos para o mundo do trabalho. Intensificando os esforços de universalização da educação básica e de ampliação da escolarização dos jovens e adultos, preconizados nas metas anteriores, a Meta 10 almeja qualificar a oferta de educação para esse público ao integrá-la à educação profissional, proporcionando uma trilha de aprendizagem mais adequada à idade dos estudantes/trabalhadores e comprometida

com suas aspirações por trabalho e emprego. Em 2019, a integração da educação básica com a educação profissional não passou de 1,6%, frustrando o plano, tímido do ponto de vista internacional, de alcançar o patamar de 25%. O relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação | 2020 sumário executivo. No mesmo sentido, a Meta 11 desafia triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio. A evolução das matrículas, ocorrida no período de 2013 a 2019, demonstrou uma considerável expansão (17%), alcançando quase 1,9 milhão – marca ainda distante das 4,8 milhões de matrículas previstas. Importante destacar o protagonismo do segmento público nesse período, responsável por 75,7% da expansão. Tal desempenho foi fortemente influenciado pelo processo de expansão da rede federal que, em apenas seis anos, incrementou suas matrículas em 47,1%. Assim, ainda que os indicadores da educação profissional estejam muito distantes de suas metas, apresentam importantes avanços para aproximar jovens e adultos de um ofício especializado, reduzindo um pouco as enormes insuficiências que o Brasil apresenta na missão de formar trabalhadores.”<sup>1</sup>

A partir do parágrafo acima, percebe-se que diante das muitas dificuldades na superação do analfabetismo, são várias as iniciativas que tomam forma, ocupam espaço, geram letramento e cidadania, outras tornam-se políticas públicas, geram renda, qualificam o trabalhador.

Portanto, nunca paramos no estudo de métodos e técnicas de alfabetização de adultos como tais, em vez disso, consideramos esses métodos e técnicas como algo que está a serviço de uma certa teoria do conhecimento posta em prática, que por sua vez tem que ser fiel a uma determinada opção política (FREIRE, 1979, p 18).

A EJA tem vivenciado um fenômeno de “juvenilização”, termo referente à migração de um grande número de adolescentes do Ensino Regular para a modalidade EJA, consequência do fracasso escolar (MACIEL, 2020 p 12). Este fenômeno está estreitamente vinculado a fatores como sistema escolar, no qual o aluno geralmente é “visto como inadequado”, ao ambiente escolar regular, tornando-se desistente ou reprovado pela escola, acrescido pela redução da idade mínima permitida para ingressar na EJA prevista na LDB (BRASIL, 1996). Estes fatores estão interligados também ao fator econômico, na busca de trabalho para ajudar no sustento da família bem como as exigências do mercado na qualificação profissional.

De acordo com os dados sobre a Educação Básica no Brasil, atualizados em 2021 pelo INEP, no ano anterior (2020), a cada 100 estudantes da educação que ingressam na educação básica, apenas 72 concluem o ensino fundamental (aos 16 anos) e somente 65 concluem o ensino médio (aos 19 anos). Percebe-se que 46% do número total de alunos matriculados na EJA têm idade entre 18 e 29. De 2018 para 2019, aproximadamente 300 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e 200 mil do ensino médio migraram para a EJA. São alunos com histórico de retenção e que buscam meios para conclusão dos ensinos fundamental e médio” (INEP, 2021)

Um marco normativo recente e de grande relevância, com possíveis implicações sobre tais dados, bem como ao contexto da EJA de modo geral, é a recentemente publicada Resolução CNE/CEB nº 01/2021, a qual institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Educação de Jovens e Adultos a Distância. Enfatiza a Aprendizagem ao Longo da Vida, favorecendo alunos com deficiências e que apresentam transtornos funcionais, garantindo atendimento educacional especializado e complementar. Também propõe diversas formas de atendimento, tais como a forma combinada, a direcionada, a de multietapas e a vinculadas.

A publicação desta Resolução, abordando as necessidades dos diversos públicos da EJA e propondo possibilidades para a realização do processo de letramento, é mais um passo significativo no cenário da EJA. Geralmente excluídos do sistema escolar, percebem na EJA a oportunidade para apreender conhecimentos, qualificar-se profissionalmente, buscar um diploma e viver sua cidadania. Cabe ao sistema de ensino, através de seus entes federados, propor e desenvolver políticas que garantam atingir as metas propostas no Plano Nacional de Educação e no Plano Decenal (2014-2024).

### 3. O PROJETO DE VIDA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO E NO CONTEXTO DA EJA

A proposta para a realização do projeto de vida está presente na Competência número 6 da BNCC (BRASIL, 2017) e destaca a importância de a escola valorizar a diversidade de saberes, vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018, p. 9).

Definido igualmente como uma das trilhas para o novo Ensino Médio, desde há mais tempo o projeto de vida era assumido por educadores da EJA como uma ferramenta para o desenvolvimento integral dos alunos ou mesmo para a permanência dos mesmos na escola.

A EJA busca oferecer oportunidades educacionais às pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais que por alguma razão foram marginalizados do ensino regular. Tem o olhar voltado para o aluno como o sujeito de sua própria aprendizagem, que traz para a escola um conhecimento vasto e diferenciado, pode contribuir, efetivamente, para sua permanência na escola obtendo uma aprendizagem de qualidade. Afinal, a escola é um espaço privilegiado para a busca do conhecimento, e para o jovem ou adulto, é antes de tudo, um desafio, um projeto de vida.

Destaca-se a perspectiva do desenvolvimento integral do aluno EJA, reconhecendo sua singularidade, seus diferentes saberes, suas múltiplas identidades culturais e a convicção de que seu desenvolvimento pessoal também incide na qualificação profissional.

A realização, ou seja, a escrita, execução e vivência do projeto de vida é uma decisão pessoal. A concepção de projeto de Vida pode figurar como um elemento aglutinador no processo de aprendizagem, desenvolvendo um conjunto de atividades didáticas intencionais, que ampliem a visão de mundo, as competências cognitivas e socioemocionais bem como a criatividade, senso crítico, autonomia, liberdade, participação. Assim a escola oferece possibilidades para que o aluno faça o percurso de,

“tornar consciente e avaliar as trilhas de aprendizagem, dos valores, competências e dificuldades, bem como os caminhos mais promissores para o desenvolvimento em todas as dimensões. É um exercício constante de tornar visível, na própria linha do tempo, as descobertas, valores, escolhas, perdas e também desafios futuros, aumentando a percepção, aprendendo com os erros e projetando novos cenários de curto e médio prazo. É um roteiro aberto de autoaprendizagem, multidimensional, em contínua construção e revisão, que pode modificar-se, adaptar-se e transformar-se ao longo da nossa vida.” (MORAM, 2017, p 01).

Comprometidos com esta intencionalidade, todos os atores da comunidade escolar devem participar de maneira ativa na reflexão sobre valores, vivências, visão de mundo, tornando viável o projeto de vida no currículo e na cultura da escola. Nele busca-se assemelhar elementos metodológicos, psicológicos, biológicos e políticos para a construção do significado antropológico de valor que perpassa a educação (MACHADO, 2004)

São várias as possibilidades para o desenvolvimento do projeto de vida. O importante é desenvolver atividades

que ajudem o estudante a perceber seus sonhos, seus ideais, suas motivações, ajudando-os a definir quais os passos a serem dados para alcançar seus objetivos. É de suma importância ter clareza sobre a própria realidade em que se encontra, definindo passos possíveis para alcançar a realidade desejada (SILVA, 2014, p 107). O projeto de vida pode ajudar a conferir sentido à ação e à própria existência, não se detendo diante das incertezas do presente e do futuro, por isso é imprescindível uma proposição que parta do contexto sócio-histórico, baseada no olhar sobre si mesmo, desde a memória familiar a imagem de si mesmo e as experiências com as outras pessoas, passando pela intervenção na realidade onde vive, tendo em vista os desejos, os sonhos, as decisões e escolhas. Um percurso sem perder de vista o valor central da vida e os muitos caminhos possíveis. (CORREIA, 2020, P 5-6, 25-30).

Uma possibilidade metodológica é desenvolver o projeto de vida a partir de três elementos para serem considerados: a referência ao futuro, a abertura para o novo e o caráter indelegável da ação projetada. O projeto de vida é sempre a antecipação de uma ação que tem o futuro como referência, mas uma ação a ser realizada na perspectiva do novo, do incerto, do criativo, do risco do insucesso. Esta ação de projetar, característica inerente do ser humano, torna a pessoa sujeito de seu próprio projeto. O que impulsiona a realização deste projeto pode-se chamar de utopia, porém para alimentar a imaginação processo de construção pessoal, mas que se traduz no coletivo da sociedade. As utopias são o motor para a transformação global da realidade. (MACHADO, 2004)

Esse processo pessoal e coletivo deve ser orientado por um professor que tenha autoconhecimento o suficiente para com serenidade, aceitar os limites das pessoas e os reveses da vida. É desejável, igualmente, que esse professor seja capaz de desenvolver empatia, capacidade de acolhida e de escuta bem como de formação humanística/acadêmica para orientar seus alunos. As instituições e grupos que oferecem esta possibilidade deverão ter presente estes aspectos para melhor desenvolver suas atividades.

#### 4. METODOLOGIA E RESULTADOS

Na dinamicidade e historicidade do tempo, compreende-se o mundo da natureza, da história e do espírito, como um processo em constante movimento (TRIVIÑOS, 1987 p 42-44). e na busca desta compreensão fazer uso dos recursos científicos permite ao investigador, colher informações e ampliar seu conhecimento. É o estudo exploratório que permite encontrar os elementos necessários, em contato com determinada população, os resultados que deseja, e através do estudo descritivo, conhecer a comunidade. (TRIVIÑOS, 1987, p.109-110).

O estudo descritivo desenvolvido nesta pesquisa utilizou, para a coleta dos dados, entrevista semi-estruturada (duas pessoas), em consonância com a temática da EJA. A entrevista foi realizada com a coordenadora pedagógica e com a diretora responsável pela modalidade em um colégio católico do Rio de Janeiro.

Afirma a coordenadora pedagógica que nos últimos anos foram realizadas várias adequações e inovações, consolidando a identidade da EJA, no turno noturno da instituição. Organizado com a dinâmica da gestão colegiada, com professores em constante qualificação e amplo espaço físico, a escola oferece a EJA no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como disponibiliza vagas para os cursos profissionalizantes.

É notável a proposta pedagógica, desenvolvida à frente do previsto pelos normativos da educação. A instituição oferece um semestre letivo a mais, bem como atividades diversas que colaboram na sistematização de um projeto de vida, como por exemplo, o projeto “Partiu Saber”, por meio do qual o aluno define seu tema de interesse e, sob a orientação de um tutor, pesquisa e apresenta o resultado de maneira livre, utilizando diversos recursos e definindo também o público: pequenos grupos, a turma ou mesmo para todos os alunos escola, relata a atual coordenação da EJA na escola.

Já na entrevista realizada com a diretoria geral da EJA, esta afirma que nos últimos três anos percebe-se uma “juvenilização” dos alunos. É um fenômeno que

se manifesta na diminuição considerável na procura de vagas para o Ensino Fundamental, manutenção na procura de vagas para o Ensino Médio e “explosão” na busca de vagas para qualificação profissional. Destaca-se nesta instituição a grande procura para o curso de técnico em enfermagem. Contribuir para que os alunos EJA, bem como os alunos dos cursos profissionalizantes possam acessar, permanecer e concluir este ciclo de formação, desenvolvendo e fortalecendo as grandes opções de vida é o desafio de toda equipe.

Um segundo tipo de instrumento utilizado para a coleta de dados foi o estudo exploratório. Foi desenvolvido em pesquisa por amostragem junto aos educadores que atuam na EJA (número de educadores entrevistados) em escolas dos estados a seguir elencados: Rio de Janeiro (10) e os demais educadores que alfabetizam jovens e adultos através do Movimento de Educação de Base (MEB), no Distrito Federal (10), Maranhão (2) e Ceará (3).

Os docentes responderam a um questionário estruturado, *online*, com quatro questões objetivas sobre a temática do projeto de vida. As questões apresentadas aos docentes da EJA foram: Você já ouviu falar em projeto de vida? Você conhece o que é o projeto de vida? Já escreveu o seu próprio projeto de vida? Você tem interesse em desenvolvê-lo com seus alunos/educandos? Outras duas questões foram dirigidas aos respondentes, para esclarecer a caracterização da educação proposta por Paulo Freire, bem como a percepção das características dos alunos que frequentam a EJA nas turmas em que atuam como professores/alfabetizadores, nas quais deveriam escrever três palavras como resposta a cada uma das questões. Foram obtidas 30 respostas referente aos questionários

A partir das respostas coletadas, observa-se que na primeira pergunta 23,3 % dos entrevistados nunca ouviram falar de projeto de vida e 76,7% já ouviram falar. Considerando que a BNCC (CNE, 2017) menciona a temática como transdisciplinar, desde 2017, e a define como um dos itinerários para o Ensino Médio, esperava-se que o percentual de saber da existência desta

temática junto aos docentes fosse de um índice maior. Na questão de conhecimento sobre o que é o projeto de vida, 46,7% dos respondentes informaram não conhecerem o que é o projeto de vida, sendo que 53,3% informam que sabem do que se trata ao abordar este tema. Observa-se, neste item, uma diferença interessante em relação à primeira pergunta, posto que parte daqueles professores que informaram já terem ouvido falar da temática, admitem aqui não conhecê-la de fato. É uma situação compreensível visto que este tema embora seja citado na BNCC (2017), está sendo melhor viabilizado a partir de sua obrigatoriedade presente na proposta do novo Ensino Médio (2021). Assim, é um tema que passou a ter notoriedade e vários segmentos educacionais já o tornam mais visível e acessível. Por outro lado, quem acompanha os educandos na tarefa de escrever o projeto de vida, deve estar dotado das capacidades metodológicas necessárias e da lucidez em relação ao mundo presente e aos desafios/oportunidades que este apresenta. Também é importante nutrir-se, comprometendo-se com a transformação das realidades desumanizantes e com o anúncio e a multiplicação das estruturas humanizadas (CORREIA, 2020, p 31-32).

Na terceira pergunta, referindo-se à escrita, 40% dos entrevistados afirmam já ter escrito seu próprio projeto de vida, porém 60% ainda não, evidenciando que mesmo sabedores da existência desta ferramenta, não a colocaram em prática com relação a si mesmos. Aqui uma variável para as respostas afirmativas é ter presente o local e o tempo em que os respondentes fazem parte da instituição. Conforme informações levantadas junto às escolas, os docentes do Maranhão (50%) e do Ceará (60%) atuam há mais de 10 anos na EJA, tendo experienciado a abordagem deste tema em sua formação continuada. Os respondentes do DF, que atuam na instituição em torno de 3 anos, apenas 20% já escreveram seu próprio projeto de vida. Já na segunda instituição pesquisada no DF, 30% dos respondentes já escreveram.

Na quarta questão, se há interesse em desenvolver o projeto de vida com seus alunos/educandos 100% informam que sim, o que remeto para o contínuo inte-

resse dos educadores e sua disponibilidade para o novo, para estratégias que contribuam para o aprendizado dos estudantes, mesmo que ainda não as dominem plenamente.

Para a EJA, a proposta da formação integral, presente nas diversas atividades desenvolvidas, potencializa as habilidades e competências necessárias para o desenvolvimento do projeto de vida. Destaca-se aqui o vir a ser como categoria do tempo e do espaço, como um percurso onde alguns elementos se tornam como que indicativos “na direção certa”, como por exemplo questionar-se sobre si mesmo: Quem sou eu? Para onde vou?

Esta visão mais ampla de si mesmo e ao mesmo tempo centrada sobre si mesmo, mas na perspectiva do outro é denominada por Damon (2009) de projeto vital.

É uma intenção estável e generalizada de alcançar algo que é ao mesmo tempo significativo para o *eu* e gera consequências no mundo além do *eu*”. Assim, um projeto vital é a razão por trás das metas e dos motivos imediatos que comandam o comportamento diário. Se o projeto vital tem características de alcance social, beneficiando o próprio sujeito e aqueles à sua volta, pode ser considerado nobre. Se visar metas destrutivas, contra o interesse de alguns ou da sociedade pode ser considerado antissocial (DAMON, 2009, p 53-54).

O projeto de vida é uma oportunidade para “tomar-se nas mãos”, com as potencialidades e desafios do ser humano e decidir sobre si mesmo de maneira autônoma e comprometida, aberto ao transcendente e ao outro. E diante do conjunto das necessidades vitais que buscam uma satisfação conveniente para o crescimento, faz-se necessário optar pelos verdadeiros valores da vida, aqueles que favorecem o desenvolvimento da pessoa (PENENGO, 2007, p 03).

Na EJA este processo tem seu ritmo e suas características próprias. O condutor do processo deverá estar familiarizado com as etapas e a metodologia do pro-

jeto de vida, portanto acredita-se ser imprescindível fazer a experiência de escrever seu próprio projeto de vida para melhor conduzir este processo junto aos educandos/alunos

Percebe-se nos dados coletados o desejo dos educadores de experienciar um processo de desenvolvimento pessoal que aglutine suas potencialidades, capacite o ensino-aprendizagem na complexidade do mundo de hoje e redescubra a beleza de servir a vida em sociedade também através do trabalho.

Para Max Weber todas as pessoas têm uma vocação particular que reflete três qualidades intrínsecas: suas próprias habilidades; a necessidade que o mundo tem dos serviços que essas habilidades podem proporcionar; e a satisfação que têm em servir a sociedade à sua maneira. Quando se pensa no trabalho como vocação em vez de um simples emprego, a experiência de trabalhar se transforma” (DAMON, 2007, p 61).

A proposta do projeto de vida vem ao encontro da necessidade humana de conhecer a si mesmo para estabelecer relação com o outro. A consciência das potencialidades e desafios, aglutinados em torno de um objetivo comum, direciona forças e energia na perspectiva do crescimento pessoal, ou seja, do transcender-se. Já afirmava Paulo Freire que a transcendência, para o ser humano, está também na raiz da sua finitude. “Do ser inacabado que é e cuja plenitude se acha na ligação com seu Criador. Exatamente porque, ser finito e indigente, tem o homem na intranscendência, pelo amor, no seu retorno à Fonte” (FREIRE, 1969, p 40).

Buscando superar uma educação baseada na racionalidade instrumental positivista, que conseqüentemente não atendia a necessidade de alfabetizar jovens e adultos, Paulo Freire desenvolveu uma proposta de alfabetização por meio de palavras geradoras. Estas palavras, repletas de sentido, eram apresentadas pelos educandos e, com o professor, descobriram de que maneira eram escritas. Assim era possível escrever o mundo a



partir de palavras do cotidiano, interligadas entre si e contextualizadas historicamente. Buscava-se não apenas informações, mas elementos para a transformação, pois, estando repletas de vida, geram movimento e transformação, tanto em nível individual como no coletivo.

Este processo de letramento vai acontecendo com a apreensão da informação, com a observação dos sentimentos, das reações, do autoconhecimento bem como através da leitura, não apenas das letras, mas também das coisas. A pedagogia do diálogo contida na “palavra geradora” pode servir de base para o “trabalho com objetos geradores, percebendo a vida destes objetos, a expressão de traços culturais, estabelecendo diálogo, conhecimento do novo na experiência vivida: o que se sabe e o que se vai saber” (RAMOS, 2016, p 01).

O Movimento de Educação de Base (MEB), compreende o educando como sujeito do seu desenvolvimento e de sua participação na história. Através do método “Ver, Julgar e Agir” leva o educando a realizar a leitura do mundo (Ver), a fazer escolhas (Julgar) e a se envolver na execução de um projeto de vida pessoal e na sociedade (Agir). O projeto de vida é elaborado na relação do educador com os educandos e no contexto da realidade em que se encontra, sempre na perspectiva de futuro. Assim o educador, na elaboração do projeto de vida e na ação transformadora do mundo, revê continuamente seu próprio projeto, aprofundando e ampliando suas opções para acompanhar a dinâmica da vida. Para o MEB, o projeto de vida é escrito, revisto e reelaborado no processo contínuo da aprendizagem ao longo da vida.

Buscando identificar as características da educação proposta por Paulo Freire, presentes no fazer educação dos professores/educadores e que se manifestam na caracterização dos seus alunos/educandos, no quadro 2 apresentamos as duas últimas questões aplicadas ao grupo dos professores/educadores (30): Cite três características da educação proposta por Paulo Freire e cite três características dos seus alunos/educandos.

Quadro 2: Caracterização da educação em Paulo Freire x Caracterização dos educandos/alunos

Palavras que caracterizam a educação proposta por Paulo Freire	Palavras que caracterizam seus alunos/educandos.
Diálogo/Realidade/Alfabetização	Brincalhões, espertos, inteligentes
Libertadora	Vida
Libertadora, emancipadora, dignificadora	Curiosos, interessados, espertos
Mediadora, libertadora, mundo	Comunidades, periferias, diversidade
Realidade, libertação, construção	Interessados, determinados, companheiros
Dialética, senso crítico e transformadora	Esforçados, carismáticos e humildes
Realista, fácil acesso	Paciente esforçados otimistas
É o processo constante de criação do conhecimento.	Interessados, inteligentes e esforçados
Autonomia, emancipatória, libertadora	empenhados, solidários, semianalfabetos
Esperança, amorosidade, coragem	Resilientes, amorosos, persistentes
Amorosidade, leitura, experiência de vida.	Animados, vontade, participativos.
Saber, resiliência e amor	Desafio, persistentes, amorosos.
Resiliência, transformação, mudanças	Desafios, superação, vontade.
Luta, aprendizagem, vida	Sonhadores, otimistas, insistentes
Aprendizagem, ensinamento, transformação	Amigos, prestativos, ansiosos.
Amorosidade, realidade, dedicação	Amigos, cumplicidade, dedicados.
Revolucionária, libertadora e avançada	Superação, determinados e dedicados
Dialógica, Libertadora e transformadora	Vivência, experiência e motivados.
Transformadora, senso crítico, método ver, julgar e agir	Transformar a realidade, conhecimento, capacidade crítica da realidade
Linguagem, dialógica e coletiva	Força de vontade, garra e determinados.
Autonomia, politização, consciência	Corajosos, persistentes, carentes.
Dialógica, popular, transformadora	Participantes, comunicativos, curiosos
Emancipatória, dialógica e crítica	Atenciosos, curiosos, persistentes
Libertadora, valorizadora, geradora	Resilientes, determinados, dedicados
Autonomia, saberes, contextualizada	Resilientes, coragem, trabalho
Libertação, crítica, empoderamento	Abertos, vulneráveis, afetuosos
Autonomia, mudança, troca	Necessidade, motivados, esperançosos
Igualdade, esperança, transformação	Dedicados, respeitosos, esforçados
Libertadora, igualitária, criatividade	Fé, determinados, resistentes
Emancipatória, epistemológica e corajosa	Interessados, respeitosos, lutadores

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa (2021).

Observando o quadro, as palavras foram agrupadas por categorias, pois nos ajudam a organizar, separar, unir, classificar e validar as respostas encontradas pelos instrumentos de coleta de dados utilizados, realizando um processo analítico que agrupa os dados coletados (BARTELMÉBS, 2013, p 2-3). Assim, após a leitura do quadro, buscou-se responder à questão inicial: A partir da percepção do respondente, quais são as características da educação proposta por Paulo Freire presentes na prática docente e que se manifestam na caracterização da própria turma de alunos/educandos?

Foram destacadas as palavras repetidas ou com significado próximo e agrupadas a partir da categoria educador/professor/docente, no que diz respeito a ação docente e educador/professor/turma no que se refere às características da turma. No primeiro grupo destacou-se a realidade, a autonomia, a dialogicidade, os saberes diversos, a libertação, a transformação, a amorosidade.

Já na categoria educador/professor/turma são destacadas palavras como resiliência, determinação, busca do conhecimento, coragem, amizade, solidariedade e afeto. Percebe-se a relação de amorosidade, de comprometimento com o desenvolvimento da turma, com fortes traços para o coletivo, a realidade, a transformação, bem como no desenvolvimento pessoal, com o reconhecimento das potencialidades e dificuldades detectadas e superadas no enfrentamento da complexa realidade dos educando/alunos da EJA.

Para além das prescrições encontradas nos normativos vigentes, é perceptível, por meio dos resultados desta pesquisa, a centralidade da relação explícita entre a pessoa do educando e do educador, posto que as concepções de educação deste profissional são refletidas na caracterização da turma. Assim, compreender a metodologia, ampliar os conhecimentos sobre educação e sobre a realidade, e aprender a “olhar e a ouvir” é de fundamental importância para o processo de aprendizagem e também para o projeto de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto vital dota a pessoa de alegria nos bons momentos e de resiliência nos momentos ruins. Permanece por toda a vida (DAMON, 2019, p 52) na medida em que é redefinido continuamente com novos conhecimentos, experiências e vivências, quando estamos atentos e o desenvolvemos intencionalmente em nós mesmos e nos demais (MORAM, 2017, p 5).

Diante das diversidades somos desafiados a educar para um mundo possível, como fez Paulo Freire. Educar para outros mundos possíveis é educar para conscientizar, para desalienar, para libertar. Educar para outros mundos possíveis é educar pela emergência do que ainda não é, a utopia como rebeldia, (GADOTTI, 2011, p 96) como irrupção na história que desencadeia processos irreversíveis do bem comum quando atinge o SER interior.

Os dados coletados e analisados apontam para a viabilização do projeto de vida como cenário apropriado onde os professores/educadores, desejosos de escrever seu próprio projeto de vida, experienciam sua trajetória autobiográfica detectando suas potencialidades e desenvolvendo as possíveis debilidades, tenham como referencial a educação necessária para Educar Jovens e Adultos.

É neste contexto que os educadores/professores, desafiados pela realidade de suas turmas, percebem ser possível a transformação da realidade, tendo presente que não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interligados, exigindo dos educadores uma postura ecopedagógica, (GADOTTI, 2011, p. 98), em que a escuta do outro como guardador de memórias em constante crescimento e o cuidado para com nosso planeta se tornam atitude de vida, permeadas pelo diálogo, pela autonomia, pela troca de saberes, que passa do individual para o coletivo.

Assim, educar e aprender no processo de alfabetização de jovens e adultos acontece na boniteza da vida, caracterizada pelas palavras coletadas e manifestadas como características das turmas. É o educador/professor que, assumindo uma postura dialógica, vai traduzindo em sua prática, através da mediação da palavra e do letramento, a leitura do mundo, com a amorosidade que o identifica.

Para Paulo Freire este processo é alavancado pela conscientização, que partindo do reconhecimento da situação, aponta possibilidades para a dissolução dos obstáculos pertinentes à sua própria humanização. É opção, decisão, compromisso com a história e com sua transformação (OLIVEIRA NETO, 2019, p. 74-76), e como toda decisão-ação desencadeia outras decisões e ações.

Nessa perspectiva criam-se redes e teias de possibilidades para a promoção do homem que jaz inacabado, mas que liberto da opressão se deslumbra com a possibilidade de se completar. E essa liberdade só é possível por meio da educação. E essa educação só é possível porque homens e mulheres, mediatizados pelo mundo, ousaram romper a arestas da intolerância, do determinismo e da alienação.” (ALMEIDA, 2008, p.01)

Assim, uma formação integral busca o desenvolvimento das muitas habilidades e competências dos educandos tendo em vista seu crescimento, mas também associado ao bem comum. O projeto de vida na alfabetização na EJA está intrinsecamente ligado com a experiência de projeto de vida dos educadores.

Sua construção mantém acesa a utopia, tão desejada por Paulo Freire e tão necessária para os educadores atuais, pois evidencia uma relação de solidariedade entre o ser e o agir do sujeito quando empoderado por uma escrita de autoria que visibiliza o pensamento, a emoção e a ação. É a constante conjugação do verbo esperar.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo

esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. (Freire, 1992).

E nesta ação dialógica de conjugar o verbo esperar, vamos tecendo o fio das relações, na singularidade de cada um e na grandeza de nossa casa comum, fazendo acontecer, com muitos saberes, na aprendizagem, a circularidade da vida.

## NOTA

- 1 Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020; Sumário Executivo, MEC-INEP, p 8-9

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Nilo; SILVEIRA, Carlos Alberto da. **A educação segundo Paulo Freire**: Da participação à libertação. Reflexão e Ação, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- ALMEIDA, Severina Alves de. **Trabalho da pedagogia do oprimido**: holismo e autopoiese promovendo uma pedagogia da alteridade, UFT. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4266>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BARTELMÉBS, Roberta Chiesa. Analisando os dados em pesquisa qualitativa. Furg, 2013. Disponível em <<http://www.sabercom.furg.br>> Texto\_analise> Acesso em: 22 set. 2021.
- BENTIVOGLIO, Júlio. O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 390-404, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em 25 ago. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Presidência da República, Brasília: DF, 1996b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 23 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República, Brasília: DF, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 23 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **CONAE 2018**. Diálogos sobre educação. 3º CONAE, Brasília, 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-28-de-maio-de-2021-323283442>. Acesso em 11 set. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020**. Sumário Executivo. Disponível em [http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974122](http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974122). Acesso em: 10 ago. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse da Educação Básica 2020**. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>> Acesso em 03 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Projeto de vida: Ser ou existir? Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de>. Acesso em 19 ago. 2021.

CORREIA, Vanessa Araújo. **Contexto sócio-histórico do projeto de vida**. MAGIS: Projeto de vida para jovens. São Paulo, Edições Loyola, 2020.

DAMON, William. **O que o Jovem Quer da Vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. São Paulo, Summus, 2009

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Paz na Terra. Rio de Janeiro, 1969

FREIRE, Paulo. **Teoria e Prática da Libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Cortez & Moraes, São Paulo, 197

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Paz e Terra, São Paulo, 1992

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**. Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2011

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Não quero ser repetido...quero ser reinventado**: Desafios do pensamento de Paulo Freire para a atualidade. E-book 60 anos MEB. Disponível em < <https://www.meb.org.br>>

MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores**. 5 ed. São Paulo: Escrituras Editora, (Coleção ensaios transversais), 2004.

MACIEL, Mateus Carmona. **Adolescência à margem**: Projeto de vida na Educação de Jovens e Adultos. Dissertação Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciência da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2020. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>. Acesso em: 21 ago. 2021

MORAM, José. **A importância de construir projetos de vida na educação**. Setembro 2017. Disponível em <[www2.eca.usp.br/moran](http://www2.eca.usp.br/moran)> Acesso em: 07 set. 2021.

Movimento de Educação de Base: MEB. Disponível em: <https://www.meb.org.br/quem-somos>. Acesso em: 26 ago. 2021.

OLIVEIRA NETO, José Freire de; NETO, Manoel Vieira Guimarães. **Educação libertadora e catequese**: viabilidade do método psicossocial de Paulo Freire em uma catequese antropológica, Mossoró, Sarau das Letras, 2019

PENENGO, Horácio. **Discernir e realizar o projeto de vida**. 2007. Disponível em:

<http://www.clerus.org/clerus/dati/2007-11/24-13/RealizarProVida.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RAMOS, F. R. L. Objeto Gerador: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Revista Historiador**, v.8, n.14.set 2016.

SILVA (SDB), Dom Eduardo Pinheiro da. **Vida: um projeto em construção**. Ed. Canção Nova. 2ª Ed. São Paulo. 2014.

## O AUTOR

Renato de Oliveira Brito é doutor em Educação. Filiação Institucional: Universidade Católica de Brasília. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9345-2529>. E-mail: [renatoorios@gmail.com](mailto:renatoorios@gmail.com)

Cláudia Chesini é pedagoga, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Filiação: Universidade Católica de Brasília (UCB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2259-2743>. E-mail: [claudia.chesini@gmail.com](mailto:claudia.chesini@gmail.com)

Maria Cristina Mesquita da Silva é Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2158-0924>. E-mail: [cristina.mesquitas@gmail.com](mailto:cristina.mesquitas@gmail.com)



## **RESENHA**



## MIL: PROJEÇÕES DE UM UNIVERSO DISTÓPICO

Em *Mil*, Jean Pierre Chauvin forjou uma ilha e a projetou no Oceano Índico, à altura da Linha do Equador. Fundada em 2050, a Cidade-Estado de Cosmolândia contava com sessenta e quatro quadrantes, vias simétricas, bares-mercearias, complexos residenciais, departamentos, para não falar das câmaras e situados no subsolo. No espaço urbano não existiam acidentes ou de aclives/declives que pudessem prejudicar a harmonia das formas e a manutenção da ordem. É nesse cenário que atua Ulisses, personagem em torno da qual a ficção, dividida em nove capítulos, se organiza. O título da distopia, aliás, indica o cuidado da cidade com o controle demográfico, restrito ao montante de mil pessoas.

Todos os capítulos começam com fragmentos de autores consagrados: Orwell, Saramago, Huxley, Verissimo, Chico Buarque, Gonçalo Tavares, José J. Veiga, Camus, Ray Bradbury, Michael Young. As imagens de Morgana Chauvin, as epígrafes e a prosa se sobrepõem, formando células que se harmonizam, alternando tópicos descritivos e narrativos, ora relatando o cotidiano dos habitantes de Cosmolândia, com seus afazeres e rotinas, ora retratando as características dos edifícios, a posição dos quadrantes, a distribuição dos espaços. A geografia precisa faz lembrar, por exemplo, a composição das utopias e distopias clássicas.

O narrador onisciente alcança e retrata ações, pensamentos e dilemas da população, preenchendo um cotidiano altamente opressivo com amenidades que ocultam os rigores da disciplina. Pessoas realistas, otimistas e ufanistas manifestam opiniões díspares, mas nenhuma delas questiona o chamado “Dia Negativo”. A repetição de clichês e chistes, por sua vez, reitera a disciplina do pensamento, que deveria se deter nas aparências para não alcançar temas mais “profundos”. Esses expedientes são comuns aos regimes totalitários, matéria de grandes distopias publicadas ao longo do século XX, como *Admirável Mundo Novo* (1932), de Huxley, *1984* (1949), de Orwell, e *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury.



O livro de Chauvin não se detém na conjuntura que antecedeu a criação de Cosmolândia. No presente da enunciação, todos os cidadãos estavam convencidos de que viviam no melhor dos mundos possíveis. É possível que as crônicas e transmissões televisivas reforçassem as demandas do governo, reprisando os motes da educação recebida. Aliás, essa é uma máxima das distopias: não admitir opiniões que possam contrariar o *status quo*, confrontar as hierarquias ou servir de obstáculo ao progresso. Comprimidos energéticos e tônicos matinais mantinham a população dócil, assim como o “Soma”, distribuído entre as personagens de *Admirável Mundo Novo*. Tudo para fazer valer o lema, sempre repetido como forma de consolo e mecanismo de auto-disciplina: “Limite e Ordem!”.

Como forma de assegurar o controle, erradicam-se os instrumentos que oferecem outras perspectivas que não as convenientes, como submarinos, aeronaves e telescópios. Os mares são, por excelência, locais inconstantes, sem medida ou forma. Na singradura dos oceanos, é possível chegar numa mesma coordenada por diferentes caminhos. Tudo isso seria impensável em uma sociedade que prima pelo controle e busca antecipar condutas e alienar o pensamento. Transportes aéreos e submarinos também proporcionam doses da imensidão, com visões sublimes que confrontam e, portanto, estimulam a fantasia. O mesmo poderia ser dito sobre o telescópio, que atinge distâncias que o olho nu não alcança, ou sobre o microscópio, que perscruta elementos que o olhar ignora.

Para evitar perguntas, as distopias estimulam a rotina para calejar a imaginação: reverenciam a exatidão das distâncias e o imperativo dos horários; recorrem à presença de câmeras e aparelhos de reconhecimento facial; obrigam o “toque de recolher”; distribuem ofícios e afazeres com rigor; aplicam multas, castigos públicos, reclusões e degredos como forma de combate aos “subversivos”; valorizam a hierarquia; oferecem respostas prontas para antecipar indagações perigosas; premiam os coniventes; eliminam as dissidências. Estas orientações foram incutidas em Ulisses, mas também em seus amigos Dido, Virgílio, Beatriz e Júlio. Pacificadores,

como Catão e Fleury, são os que melhor encarnavam as prerrogativas da Lei; a Sacerdotisa Pítia oferecia o dogma para legitimar a infelicidade; os infratores (Artur, Vânia, Maria, José, Bernadete, Otávio, Fernanda, Jair, Vitória...), punidos com severidade, protagonizam cerimônias que referendam a política do “pão e circo”; mas também existiam pessoas como Zélia, uma senhora “muito zelosa da moral e dos bons costumes”. Deixo a cargo do leitor investigar a escolha criteriosa dos nomes, muitos deles provenientes de personagens mitológicas e históricas da Antiguidade greco-romana. É comum ao gênero distópico trabalhar com contrastes para assinalar as diferenças: se a Sacerdotisa de Cosmolândia adora uma imagem de ouro do Divino, os penates dos fiéis se reduzem a uma “imagem em madeira e latão dourado”; Ulisses formulara questões que incomodaram as autoridades, enquanto dois colegas de Dido costumavam divagar sobre questões amenas, como o modo mais eficiente de grampear páginas: “metafísica dos apetrechos de escritório”, afirma o autor. Por fim, convém mencionar que a ficção de Jean Pierre Chauvin é uma reflexão sobre o limite. Isso fica patente na metáfora que um Pacificador utilizou para retratar as edificações colossais da cidade-estado, comparando-as a “Adamastores”. O Adamastor, personificação do Cabo das Tormentas, posteriormente rebatizado como Cabo da Boa Esperança, é uma personagem d’*Os lusíadas* que figura o limite, o *nec plus ultra* que Vasco da Gama ultrapassou em nome da Coroa portuguesa e em benefício da Santa Fé. Ora, as antigas utopias, projetadas em ilhas localizadas em oceanos por cartografar, se multiplicaram com as grandes navegações. Foi naquela conjuntura que a superação de limites se tornou uma virtude incontornável. Não por acaso, o mesmo Ulisses condenado por Dante fora considerado, por muito tempo, o herói fundador de Lisboa, justamente por se mostrar ousado em terras desconhecidas. Se as utopias foram imaginadas como consequência das iniciativas centrífugas, respaldadas no imperativo do ímpeto expansionista, as distopias buscam reaver os limites ao estimular as forças centrípetas, a contenção, o auto-controle. Calçadas na premissa de que o sacrifício das liberdades é a única via de acesso para o “bem-comum”, elas entorpecem a população com drogas e propagan-

das. A diligência, a deferência, que conferem a sujeitos mesquinhos distinções e medalhas, são, justamente, as virtudes que garantiram a Gama a fama de herói. É possível imaginar mil motivos para se ler o livro de Jean Pierre. Não se trata de *captatio benevolentiae*. Se o leitor não acredita, que leia e confira.

## REFERÊNCIAS

CHAUVIN, Jean Pierre. *Mil*. Rio de Janeiro: Luva Editora, 2021.

### O AUTOR

Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3930-3936>.  
E-mail: [cleber.ufu@gmail.com](mailto:cleber.ufu@gmail.com).

